

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

RONALDO NOGUEIRA DE MORAES

USO DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE NOME PRÓPRIO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Estudo a Partir do *Corpus* do Atlas Linguístico do Brasil

BELÉM-PA
2023

RONALDO NOGUEIRA DE MORAES

USO DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE NOME PRÓPRIO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Estudo a Partir do *Corpus* do Atlas Linguístico do Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Linha de pesquisa: Análise, Descrição e Documentação das Línguas Naturais

Orientador: Prof. Dr. Alcides Fernandes de Lima

BELÉM-PA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M827u Moraes, Ronaldo Nogueira de.
Uso do artigo definido diante de nome próprio no português brasileiro : Estudo a partir do corpus do Atlas Linguístico do Brasil / Ronaldo Nogueira de Moraes. — 2023.
307 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Alcides Fernandes de Lima
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, 2023.

1. Artigo definido diante de nome próprio. 2. Geossociolinguística. 3. Projeto atlas linguístico do Brasil. I. Título.

CDD 410

RONALDO NOGUEIRA DE MORAES

USO DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE NOME PRÓPRIO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Estudo a Partir do *Corpus* do Atlas Linguístico do Brasil

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Fernandes de Lima

Defesa de Tese: 25 de maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Alcides Fernandes de Lima (PPGL/UFPA)
(Presidente)

_____

Profª. Drª. Marcela Moura Torres Paim (PPGLinC/UFBA-UFRPE)
(Membro Externo)

_____

Profª. Drª. Silvana Soares Costa Ribeiro (PPGLinC/UFBA)
(Membro Externo)

_____

Prof. Dr. Abdelhak Razky (PPGL/UFPA-UnB)
(Membro Interno)

_____

Profª. Drª. Marilucia Barros de Oliveira (PPGL/UFPA)
(Membro Interno)

_____

Profª. Drª. Eliane Pereira Machado Soares (PROFLETRAS/UNIFESSPA)
(Suplente Externo)

_____

Profª. Drª. Regina Célia Fernandes Cruz (PPGL/UFPA)
(Suplente Interno)

A *Alcides Fernandes de Lima*, mestre e amigo, pelos ensinamentos, pela confiança e por acreditar que seria possível...

Dedica este trabalho,

Ronaldo Nogueira de Moraes

AGRADECIMENTOS

Esta parte do trabalho é sempre a mais difícil escrever. Ao longo dos anos de estudo e pesquisa, passa a ser mais fácil discorrer sobre o fenômeno que se pesquisa e se analisa do que redigir os agradecimentos, isso porque nenhuma conquista parece ser única, exclusiva e estritamente pessoal. É, acredito eu, impossível realizar um trabalho desta natureza sem o auxílio de muitos, que nos ajudam de diferentes formas. Assim, é chegada a hora de reconhecer e agradecer – às vezes com os olhos molhados – àqueles que seguraram minhas mãos e me deram forças para não ficar no meio do caminho. Registro meus sinceros agradecimentos:

a Deus pelas graças a mim concedida, pelas boas oportunidades tidas, pela força recebida, por iluminar meu caminho e não me deixar fraquejar.

ao meu orientador, Prof. Alcides Fernandes de Lima, pela valorosa orientação, pelos ensinamentos transmitidos. Com ele aprendi – e continuarei aprendendo – não apenas coisas relacionadas à teoria linguística, à pesquisa, ao universo acadêmico, mas também questões de humanidade, de humildade, de confiança, dentre outros aspectos. A ele agradeço a confiança em mim depositada para realizar um trabalho tão importante quanto este; agradeço a paciência tida, porque muitas vezes ficamos semanas, meses sem se falar, sem trocar mensagens: não é muito fácil cursar um doutorado trabalhando 40h semanais. Enfim, pela confiança, pelo apoio, pelo incentivo, pela paciência, pelos ensinamentos, por ser o que é: um grande professor, um grande orientador, um grande incentivador, um grande amigo.

à minha família, pelo apoio e incentivo dados, pela compreensão nos muitos momentos de ausência;

à Maria Rilda, querida amiga e irmã de doutorado. Estávamos sempre nos ajudando. Obrigado, querida Rilda, pelas conversas, pela troca de conhecimento, por me ouvir, por estar sempre presente;

aos colegas de doutorado Davi e Cecília. As conversas com eles me ajudaram muito e de muitas formas;

ao meu terapeuta, Alexandre Ataíde. O Alexandre me acompanha semanalmente desde 2021; ele me viu em diferentes fases. As conversas semanais foram de fundamental importância pra mim; eu sei que sem os nossos encontros, sem o acompanhamento dele, as coisas seriam bem mais difíceis e demoradas. Obrigado, Alexandre;

aos professores da banca de qualificação, Abdelhak Razky (UFPA/UnB) e Silvana Ribeiro (UFBA). A eles agradeço o aceite em participar da banca, pela leitura atenta do trabalho, pelas contribuições que me deram para melhorar. Certamente não consegui contemplar tudo, mas trabalhei para deixar o trabalho com menos imperfeições;

a toda família ALiB, pelo trabalho incansável que tiveram (e que continuam tendo) que permitiu a execução desta tese, bem como de muitos outros trabalhos que se beneficiaram, se beneficiam e se beneficiarão do gigantesco *corpus* de pesquisa. A essa família agradeço a oportunidade de trabalhar com descrição e análise de um fenômeno do PB com uma amostra de fala inédita e robusta. O que essa equipe fez e faz pela geolinguística brasileira é sem igual;

às professoras Angela Chagas e Antônia Fernanda, com as quais fiz estágio docência, pela experiência maravilhosa nas disciplinas, por levar um pouco do Projeto ALiB e da geossociolinguística aos alunos da graduação, convidando-os a adentrar nos estudos geossociolinguísticos do português brasileiro. Com elas pude, também, discutir um pouco sobre o meu objeto de estudo, fazendo perguntas, esclarecendo dúvidas, perguntando o que elas pensam sobre determinadas questões;

aos meus colegas de trabalho da UEES Yolanda Martins, que muitas vezes sentiram a minha ausência em diversos momentos; eu estava trancado na minha sala trabalhando na tese. Obrigado pela compreensão;

aos queridos amigos pelo apoio e incentivo; enumerá-los poderia ser perigoso no sentido de esquecer alguém. A todos, o meu MUITO OBRIGADO!!!

RESUMO

Amparada no arcabouço teórico-metodológico da Dialetologia e da Geolinguística (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994; FERREIRA; CARSOSO, 1994; CARDOSO, 2010), da Sociolinguística Variacionista (SILVA-CORVALÁN, 1989; LABOV, 2008) e do aparato metodológico da Geossociolinguística (CARDOSO; RAZKY, 1997; RAZKY, 1998; LIMA, 2003; LIMA; RAZKY; OLIVEIRA, 2020), esta tese objetivou fazer uma descrição, análise e mapeamento da variação do uso do artigo definido antes de nome próprio de pessoas – os antropônimos – no *corpus* utilizado para análise nesta tese. Partiu-se da hipótese de que o português brasileiro contemporâneo apresenta tendência ao uso do artigo antes de nome próprio, que configura a estrutura "artigo definido + nome próprio". Levantou-se, ainda, a hipótese de que este uso estaria se espalhando pelo território brasileiro, atingindo áreas que tradicionalmente se caracterizam pelo não uso do artigo no contexto aqui observado. A amostra analisada nesta tese é proveniente do *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – Projeto ALiB – referente às 25 capitais que constituem a rede de pontos do referido Projeto. Da audição na íntegra das 200 entrevistas linguísticas do Projeto ALiB – constituídas pelos questionários Fonético-Fonológico, Semântico-Lexical e Morfossintático, e pelos Discursos Semidirigidos (cerca de 700h de fala contínua) – extraíram-se os 2.645 dados da análise final, que foram submetidos ao tratamento estatístico por meio do programa computacional GoldVarb X, que auxiliou na análise quantitativa. A análise quantitativa e linguística dos dados deu-se mediante o controle de variáveis de natureza linguística e extralinguística, a fim de se levantar os fatores que estariam condicionando o uso do artigo antes de nome próprio. Os resultados mostraram uso majoritário do artigo definido diante de antropônimo nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, e não uso majoritário do artigo na Região Nordeste. Os dados foram analisados em função de dois contextos de ocorrência distintos: quando o nome próprio figura como "isolado", há tendência em não se usar artigo: das 533 ocorrências, 402 (75,4%) apareceram sem artigo anteposto, e 131 delas (24,6%) apareceram antecedidas de artigo; já quando o nome próprio figura em estruturas sentenciais, a tendência observada é a de uso do artigo: das 2.112 ocorrências, 1.301 (61,6%) são articuladas e 811 (38,4%) não são articuladas. O programa GoldVarb X selecionou como significativos os seguintes grupos de fatores, na ordem de significância: *capital, função sintática, antropônimo como item de enumeração, tipo de antropônimo, sexo, circunstância em que o antropônimo é citado*. *estrutura do sintagma nominal*.

Palavras-chave: artigo definido diante de nome próprio; geossociolinguística; projeto atlas linguístico do Brasil.

ABSTRACT

Supported by the theoretical-methodological framework of Dialectology and Geolinguistics (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994; FERREIRA; CARSOSO, 1994; CARDOSO, 2010, and others), Variationist Sociolinguistics (SILVA-CORVALÁN, 1989; LABOV, 2008) and the methodological apparatus of Geossociolinguistics (CARDOSO; RAZKY, 1997; RAZKY, 1998; LIMA, 2003; LIMA; RAZKY; OLIVEIRA, 2020), this thesis aimed to describe, analyze and map the variation in the use of the definite article before the proper names of people – the anthroponyms – in the corpus used for analysis in this thesis. It was assumed that contemporary Brazilian Portuguese tends to use the article before the proper name, which configures the structure "definite article + proper name". It was also hypothesized that this usage is spreading throughout the Brazilian territory, reaching areas traditionally characterized by the non-use of the article in the context observed here. The sample analyzed in this thesis comes from the corpus of the Linguistic Atlas of Brazil Project – ALiB Project – referring to the 25 capitals that constitute the network of points of the referred Project. From the full hearing of the 200 linguistic interviews of the ALiB Project - consisting of the Phonetic-Phonological, Semantic-Lexical and Morphosyntactic questionnaires, and the Semi-directed Discourses (about 700 hours of continuous speech) - the 2,645 data of the final analysis were extracted and submitted to statistical treatment using the GoldVarb X computer program, which helped in the quantitative analysis. The quantitative and linguistic analysis of the data was done by controlling for linguistic and extralinguistic variables in order to identify the factors that might be conditioning the use of the article before a proper name. The results showed a majority use of the definite article before an anthroponym in the North, Midwest, Southeast and South regions of Brazil, and no majority use of the article in the Northeast Region. The data were analyzed according to two distinct contexts of occurrence: when the proper name appears as “isolated”, there is a tendency not to use an article: of the 533 occurrences, 402 (75.4%) appeared without an article in front, and 131 of them (24.6%) appeared preceded by an article; when the proper name appears in sentence structures, the tendency observed is the use of the article: of the 2,112 occurrences, 1,301 (61.6%) are articulated and 811 (38.4%) are not articulated. The GoldVarb X program selected the following groups of factors as significant, in order of significance: *capital, syntactic function, anthroponym as enumeration item, type of anthroponym, gender, circumstance in which the proper name is cited*, and *structure of the nominal syntagma*.

Keywords: definite article before proper name; geosociolinguistic; linguistic atlas of Brazil project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Postagens da rede social *Twitter* – Grupo 1 24
Figura 2 – Postagens da rede social *Twitter* – Grupo 2 25
Figura 3 – Periodização dos estudos dialetais no Brasil 37
Figura 4 – Proposta de Teles (2018) para a periodização dos estudos dialetais no Brasil 38
Figura 5 – Periodização dos estudos dialetais no Brasil segundo Teles (2018) 39
Figura 6 – As dimensões da variação linguística em uma abordagem geossociolinguística 50
Figura 7 – *Português* ou *brasileiro*? Denominação do vernáculo pelo informante . 53
Figura 8 – Carta-base para o Brasil 54
Figura 9 – Carta F04 C 2: /R/ em coda silábica externa 55
Figura 10 – Diagrama da tipologia dos antropônimos segundo Amaral (2011) 88
Figura 11 – Artigo definido com nome próprio em Occitano Gascão 94
Figura 12 – Artigo definido com nome próprio em Catalão 95
Figura 13 – Artigo definido com nome próprio masculino em Galego 96
Figura 14 – Carta 43 – QMS 07.f – Uso de artigo antes de nome de pessoa 137
Figura 15 – Rede de Pontos do ALTTI 139
Figura 16 – Carta 085 – Artigo diante de nome próprio (ALTTI) 140
Figura 17 – Carta 01 – Artigo diante de nome próprio (questão 001) 142
Figura 18 – Carta 02 – Artigo diante de nome próprio (questão 002) 142
Figura 19 – Carta 1 – Artigo diante de nome próprio 144
Figura 20 – Carta 1A – Artigo antes de nome próprio – variável gênero 145
Figura 21 – Carta 1B – Artigo diante de nome próprio – variável faixa etária 146
Figura 22 – Carta M01 – Artigo diante de nome próprio 147
Figura 23 – Rede de Pontos das Capitais do Projeto ALiB 155

LISTA DE CARTAS

Carta Linguística 1 – Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas capitais da Região Norte 213

Carta Linguística 2 – Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas capitais da Região Nordeste 214

Carta Linguística 3 – Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas capitais da Região Sudeste 215

Carta Linguística 4 – Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas capitais da Região Sul 216

Carta Linguística 5 – Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas capitais da Região Centro-Oeste 217

Carta Linguística 6 – Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas 25 capitais brasileiras 218

Carta Linguística 7 – Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas 25 capitais brasileiras considerando a variável *sexo* 226

Carta Linguística 8 – Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas 25 capitais brasileiras considerando a variável *faixa etária* 230

Carta Linguística 9 – Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas 25 capitais brasileiras considerando a variável *escolaridade* 235

Carta Linguística 10 – Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas em *Sintagmas Antroponímicos Isolados* nas 25 capitais brasileiras 279

Carta Linguística 11 – Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas em *Sintagmas Antroponímicos Isolados* e em *Sintagmas Antroponímicos Sentenciais* nas 25 capitais brasileiras 280

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de antropônimos e sua definição 89
Quadro 2 – O artigo definido antes de nome próprio: síntese dos trabalhos 132
Quadro 3 – Perfil dos informantes da pesquisa 157
Quadro 4 – Perguntas para observação do artigo antes de nome próprio no QMS ... 162
Quadro 5 – Grupo de fatores *tipos de antropônimo* 178
Quadro 6 – Grupo de fatores *função sintática* 180
Quadro 7 – Grupos de fatores controlados 191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Uso do artigo antes de nome próprio em cinco capitais brasileiras 100
Tabela 2 – Uso do artigo antes de nome próprio em três localidades de Minas Gerais 102
Tabela 3 – Ausência/presença de artigo com antropônimos em três cidades do Nordeste 123
Tabela 4 – Ausência/presença de artigo com antropônimos em três cidades do Sudeste 124
Tabela 5 – Percentual geral do uso do artigo diante de nomes próprios na microrregião do Madeira em Tavares (2017) 141
Tabela 6 – Uso do artigo diante de nome próprio em Medeiros (2018) 144
Tabela 7 – Distribuição geral do artigo definido diante de nome próprio nas capitais brasileiras 203
Tabela 8 – Artigo definido diante de nome próprio nas 25 capitais brasileiras segundo as estruturas em que ocorrem 205
Tabela 9 – Uso do artigo definido diante de nome próprio nas cinco regiões brasileiras 206
Tabela 10 – Uso do artigo definido diante de nome próprio nas capitais da Região Nordeste 207
Tabela 11 – Uso do artigo definido diante de nome próprio nas capitais da Região Nordeste: rodada regional 208
Tabela 12 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *capital* 209
Tabela 13 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Tempo de fundação da capital* 219
Tabela 14 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Tempo de fundação da capital* 220
Tabela 15 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Tempo de fundação da capital* reorganizada 221
Tabela 16 – Artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *sexo* 223
Tabela 17 – Artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *faixa etária* 227
Tabela 18 – Uso do artigo definido diante de nome próprio no cruzamento das dimensões diageracional e diassexual 229
Tabela 19 – Artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *escolaridade* 231
Tabela 20 – Uso do artigo definido diante de nome próprio no cruzamento dos fatores *sexo* e *escolaridade* 233
Tabela 21 – Uso do artigo definido diante de nome próprio no cruzamento dos fatores *faixa etária* e *escolaridade* 234
Tabela 22 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Grau de intimidade do falante com a pessoa mencionada* 237
Tabela 23 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *função sintática* 243
Tabela 24 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Antropônimo como item de enumeração* 249
Tabela 25 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Tipo de antropônimo* 254
Tabela 26 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Tipo de Antropônimo* nas cinco regiões 258

Tabela 27 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo as variáveis *Intimidade* e *Tipo de Antropônimo* 259
Tabela 28 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Circunstância em que o antropônimo é citado* 262
Tabela 29 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Estrutura do Sintagma Nominal* 266
Tabela 30 – Uso do artigo definido diante de nome próprio em função do contexto (não) preposicionado 269
Tabela 31 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Tipo de preposição* 270
Tabela 32 – Artigo definido diante de nome próprio em Sintagma antroponímico isolado 272
Tabela 33 – Uso do artigo definido diante de nome próprio em sintagmas antroponímicos isolados nas cinco regiões brasileiras 273
Tabela 34 – Uso do artigo definido diante de nome próprio em contexto de enumeração, contexto preposicionado e tipo de preposição em sintagmas antroponímicos isolados 276
Tabela 35 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *gênero textual* 282
Tabela 36 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *presença de título/qualificativo* 285
Tabela 37 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Gênero do antropônimo* 290
Tabela 38 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Posição do antropônimo em relação ao verbo* 291

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Artigo definido diante de nome próprio em Sintagmas Antroponímicos Isolados nas capitais brasileiras 204
Gráfico 2 – Artigo definido diante de nome próprio em Sintagmas Antroponímicos Não Isolados nas capitais brasileiras 204
Gráfico 3 – Uso do artigo definido diante de nome próprio nas cinco regiões brasileiras 211
Gráfico 4 – Uso do artigo definido diante de nome próprio nas 25 capitais brasileiras 212
Gráfico 5 – Uso do artigo definido diante de nome próprio nas dimensões diassexual e regional 224
Gráfico 6 – Uso do artigo definido diante de nome próprio nas dimensões diageracional e regional 228
Gráfico 7 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo as variáveis *Escolaridade* e *Região* 232
Gráfico 8 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *intimidade* nas cinco regiões brasileiras 238
Gráfico 9 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Antropônimo como item de enumeração* 252
Gráfico 10 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Circunstância em que o antropônimo é citado* por Região 264
Gráfico 11 – Uso do artigo definido diante de nome próprio em Sintagma antroponímico isolado 273
Gráfico 12 – Artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *gênero textual* 282
Gráfico 13 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *gênero textual* nas cinco regiões brasileiras 283
Gráfico 14 – Uso do artigo definido diante de nome próprio nos dois gêneros textuais considerados em função do sexo e da escolaridade dos participantes 284
Gráfico 15 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Presença de título/qualificativo* nas cinco regiões brasileiras 289
Gráfico 16 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Gênero do antropônimo* nas cinco regiões brasileiras 290
Gráfico 17 – Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Posição do antropônimo em relação ao verbo* nas cinco regiões brasileiras 292

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	18
2	**PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**	27
2.1	DIALETOLOGIA E GEOLINGUÍSTICA	27
2.2	SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA	40
2.3	A METODOLOGIA GEOSSOCIOLINGUÍSTICA	44
3	**DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO**	56
3.1	O ARTIGO DEFINIDO	56
3.1.1	**Sobre as origens do artigo definido**	56
3.1.2	**Os usos do artigo definido**	58
3.1.3	**As funções do artigo definido**	63
3.2	O NOME PRÓPRIO	69
3.2.1	**O nome próprio na tradição gramatical**	69
3.2.2	**O nome próprio nos estudos linguísticos**	71
3.2.3	**As funções do nome próprio**	79
3.2.4	**O antropônimo na classe dos nomes próprios**	84
3.3	O ARTIGO DEFINIDO ANTES DE NOME PRÓPRIO	89
3.4	ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS SOBRE O ARTIGO DEFINIDO ANTES DE NOME PRÓPRIO	97
3.4.1	**Síntese dos trabalhos descritos**	131
3.4.2	**O artigo definido antes de nome próprio nos Atlas Linguísticos**	134
3.4.3	**Síntese dos trabalhos descritos**	148
3.5	O PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL: BREVE HISTÓRICO	149
3.5.1	**Objetivos**	152
3.5.2	**Aspectos Gerais**	153
3.5.2.1	*A rede de pontos*	154
3.5.2.2	*Os Informantes*	156
3.5.2.3	*Os questionários: as entrevistas linguísticas*	167
4	**METODOLOGIA**	162
4.1	O *CORPUS* DA PESQUISA	162
4.2	VARIÁVEL DEPENDENTE E VARIÁVEIS INDEPENDENTES	163
4.2.1	**A variável dependente**	163
4.2.2	**As variáveis independentes**	164
4.2.2.1	Variáveis extralinguísticas	164
4.2.2.1.1	*Região*	164
4.2.2.1.2	*Capital*	165
4.2.2.1.3	*Tempo de fundação da Capital*	165
4.2.2.1.4	*Sexo*	166
4.2.2.1.5	*Faixa etária*	167
4.2.2.1.6	*Escolaridade*	168
4.2.2.1.7	*Intimidade do falante em relação à pessoa mencionada*	170
4.2.2.2	Variáveis linguísticas	173
4.2.2.2.1	*Gênero textual*	173
4.2.2.2.2	*Estrutura do sintagma nominal*	175

4.2.2.2.3 *Tipo de preposição* 176
4.2.2.2.4 *Tipo de antropônimo* 178
4.2.2.2.5 *Função sintática* 179
4.2.2.2.6 *Antropônimo como item de enumeração* 181
4.2.2.2.7 *Antropônimo com título e/ou qualificativo* 182
4.2.2.2.8 *Circunstância em que o antropônimo é citado* 183
4.2.2.2.9 *Posição do antropônimo em relação ao verbo* 184
4.2.2.2.10 *Gênero do antropônimo* 185
4.2.2.2.11 *Extensão da palavra e tonicidade da sílaba inicial* 187
4.2.2.2.12 *Presença de possessivo* 188
4.2.2.2.13 *Sintagma antroponímico isolado* 189
4.2.3 **O contexto de restrição e exclusão de dados** 192
4.3 TRATAMENTO DOS DADOS 198
4.3.1 **Audição das entrevistas** 198
4.3.2 **O levantamento dos dados** 199
4.3.3 **Tratamento estatístico dos dados** 199
4.3.4 **Sobre a cartografia dos dados** 200

5 **APRESENTAÇÃO E ANÁLISE GEOSSOCIOLINGUÍSTICA DOS RESULTADOS** 202
5.1 RESULTADOS GERAIS 203
5.2 O CONDICIONAMENTO EXTRALINGUÍSTICO DA VARIAÇÃO 205
5.2.1 **A dimensão diatópica do fenômeno:** regiões e capitais 206
5.2.2 **Tempo de fundação das capitais e a hipótese do conservadorismo linguístico do PB** 218
5.2.3 **A dimensão diassexual** 223
5.2.4 **A dimensão diageracional** 227
5.2.5 **A dimensão diastrática** 231
5.2.6 **Grau de intimidade do falante em relação à pessoa mencionada** 236
5.3 O CONDICIONAMENTO LINGUÍSTICO DA VARIAÇÃO 242
5.3.1 **Função sintática do nome próprio na sentença** 242
5.3.2 **Antropônimo como item de enumeração** 248
5.3.3 **Tipo de antropônimo** 253
5.3.4 **Circunstância em que o antropônimo é citado** 261
5.3.5 **Estrutura do sintagma nominal** 266
5.4 OS SINTAGMAS ANTROPONÍMICOS ISOLADOS 271
5.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE CASOS EXCLUÍDOS DA ANÁLISE QUANTITATIVA 280
5.5.1 **Gênero Textual** 281
5.5.2 **Antropônimo antecedido de título e/ou qualificativo** 285
5.5.3 **Gênero do antropônimo** 289
5.5.4 **Posição do antropônimo em relação ao verbo** 291

6 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 293

REFERÊNCIAS 297

1 INTRODUÇÃO

O português brasileiro (PB) se caracteriza por um conjunto de fenômenos linguísticos variáveis que o diferenciam não apenas das línguas românicas, mas também do próprio português europeu. Há muitos anos que o português brasileiro vem sendo descrito e analisado, em suas variedades cultas e populares, e as suas especificidades vêm se revelando a cada estudo em diferentes dimensões – diatópica, diastrática, diafásica, diamésica, dentre outras – e nos mais diversos níveis de análise, do fonético-fonológico ao pragmático-discursivo. Não são poucas as especificidades do PB no nível do sistema (ou da gramática) que fazem com que ele se distancie do português europeu (PE)[1].

Um dos aspectos que parecem diferenciar os usos no PB e PE diz respeito ao uso do artigo antes de nome próprio de pessoas – os antropônimos. Em PB, este uso constitui um fenômeno variável, como bem já demonstraram alguns trabalhos de cunho variacionista; em PE, de acordo com Castro (2001), o nome próprio em posição argumental é obrigatoriamente precedido de artigo. Raposo e Nascimento (2013) afirmam que, em seu uso referencial, o nome próprio, em português europeu, é precedido pelo artigo definido, sem que isso acarrete uma conotação de familiaridade nem uma avaliação depreciativa ao portador do nome próprio, como é comum em outras línguas românicas, como o francês e o espanhol. Ainda segundo os autores, em PE é justamente o uso do nome próprio sem artigo definido anteposto o que provocaria estranheza: "ao ouvirmos um tal enunciado [*Pedro avisou Antónia para que não falasse com Maria*], pensaríamos certamente que a pessoa que o produziu ou não é portuguesa (e não conhece as convenções sobre o uso dos artigos com antropónimos na nossa língua) ou é extremamente pedante" (RAPOSO; NASCIMENTO, 2013, p. 1025). A omissão do artigo com nome próprio, ainda segundo os autores, ocorre quando a pessoa nomeada é muito conhecida, quando tem um estatuto especial na comunidade linguística, no sentido de que quanto mais conhecido e proeminente é o referente do nome próprio (um presidente, um grande escritor, personalidades históricas, por exemplo), maiores são as chances de o nome próprio ser usado sem artigo. Ainda assim, ressaltam Raposo e Nascimento (2013), nomes próprios de pessoas conhecidas e proeminentes podem ser usados com artigo a depender do contexto situacional: "o mesmo falante que não ousaria usar o artigo definido em público para referir um indivíduo proeminente não hesitaria em usá-lo numa conversa entre amigos ou com a sua família" (RAPOSO; NASCIMENTO, 2013, p. 1026).

[1] Para uma consulta rápida a algumas dessas especificidades do PB em relação ao PE, cf. Bagno (2017, p. 358-370).

No português brasileiro contemporâneo, o uso do artigo diante de antropônimos constitui um caso de variação linguística, uma vez que esses nomes podem aparecer ora antecedido de artigo, ora não. Esse fenômeno não passa despercebido pelos ouvidos dos brasileiros, visto que o não uso do artigo nesse contexto é identificável, chegando até mesmo a se supor a região de origem do falante apenas considerando esta característica da fala de uma pessoa. Observe-se as ocorrências[2] a seguir:

(1) INQ. E onde você mora, você tem muitos amigos?
INF. Poucos.
INQ. Cê pode dizer o nome de alguns deles?
INF. Eu só tenho duas mesmos, duas: ***a Verônica*** e ***a Marcela***, que moram perto da minha casa.
(Rio de Janeiro-RJ, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(2) INF. Não, minha avó chamava galinha d'angola. Até porque eu lembro quando eu era criança, que tinha a música d***o Chico***, d***o Vinícius***, da galinha d'angola, então aí eu lembro que eu achei o máximo (...). Não era a música d***o Chico*** não, eu acho que é... aquele que, que canta.
(Manaus-AM, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(3) INF. A mais velha chama Fabiana. ***Fabiana*** tem dezenove anos, ela trabalha numa, é numa, é numa clínica de estética. (...) E a pequena chama Luciana e vai fazer doze anos. ***Luciana*** tá estudando... estuda, né? É uma excelente companhera.
(Campo Grande-MS, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(4) INQ. E o que é que eles fazem? Fale sobre cada um. Diga o que cada um faz o nome de cada um e o que é que eles fazem.
INF. ***Eduardo*** e ***Júnior*** trabalham com computação, professor, agora no momento, e *Neto* é estudante.
(João Pessoa-PB, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Em (1) e (2), as ocorrências de nomes próprios estão acompanhadas de artigo definido, enquanto que em (3) e (4) não estão. Diferentes fatores entram em cena no momento de marcar a presença ou a ausência do artigo antes do nome de pessoas. Por exemplo, quando o nome próprio figura em estruturas preposicionadas – e, além disso, quando a preposição usada

[2] Todos esses exemplos foram retirados da amostra analisada. A descrição do perfil dos falantes está assim organizada: cidade-estado, sexo do colaborador, faixa etária, nível de escolaridade.

é uma que tem a propriedade de se contrair com o artigo, como em (2), em que se tem "de + o" –, as chances de o artigo ser usado tendem a ser maiores do que quando a estrutura em que o nome próprio está inserido não tem preposição.

A presente tese, intitulada *Uso do artigo definido diante de nome próprio no português brasileiro: estudo a partir do corpus do Atlas Linguístico do Brasil*, objetivou fazer uma descrição, análise e mapeamento da variação presença/ausência do artigo definido antes de nome próprio de pessoas – os antropônimos – no português brasileiro falado, nas 25 capitais[3] que constituem a rede de pontos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – o Projeto ALiB.

O fenômeno em estudo nesta tese já foi objeto de investigação em alguns trabalhos, sobretudo, sob o viés da Sociolinguística Variacionista, alguns deles comentados na seção 3.4. A maioria desses trabalhos analisa o fenômeno em duas localidades, comparando-as em termos de noma de uso dessas comunidades. Poucos se arriscaram ir além. O trabalho de Amaral (2003) compara três localidades no estado de Minas Gerais. O trabalho de Callou e Silva (1997) foi o que mais ousou nesse aspecto; as autoras observam o artigo antes de nome próprio nas cinco capitais do Projeto NURC – Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre –, constituindo-se, até o momento, no estudo mais abrangente de que se dispõe. No entanto, o português brasileiro ainda carece de um estudo mais amplo, que possa dar um retrato mais completo do fenômeno em questão. A presente tese representa um avanço significativo no estudo desta variável linguística, uma vez que, tendo como localidades pesquisadas as 25 capitais do Projeto ALiB, ela recobre todo o território brasileiro, com amostras de fala de pessoas de ambos os sexos, de duas faixas etárias e dois níveis de escolaridade.

O estudo de um fenômeno de natureza morfossintática desta dimensão também representa um avanço para os estudos geossociolinguísticos brasileiros. Por muito tempo os aspectos morfossintáticos da língua ficaram à margem dos estudos geolinguísticos brasileiros muito provavelmente, como observa Koch (2000), pelo fato de se acreditar que a ausência dos aspectos morfossintáticos em trabalhos dessa natureza se daria em razão de que esses fenômenos estariam ligados mais aos parâmetros diastráticos que diatópicos. Com o avanço dos estudos geolinguísticos brasileiros, no entanto, essa crença foi mudando e hoje já se conta até mesmo com atlas morfossintáticos, como se verá na seção 3.4.2.

---

[3] Não integram a Rede de Pontos do Projeto ALiB as cidades Palmas, capital do estado de Tocantins, e Brasília, Capital Federal. Esta em razão de sua data de criação, e Palmas, por ser, à época, uma cidade ainda em formação, ainda não tinha habitantes nascidos e criados lá. Dessa forma, essas cidades não se enquadravam nos critérios do referido Projeto.

Dessa forma, esta tese objetiva fazer uma descrição e uma análise geossociolinguística da variação presença/ausência de artigo definido antes de nome próprio de pessoas no português brasileiro, bem como fazer um mapeamento do fenômeno no espaço geográfico com vistas a se descrever possíveis áreas dialetais a partir do uso e/ou não uso do artigo diante de antropônimos. Como objetivos outros, esta tese também visa a (i) descrever a variação morfossintática uso/não uso de artigo antes de nome próprio em distintas dimensões possíveis em Geossociolinguística e permitidas pela amostra analisada; (ii) identificar os fatores linguísticos e extralinguísticos que estejam atuando no favorecimento da regra de aplicação de uso do artigo; (iii) observar os fatores condicionantes da variação em cada região separadamente, a fim de verificar o maior ou menor grau de convergência do fenômeno variável nos diferentes espaços; (iv) comparar, sempre que possível, os resultados obtidos com a análise dos dados desta tese com os de outros trabalhos já realizados mediante análise de outras amostras do português brasileiro, a fim de verificar possíveis convergências e divergências no condicionamento da variação; (v) registrar em cartas linguísticas a variação no uso do artigo no português brasileiro.

A variável "artigo com nome próprio" realiza-se por meio de duas variantes: o artigo anteposto ao antropônimo e não anteposto a ele, ou seja, presença *versus* ausência. Considerando (i) que no Latim não havia artigos, (ii) que o nome próprio já é por si determinado, (iii) a recomendação dada pela tradição gramatical de que a nomes próprios de pessoas não se antepõe artigo definido, excetuando-se os casos particulares e específicos, e (iv) estudos diacrônicos já realizados sobre este fenômeno, que mostram que a anteposição do artigo ao nome próprio ganha espaço com o passar do tempo, assume-se que a variante com artigo se constitui como a variante inovadora no português brasileiro e a variante sem artigo como a conservadora.

Parte-se da hipótese de que o fenômeno constitui um caso de variação diatópica, em que se pode estabelecer duas grandes áreas: de um lado, está-se a Região Nordeste do Brasil que, acredita-se, registrará menor uso do artigo antes de nome próprio; de outro, podem-se colocar as demais quatro regiões – Norte, Centro-oeste, Sudeste e Sul –, que se supõe que farão maior uso do artigo nesse contexto. Dessa forma, assume-se, nesta tese, que, com relação a este fenômeno variável, a variante que apresenta o artigo anteposto ao antropônimo constitui-se como a norma de uso do português brasileiro falado contemporâneo. Por ser a norma de uso do PB, a variante com artigo encontra-se disseminada em praticamente todo o território brasileiro, nos diferentes estilos de fala e nos diferentes níveis de formalidade do discurso. Os exemplos a seguir são eventos de fala do telejornalismo brasileiro – formal e

planejado, cujos usos das formas linguísticas são muitas vezes conscientemente escolhidos –, coletados a fim de ilustrar que a variante com artigo, considerada inovadora no PB, é recorrente na norma de uso do português culto do Brasil:

(5) (...) O que ***o Alexandre de Moraes*** fez? Mandou a PGR enviar a investigação pro Supremo (...) O que ***o Alexandre de Moraes*** tá dizendo é que o Supremo é supremo (...) A menos que o plenário do Supremo revogue a decisão d***o Alexandre de Moraes*** (...) Quais são os três procedimentos que ***o Aras*** deve tomar? (...) (comentarista Rede Globo – em 15/12/2021)

(6) (...) O mercado tá dizendo nesse momento que esse novo presidente, ***o Caio Mário Paes de Andrade***, é um presidente indicado pela equipe Econômica. Então, ***o José Mauro Ferreira Coelho*** era o nome do ex-ministro de Minas e Energia, ***o Bento Albuquerque***. Esse novo nome já é um nome indicado pel***o Paulo Guedes***; aí, nas palavras de Monalisa, ele disse assim: agora o mercado vai tampar o nariz (...) (comentarista CNN – em 24/05/2022)

(7) (...) mas o presidente tenta manter a história viva, manter ali a sua peleja com Alexandre de Moraes. Pena que ele não fez isso quando ***o Alexandre Moraes*** lá atrás impediu a posse do diretor da Polícia Federal indicado pel***o Bolsonaro***, que foi uma decisão equivocada, errada d***o Alexandre de Moraes***, foi uma interferência indevida (...) ao invés de ficar xingando o ministro ali no cercadinho, recorre; teve uma grande chance da decisão d***o Alexandre de Moraes*** ter sido derrubado, mas na época o governo optou por não recorrer e preferiu ficar com essa, com essa marca de uma decisão errada d***o Alexandre de Moraes*** (...) (comentarista CNN – em 25/05/2022)

(8) (...) a gente acredita que vai ter uma vantagem grande no Nordeste que vai ser parecida com a que ***o Haddad*** teve contra ***o Bolsonaro*** em 2018. Mas se a gente não conseguir pelo menos - o ideal pra campanha do PT é ultrapassar ***o Bolsonaro*** nesses estados sobretudo da Região Sudeste (...) mas se a gente não conseguiu ultrapassar, se lá na frente ***o Bolsonaro*** encostar, a gente precisa (...) pelo menos reduzir a diferença que aconteceu em 2018 (...) apesar da ampla vantagem que o PT teve no Nordeste isso não foi nem perto de ser suficiente pra compensar a desvantagem que ***o Haddad*** teve no sudeste e no sul. As pesquisas tão mostrando que ***o Lula*** conseguiu recuperar um pouco desse eleitorado, mas é um desafio pro PT mantê-lo. E sobre a aliança d***o Lula*** com ***o Kalil***, o dado da Quest mais recente a gente tem mostrado que, com o apoio do ex-presidente, ***o Kalil*** consegue vencer ***o Romeu Zema*** num eventual provável segundo turno entre os dois. Então é importante do PT, mas é importante também para o PSD; imagina governar Minas Gerais seria algo muito relevante para o partido d***o Kassab*** (...) (comentarista CNN – em 26/05/2022).

Segundo Callou e Silva (1997), o artigo antes de nome próprio não parece ser um fenômeno estigmatizado nem prestigiado socialmente. Os falantes percebem quando uma pessoa usa uma variante diferente da sua, mas, na sociedade, ninguém é taxado de falar "certo" ou "errado" por usar ou não o artigo antes do nome próprio. A razão disso talvez seja o fato de a escola não se deter nesse fenômeno como se detém a outros, e o motivo para isso é justamente o fato de esse fenômeno não receber avaliação negativa e/ou positiva da sociedade. Em outras palavras, essa variante não é diastraticamente marcada.

Fenômenos variáveis com formas de uso relativamente neutras ao prestígio social, imune à estigmatização e que escapam à ação normativa da escola, como parece ser a variação no uso do artigo antes de nome próprio, tendem a se espalhar com menos resistência. Rádio, televisão, internet, redes sociais seriam as disseminadoras da variante inovadora, que é recebida, pela maior parte da população, sem juízo de valor.

Dessa forma, assume-se a hipótese de que a variante com artigo está se espalhando pelo território brasileiro, alcançando áreas que tradicionalmente se mostraram como não usuárias do artigo diante de antropônimos, como a Região Nordeste. Acredita-se, ainda, que as áreas que ainda se mostram resistentes ao uso do artigo nesse contexto fazem isso, consciente ou inconscientemente, por uma questão de identidade linguística. Observem-se as figuras a seguir coletadas da rede social *Twitter*:

Figura 1: Postagens da rede social *Twitter* – Grupo 1



Fonte: Rede social *Twitter*

Figura 2: Postagens da rede social *Twitter* – Grupo 2



Fonte: Rede social *Twitter*.

A postagem *"A" Sandy. Fala direito @juliette que tu mora fora tem nem um ano* desencadeou uma série de outras postagens falando sobre o uso do artigo antes do nome de pessoas. Por ser nordestina, e se ter a ideia de que os naturais dessa Região não usam o artigo nesse contexto, levantou-se uma "crítica" a respeito desse uso. A "crítica", no entanto, não parece ter se dado em termos de "certo e errado", mas em termos de identidade linguística. Os falantes da região, em grande parte, têm como norma de uso a variante sem artigo – reconhecem isso – e parecem querer manter esse uso. Juliette, paraibana, natural de Campina Grande, ao acomodar sua fala à norma fluminense, estaria, de alguma forma, negando sua identidade linguística de nordestina.

Algumas pessoas de outras cidades do Nordeste já reconhecem que fazem uso do artigo nesse contexto, o que pode ser um indicativo de que a norma de uso do PB contemporâneo está se espalhando, alcançando áreas que se caracterizam por ter outra norma de uso, a variante sem artigo. Dessa forma, as áreas que ainda resistem ao uso do artigo podem fazer isso em nome de uma possível identidade linguística que, aparentemente, fazem questão de manter. Um estudo sobre a percepção linguística do fenômeno – que ainda se estar por fazer – nessa área poderia ajudar a esclarecer este aspecto de uso da língua.

Assim, esta tese está dividida da seguinte forma: seguindo esta introdução, a seção dois abordará os pressupostos teóricos desta tese, tratando da Dialetotolia/Geolinguística, da Sociolinguística Variacionista e da Metodologia Geossociolinguística, elementos basilares para a teorização, tratamento e análise dos dados. A seção três falará sobre o objeto de estudo desta tese, a saber o artigo definido e o nome próprio. Essa seção trará, ainda, o estado da arte dos estudos sobre o artigo definido antes de nome próprio de pessoas, bem como os atlas linguísticos já publicados que observaram o fenômeno em análise; por fim, a seção três tratará brevemente sobre o Projeto Atlas Linguístico do Brasil, destacando seus objetivos e aspectos gerais. A seção quatro tratará da metodologia utilizada nesta tese, que não se confunde com a metodologia do Projeto ALiB, do qual provém a amostra aqui analisada. Nessa seção, abordar-se-á o *corpus* da pesquisa, das variáveis estudadas e grupos de fatores controlados, do contexto de restrição e do tratamento dispensado aos dados. A seção cinco será o de apresentação e análise geossociolinguística dos resultados, destacando os fatores linguísticos e extralinguísticos que atuam no condicionamento de aplicação da regra de uso do artigo antes de nome próprio. A seção seis trará as considerações finais deste trabalho. Por fim, as referências utilizadas nesta tese são apresentadas ao final deste trabalho. Registra-se, ainda, a autorização pelo Comitê Nacional para o uso inédito dos dados do Projeto ALiB, formalizada por meio da assinatura de termo de responsabilidade.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Nesta seção, aborda-se o quadro teórico no qual esta tese está inserida, enfocando os aspectos mais importantes e relevantes para este estudo. Assim, apresentam-se os princípios epistemológicos da Dialetologia e da Sociolinguística Variacionista, consideradas as "ciências da variação", bem como os aspectos metodológicos da Geolinguística, método por excelência da Dialetologia. Em seguida, apresenta-se a Metodologia Geossociolinguística, que orienta a análise dos dados e a apresentação dos resultados.

2.1 DIALETOLOGIA E GEOLINGUÍSTICA

A consciência do caráter diverso da língua e o interesse pela diversidade linguística não constituem evento recente. Segundo Cardoso (2010), o interesse pela diversidade dos usos linguísticos e a preocupação com as diferenças de uso no nível espacial da língua sempre estiveram presentes, ainda que de diferentes formas, na história dos povos. É somente a partir do século XIX, com o surgimento da Dialetologia, que esses estudos se sistematizaram, passando a contar com objeto próprio de investigação e metodologia definida.

A Dialetologia constitui-se, assim, como um ramo da Linguística que se propõe a identificar e descrever os diferentes usos da língua, situando-os no espaço geográfico. A Dialetologia assume, dessa forma, a tarefa de "descrever comparativamente os diferentes sistemas ou dialetos em que uma língua se diversifica no espaço, e de estabelecer-lhes os limites" (DUBOIS *et al.*, 1978, p.185); ela pode ser vista como a ciência da variação espacial, cujos objetivos, segundo Cardoso (2016, p. 13), são o de "(i) descrever, nos espaços geográficos recobertos por uma determinada língua ou por um conjunto de línguas, fatos característicos; (ii) qualificar, do ponto de vista social, as ocorrências registradas; e (iii) examiná-las na perspectiva do tempo a que são submetidas".

A afirmação teórica dos Neogramáticos de que a mudança sonora não admitia exceção motivou a primeira tentativa de sistematização das observações das diferenças dialetais, dando início a pesquisa dialetal mais ambiciosa feita até então: o trabalho de Georg Wenker, iniciado em 1876, que resultou no *Atlas Linguístico do Alemão* (WENKER, 1876). Wenker (1876) valeu-se da metodologia da tradução e objetivou estabelecer as fronteiras dos dialetos alemães, enviando uma lista de frases escritas em alemão padrão a mestres de escolas de toda a Alemanha, para que fossem passadas para o dialeto local. Em um período de dez anos, Wenker enviou os questionários por correspondência a cerca de 50 mil professores espalhados

pelo território alemão e recebeu cerca de 45 mil deles. Como lembram Chambers e Trudgill (1994), a grande quantidade de dados obtidos proporcionada pelo método do questionário por correspondência resultou mais em problema do que em vantagem: para que seus resultados se fizessem acessíveis, Wenker precisou limitar sua análise a variantes de determinadas palavras. Além disso, sendo a pesquisa realizada por correspondência, não se podia registrar a pronúncia das palavras de modo preciso, também não houve controle sistemático de variáveis de natureza social, não se tendo informações a respeito da idade e do sexo das pessoas que participaram da pesquisa, a não ser o fato de serem professores.

Não obstante os problemas com os quais a pesquisa se deparou e das críticas lançadas ao trabalho, Wenker tem o mérito de abrir o caminho para a pesquisa dialetal de grande porte e de ser o precursor da geografia linguística na Alemanha, que logo se expandiu para outros lugares da Europa. Alguns anos depois de Wenker iniciar seu trabalho na Alemanha, Kristensen iniciou um trabalho similar, embora menos audacioso, na Dinamarca (cf. CHAMBERS; TRUDGILL, 1994).

No entanto, foi com Jules Gilliéron e o *Atlas Linguístico da França* (ALF) que as bases da geografia linguística, enquanto método de pesquisa, foram estabelecidas, no final do século XIX. Gilliéron (1915) assumiu a tarefa de aperfeiçoar o método de pesquisa iniciado por Georg Wenker, a começar pelo questionário, revisado continuamente à medida que a pesquisa se desenvolvia, em que Gilliéron isolou palavras específicas que se queria obter como resposta. O questionário elaborado para o ALF contemplava não apenas o aspecto fonético, mas também o morfológico e o lexical, dos dialetos franceses.

A forma utilizada para a coleta dos dados também foi modificada, além de ter sido considerada um marco; substituiu-se a prática do inquérito por correspondência e se passou a contar com figura do inquiridor que, após um treinamento, dirigiu-se às localidades pesquisadas e procedeu à coleta dos dados. Esta tarefa coube a Edmond Edmont, figura lendária na história dos estudos dialetais, um homem que não tinha nenhuma formação linguística, mas era dotado de grande competência variacional, adquirido com suas andanças como caixeiro viajante, e de uma audição apurada, que o habilitava a perceber as variações fonéticas; para iniciar a coleta, precisou apenas de treinamento de transcrição fonética (uma vez que na época não se dispunha de gravadores, tendo as respostas aos questionários que serem transcritas). Durante quatro anos, Edmont percorreu de bicicleta 639 localidades do território francês, selecionando os informantes e procedendo às entrevistas, efetuando a transcrição fonética simultaneamente; ao término de cada aplicação, Edmont as enviava a

Gilliéron, que trabalhava na elaboração dos mapas. Ao final, Edmont havia efetuado 700 entrevistas (cf. CHAMBERS; TRUDGILL, 1994, p. 17).

Segundo Cardoso (2010), na grande maioria das localidades foram coletados dados de apenas uma pessoa; em alguns lugares, foram ouvidas duas pessoas, observando o fator idade, ou seja, se o primeiro a ser ouvido fosse alguém mais velho, o outro seria mais novo. Em seis localidades foram ouvidas três pessoas. Observa-se, ainda, que dos 700 informantes ouvidos apenas 60 eram mulheres e, segundo Chambers e Trudgill (1994), somente 200 tinham uma educação que sobressaíra à norma da população rural da época, ou seja, exerciam atividade que sugeriam nível secundário de instrução. No que diz respeito à idade, embora não tenha havido controle sistemático ela se estende dos 15 aos 85 anos.

Mesmo diante das críticas feitas ao trabalho de Gilliéron, é inegável que o *Atlas Linguístico da França* foi um divisor de águas para a pesquisa dialetal, tornando-se o ponto de partida para as pesquisas empreendias posteriormente, que passaram a seguir o método iniciado por Gilliéron, ajustando-o e aperfeiçoando-o de acordo com a nova realidade, ainda que rejeitassem alguns critérios seguidos por Gilliéron, como o do inquiridor único e não linguista.

A obra de Gilliéron não apenas contribuiu para que os estudos dialetais, focados até então nos aspectos fonético-fonológicos, voltassem-se também para os aspectos morfológicos e lexicais, como também teve o mérito de marcar o nascimento da Geografia Linguística. Embora o trabalho de Gilliéron e Edmont tenha surgido no curso de outros trabalhos da mesma natureza – o próprio Gilliéron, antes da publicação do ALF, já havia feito dois trabalhos dialetais, o *Patois de la commune de Vionnaz* e o *Petit Atlas phonétique du Valais Roman* –, o *Atlas Linguístico da França* foi o primeiro a ser elaborado e orientado pelos critérios mais rigorosos que a Geografia Linguística, enquanto método de pesquisa dialetológica, veio estabelecer, inaugurando uma nova fase dos estudos linguísticos, servindo como referência a uma série de estudos que se desenvolveram posteriormente. Assim, o *Atlas Linguístico da França* marca o nascimento da Geografia Linguística.

A Geografia Linguística, segundo Coseriu (1965),

> (...) designa exclusivamente um método dialetológico e comparativo que nesse século teve um desenvolvimento extraordinário em todo o campo românico e que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de um determinado território, ou, pelo menos, leva em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos e aos falares estudados[4] (COSERIU, 1965, p. 29).

Pelos dizeres de Coseriu (1965), deve-se atentar para o fato de que a Dialetologia é a ciência da variação linguística em seu aspecto prioritariamente espacial, embora não deixe de considerar outros aspectos envolvidos na variação; a Geografia Linguística (ou Geolinguística) constitui-se em um método de investigação de que a Dialetologia atualmente se vale para estudar a variação espacial.

Segundo Chambers e Trudgill (1994, p. 37), até a segunda metade do século XIX as descrições das áreas dialetais eram "intuitivas e fortuitas [...] inadequadas diante dos grandes avanços da filologia e de outros estudos das línguas"[5]. No entanto, no final deste mesmo século, graças ao trabalho de Gilliéron e Edmont referente ao ALF, nasce a Geografia Linguística, ainda segundo os autores, como reação a uma afirmação teórica dos neogramáticos de que a mudança sonora não admitia exceção. Nessas circunstâncias, a Geolinguística – e conforme atesta Coseriu (1965) – se estabelece como o método por excelência da Dialetologia (cf. CARDOSO, 2010).

É inegável, dessa forma, que a Dialetologia avançou muito na identificação e descrição dos fenômenos linguísticos com o surgimento da Geolinguística; passou-se a utilizar um método com um rigor até então desconhecido, abandonaram-se os inquéritos por correspondência, passou-se a interagir diretamente com o informante, passou-se a fazer uso de um questionário mais apropriado, que deixa claro os objetivos da pesquisa. Este questionário, aplicado aos diferentes pontos com o rigor metodológico da Geolinguística, permite comparar com maior precisão os fenômenos, seja pela presença ou pela ausência destes, em diferentes espaços e assim chegar a importantes conclusões teóricas (cf. GARCÍA MOUTON, 1996).

---

[4] "(...) designa exclusivamente un método dialectológico y comparativo que ha llegado a tener extraordinario desarrollo en nuestro siglo, sobre todo en el campo románico, y que presupone el registro en mapas especiales de un número relativamente elevado de formas lingüísticas (fónicas, léxicas o gramaticales) comprobadas mediante encuesta directa y unitaria en una red de puntos de territorio determinado, o, por lo menos, tiene en cuenta la distribución de las formas en el espacio geográfico correspondiente a la lengua, a las lenguas, a los dialectos o a los hablares estudiados" (tradução nossa).

[5] "intuitivas y fortuitas [...] inadecuadas frente a los enormes avances de la filología y otros estudios de las lenguas" (tradução nossa).

Os primeiros estudos de natureza dialetal procuraram registrar apenas as diferenças diatópicas. Seja pelo método dos inquéritos por correspondência, seja pelo método da anotação direta por um inquiridor que vai a campo coletar os dados, a preocupação era estritamente no nível da diatopia. Buscava-se registrar, segundo uma pauta estabelecida pelo questionário, os usos linguísticos em diferentes espaços e apresentá-los em mapas linguísticos. Buscava-se pelas áreas rurais mais isoladas, distantes dos grandes centros, pois nestas áreas estariam as formas linguísticas tidas como mais preservadas. Os informantes deveriam ser preferencialmente homens, porque se suporia estes terem uma fala mais vernacular, e serem eles estáveis em relação à localidade, ou seja, que tivessem vivido toda a vida na localidade e dela não tivesse se ausentado, pois a sua fala deveria refletir a fala da localidade, bem como deveriam ser homens mais velhos, pois assim se registraria a fala de uma época passada, anterior ao momento do registro. O perfil desses informantes foi denominado por Chambers e Trudgill (1994) de *NORMs*, ou seja, homens, mais velhos, rurais e sedentários (em inglês: *nonmobile*, *older*, *rural males*); Zágari (1998), adaptando para o português o termo adotado por Chambers e Trudgill, criou *HARAS*, ou seja, *homens*, *adultos*, *rurais*, *analfabetos* e *sedentários*.

Os estudos dialetais levados a cabo dentro de um paradigma que se convencionou chamar de *Dialetologia Tradicional* tiveram significativa importância, agregando valor considerável ao conhecimento da diversidade linguística, registrando diferentes formas de uso da língua que de outro modo teriam se perdido. Muitas críticas se teceram ao método geolinguístico, como o de se escolher apenas algumas localidades, em especial as mais isoladas, o fato de se registrar dados de apenas uma pessoa em cada ponto, a relativa formalidade dos questionários, dentre outras (cf. GARCÍA MOUTON, 1996). Com o avanço dos estudos linguísticos, começou-se a perceber que se havia colocado muito relevo na dimensão espacial da variação e, de certo modo, ignorado a dimensão social. Conforme ressaltam Chambers e Trudgill (1994, p. 82), "todos os dialetos são tanto espaciais quanto sociais, uma vez que todos os falantes têm um espaço social, bem como uma localização espacial"[6]. Concentrar os estudos dialetais no perfil da Dialetologia Tradicional significava deixar de considerar uma parte significativa dos usos linguísticos por parte dos outros grupos sociais e um desconhecimento desses usos, visto que a grande maioria da população já vivia em áreas urbanas, bem como significava deixar toda essa área descoberta. O estudo dos dialetos urbanos fazia-se, assim, uma tarefa necessária e urgente.

[6] "todos los dialectos son tanto espaciales como sociales, puesto que todos los hablantes tienen um entorno social igual que una localización espacial" (tradução nossa).

Obviamente, os participantes classificados do tipo HARAS (NORMs) não eram os mais adequados. Os estudiosos passaram, então, a seguir o exemplo dos cientistas sociais, dos pesquisadores de opinião e começaram a selecionar os participantes segundo uma amostra selecionada aleatoriamente, a fim de se obter uma amostra representativa da população da localidade pesquisada. A coleta dos dados de fala também sofreu modificações; dada a diversidade social da população urbana de grandes centros, os questionários, como os aplicados na Dialetologia Tradicional, com respostas muitas vezes em uma única palavra, não se mostraram o método mais eficaz, sendo substituído por entrevistas dialogadas às quais se associam também perguntas pontuais de natureza onomasiológicas que permitissem registrar uma grande quantidade de amostra de fala.

A variação linguística sempre foi percebida e observada. Antes dos estudos da chamada dialetologia urbana[7], no entanto, ela era vista como fenômeno aleatório, livre de condicionamento. Uma das grandes contribuições dos estudos em dialetologia urbana foi demonstrar que a variação não é livre, mas influenciada por fatores de natureza linguística e social. A partir desta constatação, desenvolveu-se a noção de *variável linguística*, vista como uma unidade linguística com formas socialmente distintas, mas linguisticamente equivalentes de se dizer a mesma coisa com o mesmo valor de verdade.

Os estudos dialetológicos tradicionais se concentravam na relação entre variação linguística e sua localização no espaço geográfico; os de dialetologia urbana passam a observar a variação estabelecendo uma relação entre língua e aspectos sociais. O primeiro estudioso a levar a cabo um estudo de dialetologia urbana foi William Labov, que, em 1962, observou a variação do (r) pós-vocálico no inglês falado em Nova Iorque. O trabalho de Labov inaugura uma nova forma de estudar a variação linguística, que correlaciona aspectos linguísticos e sociais em uma determinada comunidade de fala, conhecida como Sociolinguística. Com o avanço dos estudos linguísticos, a Sociolinguística foi se aperfeiçoando e se firmando como uma disciplina que se dedica ao estudo da variação e mudança linguística em seu contexto sociocultural, tendo como postulado básico a heterogeneidade como inerente à estrutura linguística.

[7] Dialetologia Urbana, aqui, se contrapõe à Dialetologia Tradicional, que se constituía do estudo das formas linguísticas em áreas predominantemente rurais. O reconhecimento de que se havia posto destaque em demasia à dimensão espacial da variação fez com que os estudos dialetais migrassem para áreas urbanas, acrescentando, também, a dimensão social. Para melhor compreensão da dialetologia urbana, ver Chambers e Trudgill (1994), capítulo 4.

A Dialetologia trouxe inegáveis contribuições à Linguística de modo geral e à Sociolinguística em particular. A Sociolinguística floresceu dentro da Dialetologia e, segundo Silva-Corvalán (1989),

> Sociolinguística e dialetologia têm sido consideradas até certo ponto sinônimas, visto que ambas as disciplinas estudam a língua falada, o uso linguístico e estabelecem relações que se dão entre certos traços linguísticos e certos grupos de indivíduos. Assim como a sociolinguística, a dialetologia tem reconhecido desde sempre a heterogeneidade linguística.[8] (SILVA-CORVALÁN, 1989, p. 8).

Apesar das semelhanças, as duas disciplinas, ainda segundo a autora, apresentam uma diferença fundamental: a Dialetologia preocupa-se, basicamente, em estabelecer fronteiras geográficas de certos usos linguísticos, concentrando-se em áreas rurais; já a Sociolinguística preocupa-se em estabelecer fronteiras sociais dos usos linguísticos, concentrando-se nos centros urbanos (cf. SILVA-CORVALÁN, 1989). Esta visão, como se verá, já não corresponde totalmente à realidade, tanto no que diz respeito à Dialetologia, quanto no que diz respeito à Sociolinguística.

Não se pode pensar, contudo, que os aspectos sociais estiveram à margem dos estudos dialetais e que só foram considerados a partir dos estudos sociolinguísticos. A perspectiva social nunca esteve alheia aos estudos dialetais ainda que o objetivo primeiro da Dialetologia seja o registro da variação espacial. Embora os aspectos sociais não tenham sido sistematicamente usados para explicar a variação linguística, a Dialetologia sempre esteve, de alguma forma, atenta a eles. Para dar um exemplo, o *Linguistic Atlas of New England* (LANE – KURATH *et al.*, 1943), segundo Chambers e Trudgill (1994), já trazia os informantes divididos em categorias do tipo (i) com pouca educação formal e relações sociais escassas, (ii) nível considerado médio de educação formal e de relações sociais, (iii) educação superior, em geral universitária e relações sociais amplas. Essas categorias foram cruzadas com o aspecto etário, (i) pessoa mais velha, e (ii) pessoa de meia idade.

---

[8] "Sociolingüística y dialectología se han considerado hasta cierto punto sinómimas en cuanto a que ambas disciplinas estudian la lengua hablada, el uso lingüístico y estabelecen las relaciones que se dan entre ciertos rasgos lingüísticos y ciertos grupos de indivíduos. Así como la sociolingüística, la diactología ha reconocido desde siempre la existencia de la heterogeneidad lingüística" (tradução nossa).

A esse respeito, vale ressaltar as palavras de Callou (2010), quando afirma que:

> Os aspectos sociais sempre estiveram presentes em estudos de natureza dialetal, mas somente com o desenvolvimento da Sociolinguística quantitativa laboviana (1968) passaram a ser correlacionados. Concebe-se, portanto, que a Sociolinguística nasceu dentro da Dialetologia: são assim Dialetologia e Sociolinguística duas perspectivas de observação e análise da língua que não se opõem, mas sim se encontram e se complementam (CALLOU, 2010, p. 35).

A Dialetologia não só contribuiu para o surgimento da Sociolinguística, como foi fortemente influenciada por ela. Durante muito tempo a preocupação dos estudos dialetais era a de registrar os usos linguísticos do passado em comunidades rurais a fim de que não desaparecessem em razão do avanço da modernidade. O reconhecimento da importância das variedades faladas nos centros urbanos, bem como o desenvolvimento da Sociolinguística contribuíram para que a Dialetologia traçasse novos rumos e, assim, expandisse os estudos e a descrição dos dialetos falados em áreas urbanas, onde se concentra grande diversidade linguística e social. Nas palavras de Callou (2010),

> (...) os métodos da Dialetologia tradicional rural sofrem uma adaptação, a fim de possibilitar o levantamento da linguagem de grandes centros urbanos, mais diversificados, em princípio, vindo, consequentemente, a Dialetologia urbana a confundir-se com a Sociolinguística (CALLOU, 2010, p. 34).

No Brasil, a primeira manifestação de natureza dialetológica deve-se a Domingos Borges de Barros, o visconde de Pedra Branca, que na introdução do *Atlas Ethnographique du Globe...*, de Adrien Balbi, publicado em 1826, procedeu a uma descrição do português do Brasil em comparação ao português de Portugal. A descrição feita por Domingos Borges de Barros, no nível do léxico, consistiu em registrar as diferenças de uso da língua portuguesa no Brasil e em Portugal, registrando um conjunto de palavras dividido em dois grupos, (i) o de nomes que, no Brasil, mudaram de significado – uma lista de oito palavras –, e (ii) nomes usados no Brasil e desconhecidos em Portugal (cf. CARDOSO, 2010). Esta manifestação não apenas é o primeiro registro de natureza dialetal do português brasileiro, como também é tido como o marco inicial dos estudos dialetais brasileiros, dando início, assim, à primeira fase dos estudos dessa natureza desenvolvidos em terras brasileiras.

Desde Antenor Nascentes (1952, 1953) vem-se estabelecendo uma periodização dos estudos dialetais no Brasil. Nascentes (1952, 1953) estabelece as duas primeiras fases; Ferreira e Cardoso (1994) reformulam a proposta de Nascentes e acrescentam uma terceira fase; alguns anos mais tarde, Mota e Cardoso (2006) reanalisam as propostas e acrescentam

uma quarta fase dos estudos dialetais no Brasil. As periodizações propostas por esses autores estão ligadas a momentos, ou melhor fatos, específicos que de alguma forma marcam uma mudança nos rumos dos estudos dialetais até então desenvolvidos.

Nascentes (1952, 1953), em dois artigos publicados na revista *Orbis*, apresenta a primeira proposta de divisão dos estudos dialetais brasileiros. Estabelece ele duas fases, em que a primeira se inicia em 1826, por ocasião da publicação do estudo de Domingos Borges de Barros na introdução do *Atlas Ethnographique du Globe...*, de Balbi. Esta primeira fase vai até o ano de 1920. Nesse mesmo ano, com a publicação da obra *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, inicia-se a segunda fase. A primeira fase se caracteriza pela produção de obras voltadas ao estudo do léxico, tais como dicionários, glossários, vocabulários; já a segunda fase caracteriza-se pela elaboração de trabalhos de cunho monográfico em que se observa a realidade linguística de uma determinada localidade, tais como *O Dialeto Caipira* (1920), *O Linguajar Carioca em 1922* (1922), e *A Língua do Nordeste* (1934).

Ferreira e Cardoso (1994) analisaram a proposta de Nascentes (1952; 1953) e constataram que a segunda fase já havia terminado e se iniciado a terceira fase, saindo, assim, de uma divisão bipartida para uma divisão tripartida dos estudos dialetais brasileiros. Com essa divisão tripartida, procura-se "identificar e demarcar as três diferentes tendências dominantes em cada uma das épocas consideradas." (MOTA; CARDOSO, 2006, p 18). Segundo Ferreira e Cardoso (1994), a segunda fase, iniciada em 1920, teve seu fim em 1952. A terceira fase dos estudos dialetais teve início em 1952 por ocasião da publicação, pelo governo brasileiro, do Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, no qual se estabeleciam as finalidades da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, cuja tarefa principal era a de elaborar o Atlas Linguístico do Brasil. Essa terceira fase se caracteriza pelos estudos sistemáticos em Geolinguística no território brasileiro, como os atlas linguísticos estaduais: *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (ROSSI *et al*., 1963), *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (RIBEIRO *et al.*, 1977), *Atlas Linguístico da Paraíba* (ARAGÃO; BEZERRA DE MENEZES, 1984), *Atlas Linguístico de Sergipe* (FERREIRA *et al.*, 1987), *Atlas Linguístico do Paraná* (AGUILERA, 1994).

Passados mais de dez anos, Mota e Cardoso (2006) revisitaram Ferreira e Cardoso (1994) e observaram que a terceira fase dos estudos dialetais no Brasil já havia terminado e uma quarta fase foi estabelecida. Em 1996 realizou-se, na cidade de Salvador, na Bahia, o *Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*. Neste Seminário, retoma-se a proposta colocada pelo Decreto de 1952 de elaboração de um atlas nacional e institui-se um Comitê Nacional encarregado de levar a cabo o Projeto Atlas

Linguístico do Brasil. Assim, o ano de 1996 marca não somente o final da terceira fase dos estudos dialetais, mas também o início da quarta fase. Esta quarta fase se caracteriza pela ampliação de estudos sob a perspectiva da Geolinguística, o número de pesquisadores da área cresce significativamente em razão da implementação da linha de pesquisa em Geolinguística em diversas universidades espalhadas pelo país, bem como cresce o número de atlas linguístico elaborados sob uma nova perspectiva metodológica (cf. MOTA; CARDOSO, 2006).

Esta nova fase dos estudos dialetais no Brasil representa, também, o momento em que a Dialetologia brasileira se beneficia dos princípios metodológicos da Sociolinguística que faz com que a Geolinguística brasileira avance da perspectiva monodimensional para pluridimensional. Ainda de acordo com Mota e Cardoso (2006),

> A nova fase da geolingüística se faz notar, ainda: a) pela ampliação do campo de estudo que não se restringe mais aos dados fonético-fonológicos e léxico-semânticos, como, em geral, nos atlas tradicionais, incorporando dados morfossintáticos, pragmático-discursivos, metalingüísticos, etc., tal como previsto na metodologia do ALiB e em alguns projetos em andamento; b) pela própria apresentação dos dados que nos atlas atuais, ditos de 2ª e 3ª gerações, se fazem acompanhar de comentários lingüísticos e de CDs que reproduzem a voz do informante, na localidade em que ela foi registrada, como, por exemplo, no ALISPA (MOTA; CARDOSO, 2006, p. 23).

O Projeto Atlas Linguístico do Brasil é o expoente maior desta quarta fase, que apresenta uma metodologia enriquecida com o avanço da ciência da linguagem de modo geral e o desenvolvimento da Sociolinguística Variacionista em particular. Ainda de acordo com Mota e Cardoso (2006),

> Do ponto de vista metodológico, essa nova fase coincide com a incorporação dos princípios implementados pela Sociolinguística a partir da década de 60 do século passado, abandonando-se a visão monodimensional – monoestrática, monogeracional, monogenérica, monofásica, etc – que predominou na geolingüística hoje rotulada de "tradicional" (MOTA; CARDOSO, 2006, p. 21).

Os estudos característicos desta quarta fase constituem-se principalmente de atlas linguísticos produzidos em uma perspectiva pluridimensional, utilizando-se, sobretudo, da metodologia do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, dentre os quais cintam-se alguns: *Atlas Linguístico Sonoro do Pará* (RAZKY, 2004), *Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul*

(OLIVEIRA, 2008), *Atlas Linguístico do Ceará* (BESSA *et al.*, 2010), *Altas Linguístico do Brasil* vols I e II (CARDOSO *et al.*, 2014), só para citar alguns[9].

Observe-se a figura a seguir a respeito da periodização dos estudos dialetais no Brasil:

Figura 3: Periodização dos estudos dialetais no Brasil



Fonte: Elaborada pelo autor

Teles (2018) revisita a periodização dos estudos dialetais no Brasil, que vai da primeira à quarta fase, e propõe uma nova fase, a quinta, dando por encerrada a quarta fase em 2014, ano da publicação dos dois primeiros volumes do *Atlas Linguístico do Brasil*. Em outubro de 2014, por ocasião do *III Congresso Internacional de Dialetologia e Sociolinguística*, foram lançados, na Universidade Estadual de Londrina, os dois primeiros volumes do *Atlas Linguístico do Brasil*. De acordo com Teles (2018), independentemente de se iniciar ou não uma nova fase, o evento ocorrido em 2014 foi um marco para a geolinguística brasileira

> (...) tanto pelo fato de inúmeros trabalhos terem sido desenvolvidos, desde então, a partir do seu conteúdo, quanto pela extensão alcançada, seja pela disponibilização do atlas em bibliotecas não apenas das Universidades integrantes do Projeto, seja pela divulgação em âmbito nacional que o atlas teve a partir de telejornais de coberturas locais e nacionais, além de uma série composta de vários programas, abordando praticamente todas as áreas de estudos linguísticos que o ALiB contempla (TELES, 2018, p. 79-80).

A publicação, em 2014, dos dois volumes do *Atlas* trouxe grande visibilidade ao Projeto, com a oportunidade de ser, efetivamente, conhecido do grande público, e não somente do público especializado. O número de estudantes interessados em Dialetologia e Sociolinguística e sua interrelação – uma Sociodialetologia – também cresceu, segundo a autora, significativamente, o que proporcionou um aumento na produção científica da área.

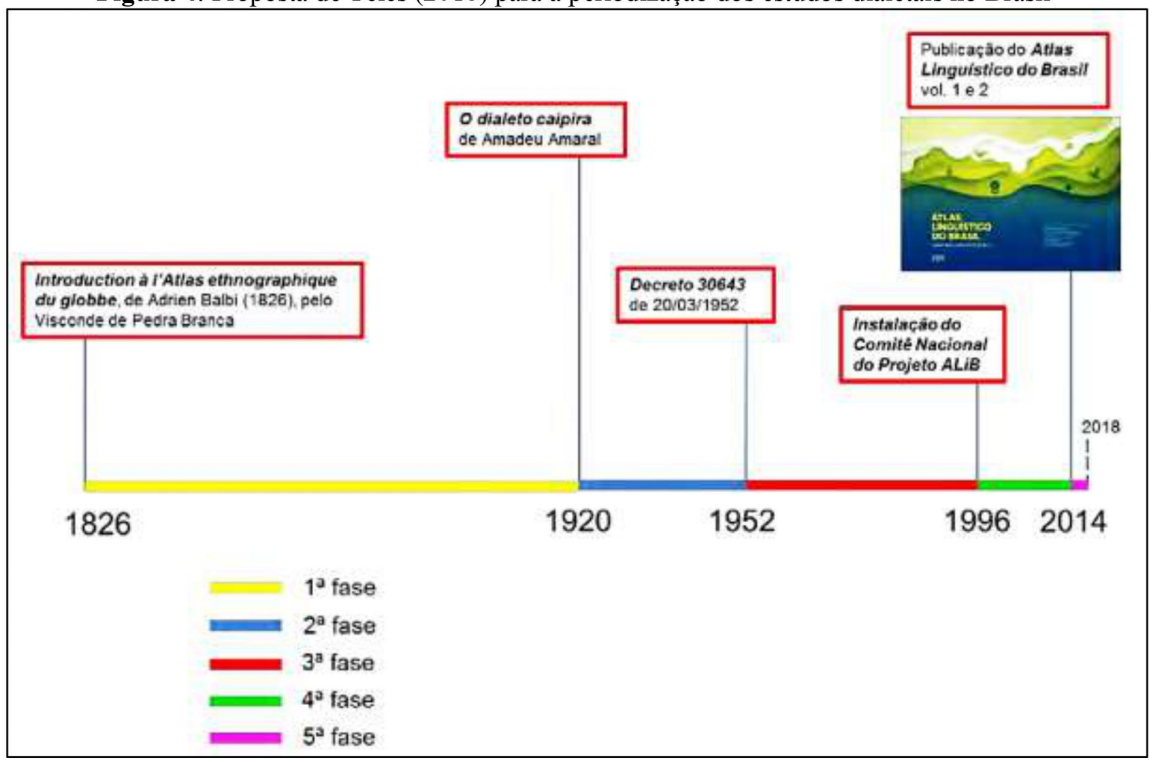
[9] Cf. Teles (2018) para uma relação mais completa das produções que marcaram a quarta fase dos estudos dialetais no Brasil, bem como das fases anteriores. Ver, ainda, Romano (2020), que faz um balanço da geolinguística brasileira e a divide em duas fases.

Teles (2018) cita também a publicação, em 2017, do *Documentos 7*, que discorre sobre os vinte anos do Projeto ALiB, bem como sobre as perspectivas para o futuro.

O ano de 2014 marca, ainda, uma transformação do ponto de vista da cartografia dos dados linguísticos: é o primeiro atlas brasileiro elaborado em sistema de georreferenciamento de toda a rede de pontos, o que permite que "todas as cartas publicadas" sejam "passíveis de reedições e complementações a qualquer época" (TELES, 2018, p. 80).

Dessa forma, a autora propõe que, no ano de 2014, a publicação dos dois primeiros volumes do *Atlas Linguístico do Brasil* constitua-se o marco final da quarta fase e o marco inicial da quinta fase dos estudos dialetais no Brasil, conforme se ilustra na figura que segue:

Figura 4: Proposta de Teles (2018) para a periodização dos estudos dialetais no Brasil



Fonte: Teles (2018, p. 81)

Adotando a proposta de Teles (2018) e considerando que a publicação dos dois primeiros volumes do ALiB, no ano de 2014, representou um marco na Dialetologia brasileira, abraça-se a proposta da autora e concebe-se que se está vivenciando a quinta fase dos estudos dialetais no Brasil. A Figura 5 adiante organiza as cinco fases:

Figura 5: Periodização dos estudos dialetais no Brasil segundo Teles (2018)



Fonte: Elaborada pelo autor

A Figura 5 ilustra a proposta de Teles (2018) para a inclusão de uma nova fase, a 5ª fase dos estudos dialetais. O ano de 2014 seria o marco inicial dessa nova fase que, independentemente de se aderir ou não a esta nova fase, esse ano representou um marco na Geolinguística brasileira, com o lançamento dos dois primeiros volumes do Atlas Linguístico do Brasil. A partir do conteúdo do Atlas Linguístico do Brasil, lançado em 2014, inúmeros trabalhos foram e vêm sendo desenvolvidos em praticamente todas as áreas de estudos contempladas pelo Projeto ALiB. Esses estudos, em maior ou menor grau, se diferenciam daqueles anteriores ao Atlas, tanto no que diz respeito aos conteúdos e abordagens, quanto no que diz respeito ao aspecto cartográfico, uma vez que as novas cartas temáticas puderam ser concebidas a partir do Sistemas de Informações Geográficas (SIG), proporcionadas pelo Projeto ALiB. Esta tese já se beneficia dessa inovação cartográfica trazida nesta quinta fase dos estudos dialetais, uma vez que o fenômeno analisado neste trabalho foi cartografado utilizando-se das cartas-base do Projeto ALiB. Em período anterior a 2014, os fenômenos linguísticos eram representados em cartogramas.

2.2 SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

Como ponto de partida, pode-se dizer que a Sociolinguística é uma disciplina independente, uma área da Linguística que compreende a língua como um fato social e a estuda em seu contexto social; em outras palavras, a Sociolinguística estuda a língua em seu uso real e concreto no interior de uma comunidade de fala.

É consenso entre os estudiosos que a publicação, em 1916, do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, marca não apenas o surgimento da chamada linguística moderna, como também da corrente teórica conhecida como *Estruturalismo*[10]. É no *Curso* (SAUSSURE, [1916] 2021) que se encontram as bases e conceitos fundamentais do estruturalismo linguístico. Ainda que Saussure considere a língua como uma instituição social, como a parte social da linguagem, o estruturalismo inaugurado por ele, por meio da conhecida dicotomia *língua e fala*, acabou por excluir dos estudos da linguagem exatamente o que há de social na língua. Como lembra Calvet (2002, p. 12), "o estruturalismo na linguística foi construído, portanto, sobre a recusa em levar em consideração o que existe de social na língua".

Com a publicação do *Curso*, as reações às suas ideias não tardaram a chegar. O linguista francês Antoine Meillet definiu e defendeu a língua como um fato social, o que, para ele, deveria estar no centro dos estudos linguísticos: "do fato de ser a linguagem uma instituição social resulta ser a linguística uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da mudança linguística é a mudança social" (MEILLET, 2020, p. 51). O apelo para um estudo que considerasse a relação entre língua e sociedade vem muito antes do advento da Sociolinguística, mas foi preciso esperar por William Labov, que retomou o pensamento de Meillet, para que esses estudos surgissem na prática.

Em maio de 1964, um grupo de 25 pesquisadores se reuniu na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, por ocasião de uma conferência sobre sociolinguística promovida por William Bright, onde se debateu numerosos temas relacionados à língua e sociedade. Dentre os estudiosos estavam John Gumperz, Dell Hymes, John Fisher, Einar Haugem, Charles Ferguson, José Pedro Rona e William Labov. Como resultado desse encontro, foram

[10] Está-se a falar, ressalta-se, de estruturalismo em linguística; não se considera, aqui, o fato de outras ciências humanas – Sociologia e Antropologia, por exemplo – poderem-se apresentar sob o viés estruturalista. Restringindo-se apenas ao campo da Linguística, ressalta-se, ainda, que se tem ciência de que não se pode falar de um estruturalismo único, haja vista as divergências existentes entre o estruturalismo europeu (SAUSSURE, [1916] 2021) e o estruturalismo americano (BLOOMFIELD, 1933).

publicadas as atas dos trabalhos apresentados, sob responsabilidade de William Bright, em cujo texto introdutório, *As dimensões da Sociolinguística*, o autor procurou estabelecer as tarefas da Sociolinguística, destacando que uma das principais é demonstrar que a variação não é livre, não é fruto do acaso, mas está intimamente relacionada a diferenças sociais sistemáticas (cf. CAMACHO, 2013).

Com toda a importância que teve o trabalho de William Bright, Calvet (2002) diz que atualmente o seu texto tem não mais que um valor histórico. O encontro de maio de 1964 marca o nascimento da Sociolinguística, advinda como um modelo alternativo dos estudos da linguagem em oposição ao estruturalismo e ao gerativismo que se firmava na época.

Os anos que sucederam o encontro de 1964 testemunharam um interesse cada vez maior no estudo da língua em uso em seu contexto social em diferentes vertentes. A Sociolinguística Variacionista, ligada diretamente a William Labov, é uma dessas vertentes, que trata da variação e mudança linguística estabelecendo uma relação entre a estrutura da língua e os aspectos sociais e culturais da linguagem. Ela parte do princípio de que a diversidade e variabilidade são inerentes ao sistema de qualquer língua natural.

Um dos desafios da Sociolinguística foi o de romper com o pressuposto existente na teoria linguística que associa sistematicidade com homogeneidade. A Sociolinguística assume que a heterogeneidade é inerente e constitutiva da língua, e que a ausência de heterogeneidade ordenada é que seria disfuncional; em outras palavras, variabilidade e sistematicidade não se excluem mutuamente. Com esse novo pressuposto, a Sociolinguística veio mostrar que a variação não é livre, nem aleatória, nem fruto do acaso, mas sistemática, ordenada e regulada por fatores de natureza interna e externa à estrutura linguística. A abordagem dos fenômenos da linguagem estabelecida pela Sociolinguística Variacionista permite observar a regularidade e a sistematicidade do fato linguístico variável por trás de sua aparente assistematicidade.

Ao contrário do estruturalismo e do gerativismo, que veem a língua como um sistema homogêneo no qual figuram regras categóricas, ou seja, regras que sempre se aplicam da mesma maneira, a Sociolinguística vê a língua como um sistema heterogêneo, em que ao lado das regras categóricas existem outras, as regras variáveis, que têm seu comportamento explicado pelos componentes linguísticos e não linguísticos no uso da língua. A Sociolinguística Variacionista não ignora a existência das regras categóricas, mas ela tem como foco de observação e análise as regras variáveis; essas regras são ditas variáveis porque são elas que regem a variação, mostrando qual forma linguística assume um determinado lugar em razão dos condicionamentos linguísticos, sociais, culturais e estilísticos considerados; ou seja, a variação é sistematicamente estruturada.

Ao estudar a língua em situação real de uso, a Sociolinguística trabalha com o falante-ouvinte real, no uso concreto da língua em um contexto social, procurando descrever, analisar e explicar os fenômenos linguísticos, pois todo fenômeno da língua tem uma explicação, que pode ser encontrada no interior do próprio sistema linguístico ou fora dele. No entanto, não é a língua do indivíduo que se tem como objeto de descrição e análise, não é o idioleto, mas a língua do grupo social, a gramática da comunidade de fala; é o indivíduo considerado no interior de uma comunidade de fala. Uma comunidade de fala, segundo Labov (2008), não é formada por indivíduos que falam e/ou usam as mesmas formas linguísticas, mas por um grupo de pessoas que compartilham as mesmas normas e atitudes com relação aos usos linguísticos. A sistematicidade do sistema linguístico heterogêneo se revela na observação do grupo social, e não do indivíduo tomado isoladamente.

Sabe-se que a variação acontece em todos os níveis da língua e que ela não é aleatória, que não acontece por acaso; existem forças que operam sobre a língua e que agem continuamente sobre ela, determinando a forma como as pessoas usam a língua. Podem-se claramente perceber diferenças no uso da língua por parte de seus falantes; essas diferenças se dão em razão de muitos fatores, como por exemplo o lugar onde a pessoa nasceu e/ou mora, à qual se relacionam as variáveis espaciais ou geográficas: em um determinado lugar pode-se usar uma forma lexical em vez de outra ou pronunciar um fonema do modo diferente de como se pronuncia em outros lugares. Essas diferenças podem, ainda, ser de cunho mais social, quando em um dado lugar, em uma comunidade de fala, as diferenças nos usos da língua se dão em razão da idade das pessoas ou do nível de instrução formal delas ou em razão do sexo e/ou do nível socioeconômico dos indivíduos. Essas diferenças podem estar relacionadas, também, às circunstâncias da enunciação; a variação que se dá em razão da situação em que o falante se encontra: se está em casa com a família, se estar na rua com os amigos, se estar no trabalho ou em uma entrevista de emprego. A esse tipo de variação dá-se o nome de *variação estilística*. Como lembra Labov (2008), não existe falante de estilo único, todos dominam e usam diferentes estilos a depender dos diferentes contextos situacionais.

Existem, como dito, forças atuando sobre a língua que levam uma pessoa ou um grupo a usar uma determinada forma e não outra. Essas forças são os condicionamentos, que podem ser tanto linguísticos, se ligados a aspectos internos à língua, quanto extralinguísticos, se relacionados a questões externas à língua. O controle desses condicionamentos feitos pela Sociolinguística Variacionista permite dizer em quais contextos, linguísticos ou extralinguísticos, uma determinada forma variante de um determinado fenômeno variável é mais provável de ocorrer que outra.

É por meio do controle rigoroso da frequência de ocorrência de cada uma das formas variantes em observação, em razão dos condicionadores internos e externos à língua selecionados para análise, que se pode traçar um perfil do fenômeno linguístico observado na fala dos indivíduos considerados no interior de uma comunidade de fala, mostrando quais os condicionamentos favorecem ou desfavorecem o uso das formas em variação.

Para além do fenômeno da variação, o rompimento estabelecido pela Sociolinguística com o pressuposto que associa sistematicidade com homogeneidade possibilitou uma abordagem mais apropriada da mudança linguística. O tratamento dado à mudança linguística até então não permitia uma observação senão diacronicamente do fenômeno. De um lado, advogava-se, a mudança sonora era lenta demais para ser observada sincronicamente, salvo em seus efeitos; de outro, o processo de mudança estrutural na língua é abrupto, o que impede, igualmente, a observação sincrônica, fazendo-se sentir apenas em seus efeitos (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006). O novo tratamento que se dá à mudança linguística se faz, ainda, com o rompimento da conhecida dicotomia saussuriana de sincronia e diacronia; para a Sociolinguística a língua é um sistema heterogêneo e essa heterogeneidade pode ser observada tanto do ponto de vista sincrônico quanto diacrônico. O rompimento entre sincronia e diacronia permite observar a mudança linguística em uma comunidade de fala no momento em que ela acontece, por meio da observação do uso da língua por pessoas de diferentes faixas etárias. Variação e mudança estão, assim, interrelacionadas, pois não é possível conceber uma mudança sem que se conceba um estado de variação anterior, embora o contrário não seja absolutamente verdadeiro: toda mudança pressupõe variação, mas nem toda variação provoca mudança.

No processo de mudança linguística, duas ou mais formas variantes encontram-se em competição em um determinado contexto podendo, com o tempo, uma das formas se consolidar como única para aquele contexto, o que resultaria em uma mudança completa. No entanto, o fato de se ter duas ou mais formas variantes concorrendo pelo mesmo contexto não significa que uma delas irá se firmar como exclusiva e as outras irão desaparecer. Essas formas podem coexistir por muito tempo sem que haja substituição de uma pela outra, o que configura um caso de variação estável.

No processo de mudança linguística as formas variantes estão necessariamente em competição, em que uma dessas formas é tida como a variante inovadora enquanto que a outra é tida como conservadora. A forma inovadora é, inicialmente, de uso mais restrito e se limita a um determinado contexto; à medida que o contexto de uso se amplia, a forma inovadora vai ganhando mais espaço até que supera, em termos de frequência de uso, a forma conservadora,

tornando-se, assim, a única opção disponível para aquele contexto, completando o processo de mudança. Segundo Callou e Silva (1997), a primeira ocorrência de artigo antes de nome próprio deu-se no século XIV, em *Diálogos de São Gregório*, em um nome de duas sílabas cuja primeira é tônica e na função de sujeito. No entanto, é somente a partir do século XVIII que os contextos se ampliam e o uso do artigo se difunde, passando a ser usado não apenas em posição argumental, mas também em posição não argumental, como a de adjunto adverbial. Atualmente, a forma dita inovadora, com artigo anteposto ao nome próprio, é de largo uso no português brasileiro contemporâneo, mas não se pode ainda afirmar que o uso do artigo irá se sobrepor totalmente ao não uso, configurando-se como a única opção disponível para o contexto. Este fenômeno variável pode se caracterizar por um tempo como um caso de variação estável, uma vez que, como se verá adiante, nas áreas de uso mais intenso a frequência ainda fica abaixo dos 90%.

O estudo da variação linguística não é uma novidade trazida pela Sociolinguística, nem se iniciou com ela, nem era uma ilustre desconhecida das outras correntes teóricas. Viu-se que os estudos em Dialetologia, muito anterior aos estudos em Sociolinguística, caracterizam-se pela identificação e descrição dos diferentes usos da língua considerando os diferentes espaços em que a língua, ou uma variedade, é falada, numa perspectiva inicialmente horizontal. A Sociolinguística teve o mérito de lançar um novo olhar à variação, em uma perspectiva menos horizontal e mais vertical, levada a cabo nos grandes centros urbanos – espaço de grande diversidade linguística e social –, correlacionando os aspectos linguísticos, sociais e culturais na explicação dos fenômenos variáveis. O uso da língua em uma determinada comunidade de fala implica sempre variação, seja em razão das diferenças existentes entre os falantes dessa comunidade, seja em razão dos diferentes contextos socioculturais nos quais as pessoas estão inseridas.

Os estudos que têm por suporte teórico-metodológico a Sociolinguística Variacionista – proporcionados a partir do surgimento desta – vêm atestar a heterogeneidade estruturada do sistema linguístico, considerando os contextos socioculturais.

2.3 A METODOLOGIA GEOSSOCIOLINGUÍSTICA

O termo *Geossociolinguística* foi introduzido pelo professor Abdelhak Razky, em 1996, no âmbito da elaboração do Projeto Atlas Geossociolinguístico do Pará (CARDOSO; RAZKY, 1997; RAZKY, 1998) e se constitui em uma abordagem dos fenômenos de variação

linguística que considera os aspectos espaciais, sociais e linguísticos no tratamento do fenômeno linguístico variável.

Como se viu, o interesse pelo estudo da variação e diversidade linguística, bem como a percepção de que a língua varia em seu uso pelos falantes, é bem antigo, anterior aos estudos dialetais e sociolinguísticos. Para se ter uma ideia, a lista de palavras que compõem o *Appendix Probi*, por exemplo, mostra como determinadas palavras deveriam ser pronunciadas a fim de preservar o "latim culto"; a lista de 227 palavras traz registros de como algumas formas eram pronunciadas pelas pessoas e que deveriam ser evitadas, em um registro claro da variação linguística. Muitas palavras do *Appendix Probi* ilustram fenômenos frequentes ainda hoje no português brasileiro contemporâneo, como a síncope da vogal postônica não final – *speculum non speclum* (espelho), *masculus non masclus* (masculino), *oculus non oclus* (olho), *articulus non articlus* (artigo) –, que se mostra como uma tendência a se evitar proparoxítonas: fósforo > fosfro, xícara > xicra, árvore > arvre, óculos > oclus, conforme atestam atlas linguísticos produzidos no Brasil.

Outros registros na história das línguas mostram que a variação e a diversidade linguística eram percebidas e recebiam um tratamento peculiar no sentido de serem vistos como "erros" a se evitar; esse tratamento, que ainda se observa atualmente, é herdeiro de uma longa tradição que vem atravessando séculos e que ainda se mostra muito vigoroso. Com o passar dos tempos, no entanto, a abordagem dos fenômenos variáveis da língua mudou; a partir do século XIX, com o advento da linguística moderna, passou-se a abordar a diversidade linguística de outra perspectiva. A Dialetologia, com seu método geolinguístico, deu início aos estudos de caráter mais rigoroso e sistemático da variação linguística, ainda que levasse em consideração os aspectos monodimensional, monofásico, monostrático. Com advento da Sociolinguística, e seu método de coleta e análise de dados, passou-se a olhar os aspectos sociais envolvidos na variação e não mais o geográfico, em uma nítida separação entre as disciplinas: enquanto a Dialetologia se ocupava do eixo horizontal da variação, a Sociolinguística se ocupava do eixo vertical.

Os anos de 1960 marcam não apenas o alvorecer dos estudos sociolinguísticos, mas também uma reestruturação dos estudos geolinguísticos, que passaram a incorporar pressupostos metodológicos da Sociolinguística, correlacionando à variável diatópica as variáveis sociais. A observação sistemática dos aspectos sociais da variação vai constituir, segundo Rona (1976), uma nova forma de Dialetologia. A reestruturação dos estudos geolinguísticos consistiu não apenas no controle da dimensão social da variação, mas também nas técnicas de coleta de dados; foi preciso ir além da tradicional aplicação dos questionários,

passando a incluir leitura de textos e temas para que os colaboradores[11] discorressem livremente, registrando, assim, a fala mais casual e contemplando mais uma dimensão nos estudos dialetais, a dimensão diafásica. Essa nova tendência no estudo da variação e diversidade linguística veio constituir o que Radtke e Thun (1996) chamaram de Dialetologia Pluridimensional: à dimensão diatópica unem-se as dimensões diastrática, diageracional, diassexual, diafásica, diarreferencial, dentre outras.

No Brasil, na década de 90, assistiu-se aos esforços de ampliação dos horizontes de análise nos estudos geolinguísticos, com a introdução de variáveis outras à geográfica, permitindo maiores possibilidades à observação dos fenômenos em variação. A essa nova abordagem, Razky (1996) chamou de *Geossociolinguística*: "Por Geossociolinguística, (...) entendemos uma abordagem da variação linguística sustentada num tripé de fatores condicionantes: o espacial, o social e o linguístico, sem abrirmos mão também da perspectiva temporal" (LIMA; RAZKY; OLIVEIRA, 2020, p. 15).

O desenvolvimento dos estudos sociolinguísticos no Brasil contribuiu sobremaneira para o surgimento de uma nova perspectiva nos estudos da variação linguística que, de um lado, fosse além do eixo horizontal e, de outro, considerasse diferentes domínios para além do eixo vertical. As ideias de Razky (1996), no âmbito do Atlas Geossociolinguístico do Pará, que conduziu a uma ampliação no campo de observação dos fenômenos variáveis, com a conjugação dos métodos e técnicas da Geolinguística tradicional com os da Sociolinguística Variacionista, foi concomitante à divulgação das ideias de Radtke e Thun (1996), em solo alemão, que também advogavam pela incorporação dos fatores sociais aos estudos geolinguísticos como forma de expandir o escopo de observação e análise da diversidade linguística. Assim, uma perspectiva geossociolinguística, de acordo com Razky (2010, p. 172), é necessária "para compensar os limites de cada uma das duas disciplinas: a Sociolinguística cuja maior parte dos trabalhos no Brasil se detém na dimensão social e local; e a Geolinguística, que se ocupa com o aspecto espacial com uma estratificação social mínima".

A conjugação de métodos e técnicas da Geolinguística e da Sociolinguística para o estudo da variação, que culminou na *Metodologia Geossociolinguística*, permite fazer o mapeamento não apenas da variável diatópica, mas também das variáveis diastrática,

[11] O Projeto ALiB, seguindo a tradição dialetológica, usa o termo "informante" para se referir aos indivíduos participantes da pesquisa. Nesta tese, seguindo os pressupostos da Metodologia Geossociolinguística, optou-se por usar o termo "colaborador", em vez de "informante".

diageracional, diassexual, diafásica, dentre outras que sejam possíveis a um determinado fenômeno.

Com o avanço da ciência da linguagem fez-se necessário, também, avançar nas técnicas e métodos de observação e análise da diversidade linguística, demandados pelo próprio fazer científico, que vai desde o planejamento da pesquisa, passando pela fase de coleta e tratamento dos dados linguísticos até a análise dos dados e apresentação dos resultados. A *Metodologia Geossociolinguística* se vale, então, dos expedientes consagrados pelos estudos geolinguísticos e sociolinguísticos, em que cada um estava restrito ao seu campo, e os conjuga.

Em uma clara interface entre Dialetologia e Sociolinguística, a Geossociolinguística utiliza as técnicas de aplicação de questionários, que recobre diferentes níveis da língua, e de narrativas orais, com o registro fala espontânea dos colaboradores, conjugando, dessa forma, os métodos geolinguísticos e sociolinguísticos, permitindo que esta metodologia seja aplicada para coleta de dados em comunidades linguísticas diversas. De acordo com Lima, Razky e Oliveira (2020, p. 17), "não faz nenhum sentido, ao estudarmos a variação e a diversidade linguística, abrirmos mão dos recursos metodológicos que possam lançar luz sobre esses fenômenos (...), pouco importando (...) se esses recursos advenham da Dialetologia, da Sociolinguística (...)". Esta confluência entre as duas disciplinas, no entanto, não se constitui como uma nova área ou subárea dos estudos linguísticos, mas como uma conciliação de metodologias que, combinadas, permitem um mapeamento mais abrangente dos fenômenos linguísticos variáveis do português brasileiro.

Por se constituir como uma interface entre Sociolinguística e Dialetologia – mais especificamente a *Geolinguística*, enquanto método da Dialetologia –, a *Geossociolinguística* compartilha dos pressupostos de ambas as disciplinas na investigação dos fenômenos variáveis do português brasileiro. Assim, a noção de *comunidade linguística* é muito importante, pois, além de este conceito unir as perspectivas das duas disciplinas, é no interior de uma comunidade linguística que se dá uma investigação geossociolinguística. Uma comunidade linguística é, de acordo com Guy (2012),

> (...) uma entidade social composta por vários falantes que se comunicam relativamente mais entre eles do que com outros, e que compartilham traços linguísticos e normas linguísticas – isto é, atitudes frente ao uso da linguagem ou julgamentos sobre que formas são apropriadas a usar em certas situações sociais. (GUY, 2012, p. 44).

Em uma pesquisa geossociolinguística, é importante que os colaboradores sejam nascidos na comunidade pesquisada, filhos de pais nascidos na comunidade, que não tenham vivido fora da comunidade e que não vivam viajando[12], não tendo, assim, muito contato com falantes de outras comunidades; se o colaborador for casado, é importante que seja com uma pessoa também da localidade. Este é um perfil a ser seguido sempre que possível, considerando sempre os objetivos da pesquisa e o que pode ser ajustado em função deles.

A pesquisa geossociolinguística, na abordagem da variação linguística, não abre mão da perspectiva temporal. Assim como na Sociolinguística, os estudos geossociolinguísticos podem ser realizados em *tempo real* e em *tempo aparente*[13]. Estes dois tipos de estudos permitem não apenas observar o estatuto da variação, mas também vislumbrar um possível caso de mudança em curso na comunidade linguística, com o intuito de definir o quadro da variação em termos de *variação estável* e *mudança em progresso*. Correlacionando diferentes dimensões controladas em um estudo geossociolinguístico, é possível observar como uma determinada variante de uma variável linguística estaria – ou não – se difundindo na comunidade, nos diversos segmentos sociais. A tendência a maior ou menor expansão de uma forma variante está ligada à atitude e avaliação que os falantes fazem em relação às variantes – revelando, assim, a natureza agentiva do falante –, o que pode favorecer ou não sua difusão na comunidade. Em *Geossociolinguística*, compreende-se que as atitudes dos falantes frente aos usos linguísticos "exerce forte poder de conservação ou de mudança da estrutura linguística" (LIMA; RAZKY; OLIVEIRA, 2020, p. 28).

A coleta de dados para uma pesquisa geossociolinguística é uma etapa de grande importância: a qualidade de um estudo depende muito da qualidade dos dados coletados. As técnicas de coletas de material linguístico empregadas em pesquisas geossociolinguísticas compreendem à aplicação de questionários, que contemplam os diferentes níveis da língua, as entrevistas, que compreendem os relatos de experiência e as narrativas orais, e atividade escrita, que corresponde à leitura de um texto previamente preparado. Antes da ida a campo para se coletar os dados, é necessário que se suceda a um conjunto de procedimentos que inclui a definição dos pontos de inquérito, a preparação dos questionários – que devem estar

[12] É claro que a depender dos objetivos e da natureza da pesquisa é possível, e necessário, ter-se colaboradores de uma determinada comunidade linguística que se caracterizam por ser mais estático ou mais dinâmico em relação à comunidade; tem-se, assim, a dimensão diacinética da variação linguística, que compara indivíduos que viajam com os que não viajam (cf. LIMA; RAZKY; OLIVEIRA, 2020, p. 34).

[13] Vale lembrar que esses conceitos são da Sociolinguística e a abordagem deles nesta seção – e não na seção que trata da Sociolinguística – dá-se em razão de destacar a perspectiva temporal abarcada pela Metodologia Geossociolinguística. Destaca-se, ainda, que o estudo em *tempo real* dá-se em duas linhas, estudos de painel e estudos de tendência. Remete-se o leitor a Labov (1994; 2008 [1972]) para maior compreensão sobre os conceitos da Sociolinguística.

alinhados aos objetivos da pesquisa e às localidades pesquisadas –, a organização dos equipamentos que serão utilizados na coleta, dentre outras coisas.

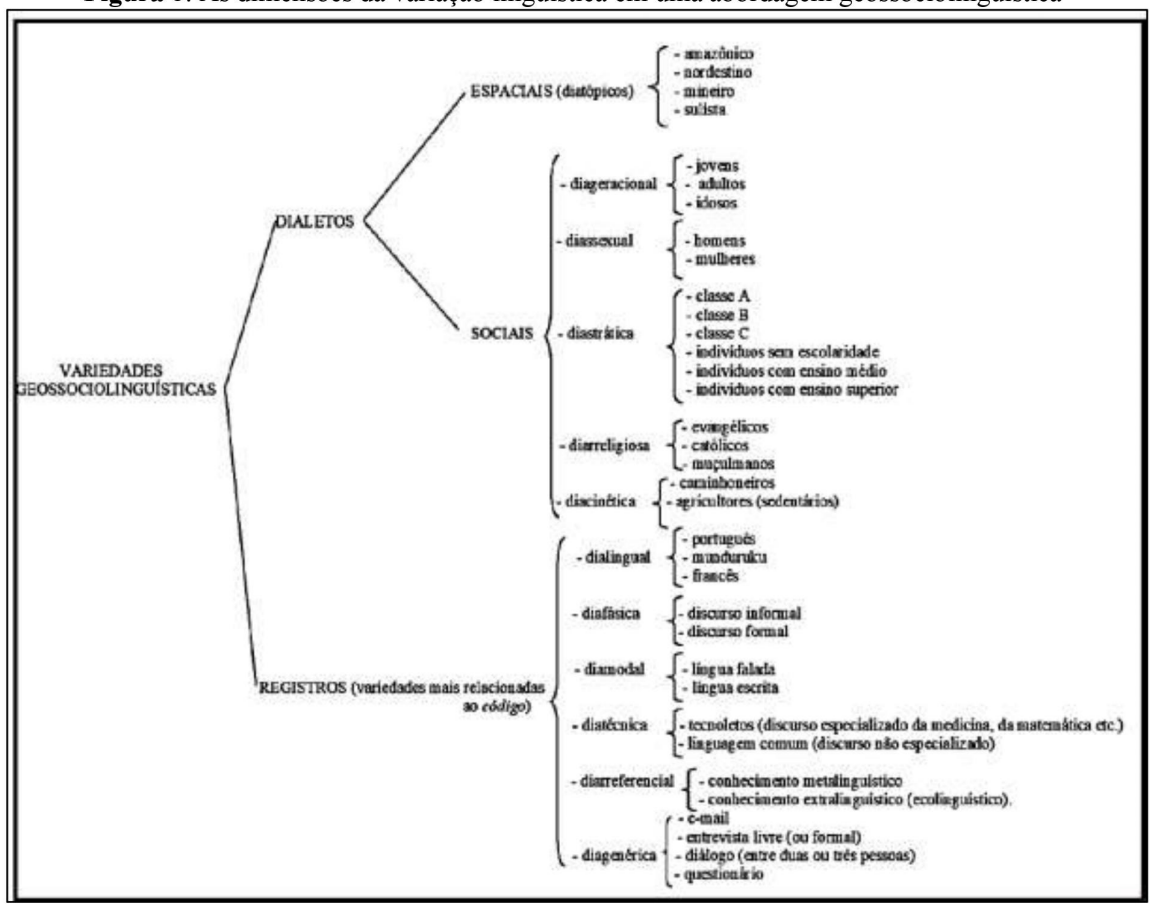
As técnicas utilizadas na coleta dos dados – questionários, entrevistas e leitura de textos – possibilitam confrontar a realização de determinados fenômenos em diferentes estilos. Os diferentes questionários permitem, ainda, confrontar as lexias com um conjunto de fatores geossociolinguísticos pertinentes ao fenômeno estudado; as narrativas orais objetiva registrar o discurso livre e mais natural do colaborador, passando a um estilo de fala menos monitorado; a leitura do texto previamente preparado para a pesquisa visa ao registro da pronúncia das palavras a partir da escrita que pode ser confrontada com outras ocorrências que porventura apareçam nos questionários ou nas narrativas orais, que são eventos de fala que não partem da modalidade escrita da língua. Assim, os dados coletados por meio de diferentes técnicas permitem um amplo estudo da variação linguística.

O *corpus* do Projeto ALiB, de onde provêm as amostras de dados analisadas nesta tese, foi coletado, conforme se verá adiante, por meio de aplicação de questionários, entrevistas com registros de fala espontânea dos colaboradores, bem como a leitura de texto escrito[14]. Para o fenômeno em estudo nesta tese, é possível confrontar as ocorrências registradas nos questionários e na fala espontânea dos colaboradores.

Em uma pesquisa geossociolinguística, dessa forma, a variação linguística pode ser controlada e estudada em múltiplas dimensões, a saber: dialingual, diatópica, diastrática, diafásica, diageracional, diassexual, diacinética, diarreligiosa, diarreferencial, diamodal, dentre outras (cf. LIMA; RAZKY; OLIVEIRA, 2020). A figura adiante mostra as múltiplas dimensões da variação linguística que podem ser controladas em um estudo geossociolinguístico.

[14] No que diz respeito à leitura do texto "Parábola dos Sete Vimes", é válido informar que nem todos os entrevistados leram o texto. Como a leitura era a última etapa da entrevista, que durava em média três horas e meia, muitos entrevistados se recusaram a fazer a leitura sob a justificativa de estarem sem óculos, ou estarem com a vista cansada. Percebeu-se que muitas vezes o próprio inquiridor evitava pedir a leitura, haja vista o visível cansaço do informante. Ressalta-se, ainda, que a parte da leitura do texto foi a única que não constituiu um espaço de coleta de dados, uma vez que qualquer nome próprio que ali aparecesse seria falado com ou sem artigo se assim estivesse escrito.

Figura 6: As dimensões da variação linguística em uma abordagem geossociolinguística



Fonte: Lima; Razky; Oliveira (2020, p. 35)

Para a análise dos dados e apresentação dos resultados, a *Metodologia Geossociolinguística* se vale de recursos plenamente estabelecidos em Sociolinguística e Geolinguística. A análise quantitativa é feita por meio de programas computacionais de análise multivariada, como o VARBRUL/GoldVarb e, mais recentemente, o R. O GoldVarb X, ferramenta utilizada nesta tese, roda uma grande quantidade de dados geossociolinguísticos fornecendo, ao final, as frequências bruta e relativa dos dados, bem como os *pesos relativos* de cada fator dos grupos de fatores considerados, o que possibilita atestar a relevância de cada grupo de fatores selecionados para controle de uma variável linguística, assim como possibilita testar a relevância de cada fator dentro do grupo de fatores.

Após a etapa de análise quantitativa dos dados, os resultados de um estudo geossociolinguístico podem ser apresentados em Tabelas, gráficos, mapas e cartas linguísticas. O grande desenvolvimento das ferramentas computacionais fez com que os resultados apresentados em Tabelas ficassem menos frequente; no entanto, como lembram Lima, Razky e Oliveira (2020), muitas vezes esta forma de apresentação dos resultados ainda

se mostra a melhor, pois os valores brutos apresentados em Tabelas permitem a (re)organização dos resultados por outros meios, como os gráficos, os mapas e as cartas linguísticas.

Os gráficos são um recurso muito útil na apresentação dos resultados nos estudos geossociolinguísticos. Eles possibilitam uma visualização mais rápida, agradável e atrativa do conjunto de valores; a facilidade e rapidez com que se pode interpretar as informações visuais contidas neles é outro benefício para o seu uso. No entanto, é preciso atenção e sensibilidade para que este recurso seja usado de modo correto e eficiente; os diferentes tipos de gráficos atendem a diferentes objetivos, de modo que a apresentação de um resultado em um tipo inadequado de gráfico traz mais malefícios que benefícios para a pesquisa.

Mapas e cartas linguísticas são recursos presentes desde os primórdios da Dialetologia e são extremamente úteis e muito explorados em *Geossociolinguística*. Cartas e mapas, no entanto, não são exatamente a mesma coisa. Lima, Razky e Oliveira (2020), por exemplo, dizem que toda carta é um mapa, mas nem todo mapa é uma carta. As cartas linguísticas apresentam algumas características bem específicas que não estão presentes nos mapas, que são exatamente o que faz com que uma carta seja uma carta e não um mapa. As cartas linguísticas são providas de escalas e georreferenciamentos (latitude e longitude), que são características não presentes nos mapas propriamente ditos.

Teles e Ribeiro (2014) discorrem sobre as diferenças entre *cartas* e *mapas*, mostrando que as principais diferenças entre as denominações dos dois elementos estão na área de abrangência e no conteúdo daquilo que é representado nas cartas e nos mapas. Segundo as autoras,

> (...) o mapa é a representação, normalmente em escala pequena, dos aspectos geográficos, naturais, culturais e artificiais de uma grande área, e a carta, a representação, geralmente em escala média ou grande, de uma porção limitada da superfície terrestre, servindo a diversos usos mais específicos, permitindo, assim, a representação de mais detalhes. (TELES; RIBEIRO, 2014, p. 115).

Para esses instrumentos de representação cartográfica serem considerados mapas e/ou cartas, precisam, ainda segundo as autoras, conter informações essenciais, tais como: orientação, sistema de projeção, sistema de referências para as coordenadas e escala (cf. TELES; RIBEIRO, 2006; 2014). Cartas e/ou mapas desprovidos dessas informações são classificados de *cartogramas*, "pois se restringe a um esquema representativo de uma superfície ou parte dela, sobre a qual são apresentadas informações, quantitativas e

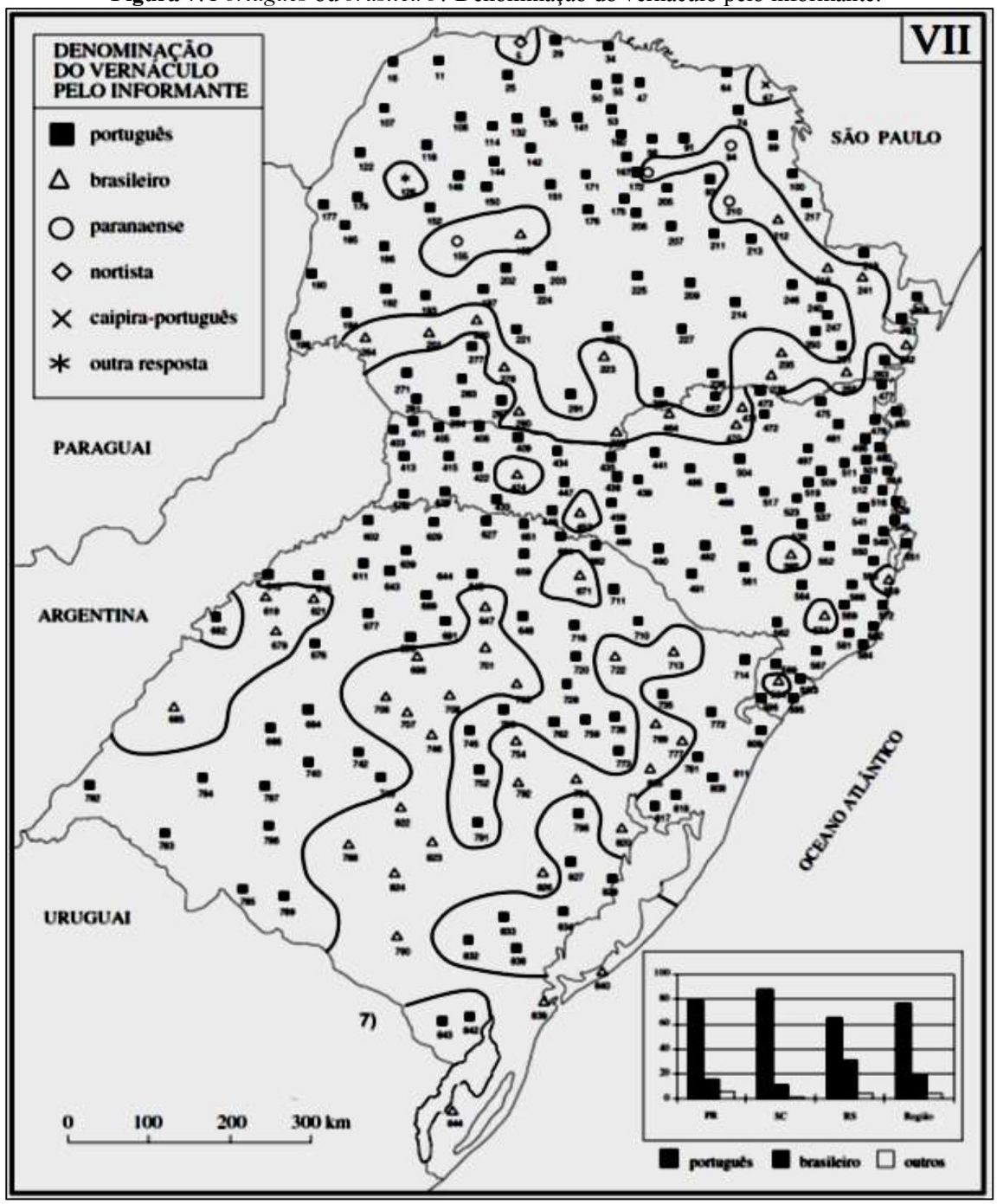
qualitativas, (...) sem que se possa extrair qualquer outra informação de caráter geográfico" (TELES; RIBEIRO, 2014, p. 115).

A partir desses instrumentos de representação cartográfica pode-se criar cartas temáticas (ou mapas temáticos) para a representação de um determinado fenômeno – no caso particular desta tese, o fenômeno linguístico *artigo definido diante de nome próprio* – sobre a qual é possível fazer uma análise do fenômeno cartografado.

Dada a relativa confusão que ainda se faz entre os termos *cartas* e *mapas* e a inexistência, de acordo com Teles e Ribeiro (2014), de um comprometimento na adoção de um ou outro termo, o Projeto ALiB, seguindo a tradição dialetológica, adotou o termo "carta". Assim, um atlas linguístico, em particular o Altas Linguístico do Brasil, constitui-se de um conjunto de *cartas linguísticas* ou *cartas temáticas*. Nesta tese, o termo adotado também será o de *carta*.

Um dos produtos desta tese são as cartas temáticas – e não cartogramas, como o que se observa na maioria dos Atlas publicados, como os que se verá na seção 3.4.2 – com a distribuição do uso do artigo definido diante de nome próprio no PB, elaboradas a partir de cartas-base do Projeto ALiB. As Figuras 7, 8 e 9 adiante exemplificam, respectivamente, um cartograma, a carta-base do Projeto ALiB para o Brasil e uma carta temática.

Figura 7: *Português* ou *brasileiro*? Denominação do vernáculo pelo informante.



Fonte: ALERS (2011, p. 65)

Figura 8: Carta-base para o Brasil.



Fonte: Projeto ALiB.

A Figura 8, Carta-base para o Brasil do Projeto ALiB, representa a base cartográfica na qual se inserem as informações que comporão a cartografia temática de um determinado fenômeno, como se pode verificar na Figura 9 a seguir, que corresponde à cartografia temática do /R/ em coda silábica externa nos dados das capitais do Projeto ALiB.

Figura 9: Carta F04 C 2: /R/ em coda silábica externa.



Fonte: Cardoso *et al.* (2014b, p. 101)

Existem programas computacionais, como o [ʃGVCLin], um *Software* de geração de cartas linguísticas desenvolvido por Romano, Seabra e Oliveira (2014), que permitem a criação de cartas linguísticas para apresentação dos resultados de um estudo geossociolinguístico[15]. Têm-se, ainda, diferentes tipos de mapas e cartas que podem ser explorados, a depender dos objetivos da pesquisa, tais como monodimensional, pluridimensional, fenotípico, quantitativo, dentre outros (cf. LIMA; RAZKY; OLIVEIRA, 2020).

A cartografia temática, particularmente a do tipo linguística, é um recurso extremamente útil em pesquisas geossociolinguísticas, pois permite visualizar uma grande quantidade de dados distribuídos diatopicamente e com os quais podem interagir outras dimensões da variação linguística, como a diastrática, diassexual, diageracional, dentre outras.

O fenômeno variável em estudo nesta tese se vale de todos esses recursos – Tabelas, gráficos, cartas – para apresentação dos resultados da análise estatística, realizada com o auxílio do programa computacional GoldVarb X.

[15] Desde os primeiros atlas linguísticos brasileiros publicados vêm-se apresentando os resultados em cartas linguísticas. O [ʃGVCLin] é apenas uma ferramenta dentre outras que já foram utilizadas e as que atualmente o são.

3 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Esta seção versa sobre o objeto de estudo desta tese, a saber o *artigo definido* e o *nome próprio*. Em seguida, discorre-se sobre o artigo definido antes de nome próprio em alguns trabalhos de natureza sociolinguística que observaram o fenômeno em diferentes amostras de fala do português brasileiro. Destaca-se, ainda, o comportamento dessa variável em alguns atlas linguísticos que observaram e cartografaram o fenômeno; por fim, apresenta-se breve histórico do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, ao qual esta tese está vinculada e de onde provém a amostra de fala analisada neste trabalho.

3.1 O ARTIGO DEFINIDO

3.1.1 Sobre as origens do artigo definido

Talvez, uma das primeiras características que vêm à mente quando se fala nos artigos definidos seja o fato de eles não existirem em Latim, pelo menos em Latim Clássico. Os estudiosos parecem ser unânimes não só quanto à ausência do artigo na língua latina, mas também quanto à sua origem a partir do demonstrativo *ille*, especificamente na sua função acusativa, no Latim Vulgar. O processo de gramaticalização do demonstrativo latino em artigo deu-se a partir do esvaziamento semântico do sentido demonstrativo de *ille*, processo esse que, segundo Maurer Jr (1959), é comum a outras línguas.

Ao que tudo indica, dois pronomes latinos estavam aptos a dar origem ao artigo: *ille* e *ipse*, um pela função demonstrativa e outro pela função identificadora. Segundo Lausberg (1973), o artigo tinha, originalmente, a função de referir-se a um indivíduo ausente no momento do ato de fala, mas conhecido (identificado) pelo interlocutor por já ter sido mencionado anteriormente. Essa função identificadora, própria do pronome *ipse*, fez desse pronome um forte candidato a dar origem ao artigo, com grande difusão na Sardenha e em alguns pontos da Catalunha, da Gasconha e das ilhas Baleares (cf. MAURER JR, 1959). Foi, no entanto, a função demonstrativa do pronome *ille* que, de acordo Lausberg (1973), que o tornou mais apropriado para dar origem ao artigo, sendo este o pronome mais usado em quase toda a Romância. Maurer Jr (1959) também afirma que era o pronome *ille* o de uso mais geral no latim vulgar "desde que se manifestou a tendência de reduzir alguns demonstrativos a artigos" (MAURER JR, 1959, p. 113).

Depreende-se, assim, que a função demonstrativa do pronome foi mais forte que a função identificadora. Segundo Said Ali,

> A função demonstrativa pode perceber-se ainda em dizeres nos quais, ou pelo contexto, ou por juntar-se ao nome algum qualificativo ou frase equivalente, se aponta o ente ou entes de que se trata. Mas esta função se amorteceu desde que se tornou em costume o antepor, sem grande necessidade, a qualquer substantivo, o vocábulo *o, a*, tornando-o seu companheiro quase inseparável. Desde então passou o demonstrativo a ser artigo. (SAID ALI, 1964, p. 131-132)

De acordo com Coutinho (2004, p. 233), o artigo surge nos últimos tempos do Latim Vulgar e sua evolução se deu da seguinte forma:

» *illu* > *elo* > *lo* > *o*
» *illa* > *ela* > *la* > *a*
» *illos* > *elos* > *los* > *os*
» *illas* > *elas* > *las* > *as*

Essa nova categoria foi se firmando no Latim Vulgar e se difundindo pelas Línguas Românicas, em um processo lento e gradual característico da mudança linguística. Esta nova categoria que se formara configurou-se, segundo Tarallo (1990) como um ganho morfológico do Latim Vulgar, fruto das mudanças que ocorriam no sistema linguístico da língua falada pelo povo e das diferenças entre as modalidades falada e escrita da língua. Ainda segundo Tarallo (1990), o artigo teria surgido primeiramente na fala e só depois de um tempo é que chegou à escrita, como é de praxe no que diz respeito às mudanças linguísticas.

Lapesa (1961) registra que desde os últimos anos do século IV a literatura latina dita tardia registra um aumento expressivo de uso dos demonstrativos latinos *ille* e *ipse*, os predecessores do artigo na România, em números que quase chegam a duplicar. Ainda segundo o autor, tão expressivo quanto o aumento no uso dos demonstrativos na escrita é a mudança de proporção entre os usos pronominais e adnominais dessas formas. Assim, à medida que o demonstrativo alcançava expressivo uso, ele também se capacitava para novas funções. Dessa forma, retomando Tarallo (1990), enquanto a modalidade escrita da língua paulatinamente registrava o *ille* com função de artigo, na fala esta nova função do artigo já estava praticamente consolidada. Nas palavras do autor,

> (...) a aquisição de artigos pelas línguas românicas constitui uma instanciação de ganhos morfológicos não-encaixados, pois a função existia no latim clássico sem ser formalmente marcada: as línguas românicas implementaram assim uma nova forma para retomar uma antiga função. (TARALLO, 1990, p. 138).

A marcação da determinação e da definitude dos nomes no Latim Clássico era inexistente, pois a língua apresentava apenas marcação para a indefinição e indeterminação; os nomes definidos e determinados eram assim compreendidos tão somente pela ausência da marca de indefinição. Em outras palavras, a função de determinação e definitude era existente em latim clássico, mas não era formalmente marcada e com a aquisição do artigo pelas línguas românicas esse espaço vazio foi preenchido (TARALLO, 1990).

Mendes (2015) aponta as seguintes causas para o surgimento do artigo: (i) causas morfossintáticas: a estrutura mais analítica do Latim Vulgar frente a mais sintética do Latim Clássico, a perda do sistema de marcação de caso, a perda do sistema de flexão das palavras; (ii) causas semânticas: esvaziamento semântico do demonstrativo *ille*[16], tido como pouco eficiente para justificar com mais força a emergência do artigo; (iii) causa textual-discursiva: anáfora, o uso de *ille* para retomar um referente já mencionado antes; e (iv) causa pragmático-discursiva: o artigo nasceu da necessidade de dar mais expressividade à frase.

3.1.2 Os usos do artigo definido

Alonso (1961) diz que a história das línguas românicas mostra que o artigo começou a ser usado somente com o sujeito da frase. Mais tarde, esse uso se estendeu também ao complemento direto e só depois passou a ser usado com complementos preposicionados: na estrutura sentencial, o artigo começou por destacar o sujeito do predicado; depois, no predicado, destacou o objeto direto e por fim, ainda no predicado, começou a destacar, ainda que esporadicamente, o objeto preposicionado, em especial o circunstancial. Esses usos destacam, segundo o autor, os valores expressivos do artigo.

Em português, o uso considerado prototípico do artigo definido é em sintagmas nominais referenciais, podendo esta referência e o traço [+ definido] do SN serem obtidos tanto no contexto linguístico quanto no extralinguístico. As informações trazidas pelos SN referenciais são, até certo ponto, conhecidas tanto do falante quanto do ouvinte; ainda que não sejam totalmente conhecidas pelo ouvinte, essas informações podem ser identificadas por eles no contexto discursivo. Observem-se os exemplos adiante:

---

[16] Lapesa (1961) não concorda com essa teoria, partilhada por muitos estudiosos. Segundo ele, o pronome *ille* não pertencia nem a primeira nem a segunda pessoa, sendo, assim, marcado negativamente para a dêixis.

(9) INF. Eu sai daqui levado pa Manaus pela mão dos otro. Passei dezesseis dia ***no hospital*** jogado em cima duma cama pá colocá um ge... um colete de gesso daqui pra cá, pobrema na coluna. Foi lá em Manaus. Eu cheguei lá no dia deiz... de março, ***o médico*** veio colocá o gesso no dia dezesseis, no dia que foi inaugurado aquele aeroporto Eduardo Gomes, foi no dia que ***o médico*** me colocô o colete de gesso, tava com dezesseis dia lá em cima duma cama.
(Boa Vista-RR, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(10) INF. Irmão tenho dois, uma menina, Dayane, e um menino, César.
INQ. O que eles fazem?
INF. Um trabalha numa construtora e ***a outra*** trabalha/não faz nada.
(Macapá-AP, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(11) INF. Ah tá, pode ser qualquer coisa, né? é assim: Ah, é::: minha amiga, Patrícia, ela tem vinte e oito anos, é casada há uns... mais ou menos uns treze anos, casada... e... ***o casamento*** dela tá pelo um fio assim purque ela... ***o marido*** dela é um... extremamente idiota e ele feiz morrê ***o amor*** que ele tinha nela né, assim... cum palavrinhas lés... palavras lesas em vez duma palavra de carinho e... ela chegô a um ponto que ela num queria mais nem fazê os direitos dela... é::: os deveres dela de mulher com ele, essas coisas. Então mas mesmo assim eles tiveram uma filha e tal e ***a menina*** já tem seis anos, ***a Paula***; vai fazê seis anos e hoje em dia ela se cansô, ela havia se cansado dele, das leseras que ele falava.
(Manaus-AM, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Em (9), o informante usa o artigo definido antes do sintagma preposicionado "hospital" e do SN "médico", numa referência que se dá no contexto extralinguístico, a elementos que se encontram fora do texto, numa clara referência situacional direta. O informante, ao ser levado a relatar uma situação marcante em sua vida, narra o caso do acidente que sofreu; como todos que sofrem acidentes (ou quase), foi levado a um lugar específico, um hospital, e ficou aos cuidados de um profissional, o médico. Ao fazer esse relato, o informante tem claramente em sua mente o hospital que ficou e o médico que o atendeu, por isso a anteposição do artigo a esses elementos. Embora a pessoa que conduz a entrevista não saiba que hospital e que médico são esses, ou seja, o local e a pessoa não são plenamente identificáveis pelo interlocutor no momento da entrevista, ele compartilha o contexto situacional de acidente, hospital e médico, que faz com que o uso do artigo junto a esses sintagmas seja bem aceito por ambos.

Em (10), ao contrário, a referência definida do SN é dada pelo próprio contexto linguístico, ou seja, a referência é feita a elementos presentes em alguma parte do texto, num tipo de referência textual. O informante diz que tem dois irmãos e os nomeia; em seguida, ao falar sobre o que eles fazem, o informante retoma o sintagma antroponímico "Dayane" por meio do termo "a outra".

Já em (11), há uma mistura dos dois tipos de referência, a situacional e a textual. A colaboradora inicia o relato não pessoal indicando que irá falar sobre determinada situação da amiga, dizendo que ela é casada; em seguida, a colaboradora usa três sintagmas nominais referenciais: *o casamento*, *o marido*, *o amor*. A referência desses sintagmas se dá de forma extralinguística, no contexto da enunciação, sendo a primeira menção do narrado. Aqui, mais uma vez, o interlocutor não tem condições de identificar a pessoa da amiga Patrícia, nem do marido, mas sendo dito que se trata de pessoas casadas, o contexto situacional o SN definido "o casamento", "o marido" e "o amor".

Esse primeiro caso em (11) também pode ser visto como um caso de anáfora associativa de uso do artigo, no qual não se recupera exatamente o mesmo referente, mas outro que está a ele associado. Assim, "o casamento", "o marido" e "o amor" constituem-se referentes retomados a partir de "minha amiga, Patrícia, é casada". Já o segundo caso de (11) é mais claramente uma situação de uso anafórico (anáfora textual) do artigo definido, no qual se insere um SN indefinido "uma filha", sendo em seguida retomado pelos SNs definidos "a menina" e "a Paula".

Em todos esses casos de uso referencial do artigo as condições de existência, unicidade e de identificabilidade dos referentes estão asseguradas – este último ao menos para o falante em situação de entrevista – pelos interlocutores. Para que o artigo definido seja usado referencialmente de modo adequado no discurso, as entidades referenciadas precisam existir no domínio discursivo, precisam ser únicas no contexto da enunciação e podem ser identificadas pelos interlocutores[17]. A condição de identificabilidade, em situação de entrevista, reflete mais as condições de usos do artigo por parte do falante e nem tanto do ouvinte, que não precisa necessariamente identificar o referente, apenas ter condições para isso. Miguel e Raposo (2013, p. 824) esclarecem que "trata-se não tanto da expectativa de que o ouvinte vai identificar seguramente o referente do SN, mas simplesmente da expectativa de que o ouvinte está em condições de o fazer".

[17] Para uma discussão mais aprofundada das condições de existência, unicidade e identificabilidade, remete-se o leitor a J. Lyons (1977) e C. Lyons (2003).

O artigo, no entanto, não se restringe apenas aos usos situacional e anafórico dos SNs referenciais definidos, como os citados. Tem-se, ainda, o uso referencial genérico, uso possessivo e os usos predicativo e atributivo do artigo definido. Vejam-se os exemplos que seguem:

(12) INF. Ah, hoje, uma coisa assim que eu me lembrei... hoje eu sempre tenho mania de colocar, a Val também tem, ***a bolsa*** no chão.
(Rio Branco-AC, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(13) INF. Que somos já aí quase tudo da merma idade, né? Que ***a molecada*** mais nova é... É porque eu sou mais... criado naquela época, né? Não gosto muito de molecage não.
(Aracaju-SE, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(14) INQ. Você sabe se tem vida em outro planeta?
INF. Não, não sei não. Pra falar ***a verdade***, eu sou leiga nesse assunto, mas não consigo enxergar muita utilidade em saber se tem vida em outro planeta.
(Maceió-AL, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(15) INF. Se ***a tarefa*** é da Paulina, aí eu digo pra ela, né?
(Fortaleza-CE, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(16) INF. Mas tinha um senhor por nome de Ezequiel que esse senhor era muito inteligente mas era... ele tinha acho que problema mental, mas ele era muito sábio era era um grande sábio, mas só que ninguém dava valor nele porque ele vivia aí com um bando de de cachorro na rua e... e ele tinha... ele conhecia vários idiomas, chamava seu Ezequiel, ele tinha ***a voz*** fanhosa assim fomfommfom.
(Cuiabá-MT, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(17) INF. Ahn, a Afonso Pena tem ***as faxa***, tem ***o cantero*** no meio... e tem a parte do carro.
(Belo Horizonte-MG, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Em (12), (13) e (14), tem-se o uso referencial genérico do artigo definido. Miguel e Raposo (2013) afirmam que o artigo definido é, por excelência o determinante usado em SN de referência genérica e o artigo pode assumir esse uso tanto no singular quanto no plural. "A bolsa" e "a molecada", nos exemplos (12) e (13) não apresentam referência definida, não se tendo, assim, uma bolsa ou grupo de crianças específicos em mente quando se faz a referência; já em (14), o que se têm o que se tem é menção a valores e/ou qualidades abstratas

tidas como universais que revela referência genérica e que, por isso, essa referência é feita tão somente com o artigo definido, tal como se dá com palavras como "amor", "justiça", "união": *que* ***o amor*** *floresça em nossos corações*; ***a justiça*** *deve ser cega*; ***a união*** *de todos em nome de um bem comum*; *que* ***o amor*** *prevaleça, que* ***a união*** *traga força e que* ***a justiça*** *seja feita*.

Em (15), (16) e (17) tem-se o uso do artigo com valor possessivo. Quando, num determinado enunciado, têm-se SNs que estabelecem relação de posse, é possível o uso do artigo antecedendo o SN que indica o elemento "possuído", como em "A Ana Paula foi fazer ***as unhas***", ou em "O rapaz perdeu ***a carteira*** na rua". Os três exemplos citados anteriormente estabelecem essa relação e os SNs "possuídos" – *a tarefa*, *a voz*, *as faixas/o canteiro* – aparecem articuladas. No entanto, a tendência ao uso do artigo não quer, obviamente, dizer obrigatoriedade no uso; os SNs "possuídos" podem perfeitamente aparecer sem artigo: "a criança tem ***olhos*** azuis" ao lado de "a criança tem ***os olhos*** azuis".

Vejam-se outros exemplos de uso do artigo a seguir:

(18) INF. É o... o... o au... o assunto né, que passa, que é o... o... o William Waak é ***o mediador***, sempre um debate, um tema de... de ou relações internacionais, misturado com política, economia, um debate, então eu gosto de assisti, passa no sábado à noite, e reprisa pro domingo.
(Goiânia-GO, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(19) INF. Mataram. Sávio Brandão é ***o dono da, da rádio FM Cuiabá***.
(Cuiabá-MT, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(20) INF. Campinas é ***o bairro onde começô Goiânia***, lá tem o, tem a igreja matriz, a igreja matriz da cidade é em Campinas.
(Goiânia-GO, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Os exemplos de (18) a (20) ilustram o uso do artigo com valor predicativo. Nesse tipo de uso, os SNs definidos apresentam sentido descritivo, denotando uma propriedade que se atribui ao SN sujeito, o que é próprio do predicativo do sujeito. Em estruturas como as exemplificadas, o artigo definido encontra-se no seu uso predicativo e atributivo, antecedendo um SN que denota uma propriedade individual e exclusiva do referente SN sujeito.

Segundo Miguel e Raposo (2013), o uso predicativo do artigo se dá também nos casos de aposto, no qual também pode se atribuir ao referente de um SN uma propriedade individual e exclusiva, como nesse exemplo retirado de Neves (2018, p. 108) "(...) o ar tem dificuldade

de entrar e, quando a pessoa força a respiração, o resultado é aquele barulho desagradável que todos conhecem, ***o ronco***".

O uso atributivo do artigo não fica restrito aos casos de predicativo e aposto. Também pode ser observado quando o SN se encontra em uma função argumental, como a de sujeito ou complemento. Na frase "***o ganhador*** receberá ***o prêmio*** no primeiro dia útil" pode ter uma leitura não referencial (uma leitura atributiva) quando não se sabe, não se tem em mente o referente do SN: o ganhador, quem quer que seja ele, receberá o prêmio, qualquer que seja esse prêmio, no primeiro dia útil.

Essa leitura atributiva pode ocorrer, ainda, segundo Miguel e Raposo (2013), em frases interrogativas identificadoras com verbo copulativo, do tipo "quem é X?", no qual a intenção é identificar um referente que tenha determinada característica ou que assuma determinada função especificadas na frase interrogativa. Veja-se o exemplo abaixo:

(21) INQ. E quem é o prefeito daqui?
INF. É ***o João Henrique Pimentel***.
(Macapá-AP, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Nesse tipo de ocorrência, o SN "o prefeito daqui" não faz referência a ninguém, apenas designa uma propriedade individual e a resposta à pergunta é que traz a identificação do referente que satisfaz a propriedade de ser prefeito da cidade.

Os usos do artigo são muito amplos e diversos, além de dependentes do contexto pragmático. Segundo Neves (2000, p. 391), "o uso do artigo é, pois, extremamente dependente do conjunto de circunstâncias, linguísticas ou não, que cercam a produção do enunciado".

3.1.3 As funções do artigo definido

Nas palavras de Castilho (2010, p. 489), "o artigo é um marcador pré-nominal, átono, associado necessariamente ao substantivo, com o qual constitui um vocábulo fonético"[18]. Por

[18] É interessante destacar que Castilho (2010) considera como "artigo" apenas as formas *o, a* e suas flexões. Os chamados *artigos indefinidos* pertencem, segundo o autor, a outra classe, a dos *quantificadores indefinidos*. Bechara (2009) também traz essa lição: "A tradição gramatical tem aproximado este verdadeiro artigo de ***um***, ***uns***, ***uma***, ***umas***, chamados *artigos indefinidos*, que se assemelham a ***o***, ***a***, ***os***, ***as*** pela mera circunstância de também funcionarem como adjunto de substantivo, mas que do autêntico artigo diferem pela origem, tonicidade, comportamento no discurso, valor semântico e papéis gramaticais" (BECHARA, 2009, p. 160).

sua natureza, o artigo necessariamente precede o substantivo[19], determinando-o para, em seguida, identificá-lo, seja de modo individual, seja como membro de uma classe.

De acordo com Neves (2000, 2018), a função do artigo definido pode ser interpretada a partir de dois aspectos diferentes: da determinação e da substantivação. Logo, o artigo definido assume duas funções primordiais, qual seja a de determinante do nome substantivo e a função de passar qualquer outro elemento que não o substantivo à classe dos substantivos pela simples anteposição do artigo a esse elemento.

A função de determinante do substantivo é tida como a mais geral do artigo e pode ser executada antes de nomes comuns ou próprios, no singular ou no plural. Essa função se vale à restrição da extensão do nome substantivo que o artigo antecede, de modo a não abraçar toda a classe dos elementos, mas apenas a um elemento da classe, de modo determinado, e já conhecido do falante e do ouvinte, seja por ter sido mencionado antes, seja por ser objeto de conhecimento dos interlocutores. Veja-se o exemplo abaixo, que ilustra a função do artigo como determinante do nome:

(22) INF. Todos palmeirenses, é. E a gente tava reunido, ***o estádio*** lotado de palmeirense, né, ***o Palmeiras*** precisava, eu não lembro exatamente ***o resultado*** d***o jogo***, eu sei que no final ***o Palmeiras***, ***o jogo*** foi pr***os pênaltis***; ***o Zinho*** ainda perdeu ***o primeiro pênalti*** pr***o Palmeiras***, a, a, a... mais depois ***o Marcos*** acabô pegando ***os outros pênaltis***, ***o Palmeiras*** se sagrô campeão, e aí foi uma festa, uma coisa.
(São Paulo-SP, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

A outra função do artigo definido é a da substantivação; o artigo anteposto a qualquer palavra que não o substantivo passa esta à condição de substantivo. Este recurso extrapola os limites da palavra e pode-se aplicar também a orações e enunciados. Vejam-se os exemplos a seguir:

[19] Preceder necessariamente o substantivo não significa estar imediatamente antes dele. Entre o artigo e o substantivo podem ocorrer os chamados pós-artigos: possessivos, certos demonstrativos, alguns adjetivos e numerais cardinais e ordinais: *o meu médico* chegou atrasado; o Felipe viu *a mesma pessoa* que eu; *a grande faixa* de areia das praias favorece a presença de carros; o diretor chamou *as duas alunas* para conversar; n*o segundo bimestre* do ano letivo ocorre *a primeira avaliação* escolar.

(23) INQ. Como é o nome dela mesmo?
INF. Michele. Ela é muito respondona, ela não me respeita. Então às vezes eu quero falar alguma coisa com autoridade assim pra ela, ela não me escuta, me responde; isso é ***o ruim***.
(Curitiba-PR, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(24) INF. Olha, tinha aquela questão assim, que a gente dizia que o pessoal da cidade falava bonito, o pessoal do sítio falava errado né, e inclusive eu lembro de uma passagem comigo, porque eu fui criada aqui né, e quando eu tinha sete anos eu fui pra lá, pra agronômica, pro bairro agronômica, pra morá lá com a minha tia pra estudá e eu me lembro que quando eu cheguei lá na escola, né, era o Silveira de Souza né, as meninas eram todas da cidade, e eu era uma minina do sítio né e ***o falar*** era diferente, ***o falar*** do sítio...
(Florianópolis-SC, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(25) INF. (...) ele queria proteger as crianças, por que ele sempre diz que ele não queria fazer e aí pra ele, ele tinha ficado porque deu vários outros, deu derrame, ele ficou com a boquinha torta, ficou, ficou feinho assim. E ele dizia que ficou monstrinho e não queria que as crianças visse ele do jeito que ele tava; assim, ***o antes*** e ***o depois*** do derrame ele não queria, sabe, ele queria proteger as crianças... e o Eric, praquilo, ele ficou, tanto que até esses tempos ele já tava falando "pô, meu vô não quis me ver" (...) e ainda mais criança, assim né; a gente ainda, claro que a gente sofre, a gente entende, quer dizer entende entre aspas, mas entende, mas pra eles não e o Eric superou.
(Porto Alegre-RS, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(Fonte: Transcrição feita pelo autor a partir das entrevistas do Projeto ALiB)

Em (23), (24) e (25), o artigo está anteposto a palavras que não pertencem à classe dos substantivos: o adjetivo "ruim", o verbo "falar" e os advérbios "antes" e "depois". Quando o artigo se antepõe a elementos como esses, cuja origem não é a da classe dos substantivos, a função do artigo definido é a de transpor esses elementos à classe dos nomes substantivos, fazendo-os exercer a função que esses nomes desempenham na frase. Não se está mais diante de um adjetivo, de um verbo ou advérbio; está-se diante de palavras substantivadas, que assumiram a mesma propriedade dos nomes substantivos. A palavra substantivada assume o núcleo do sintagma em que está inserida: "*o cantar* dos pássaros é maravilhoso"; "foi *o sim* mais emocionante que eu ouvi", "transformaram O Sete de Setembro num palanque político".

Para além da função básica de determinação e substantivação, pode-se ainda destacar a função textual e discursiva do artigo. O artigo tem uma função identificadora, ou seja, é usado

quando o falante considera que o interlocutor é capaz de identificar, sem maiores problemas, o referente do sintagma nominal, quer porque já é conhecido do ouvinte – por já se ter mencionado anteriormente –, quer porque está presente na situação de comunicação, quer porque seja objeto cujo conhecimento é partilhado pelos interlocutores. Daí, Braga *et al.* (2015) afirmarem que o artigo definido é usado para construir *termos singulares*. Uma sentença do tipo "o rei do futebol nos deixou em 2022", mesmo que não tenha sido mencionado anteriormente no discurso constitui um termo singular, uma vez que o SN "o rei do futebol" contém informação suficiente para que o interlocutor identifique um, e apenas um, indivíduo particular.

Da função identificadora do artigo no domínio discursivo depreende-se o fato de ele estar ligado a informações já conhecidas dos interlocutores, logo informações dadas, em oposição às informações novas. Assim, segundo Braga *et al.* (2015), o uso do artigo tem a função de indicar que se continua a falar do mesmo objeto, ou seja, atua na manutenção do tópico discursivo. Nesse aspecto, é comum que o SN que constitui informação nova apareça na posição pós-verbal, precedido de artigo indefinido, e que depois, ao ser retomado, esse SN já apareça na posição sujeito antecedido de artigo definido. Vejam-se os exemplos a seguir:

(26) INQ. Agora eu quero que tu me fale sobre o computador do Sérgio.
INF. Ah, ele comprou um novo, né, ele comprou ***um computador*** novo pra ele e daí não tava fazendo nada com o dele; ele deixou na casa de ***um amigo*** pr***o amigo*** poder jogar o jogo porque ***o computador*** é um pouquinho melhor; daí ele tava comentando, tava com ele na pizzaria junto com a minha namorada e daí ele tava comentando d***esse computador***, que ele não tava usando pra nada e não sabia se vendia. Daí eu perguntei por quanto ele vendia e 'ah, nem tem preço, tanto porque eu também não tô fazendo nada com ele, não faz diferença pra mim'. Daí como eu tava querendo ***um computador*** pro meu quarto, ter privacidade né, ***o outro computador*** tá (a)li com minha irmã, brigando comigo pra usar (...) Daí eu queria ***um computador*** que fosse meu mesmo e eu comprei ***o computador*** dele daí já tá aqui, tá aqui, só que eu preciso comprar um monitor, teclado, mouse, estabilizador, isso eu não tenho ainda.
(Porto Alegre-RS, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(Fonte: Transcrição feita pelo autor a partir das entrevistas do Projeto ALiB)

(27) INQ. Agora, o que o senhor faz durante o dia, assim...
INF. Bom, eu trabalho, eu sou, eu sou administrador de empresas e contabilista, né, e trabalho em função da::: da consultoria na área contábil e administrativa. Tenho ***um escritório*** de contabilidade e faço consultoria nessa área. Além de auxiliar, também, o Adriano na área de vendas, da empresa que é dele. ***O escritório*** é nosso, é aqui no bairro mesmo.
(Porto Alegre-RS, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo autor a partir das entrevistas do Projeto ALiB)

Em (26), o entrevistado[20] é instigado a falar sobre um determinado objeto, o computador do amigo. O inquiridor faz a pergunta usando uma descrição definida "o computador do Sérgio", para, em seguida, o falante discorrer a respeito. Na fala do entrevistado, a primeira menção ao computador aparece antecedido de artigo indefinido, "ele comprou ***um computador*** novo", e quando o informante faz a primeira retomada desse referente o SN já aparece na função de sujeito e antecedido de artigo definido: "porque ***o computador*** é um pouquinho melhor". Antes de fazer essa retomada, no entanto, fala-se sobre um amigo que é imediatamente retomado, seguindo o mesmo princípio de a primeira menção o SN aparecer com artigo indefinido e com artigo definido quando retomado: "ele deixou na casa de ***um amigo*** pr***o amigo*** poder jogar". Mais adiante, o informante retoma mais uma vez o referente "o computador do Sérgio", agora antecedido de um demonstrativo: "ele tava comentando d***esse computador***". É sabido que se a definição/determinação puder ser colocada num contínuo, um sintagma fica mais definido/determinado à medida que passa do artigo indefinido para o artigo definido e, deste, para o demonstrativo: um computador => o computador => esse computador.

Mais adiante, o entrevistado fala "eu tava querendo ***um computador*** pro meu quarto" e "eu queria ***um computador*** que fosse meu mesmo". O computador a que o informante se refere não é o computador do amigo; "computador" nessas duas menções é usado com referência genérica, por isso o uso, nesse caso, do artigo indefinido. Em seguida, quando o informante volta a falar do computador do amigo, a palavra já é novamente antecedida de artigo definido: "e eu comprei ***o computador*** dele".

Ainda nesse exemplo (26), o colaborador faz referência a um outro computador, que não é o do amigo, não é um que ele tinha vontade de ter; pode ser visto/compreendido como um outro computador, que tem uma outra referência, que não foi mencionado antes, nem foi

[20] Reforça-se que o Projeto ALiB usa o termo "informante" e "entrevistado" para se referir aos participantes da pesquisa. A essas duas denominações, usam-se, nesta tese, os termos "colaborador" e "falante" como sinônimo de "informante" e "entrevistado" a fim de evitar repetição do mesmo item lexical.

retomado posteriormente. Diz respeito ao computador da casa, da família, que foi citado uma única vez (não é uma retomada, nem foi retomado posteriormente), em uma estrutura em que também aparece o chamado pós-artigo, elemento que pode figurar entre o artigo e o substantivo: "***o outro computador*** tali com minha irmã". O uso do artigo nesse contexto de única menção pode-se dar pela referência dêitica; é um objeto presente na situação de comunicação que pôde ser apontado e na fala do informante é caracterizado por "tá (a)li", ou seja, o computador está ali com a irmã. Referentes presentes na situação de comunicação, que podem ser apontados, geralmente aparecem de artigo definido pelo fato de a referência ficar clara.

Em (27), o processo é o mesmo. O referente é introduzido na fala do informante com um artigo indefinido na posição de complemento do verbo ("tenho ***um escritório*** de contabilidade"); depois, o referente é reintroduzido no discurso com artigo definido e na posição de sujeito da frase ("***o escritório*** é nosso").

Esse processo de introduzir um elemento no discurso com artigo indefinido e retomá-lo com artigo definido, embora não seja absolutamente fixo, uma vez que há elementos que são muitas vezes introduzidos no discurso já antecedido de artigo definido, parece constituir um padrão de distribuição de informações que relaciona o uso do artigo às informações velhas/dadas/conhecidas, bem como à função sintática do sintagma na sentença. Na distribuição das informações na sentença produzida pelo falante, a informação velhas/dadas/conhecidas tendem a vir na posição pré-verbal e exercendo funções típicas dessa posição, como o sujeito e o tópico, e tendem a vir já precedidas de artigo definido; já as informações novas, as que serão introduzidas no discurso, tendem a vir na posição pós-verbal, exercendo funções sintáticas típicas de elementos nessa posição, como os complementos, e antecedidas de artigo indefinido. Essas informações novas poderão ser retomadas pelo falante já ocupando outra posição e função na sentença e antecedidas de artigo definido.

Mais adiante, ver-se-á a relação do artigo definido com a função sintática dos elementos na frase, bem como com o *status* novo/dado do nome próprio. Antes, discorrer-se-á sobre o outro objeto de estudo, o *nome próprio*.

3.2 O NOME PRÓPRIO

3.2.1 O nome próprio na tradição gramatical

A tradição gramatical não discorre tanto sobre a categoria dos nomes próprios; limita-se, basicamente, a elencar alguns critérios que dividem nomes (substantivos) em próprio e comum. Esta distinção é de longa tradição[21] e é até hoje encontrada nas gramáticas contemporâneas do português: o nome próprio designa um indivíduo/entidade de modo particular e específico, distinguindo-o dos demais da mesma espécie ou classe; o nome comum designa a totalidade dos seres da mesma espécie, numa referência genérica. João de Barros (1496-1570), autor de uma das primeiras gramáticas da língua portuguesa, já trazia em suas páginas essa distinção, afirmando que "nome próprio" é aquele atribuído a uma coisa, e "nome comum" é aquele atribuído a muitas coisas do gênero:

> Todolos nomes am de ter hũa de duas calidádes: própria, ou, comũ, calidáde em o nome ę hũa diferença pela qual conheçemos hũ do outro. Nome próprio ę aquelle que se nam póde atribuir a mais que a hũa só cousa, como este nome Lisboa, por ser próprio desta cidade, e nam convem a Roma: nẽ ô de Cęsar, a Cipiam, peró se dissęrmos cidade, que ę geral nome a todas, entam será comũ. E por este nome hómẽ, assy entendo Cęsar e Cipiam, como todolos outros hómẽes. Assy que com razam diremos nome próprio ser aquelle per que entẽdemos hũa só cousa, e comũ pelo qual entẽdemos muitas da quelle gęnero (BARROS, 1540, p. 5)

As gramáticas contemporâneas da língua portuguesa mantêm essa distinção, firmando o nome (substantivo) próprio como designador de objetos/entidades únicos e o nome (substantivo) comum como designador de objetos/entidades pertencentes a uma determinada classe. Os nomes próprios e os nomes comuns são apresentados como categorias opositivas, pertencentes a uma classe maior – a dos substantivos –, sem maiores considerações. Isso pode ser observado na seguinte declaração de Azeredo (2002):

> Os seres a que fazemos referência no discurso podem ser entendidos como classes de objetos - *país*, *planeta*, *piloto*, *clube*, *remédio* -, ou como membros únicos em suas classes - *Portugal*, *Vênus*, *Ayrton Senna*, *Flamengo*, *Melhoral*. Chamam-se **comuns** os substantivos que, como *país*, denotam os seres na condição de membros de classes ou espécies; e se chamam **próprios** os substantivos que, como *Portugal*, servem para conferir identidade exclusiva a um membro de uma classe ou espécie. (AZEREDO, 2002, p. 106)

[21] Segundo Amaral e Seide (2020), remonta-se a Dionísio da Trácia (séc. II-I a.C) a distinção hoje encontrada nas gramáticas tradicionais entre nome comum e nome próprio. Chapanski (2003), no entanto, ressalta que essa distinção é anterior, remontando aos estoicos; ainda segundo a autora, muitos dos exemplos citados por Dionísio da Trácia são, na verdade, dos filósofos estoicos.

Em geral, não há diferenças nas abordagens do nome próprio nas gramáticas tradicionais da língua portuguesa. Cunha e Cintra (2013) chamam de nome próprio aquele que se aplica a um determinado indivíduo de uma espécie (designação específica), tais como *Pedro, Brasil, Lisboa*, porque se aplica a uma pessoa, um país e uma cidade específicos; e chamam de nome comum aquele que se aplica a todos os seres de uma determinada espécie (designação genérica), tais como *homem, país, cidade*, porque se refere ao conjunto da espécie.

Bechara (2009) diz que a classe dos substantivos se divide em próprio e comum. O nome próprio é o que, segundo o autor, se aplica a um determinado objeto – ou mesmo a um conjunto de objetos tomado individualmente – considerando-os como indivíduos. Assim, para Bechara, cada *João*, cada *Isabel* e cada *Açores* são considerados como indivíduos únicos, específicos e inconfundíveis para as pessoas.

Rocha Lima (2014) é bem sucinto nesse ponto ao dizer que os substantivos podem ser de extensões diferentes, expressando, de um lado, a espécie (os nomes comuns), de outro, o indivíduo da espécie (os nomes próprios). Cegalla (2009), da mesma forma, é sucinto ao dizer que nomes comuns designam seres da mesma espécie e nomes próprios designam um ser em particular.

Como se pôde ver, as gramáticas tradicionais contemporâneas não vão além daquilo que já mostrava uma das primeiras gramáticas da língua portuguesa do século XVI, e não se diferenciam entre si na abordagem do nome próprio. Por outro lado, o português brasileiro conta com um já significativo número de gramáticas descritivas, que abordam as questões linguístico-gramaticais de uma perspectiva diferente da das gramáticas normativas tradicionais. Embora as gramáticas descritivas deem um passo importante nas abordagens dos elementos linguísticos, ampliando um pouco mais a visão tradicional dos fenômenos da língua(gem), elas ainda não chegam – no que diz respeito ao enfoque dado aos nomes próprios – a se debruçar sobre determinadas propriedades. No que diz respeito ao nome próprio, Castilho (2010), mesmo não o explorando com maiores detalhes, traz informações até então não observadas nas gramáticas tradicionais como as destacadas anteriormente. Segundo o autor, um dos traços distintivos entre nomes próprios e nomes comuns está ligado à propriedade de conotar e denotar quando da representação das coisas. Ainda segundo o autor, substantivos comuns tanto conotam quanto denotam o seu referente, enquanto que os substantivos próprios apenas o denotam.

Neves (2000) retoma o princípio de que os nomes próprios não designam qualquer elemento de uma classe, e sim designam individualmente os elementos a que se referem,

identificando-os como únicos. Além disso, a autora destaca algumas características dos substantivos (nomes) próprios, tais como (i) possibilidade de o substantivo próprio passar a substantivo comum; (ii) assumir formas simples ou compostas; (iii) poder, os nomes próprios de pessoas, serem usados no plural assumindo significado particular; (iv) ser usado na escrita com a inicial maiúscula; (v) possibilidade de serem usados com determinantes e modificadores, adquirindo o substantivo próprio certas propriedades dos substantivos comuns; (vi) uso variável do artigo definido; (vii) uso do substantivo próprio com pronomes possessivos e demonstrativos; (viii) designação de referente único; (ix) não fazerem descrição de seu referente; (x) não evidenciarem traços ou marcas de caracterização de uma classe (cf. NEVES, 2000).

Como se pôde observar, as gramáticas tradicionais limitam-se a mostrar o nome próprio como uma parte da classe dos substantivos, fazendo oposição aos nomes comuns, dando continuidade a uma longa tradição; as gramáticas descritivas – aqui representadas por Neves (2000) e Castilho (2010) – ampliam mais sua abordagem, mas ainda mantendo estreita relação com a abordagem tradicional, embora destacando aspectos importantes ausentes nas gramáticas tradicionais. A seguir, passa-se ao tratamento que o nome próprio recebeu nos estudos linguísticos.

3.2.2 O nome próprio nos estudos linguísticos

Os nomes próprios nem sempre estiveram presentes na agenda dos estudos linguísticos; não foram os linguistas nem os gramáticos os que primeiro se debruçaram sobre a temática, mas sim os estudiosos da Lógica e da Filosofia[22]. A "marginalização do nome próprio na linguística" está, segundo Gary-Prier (1991), estabelecida desde pelo menos Saussure (1916), em seu *Curso de Linguística Geral*, para o qual o nome próprio "não permite nenhuma análise e, portanto, nenhuma interpretação de seus elementos" (GARY-PRIER, 1991, p. 12), situando, dessa forma, o nome próprio como um objeto externo ao sistema linguístico.

As diferentes abordagens do nome próprio no âmbito da Lógica e da Filosofia somente começaram a despertar o interesse dos estudiosos da linguística a partir da década de 1970. Amaral (2008) faz um importante levantamento dos estudos linguísticos que se ocuparam dos

[22] Não será abordado, aqui, o nome próprio na perspectiva da Lógica e da Filosofia por não constituir objetivo desta tese; para isso, remete-se o leitor às obras de Frege, 2009 [1892]; Russel, 1956; Strawson, 1985; Searle, 1958, 1969; dentre outros.

nomes próprios, e considera a obra de Keiber (1981) como um marco importante sobre o estudo dos nomes próprios na Linguística e o que abre novos caminhos para trabalhos subsequentes. A obra de Kleiber (1981) é um grande passo no estudo dos nomes próprios por abordar do ponto de vista da linguística um assunto até então analisado sob o viés da Lógica e da Filosofia, estabelecendo um ponto de ruptura no tratamento da questão.

Kleiber (1981) trata de vários aspectos da abordagem do nome próprio (sintaxe, semântica, pragmática), mas é a análise lógico-semântica a que, segundo Amaral (2008), abre novos caminhos para estudos posteriores sobre o tema. Do ponto de vista lógico-semântico, o autor está comprometido com uma teoria do sentido do nome próprio, pondo-se contrário tanto às teorias que dizem que os nomes próprios não têm sentido, quanto àquelas que dão uma sobrecarga semântica a eles. No que diz respeito à tese de que o nome próprio não tem sentido, Kleiber (1981) afirma que, sendo o nome próprio um signo linguístico, ele não pode ser concebido senão como tendo um significante e um significado. Quanto à segunda teoria – a que dá uma sobrecarga semântica ao nome próprio, argumentando que ele é constituído por descrições definidas –, Kleiber (1981) contra-argumenta dizendo que não se tem descrições definidas identificadoras para todos os nomes próprios e que elas nem sempre são verdadeiras.

Como forma de equilibrar a balança e dar uma solução para os problemas levantados nas duas teorias aqui colocadas, Kleiber (1981) propõe a tese do nome próprio como um predicado de denominação "ê*tre appelé /N/ (x)*", que diz que "o único *x* que é chamado /N/" e que isso está sujeito a um ato prévio de batismo ou outro parecido.

A proposta de Kleiber do nome próprio como predicado de denominação (ê*tre appelé /N/ (x)*) recebeu muitas críticas e fez com que o autor (KLEIBER, 1995; 1996) revisasse a teoria de 1981 e abandonasse uma das bases dela. A esse respeito, Amaral (2008) diz que "após reconhecer os problemas da teoria, Kleiber (1995) e (1996) abandona a tese de que os nomes próprios são predicados de denominação, mas mantém a hipótese de um sentido de denominação para o nome próprio" (AMARAL, 2008, p. 55). Mas dentre os méritos de sua tese de 1981, Kleiber (1996, p. 571) destaca o fato de ela permitir um "tratamento único para os nomes próprios não articulados e os nomes próprios articulados ou modificados"[23].

No ano seguinte ao estudo de Kleiber (1981), Molino (1982) publica um trabalho em que também aborda a temática do nome próprio. Molino (1982, p. 5) diz que até recentemente (à época do autor) "o nome próprio era um parente pobre da Linguística", ele não era muito

[23] "La solution du prédicat de dénomination avait aussi mérite important, celui d'offrir un traitement unitaire pour les noms propres nom articulés et les noms propres articulés ou modifiés" (KLEIBER, 1996, p. 571).

importante para o pesquisador-linguista, que não tinha muito o que dizer a respeito. As revoluções ocorridas na Linguística moderna praticamente não chegaram a alcançar o nome próprio e muito do que se falou sobre ele veio, como já foi dito, da Lógica e da Filosofia (MOLINO, 1982).

Por ser um dos primeiros estudos sobre o nome próprio no âmbito dos estudos linguísticos, Molino (1982) mostra o quão diversa é a classe dos nomes próprios e enumera alguns termos passíveis de ser enquadrados no grupo, além de reconhecer não ser possível dar uma definição simples e coerente de nome próprio dada a heterogeneidade da categoria. Também considera difícil estabelecer critérios definitivos seguros que possam delimitar o campo dos nomes próprios por duas razões: (i) não há nenhum critério, que separe nomes próprios de nomes comuns, que seja inequívoco e não crie ambiguidades (como, por exemplo, o critério gráfico de letras maiúsculas), e (ii) não há critérios convergentes que isolem o mesmo domínio do nome próprio (por exemplo, o **critério ortográfico** da letra maiúscula não isola o mesmo domínio que o **critério sintático** da ausência de artigo, que não isola o mesmo domínio que o **critério semântico** do referente único). Em razão disso, o autor estabelece que não há uma categoria dos nomes próprios bem definida e define o nome próprio como "uma categoria semiteórica, nascida de uma reflexão meio teórica, meio prática do locutor, do gramático-pedagogo e linguista sobre sua língua"[24] (MOLINO, 1982, p. 8).

Após essas considerações, o autor propõe diretrizes para a análise do nome próprio nos diferentes níveis: fonético-fonológico, morfossintático, semântico e pragmático, aos quais acrescenta, ainda, o nível cognitivo. No que diz respeito ao aspecto fonético-fonológico, o autor afirma o seguinte: "há um sistema fonético e/ou fonológico do nome próprio, que seja um subsistema da fonologia de uma determinada língua?"[25] (MOLINO, 1982, p. 8). A resposta a essa indagação é negativa, visto que do ponto de vista fonético-fonológico os nomes próprios não possuem um subsistema claramente definido; o mais importante e interessante seria perguntar se não há um microssistema que opõe nome próprio e nome comum. No que diz respeito ao aspecto morfológico do nome próprio, Molino (1982) – após comentar algumas características, como marcas morfológicas em algumas línguas, uso do diminutivo, vocativo e o número singular/plural – conclui que não há universais morfológicos para o nome próprio, apenas princípios reguladores, tendências que ajudam a descrever o fenômeno. Com relação ao aspecto sintático, o autor afirma que o traço gramatical mais

[24] "(…) une catégorie semi-théorique, née de la réflexion mi-théorique mi-pratique du locuteur, du grammairien-pédagogue et du linguiste sur leur langue" (MOLINO, 1982, p. 8).
[25] "y a-t-il un système phonétique et/ou phonologique du nom propre, qui serait un sous-système de la phonologie d'une langue donnée ?" (MOLINO, 1982, p. 8).

frequentemente proposto para distinguir nomes próprios de nomes comuns, em línguas como o inglês e o francês, é a ausência de artigo. A esse respeito, Molino (1982) cita, ainda, Chomsky (1965), que também define o nome próprio como uma categoria sem determinante, e para quem a distinção entre nomes próprios e comuns é do tipo de subcategorização estrita. Assim, para Molino (1982) o nome próprio esteja ele acompanhado ou não de artigo é uma categoria para a qual não há uma caracterização definitiva, nem para uma língua em particular, nem em uma perspectiva mais geral das línguas. O que se tem, na verdade, são dois movimentos na língua que geram uma tensão: de um lado, um movimento que tende a isolar o nome próprio; de outro, um movimento que vem da organização gramatical do sistema linguístico que tende a integrar o nome próprio a esse sistema pela morfossintaxe (MOLINO, 1982).

Ao observar o aspecto semântico, Molino (1982) lembra que o estudo da semântica do nome próprio – que procura responder à questão: qual o significado do nome próprio? – esteve no rol de interesse dos lógicos e filósofos (Stuart Mill (1989), Gottlob Frege (2009), Saul Kripke (1972)...) muito mais do que dos linguistas. O autor parte do princípio de que os nomes próprios são expressões que se referem a uma entidade particular tida como um "indivíduo" singular, necessitando, dessa forma, ser distinguido de outras expressões igualmente usadas para referir, os dêiticos e as expressões definidas (MOLINO, 1982). Na abordagem semântica, o autor diz que o nome próprio parece funcionar muito bem como uma marca distintiva vazia que se refere "a uma série indefinida de interpretantes, que nos parecem mais ricos, mais carregados de afetividade do que os interpretantes evocados pelos nomes comuns"[26] (MOLINO, 1982, p. 14). Retomando alguns pontos discutidos no âmbito da Lógica e da Filosofia, como a questão da referência única, pressuposição de existência, designador rígido, descrição definida, o autor considera que o nome próprio funciona como um designador rígido e, em certos casos, tem significado idêntico ao de uma descrição definida[27].

Os trabalhos de Kleiber (1981) e Molino (1982) têm um papel muito importante no estudo dos nomes próprios sob o enfoque da Linguística. Eles abrem caminhos para muitos outros que passaram a analisar o nome próprio de diferentes perspectivas. Adiante, serão comentados três importantes trabalhos sobre o nome próprio que se beneficiaram de estudos

[26] "à une série indéfinie d'interprétants, qui nous apparaissent comme plus riches, plus chargés d'affectivité que les interprétants évoqués par les noms communs" (MOLINO, 1982, p. 14).
[27] Reitera-se que a semântica do nome próprio, tal como abordada na Lógica e na Filosofia, não será explorada por não constituir o objetivo desta tese. Remete-se o leitor para as obras citadas ao longo do texto.

anteriores para trazer mais luz à questão: Jonasson (1994), Gary-Prieur (1994) e Van Langendonck (2007).

O trabalho de Jonasson (1994) é particularmente importante e interessante por apresentar uma abordagem cognitiva do nome próprio. A autora lembra que a tradicional distinção estabelecida entre nomes próprios e nomes comuns, com base no critério da monorreferencialidade, estabelecido nos estudos lógicos e adotado em muitos estudos linguísticos, não é satisfatória e se propõe a investigar a natureza do nome próprio não apenas "no nível do sistema linguístico, nem no nível do discurso, mas em um nível mais profundo, a saber o nível cognitivo"[28] (JONASSON, 1994, p. 15). Para a autora, a função cognitiva fundamental do nome próprio é a de nomear, afirmar e manter a individualidade, definindo, assim, o nome próprio como "qualquer expressão associada à memória de longo prazo a um particular em virtude de um laço denominativo estável"[29] (JONASSON, 1994, p. 21).

A distinção estabelecida em Kleiber (1981) entre nomes próprios modificados e nomes próprios não modificados é o ponto de partida para Jonasson (1994) estabelecer uma distinção entre uso prototípico e uso não prototípico dos nomes próprios. Por uso prototípico, entende-se (i) a função referencial do nome próprio, qual seja a de designar entidades específicas para dizer algo sobre elas; (ii) a função vocativa, em que o nome próprio é usado para chamar e/ou atrair a atenção de quem está sendo intimado; e (iii) a função nominativa, em que um nome próprio é atribuído a uma entidade particular. Esses usos serão comentados mais à frente.

Por uso não prototípico, entende-se o uso do *nome próprio modificado*[30], ou seja, o nome próprio quando acompanhado de determinantes. Segundo Jonasson (1994), os nomes próprios em seu uso não prototípico perdem o seu caráter de unicidade e singularidade. Noailly (1999 *apud* LEROY, 2001) diz que os nomes próprios modificados podem ser considerados de duas perspectivas diferentes, dependendo se se trata da perda da unicidade ou da singularidade (perspectiva referencialista), ou se se trata da presença de uma determinação (perspectiva sintática). No que diz respeito ao primeiro caso, "a determinação do nome próprio modifica sua função de designação individual; o nome próprio não mais designa

---

[28] "au niveau du système linguistique, ni au niveau du discours, mais à un niveau plus profond, à savoir le niveau cognitif" (JONASSON, 1994, p. 15).

[29] "Toute expression associée dans la mémoire à long terme à un particulier en vertu d'un lien dénominatif conventionnel stable" (JONASSON, 1994, p. 21).

[30] A classificação binária "nomes próprios modificados" e "nomes próprios não modificados" não é pacífica, nem consensual; ela tem recebido várias críticas que não convêm explorá-las aqui, por não constituir o propósito desta tese. O número 146 da revista *Langue Française* (2005) é todo dedicado ao estudo dos nomes próprios modificados; remete-se o leitor à revista no endereço https://www.persee.fr/issue/lfr_0023-8368_2005_num_146_2.

direta e inteiramente o seu referente, mas outro referente ou uma "faceta" desse referente"[31] (LEROY, 2001, p. 91-92). Nessa perspectiva, quando se diz "não chega a ser um Pelé", o referente é um outro que não o jogador Pelé, "o rei do futebol". Quanto ao segundo caso, considera-se que a determinação faz do nome próprio "o nome de uma classe virtual ou efetiva"[32] (LEROY, 2001, p. 92).

Jonasson (1994) divide os nomes próprios modificados em quatro tipos interpretativos, a saber: denominativo, metafórico, exemplar e manifestação. No tipo "denominativo", o nome próprio assume a propriedade "ser chamado de Npr": *Na última viagem que fiz, conheci uma Isabella*, em que *Isabella* significa "uma pessoa chamada Isabella". No tipo "metafórico", o nome próprio não assume a propriedade "ser chamado de Npr", como no denominativo, mas algumas propriedades do referente primeiro do nome próprio: *Gustavo é o nosso mais novo Leonardo da Vinci*, em que "Leonardo da Vinci", não se refere a sua pessoa, mas às características e propriedades do referente original (o pintor). O tipo "exemplar" assemelha-se ao "metafórico", mas neste o referente é diferente do portador original (em *Gustavo é o nosso mais novo Leonardo da Vinci*, "Leonardo da Vinci" faz referência a "Gustavo"), enquanto que no "exemplar", ao contrário, a referência se faz ao portador original do nome próprio: *Não me dou bem com período chuvoso, sou do verão; inverno, pra mim, só se for de um Vivaldi*, em que "Vivaldi" faz referência ao próprio compositor Antônio Vivaldi. No tipo "manifestação", Jonasson (1994) não explora as características desse tipo, mas, segundo a autora, refere-se a diferentes aspectos ou manifestações da pessoa nomeada pelo nome próprio; o exemplo dado pela autora é "O que é certo, em todo caso, é que a Céline antissemita é uma Céline triunfante"[33].

Vale ressaltar que no *corpus* de análise desta tese não foram encontradas ocorrências que se enquadrem nos tipos apresentados por Jonasson (1994). No entanto, mesmo que fossem encontradas, essas ocorrências não constituiriam dados válidos para análise, seja pelo uso não referencial do nome próprio (ou seja, não se refere ao portador do nome próprio, mas a determinados traços ou características do portador original), seja pelo determinante não ser o artigo definido. O objetivo de se destacar essas propriedades dos nomes próprios é o de mostrar como eles estão sendo estudados na Linguística.

---

[31] "la détermination du nom propre modifie sa fonction de désignation individuelle; le nom propre ne désigne plus directement et entièrement son référent attitré mais un autre référent, une «facette» de ce référent" (LEROY, 2001, p. 91-92).
[32] "le nom d'une classe […] virtuelle ou effective" (LEROY, 2001, p. 92).
[33] "Ce qui est sûr, en tous cas, c'est que le Céline antisémite est un Céline triomphant". (JONASSON, 1994, p. 171)

Outra obra importante para o estudo do nome próprio é o de Gary-Prieur (1994), *Grammaire du nom propre*, cujo objetivo, segundo a autora, é "descrever a habilidade específica envolvida na interpretação de um nome próprio em uma determinada construção"[34] (GARY-PRIEUR, 1994, p. 1). Na primeira parte da obra, a autora trata do funcionamento semântico do nome próprio e discute suas propriedades definitórias; a definição de NPr (nome próprio) é baseada na distinção feita entre o seu *sentido* e o *conteúdo*. O *sentido* do NPr corresponde a "uma propriedade que caracteriza o nome próprio como uma unidade da língua [...] muito bem representada pelo predicado de denominação"[35] (GARY-PRIEUR, 1994, p. 39); já o *conteúdo* corresponde a "um conjunto de propriedades do referente inicial que intervém na interpretação de determinadas declarações que contêm este nome"[36] (GARY-PRIEUR, 1994, p. 46). À noção de *conteúdo* a autora estabelece a noção de *referente inicial*, assim definido: "o referente inicial de um nome próprio [...] é o indivíduo associado por uma pressuposição a esta ocorrência do nome próprio em virtude de um ato de batismo do qual o locutor e o interlocutor têm conhecimento"[37] (GARY-PRIEUR, 1994, p. 29). Assim, para se fazer uso de um NPr – de pessoa, nesse caso – é preciso ter havido antes um ato de batismo e que os interlocutores tenham conhecimento desse ato.

Gary-Prieur (1994), com relação ao funcionamento semântico do NPr, distingue três tipos de interpretação dos nomes próprios: *interpretação denominativa*, *interpretação identificadora* e *interpretação predicativa*. A primeira está fundada no sentido do NPr e está ligada à função que o NPr tem de nomear sem evocar um referente em particular (*Há uma Marcela nesta sala* – ou seja, há uma pessoa chamada Marcela na sala); esta primeira interpretação corresponde ao *tipo denominativo*, de Jonasson (1994), destacado anteriormente. A segunda interpretação, *identificadora*, evoca um referente em particular, mas entra em jogo o conhecimento da existência de um referente inicial, que difere, vale lembrar, do referente discursivo (*Ele tem o talento de um Monet para pintura*); esta interpretação está ligada ao que Jonasson (1994) chama de *tipo exemplar*. A interpretação *identificadora* está, ainda, relacionada ao uso referencial do nome próprio (*Eu acho (o) Marcelo Adnet um comediante incrível*). Para Gary-Prieur (1994), em seu uso referencial o NPr encontra-se sem

[34] "décrire la compétence spécifique mise en œuvre pour interpréter un nom propre dans une construction donnée" (GARY-PRIEUR, 1994, p. 1).
[35] "une propriété qui caractérise le nom propre en tant qu'unité de la langue, […] très bien représentée par le prédicat de dénomination" (GARY-PRIEUR, 1994, p. 39).
[36] "un ensemble de propriétés du référent initial qui interviennent dans l'interprétation de certains énoncés contenant ce nom" (GARY-PRIEUR, 1994, p. 46).
[37] "Le référent initial d'un nom propre dans un énoncé est l'individu associé par une présupposition à cette occurrence du nome propre en vertu d'un acte de baptême dont le locuteur et l'interlocuteur ont connaissance" (GARY-PRIEUR, 1994, p. 29).

determinante[38]. A *interpretação predicativa* evoca determinadas propriedades do referente inicial e é baseada no *sentido* e no *conteúdo* do NPr. Este tipo de interpretação inclui os usos metafóricos (*Pierre, ce nouveau Zorro*), metonímicos (*Passe-moi un San Antonio*) e quantificadores (*Elle a bien le style Madonna*) dos NPr (cf. GARY-PRIEUR, 1994, p. 58-62).

Outra obra que se propõe a estudar os nomes próprios é a de Van Langendonck (2007), conhecido por seu extenso trabalho em teoria e estudos onomásticos. O estudo é, segundo o próprio autor, uma investigação interdisciplinar sobre o status do NPr, tendo a Linguística como o ponto de partida. Baseia-se nos pressupostos da Gramática de Construção Radical (CROFT, 2001), com exemplos trazidos do inglês, francês, holandês e alemão, e aborda diversas subclasses dos nomes próprios, não apenas os ditos nomes próprios prototípicos – antropônimos e topônimos –, a fim de propor uma tipologia do NPr com base em critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos. O trabalho de Van Langendonck (2007) é um pouco diferente dos de Jonasson (1994) e Gary-Prieur (1994): Jonasson não se propõe a dar uma classificação do NPr, embora reconheça que (i) existem membros centrais que se constituem núcleo da categoria e que apresentam muito das características típicas (nomes de pessoas e cidades), e que (ii) existem membros mais periféricos e menos típicos, que apresentam características mais limitadas da categoria (a estrela Polar, o Baile das Debutantes, a Loteria Nacional) (JONASSON, 1994, p. 22); já Gary-Prieur (1994) diz que não entrará no mérito da classificação.

O autor dedica os dois primeiros capítulos à definição e descrição dos nomes próprios: seu *status* nominal e semântico-referencial e suas características formais. A definição do autor para "nome próprio" é a seguinte: "um substantivo que denota uma entidade única no nível da convenção linguística estabelecida para torná-lo psicossocialmente saliente dentro de uma determinada categoria de nível básico [pragmático]"[39] (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 116). Segundo o autor, os nomes próprios podem apresentar as mesmas características gramaticais que caracterizam os pronomes pessoais, tais como definitude, referencialidade, gênero, número, pessoa, recursividade, contabilidade, até mesmo partitividade.

No capítulo três, destinado à tipologia[40] dos NPr, Van Langendonck (2007) estabelece quatro subclasses principais de NPr. A primeira corresponde a dos **nomes próprios**

---

[38] Vale lembrar que a autora trabalha a gramática do nome próprio do francês, em que os NPr em função referencial são usados sem artigo; no PB, no entanto, o uso é variável, como mostrará esta tese.

[39] "A proper name is a noun that denotes a unique entity at the level of established linguistic convention to make it psychosocially salient within a given basic level category [pragmatic]." (VAN LANGENDONCK, 2017, p. 116).

[40] Destaca-se que a tipologia dos nomes próprios não é pacífica nem consensual entre os estudiosos, havendo muita controvérsia entre o que é ou não é considerado nome próprio, e muitas tentativas de classificação foram

prototípicos (nome de pessoas, animais e lugares); a segunda abrange os **nomes próprios não prototípicos**, associados ao que o autor chama de **nomes próprios apelativos** (nomes de marcas, idiomas, cores, doenças e outros); a terceira e a quarta subclasses são consideradas categorias marginais, não constituídas, segundo o autor, por um "lema próprio" *ad hoc* (unidades temporais (2000, maio, por exemplo), nomes de instituições ligadas a um edifício (bancos, por exemplo).

O autor destaca o caráter classificatório do uso do artigo junto a NPr prototípicos, em que o uso está associado a entidades com referência inanimada, enquanto que o não uso do artigo associa-se a entidades com referência animada. Exceção se dá aos nomes próprios de pessoas, cujo uso se dá por razões expressivas, emotivas, denotando familiaridade. Destaca, ainda, um uso já demonstrado por Jonasson (1994) e Gary-Prieur (1994) acima, qual seja o uso metafórico e metonímico do NPr: *a second Napoleon* (uma segunda pessoa como Napoleão - metafórico), e *another John* (outra pessoa chamada João – metonímico).

O trabalho de Van Langendonck (2007) é de natureza teórica e descritiva; observa, com dados principalmente do inglês e do holandês, as características formais dos NPr de um ponto de vista pragmático, referencial e semântico. Segundo o autor, os NPr "podem, quando homófonos, ser coordenados; não aceitam modificadores ou quantificadores, não podem funcionar como predicados nominais e são os elementos anafóricos mais fracos"[41] (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 323).

Esses são alguns estudos que abordaram o nome próprio sob o viés dos estudos linguísticos; o interesse dos linguistas pela temática, reforça-se, surgiu da necessidade de romper com o tratamento dado pelos estudos lógicos e filosóficos que tinham uma abordagem descritivista do nome próprio. A seguir, passa-se às considerações sobre as funções dos nomes próprios na perspectiva dos estudos linguísticos.

3.2.3 As funções do nome próprio

Segundo Lyons (1977), os nomes próprios têm duas funções características: referencial e vocativa. A função referencial do nome próprio, segundo o autor, permite ao interlocutor identificar o indivíduo referenciado pelo nome próprio, ou seja, permite a

---

feitas. Não é objetivo desta tese discutir a tipologia dos nomes próprios; para tal, remete-se o leitor a trabalhos que se propõem a isso, tais como Allerton (1987), Wilmet (1995), Vaxelaire (2005), Bajo Pérez (2008), López García (2000) e Van Langendonck (2007), só para citar alguns.

[41] "Proper names can be coordinated while being homophonous; they do not take restrictive modifiers or quantifiers, cannot function as predicate nominals and are the weakest anaphoric elements" (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 323).

identificação do referente em questão. Os nomes próprios integram a classe das expressões referenciais, juntamente com os sintagmas nominais definidos e os pronomes pessoais, e essas expressões referenciais são aquelas que se referem à indivíduos de modo particular, e não à classe de indivíduos.

Como será visto mais adiante, os nomes próprios analisados nesta tese são aqueles em que se pode observar a função/uso referencial, ou seja, o nome próprio em que o falante faz referência a uma pessoa única, individual no domínio discursivo. Segundo Lyons (1977), nos atos de fala, quando o falante produz um enunciado, como (28) a seguir, para fazer uma asserção, diz-se que o falante se refere a um determinado indivíduo por meio de uma expressão referencial (aqui, um nome próprio):

(28) INQ.: Fale alguma coisa que eles fazem.
INF.: O que eles fazem? Bom. ***Cassius*** trabalha, tem um filhinho. Eu já sô vovó. Tem um filhinho de cinco anos, trabalha. É muito namorador, paquerador dimais. **O *Robson*** já um minino mais pacato, tem dizessete anos, é adolescente, alto, bunito, bom aluno, é professo de inglês já.
(Salvador-BA, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

A colaboradora, neste exemplo, faz referência aos filhos por meio da expressão referencial "Cassius" e "Robson". A referência, construída na interação entre os interlocutores, permite a identificação dos indivíduos em questão como os filhos da colaboradora e não qualquer outra pessoa que atenda pelos nomes de "Cassius" e "Robson". Destaca, ainda, Lyons (1977) que é o falante que refere, ou seja, é ele que confere ao nome próprio uma referência específica por meio de um ato de referência.

Em (29), que segue, a fala do informante-colaborador permite ao interlocutor estabelecer a relação que o nome próprio assume no discurso, compreendendo "Clebison" como um indivíduo único no discurso do falante, a saber o seu filho. Nesses casos, diz-se que a referência foi bem-sucedida.

(29) INQ. E antes daqui o senhor morava onde?
INF. Quando eu vim praqui meu fio ***Clebison*** era pequeno e ele já fez vinte e quatro ano... antes eu morava nesse mermu bairro em ôta casa... porque essa casa eu comprei o terreno e construí ela.
(Aracaju-SE, Homem, Faixa Eária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Assume-se, com Lyons (1977), que o referente de um nome próprio é o indivíduo identificado pelo nome próprio e é o falante que realiza o ato de referência. De acordo com Lyons, um enunciado como "Alfredo matou Bill" contém duas expressões referenciais (Alfredo e Bill) e os referentes desses nomes são os indivíduos identificáveis pelos nomes "Alfredo" e "Bill".

Isso já havia sido destacado por Searle (1969), para quem a referência é um ato de fala realizado pelo falante. De acordo com Searle (1969, p. 28) "a referência é um ato de fala e os atos de fala são realizados por falantes proferindo palavras, e não por palavras". Portanto, entende-se, aqui, por referente de um nome próprio a pessoa/indivíduo identificado por esse nome próprio e que é o falante colaborador que estabelece essa referência.

A segunda função característica do nome próprio, segundo Lyons (1977), é a vocativa. Também conhecida como *função de chamada*, ela é utilizada para atrair a atenção da pessoa que está sendo chamada ou intimada[42].

Como se verá adiante, os nomes próprios em uso/função vocativa constituirão o contexto de exclusão, não sendo, portanto, um dado válido para análise. O nome próprio em função vocativa pode ser observado nos exemplos em (30) e (31) abaixo:

(30) INF. ***Rafaela***, eu soube que a Débora casou.
INF. ***Roberto***, você vai pra onde?
(Fortaleza-CE, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(31) INF. (...) eu falei pra ela: ***dona Vanilde***, não é eu indo lá com essa macumbeira que vai resolvê os meus problemas.
(Boa Vista-RR, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Continua Lyons (1977) dizendo que é importante distinguir entre o uso referencial e vocativo do NPr nos chamados enunciados apelativos, com em *Apresento-te o João* e *Ele se chama João Silva*. Nesses casos, ocorre o que o autor chama de *nominação didática*, que é quando se ensina a alguém, formal ou informalmente, que um determinado nome está associado a uma pessoa, objeto ou lugar particular por uma convenção preexistente. Ainda segundo Lyons (1977), à *nominação didática* opõe-se a *nominação performativa*. Valendo-se dos exemplos de Austin (1958), o autor concebe a nominação performativa como a execução

[42] Também é usada para chamar a atenção do interlocutor "para a presença da pessoa que se nomeia ou para lembrar ao auditor a existência ou importância dessa pessoa" (LYONS, 1977, p. 178).

de um ato de batismo, indicando que se está realizando uma ação efetivamente, e não somente um simples ato de proferir algo. De acordo com Lyons (1977), quando se diz *Batizo este barco com o nome de Rainha Elizabeth*, não se está descrevendo o ato de batismo, mas o executando efetivamente.

Nos dados analisados nesta tese, são recorrentes os casos de *nominação didática* em razão da natureza das perguntas (001) e (002) do questionário morfossintático. Ver-se-á, mais adiante, que esses casos também não constituem dados válidos para análise por razões que ainda serão esclarecidas; por ora, pode-se observar algumas ocorrências de *nominação didática* extraída dos dados:

(32) INQ. Agora, você tem irmãos, Gil?
INF. Tenho uma irmã.
INQ. Uma irmã. Como é que se chama?
INF. ***Elza***.
(São Luís-MA, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(33) INQ. Agora, por exemplo, a senhora tem filhos, tem irmãos, né? Como é que se chamam seus filhos?
INF. ***Ronaldo, Rosineide, Ronildo, René*** e ***Hilton Júnior***.
(São Luís-MA, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(34) INQ. E... você tem, pode dizer algum nome de alguns amigos, vizinhos com quem você costuma falar mais?
INF. Meus colegas de trabalho né... Roberto; tenho uma colega de nome ***Leone***; Laércio, colega de trabalho. Vizinho eu tenho um colega chamado ***Raimundo Braga***, com quem mais eu tenho mais com... mais contato...
(São Luís-MA, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Fernández Leborans (1999) tem uma posição semelhante à de Lyons (1977). Segundo a autora, o uso primário e genuíno do NPr é aquele em que ele aparece sem determinante ou complemento, haja vista ele já se constituir como uma categoria autodeterminada e autocomplementada. As funções prototípicas do NPr, de acordo com a autora, são referencial, vocativa e denominativa. Já se falou aqui em que consiste a função referencial e vocativa; por função denominativa, a autora entende os usos do NPr nas construções a que Lyons (1977) chama de nominação didática.

Os exemplos (32), (33) e (34) dados exemplificam usos do NPr em sua função denominativa e constitui-se de uma função não referencial do NPr. Segundo Fernández Leborans (1999, p. 110), em função denominativa o NPr constitui-se de um nome vazio, "a modo de signo, como 'etiqueta' que se proporciona para permitir a fixação e a disponibilidade de sua referência".

Jonasson (1994), ao destacar as funções referencial, vocativa e nominativa (denominativa nos termos de Fernández Leborans (1999)) do NPr, como se destacou na subseção 3.2.2, ressalta que a função/uso nominativo é aquele em que um NPr é atribuído a um indivíduo particular. Segundo a autora, o nome próprio em função (de)nominativa nunca é usado para falar de seu portador, o que faz com que o laço rígido entre o nome próprio e o seu portador seja desfeito. O nome próprio, nesses casos, funciona como etiqueta linguística à semelhança do nome comum; não se está falando nem se referindo a um indivíduo em particular, mas tão somente enunciando um nome que está associado a uma pessoa por uma convenção preexistente, nos termos de Lyons (1977)[43].

Além de constituir um uso não referencial, o NPr em função denominativa não licencia artigo definido, o que constitui mais uma razão para sua exclusão dos dados de análise. Observe-se[44]:

(35) a. Minha amiga se chama Marcela.
b. *Minha amiga se chama a Marcela.
c. O nome da minha amiga é Marcela.
d. *O nome da minha amiga é a Marcela.

Observa-se, nesses casos, o NPr se comportando como um nome comum:

(36) a. O nome disso é computador.
b. *O nome disso é o computador.
c. Isso se chama empatia.
d. *Isso se chama a empatia.

[43] Confira, ainda, Müller; Negrão (1989) para uma discussão desse tipo de estrutura com NPr, a saber o nome próprio como etiqueta linguística.
[44] Os exemplos que seguem – (35) e (36) – são hipotéticos, utilizados para ilustrar o contexto.

3.2.4 O antropônimo na classe dos nomes próprios

Não são poucas as tentativas de classificar os nomes próprios. Eles constituem uma classe bastante diversificada, não havendo consenso quanto a seus integrantes[45]. Não obstante a isso, é possível destacar a presença dos topônimos e dos antropônimos como membros universais da classe dos nomes próprios. Eles são tidos como membros prototípicos da classe.

Os antropônimos, por sua vez, constituem uma subclasse dos NPr igualmente heterogênea, fazendo parte desse conjunto os *prenomes, sobrenomes, agnomes, apelidos, hipocorísticos* e vários outros, conforme se verá.

Na clássica obra *Antroponímia Portuguesa*, Leite de Vasconcellos (1928) faz um estudo dos nomes próprios de pessoas desde a Idade Média até a época contemporânea ao autor, a saber as primeiras décadas do século XX. Segundo Leite de Vasconcellos (1928, p. 8), o termo "nome", quando aplicado a uma pessoa, apresenta quatro acepções distintas: (i) nome próprio, nome individual ou nome de pia, aquele que uma pessoa recebe no batismo ou no registro; (ii) nome completo, que se constitui do nome individual acrescido de outras designações; (iii) nome simplesmente, como qualquer um dos elementos constituintes do nome de uma pessoa, do tipo apelido ou sobrenome; e (iv) alcunha.

Leite de Vasconcellos (1928) procura diferenciar os termos "sobrenome" e "apelido" em razão, segundo o autor, da confusão existente há bastante tempo com relação ao uso desses dois termos. Era comum, acrescenta o autor, pensar que todo nome acrescido ao nome individual de uma pessoa seja sobrenome. Assim, esclarece Leite de Vasconcellos (1928) que:

> [...] a diferença fundamental entre *sobrenome* e *apelido*, na nomenclatura actual, e mais corrente, está em que aquele é individual, ou apenas comum a vários irmãos, embora ás vezes transmissivel a filhos, e o apelido é genealógico, isto é, comum na essencia á família toda. A alcunha é adventícia. (LEITE DE VASCONCELLOS, 1928, p. 11).

O sobrenome, para o autor, é individual de uma pessoa – quando muito, comum aos irmãos – e a ele se opõe o apelido, que é comum a toda família[46]; o sobrenome constitui-se um patronímico que indica filiação e se junta imediatamente ao nome individual de uma pessoa.

---

[45] Veja-se a nota 39.

[46] Vale lembrar que o autor faz um estudo da antroponímia portuguesa, não tendo exatamente a mesma relação com a antroponímia brasileira. No Brasil, por exemplo, *sobrenome* e *apelido* são claramente diferentes, como se verá no decorrer deste trabalho.

Como se disse, o clássico estudo de Leite de Vasconcellos (1928) diz respeito aos dados de Portugal; muitos termos utilizados correntes em Portugal não são comuns no Brasil. Por exemplo, o termo "apelido" tem aplicações diferentes nos dois países. Nesse sentido, Seabra (2004, p. 53), ao retomar o estudo de Leite de Vasconcellos, apresenta a seguinte classificação: *prenome* para nome de pessoa; *apelido de família* para sobrenome; *alcunha* para apelido, podendo ser depreciativo ou não; *hipocorísticos* para tratamento familiar carinhoso.

Van Langendonck (2007) considera os antropônimos a categoria mais diversificada dos nomes próprios e qualquer tentativa de defini-los e/ou classificá-los esbarrará no problema de estabelecer o critério mais adequado, se semântico, se morfossintático, se pragmático. Observa o autor que diferentes padrões podem ser vistos em diferentes línguas ou até em uma mesma língua; por exemplo, nomes de pessoas são, segundo o autor, os únicos que podem aparecer em estruturas do tipo [prenome + nome de família], [prenome + apelido], [apelido + prenome], dependendo do sistema linguístico que se esteja observando.

De uma perspectiva semântico-pragmática, o autor faz uma caracterização do NPr de pessoas segundo os parâmetros "primário" *vs* "secundário" e "oficial" *vs* "não oficial". Esses parâmetros levam a uma "tricotomia pragmática" dos nomes de pessoas: *primário e oficial* (prenome e sobrenome, sendo o *prenome* o nome primário por excelência), *secundário e oficial* (a exemplo de nomes de família usado como nome individual: *Sr. Smith*, favor me acompanhar; *Johnson foi presidente dos Estados Unidos*; incluem-se, aqui, os epítetos/cognomes: o *Rei* Roberto Carlos; Rui Barbosa, o *Águia de Haia*), e *não oficial* referido pelo autor como *bynames* (apelidos/alcunhas, pseudônimos, nomes usados em *chat* de internet escolhidos pelo portador).

Van Langendonck (2007, p. 192) considera a definição e classificação dos nomes não oficiais (os *bynames*) uma difícil tarefa, um desafio para todos nos níveis de análise: morfologia, sintaxe, semântica, pragmática. Nesse grupo, incluem-se tanto nomes atribuídos pelo próprio portador do nome, quanto nomes atribuídos por outras pessoas ao portador do antropônimo.

Fernández Leborans (1999) também destaca os elementos constituintes da subclasse dos antropônimos. Reconhecidamente uma subclasse diversificada, a autora destaca os seguintes: *nombre de pila* (nome simples ou composto que antecede o sobrenome e distingue o indivíduo dentro de sua família), *apellido* (nome de família que vem após o *nombre de pila* e que é transmitido de pai para filho), *apodo/alias/cognombre/remoquete* (nome dado, em geral, por outras pessoas a um indivíduo, em que pode ou não se depreciativo), *hipocorístico*

(nome na forma abreviada ou diminutiva utilizado em contextos familiares e/ou afetivas), *seudónimo* (nome escolhido pelo próprio portador usado no lugar de seu nome verdadeiro). De acordo com a autora, os "apodos" e os "seudónimos" constituem um modo secundário de designação.

Flores (2011), em seu estudo sobre os apelidos na cidade de Cláudio-MG, adota a nomenclatura de Fernández Leborans (1999), fazendo a correspondência para o português. Dessa forma, de acordo com Flores (2011, p. 24) *nombre de pila* corresponde ao prenome, *apelido* ao sobrenome, *apodo* corresponde ao apelido, *seudónimo* ao pseudônimo, e o *hipocorístico* com a mesma designação.

Para o português brasileiro, foco desta tese, apenas muito recentemente surgiram trabalhos voltados ao estudo dos antropônimos, trazendo contribuições importantes e propostas de classificação dos elementos integrantes desta subclasse dos nomes próprios; pode-se destacar, assim, Amaral (2011) e Amaral e Seide (2020).

Amaral (2011) apresenta uma proposta de classificação dos antropônimos no PB, procurando distinguir os membros constituintes dessa subclasse, estabelecendo dois grupos: os *ortônimos* e os *alônimos*. O ortônimo corresponde ao nome civil de uma pessoa tal como figura no registro civil; no Brasil, os ortônimos são constituídos pelo prenome e pelo sobrenome.

O **prenome** (ou primeiro nome) é o antropônimo que identifica e distingue um indivíduo no seu grupo social; ele antecede o sobrenome: Antônio, José Alfredo, Gisele, Maria Luísa. O **sobrenome** (ou nome de família) é o antropônimo que acompanha imediatamente o prenome: Antônio Vieira, José Alfredo Medeiros, Gisele Oliveira, Maria Luísa Braga. Prenome e sobrenome formam o nome civil de uma pessoa: Milena Freitas (prenome simples + sobrenome), Camila Fernandes de Oliveira (prenome simples + sobrenome + sobrenome), Kédma Patrícia de Souza Gonçalves (prenome justaposto/composto + sobrenome + sobrenome).

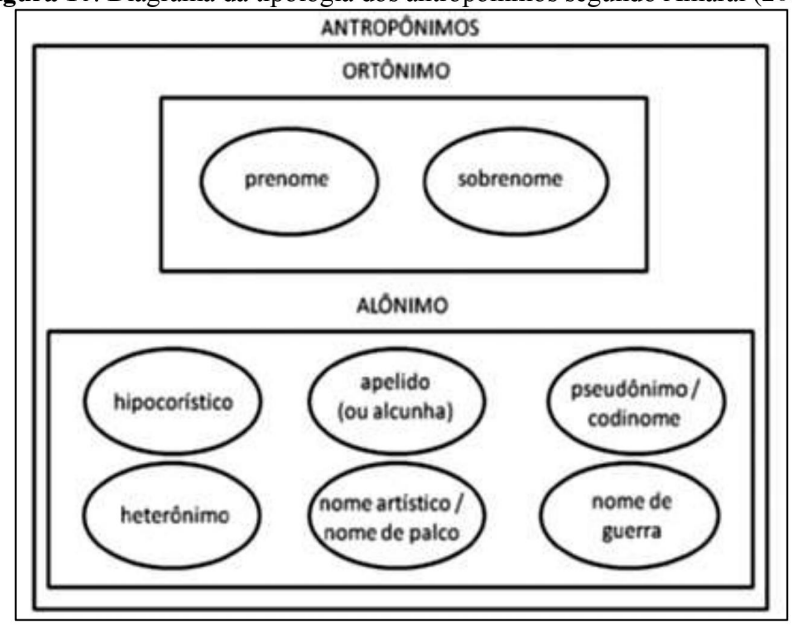
No segundo grupo, o dos alônimos, incluem-se todos os antropônimos que não correspondem (ou não constam) ao nome civil do indivíduo. É um grupo diversificado e dele fazem parte apelido/alcunha, hipocorístico, pseudônimo e outros. Veja-se antropônimos pertencentes ao grupo dos alônimos:

- **Hipocorístico**: é o antropônimo formado por um processo de alteração morfológica usado em contexto familiar e de intimidade: Dudu, Lipe, Drica, Fafá, Cidão, Ronaldinho.

- **Apelido** ou **alcunha**: é o antropônimo que se atribui a um indivíduo geralmente por outra pessoa que muitas vezes alude a uma característica do portador do nome próprio: Cereja, Bola, Flor.
- **Pseudônimo** e **codinome**: nome escolhido e utilizado por uma pessoa no lugar do nome civil; o *codinome* é o antropônimo utilizado pelo indivíduo com o fim de ocultar sua verdadeira identidade: Allan Kardec (pseudônimo de Hippolyte Léon Denizard Rivail).
- **Heterônimo**: antropônimo semelhante ao *pseudônimo*, mas dele se diferencia pelo fato de o *heterônimo* nomear uma pessoa fictícia, com características, tendências e qualidades próprias. Alberto Caeiro, Álvaro de Campos e Ricardo Reis são heterônimos de Fernando Pessoa.
- **Nome artístico** e **nome de palco**: é o antropônimo assumido e utilizado por uma pessoa no lugar de seu nome civil e pelo qual se faz conhecer em sua atividade profissional: Dira Paes (nome artístico de Ecleidira Maria Fonseca Paes), Gaby Amarantos (nome artístico de Gabriela Amaral Santos).
- **Nome de guerra**: antropônimo semelhante ao *nome artístico*, mas dele se diferencia por ter uma abrangência maior que vai para além do meio artístico; seu uso é muito comum no âmbito militar. Amaral (2011) diz ainda que o *nome de guerra* também se aproxima do *pseudônimo*, mas dele se diferencia pelo fato de o *nome de guerra* poder receber sentido pejorativo, diferentemente do *pseudônimo*: "O canadense **Deadmau5** (nome de guerra de Joel Zimmerman) tem apenas 28 anos e já se tornou um dos DJs/produtores mais populares do planeta" (AMARAL, 2011, p. 75).

Após discorrer sobre os diferentes antropônimos, Amaral (2011, p. 76) propõe o seguinte esquema:

Figura 10: Diagrama da tipologia dos antropônimos segundo Amaral (2011)



Fonte: Amaral (2011, p. 76)

Vale destacar que parece não haver limites rígidos entre os antropônimos pertencentes ao grupo dos alônimos, havendo, dessa forma, transição entre um tipo e outro. Assim, uma pessoa pode usar o *hipocorístico* de seu nome como *nome artístico* ou como *apelido/alcunha*, bem como seu *sobrenome* como *nome de guerra*.

O trabalho de Amaral e Seide (2020) é particularmente interessante na abordagem da temática e que começa a suprir a lacuna nos estudos antroponomásticos do PB. Aqui, destaca-se o capítulo 3 da obra, intitulado *Tipologia dos Antropônimos*. Após apresentar algumas classificações dos tipos de antropônimos dado por alguns estudiosos, os autores apresentam a sua proposta de classificação para o português brasileiro.

Os autores iniciam a classificação pelos antropônimos do registro civil (ou nome civil), formado pelo *prenome*, *sobrenome* e *agnome*. Esses antropônimos fazem parte do primeiro grupo apresentado por Amaral (2011), os ortônimos. Em seguida, apresentam os antropônimos não pertencentes ao registro civil, pertencentes ao grupo dos alônimos; a esse grupo pertencem os seguintes elementos: *apelido* (ou *alcunha*, ou *cognome*), *hipocorístico*, *pseudônimo*, *codinome*, *heterônimo*, *nome artístico* (e *nome de palco*), *nome de guerra*, *nome religioso*, *nome social*, *nome de urna* e *nome parlamentar* (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 81-82).

O Quadro 1 adiante apresenta os diferentes tipos de antropônimos na classificação dos autores com sua respectiva definição; o quadro está em Amaral e Seide (2020, p. 100).

Quadro 1: Tipos de antropônimos e sua definição

	Tipo	Definição e principais características
1	Prenome	Antropônimo que distingue o indivíduo dentro dos grupos sociais de maior intimidade. Antecede o sobrenome e pode ser simples, composto ou justaposto.
2	Sobrenome	Antropônimo que identifica o pertencimento do indivíduo a uma família. Geralmente provêm dos genitores e sucede o prenome.
3	Agnome	Antropônimo que indica uma relação de parentesco com outro indivíduo, via de regra, por via patrilinear.
4	Apelido (ou alcunha, ou cognome)	Antropônimo que se atribui a um indivíduo geralmente por outra pessoa e que costuma aludir a uma característica física ou intelectual ou ainda a um fato ou comportamento social.
5	Hipocorístico	Antropônimo formado a partir de uma alteração morfológica (abreviação, diminutivo, aumentativo, etc.) de outro antropônimo. Geralmente criado em ambientes de maior intimidade.
6	Pseudônimo	Antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil e escolhido pelo próprio portador do nome próprio.
7	Codinome	Antropônimo empregado para ocultar a identidade de um indivíduo. Pode ser escolhido pelo próprio portador ou por outrem e frequentemente possui traço negativo.
8	Heterônimo	Antropônimo atribuído a um indivíduo fictício, criado pelo portador de outro antropônimo.
9	Nome artístico (e nome de palco)	Antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil e pelo qual se faz conhecido em sua atividade profissional, especialmente em áreas como música, cinema, teatro, televisão e afins.
10	Nome de guerra	Antropônimo empregado como substituto do nome civil em ambientes restritos, especialmente no meio militar, na maçonaria, na prostituição e no crime organizado.
11	Nome religioso	Antropônimo empregado por membros de comunidades religiosas em lugar do nome civil.
12	Nome social	Antropônimo pelo qual a pessoa, especialmente transexual e travesti, se identifica e é reconhecida socialmente.
13	Nome de urna	Antropônimo escolhido pelo candidato às eleições proporcionais para registrar-se na Justiça Eleitoral.
14	Nome parlamentar	Antropônimo escolhido pelo indivíduo eleito a cargo legislativo para ser usado em documentos oficiais da casa legislativa.

Fonte: Amaral; Seide (2020, p. 100)

A obra de Amaral e Seide (2020) é de grande relevância para o estudo da antroponímia voltado para a realidade brasileira. Por esta razão, esta tese adota a proposta tipológica dos autores para os antropônimos. Adiante se verá com mais detalhe esses diferentes tipos com exemplificação retirada da amostra em análise nesta tese.

3.3 O ARTIGO DEFINIDO ANTES DE NOME PRÓPRIO

É sabido que o artigo definido não constitui uma classe universal, de modo que muitas línguas há que não têm essa categoria gramatical em seu sistema linguístico. Salles (1993,

1994) traz algumas informações sobre a existência de artigo em diversas línguas do mundo, dividindo-as em vários grupos, e com base em suas informações, pode-se fazer o seguinte resumo no que diz respeito à presença ou ausência de artigo: das 106 línguas do ramo indo-europeu, 26 têm artigo definido, 31 línguas não o têm, e em 51 línguas o autor não registra nem a presença nem a ausência de artigo definido no sistema linguístico dessas línguas. Das 72 línguas não indo-europeias, 21 não têm artigo definido, 1 língua o tem e as outras 50 o autor também não menciona existência ou inexistência de artigo. Deixando de lado as 101 línguas em que o autor não registra nem presença nem ausência de artigo, observa-se que 27 línguas apresentam o artigo e 52 não apresentam.

Se por um lado o Português compartilha com outras línguas a propriedade de possuir artigo definido, por outro ele também compartilha a possibilidade de uso do artigo com nomes próprios de pessoas com algumas línguas, tais como o Espanhol, Galego, Catalão, Francês, Italiano, Romeno, Húngaro, Albanês, Grego, cada uma com suas especificidades, o que significa dizer que o contexto de ocorrência pode não gozar de tanta liberdade como parecem ter o Português, bem como podem não apresentar a mesma conotação para o referente do nome próprio.

Souza (1994 *apud* AMARAL, 2003) faz um estudo descritivo sobre o uso do artigo em Romeno, Albanês, Búlgaro, Grego e Húngaro. Segundo o autor, o Romeno – língua que se caracteriza pela posposição do artigo, o que faz com que o Romeno se diferencie das demais Línguas Românicas – apenas usa o artigo definido no genitivo e dativo dos nomes próprios masculinos, e mais recentemente dos femininos. No que diz respeito à variação presença/ausência de artigo definido com nome próprio, o autor diz que os antropônimos femininos são sempre precedidos de artigo, enquanto que os masculinos apenas o são no genitivo e no dativo.

(37) casa.a lui Petre
casa.AD AD/Gen Petre
"a casa de Petre"

(38) cas.a Mari.ei / cas.a lui Maria
casa.AD Maria.AD/Gen / casa.AD AD/Gen Maria
"a casa de Maria" (p.54) (sic)
(SOUZA, 1994 *apud* AMARAL, 2003, p. 38)

Ainda de acordo com Souza (1994 *apud* AMARAL, 2003), o Albanês se comporta como o Grego moderno: nomes próprios masculinos e femininos são acompanhados de artigo em todo o paradigma da declinação. Em Húngaro, é o tipo de registro que parece condicionar o uso do artigo, marcado por um contexto de maior informalidade; e em Búlgaro, os antropônimos não são usados com artigo.

Segundo Dardano e Trifone (1995, p. 157), em Italiano, os nomes próprios de pessoas prescindem de artigo definido (*Daniele è un bravo ragazzo*; *ho scritto a Paola*; *tra poco verrà Mario*). No entanto, em sua descrição, os autores informam que na região setentrional da Itália, os antropônimos são precedidos de artigo (*ho visto la Carla*; *aspetto il Riccardo*; *telefono alla Pina*), o que sugere que o fenômeno pode configurar-se em um caso de variação regional. Ainda segundo os autores, é obrigatório o uso de artigo com sobrenomes femininos, estejam eles no singular ou no plural; já com sobrenomes masculinos, o artigo é omitido, tanto na fala quanto na escrita. Sobre isso, Dardano e Trifone (1995, p. 157) dizem que "nos últimos anos, especialmente nas esferas política, social e cultural, está se desenvolvendo a tendência em omitir o artigo mesmo diante dos sobrenomes femininos, para evitar dissimilares entre homens e mulheres"[47].

Em um estudo sobre o uso do artigo definido com nome próprio em Galego, Rodríguez (2015) afirma este ser um caso de variação regional, tal como parece ser no PB. O autor comparou dados da sua pesquisa com o que atesta o *Atlas Lungüístico de la Península Ibérica* ALPI) e o *Atlas Lingüístico Galego* (ALGa) e observou que houve um aumento no uso do artigo em contexto de antropônimo da década de 1930 para os dias atuais. O autor conclui dizendo que o uso do artigo com antropônimos em Galego é resultado de um processo de expansão funcional do uso do artigo, tal como ocorreu em outras línguas: como, em Galego, os nomes comuns são preferencialmente antecedidos de artigo definido, este uso se estendeu também aos nomes próprios de pessoas, como forma de garantir a simetria do sistema linguístico.

Em Espanhol, Campos (2015) atesta que o uso do artigo com nome próprio é muito antigo, remontando ao século XV, ainda que de forma muito restrita, com apenas três ocorrências registradas. Segundo o autor, é comum encontrar ocorrências de antropônimos antecedidos de artigo definido, tanto no Espanhol moderno quanto no Espanhol antigo, não apenas em território espanhol, como também em outros países hispanofalantes. Os exemplos a

[47] "Negli ultimi anni, soprattutto in ambito politico, sociale e culturale, si sta sviluppando la tendenza acl omettere l'articolo anche davanti ai cognomi femminili, per evitare dissimmetrie tra uomini e donne" (DARDANO; TRIFONE, 1995, p. 157). Tradução nossa.

seguir, trazidos pelo autor, ilustram a ocorrência de artigo com nome próprio no Espanhol do século XV (39), bem como no espanhol moderno (40)-(43):

(39) Entonçe así ***el Juan*** de Vibero como ***el Garçi Sánchez*** besaron por ello las manos al Maestre. (Anónimo. c. 1453. Crónica de Don Álvaro de Luna. CORDE).

(40) me despachó ***el Luis***, ***el Luisito***, que tiene ya tantos bigotes como su padre. (Chacel, Rosa. 1976. Barrio de Maravillas. España. CREA).

(41) ***el Antonio*** lo engríe mucho al chico, pues. Todo le festeja. Le ha hecho creer que es um genio. (Bayly, Jaime. 1996. Los últimos días de "La Prensa". Perú. CREA).

(42) Entonces se acordó de un inquilino que tenía tres hijas y le dijo: —Voy a ir allá para que venga ***la María***, ***la Carmela***, ***la Susana***. (Olave, María. 1970. El príncipe culebrón, Cuentos folklóricos chilenos de raíces hispánicas. CREA).

(43) se dispuso emprender la marcha llevando a ***la María Trinidad*** como rehén. (Asturias, Miguel Ángel. 1969. Maladrón. Guatemala. CREA).

(CAMPOS, 2015, p. 79).

Ao final de seu estudo, Campos (2015) diz que a ocorrência da estrutura "artigo definido + nome próprio", bem como seu valor pragmático, depende do tipo textual em que aparece. Assim, o artigo anteposto ao antropônimo pode apresentar valor textual anafórico, usado para recuperar discursivamente um antecedente apresentado anteriormente, já conhecido do interlocutor. O autor conclui, ainda, que em textos literários que procuram imitar a língua falada, o artigo que antecede o nome próprio apresenta três valores: intimidade entre o falante e a pessoa referenciada pelo nome próprio; aspectos valorativos dados à pessoa referenciada pelo nome próprio, seja de desprezo, seja de elogio; e como indicação de que a pessoa mencionada pertente a uma classe social mais baixa.

Lyons (2003) traz informações interessantes sobre o uso do artigo com nome próprio de pessoas em algumas línguas. Em Grego moderno e em Catalão, os antropônimos são usados com artigo (*ho Sōkratēs; hē Hellas* – Grego moderno; *l'Eduard, La Maria* – Catalão). Em Armênio moderno, continua Lyons (2003), nomes próprios no acusativo, dativo e ablativo devem ser acompanhados do artigo; também pode ser usado no genitivo, mas apenas na fala. O uso já não é permitido com nomes próprios no nominativo e instrumental, além de no genitivo na modalidade escrita. Em Alemão, é comum o uso do artigo com o primeiro nome

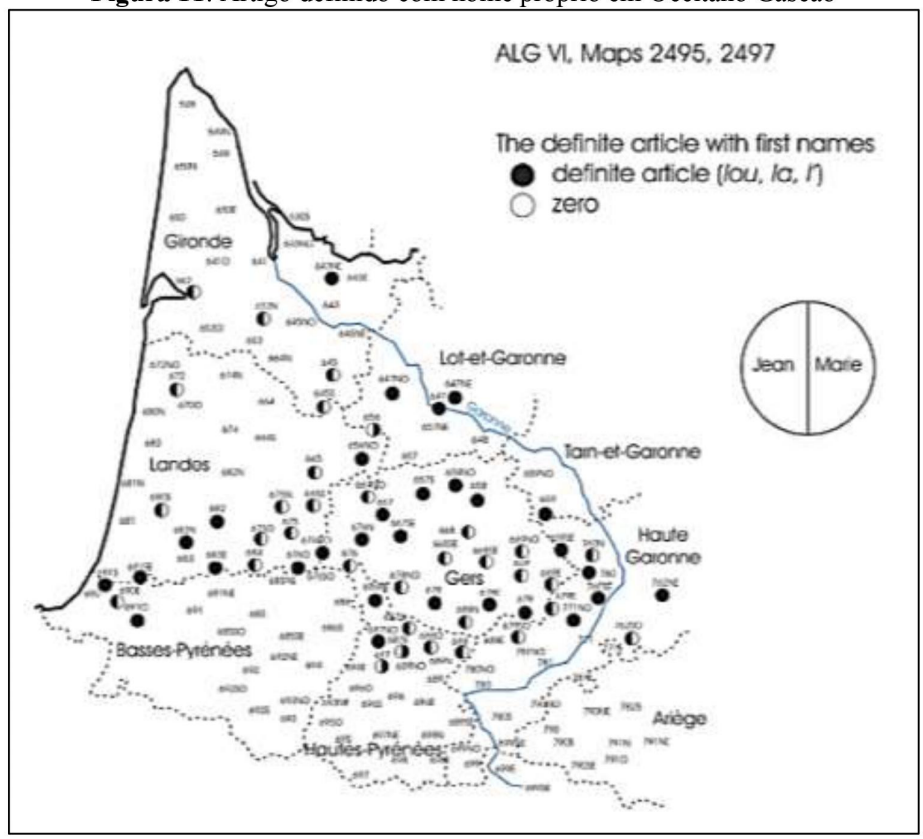
da pessoa (*die Claudia, der Hans*), mas apenas em registro coloquial, informal, transmitindo intimidade, familiaridade entre o falante e o referente denotado pelo nome próprio. Este uso pode se estender, ainda, aos sobrenomes, mas com ressalvas: em contextos mais formais, com referência a pessoas célebres e limitados ao feminino (*die Dietrich, die Droste, but Schiller, Goethe*). Na língua Sissala, o artigo é opcional e serve apenas para indicar familiaridade.

Uma informação interessante que Lyons (2003, p. 123) traz é a de que algumas línguas têm uma forma especial de artigo para ser usado com nome próprio. Tal é o caso de muitas línguas austronésias, como o Tagalog: *ang gurō* (a professora, no nominativo), *si Marya* (a Maria, no nominativo). Neste caso, o que se observa é que o Tagalog apresenta um artigo para nomes comuns (*ang*) e outro específico para nome próprio (*si*). Em Maori, segundo o autor, há o artigo definido *te* para os nomes em geral e para os nomes próprios de pessoa há artigo pessoal *ko*, que também é usado com pronomes pessoais; o uso de *ko* dá-se apenas no nominativo. A língua Kekchi apresenta um artigo definido (*li*) para os substantivos comuns (*li ixk* – a mulher; *li wi.nk* – o homem) e uma forma diferente e específica de artigo definido para nomes próprios de pessoas do sexo masculino (*laj*) e do sexo feminino (*lix*): *laj Manu* (Manuel), *lix Rosa* (Rosa).

Mais recentemente, Caro Reina (2022) apresenta um estudo sincrônico e diacrônico do uso do artigo definido com nomes próprios de pessoas em diferentes Línguas Românicas, examinando os diversos fatores que motivam a presença do artigo nesse contexto. As Línguas Românicas selecionadas são Asturiano, Catalão, Francês, Galego, Italiano, Occitano, Português, Romeno, Sardo, Espanhol e Sursilvan. Segundo o autor, o artigo definido é usado com nomes de pessoas famosas e não famosas em Catalão balear, Galego, Italiano, Português brasileiro, Português europeu e Sursilvan. Já em Asturiano, Francês, Sardo, e Espanhol, o artigo é restrito a nomes de pessoas famosas, embora pareça ser restrito a nomes de pessoas não famosas em Catalão central, bem como em variedades ditas não padrão do Francês, do Italiano e do Espanhol. Caro Reina (2022) destaca, ainda, que a ocorrência do artigo definido pode ser desencadeada por fatores semântico-pragmáticos, lexicais, morfossintáticos, fonológicos e sociolinguísticos, cada língua com suas particularidades.

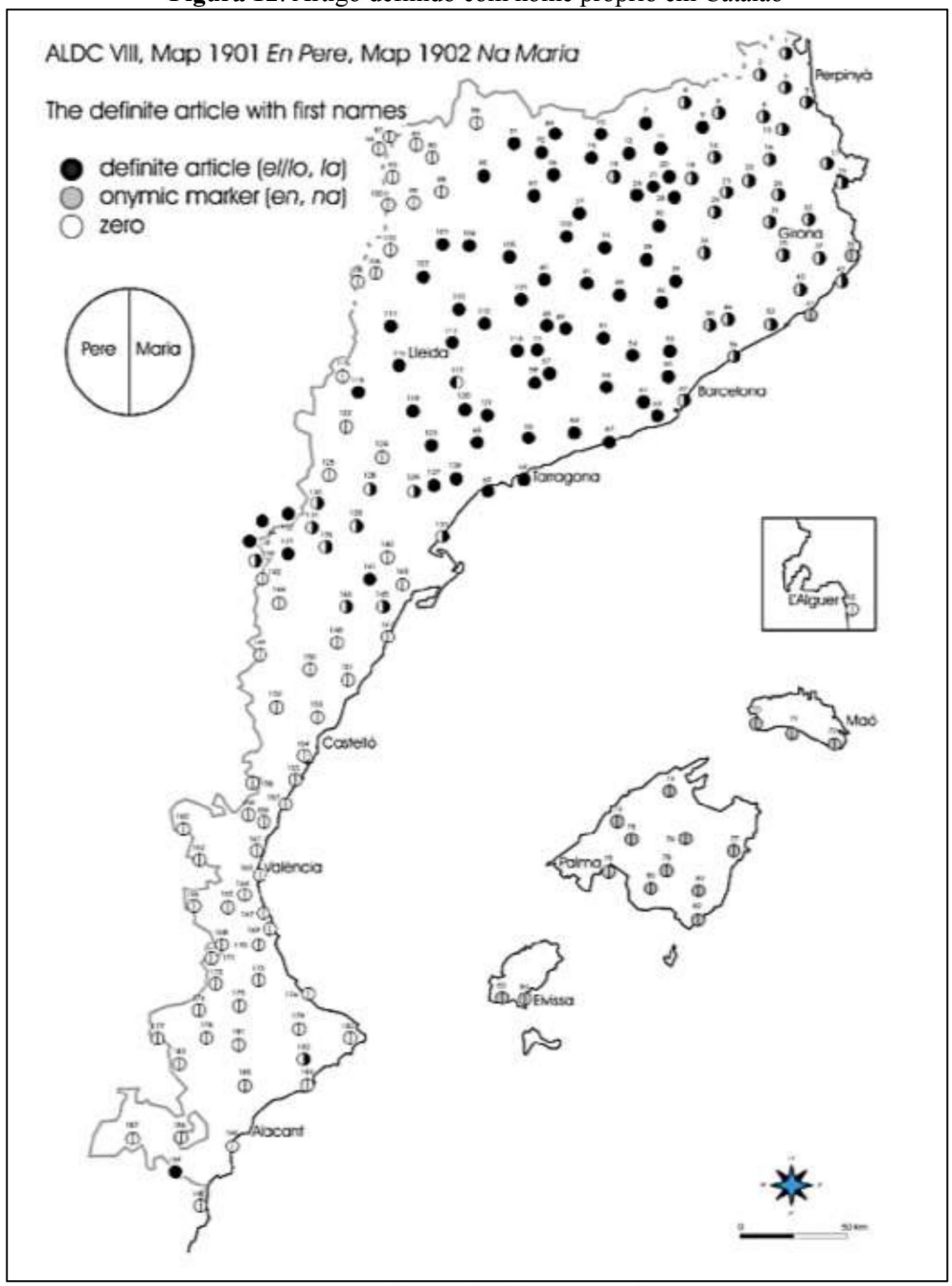
As figuras adiante foram retiradas de Caro Reina (2022) e ilustram o uso do artigo em três áreas: Gasconha, Catalunha e Galícia:

Figura 11: Artigo definido com nome próprio em Occitano Gascão



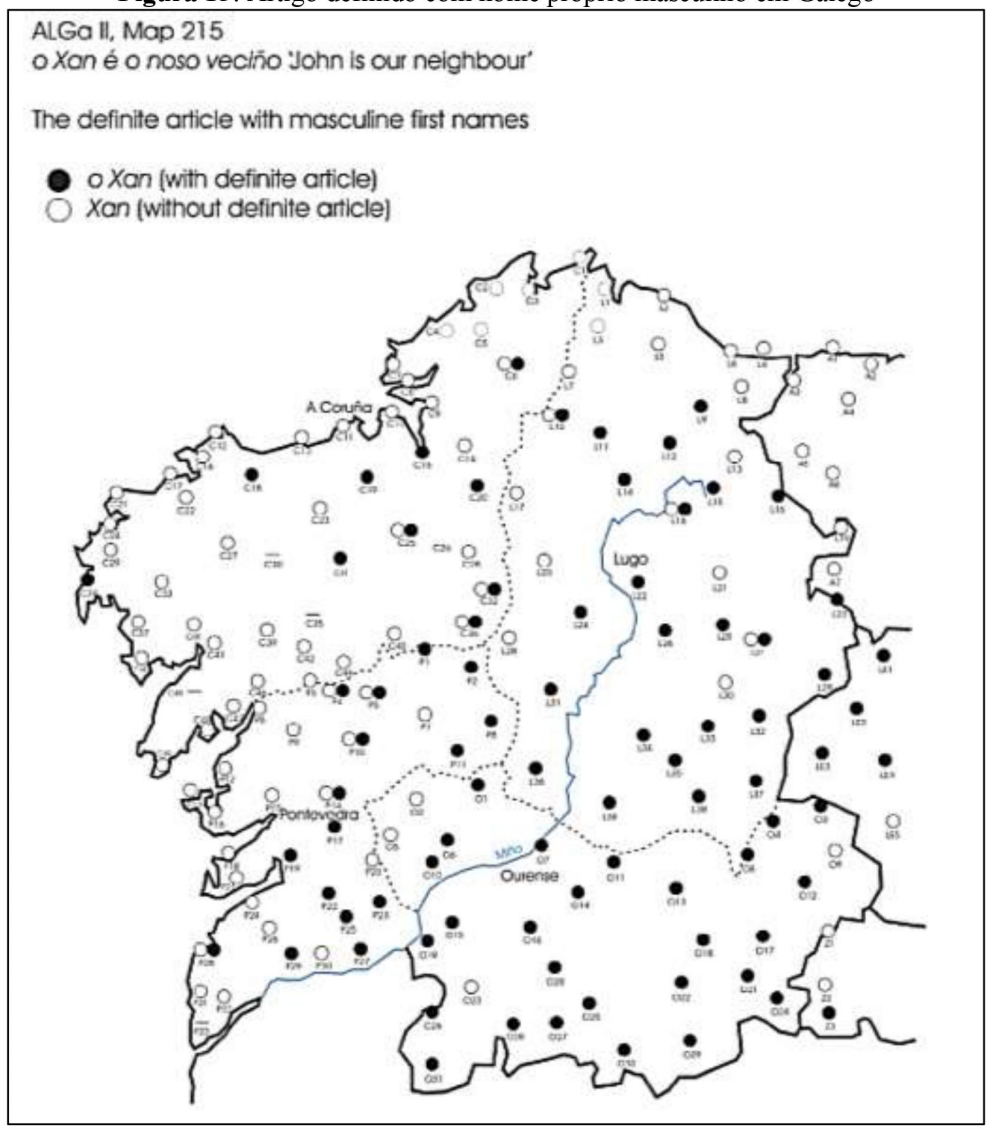
Fonte: Caro Reina (2022, p. 67)

Figura 12: Artigo definido com nome próprio em Catalão



Fonte: Caro Reina (2022, p. 64)

Figura 13: Artigo definido com nome próprio masculino em Galego



Fonte: Caro Reina (2022, p. 65)

O Português, em especial o Português brasileiro, não só compartilha com muitas línguas a propriedade de possuir artigo definido em seu sistema linguístico, como também compartilha a possibilidade de uso do artigo antes nomes próprios de pessoas, sem necessariamente transmitir com esse uso aspectos de intimidade e/ou familiaridade entre as pessoas, nem transmitir traços valorativos depreciativos ao portador do nome próprio. Na seção seguinte, ver-se-á como o fenômeno se comporta no português brasileiro a partir de alguns trabalhos já realizados no PB sobre o artigo antes de nome próprio.

3.4 ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS SOBRE O ARTIGO DEFINIDO ANTES DE NOME PRÓPRIO

Nesta seção, retomam-se alguns trabalhos sobre o uso do artigo antes de nome próprio de pessoas, desenvolvidos com dados do português brasileiro sob diferentes perspectivas, a saber: Silva (1996a, 1996b), Callou e Silva (1997), Amaral (2003), Alves (2008), Almeida Mendes (2009), Campos Júnior (2011), Braga (2012), Faria (2012), Almeida Mendes (2015), Pereira (2017), Veríssimo (2020), Ié (2021) e Oliveira (2021).

A revisão desses trabalhos mostra-se importante no sentido de se ter uma visão do comportamento do fenômeno variável em estudo nesta tese quando abordado de diferentes perspectivas, sob diferentes enfoques, para apontar no que a amostra analisada nesta tese se aproxima ou se distancia do que já foi apresentado em trabalhos anteriores. A revisão dos trabalhos auxiliou, ainda, na formulação de hipóteses e no estabelecimento de variáveis independentes, sobretudo de natureza linguística, controladas nesta pesquisa. É lícito destacar também que esses trabalhos serão, sempre que necessário e pertinente, retomados na análise dos resultados no sentido de apontar no que a amostra do Projeto ALiB em análise nesta tese se aproxima ou se distancia, confirma ou refuta, o que já foi apresentado nesses diferentes estudos, em outras amostras do português brasileiro.

Inicia-se com dois estudos de Giselle Machline de Oliveira e Silva – Silva (1996a, 1996b) –que visam a dar continuidade a um trabalho realizado em 1982. Para a autora, o uso do artigo definido antes de nome próprio de pessoas estaria ligado a questões de ordem discursiva e a fatores de natureza semântica. A entrada de elementos novos no discurso e a referência a pessoas já conhecida dos interlocutores influenciam na realização (ou não) do artigo em contexto de antropônimos.

Chama a atenção no trabalho da autora, que observa o fenômeno na fala de moradores da cidade do Rio de Janeiro, uma frequência expressiva de uso de artigo definido antes de nome próprio que é superior ao uso do artigo antes de pronome possessivo, também observado pela autora: antes de nome próprio, tem-se 73% de uso de artigo, enquanto que antes de possessivo esse uso é de 53%. A alta frequência de uso de artigo antes de nome próprio registrada pela autora evidencia a preferência dos falantes em usar o artigo nesse contexto, bem como apresenta a norma praticada pelos falantes dessa comunidade.

Na análise do fenômeno, Silva (1996a) controlou algumas variáveis linguísticas, tais como *status informacional do antropônimo*[48] (que diz respeito ao fato de o nome próprio ser uma informação nova ou dada), *domínio público* (que observou se o referente do nome próprio era de domínio público ou desconhecido pelo ouvinte) e *familiaridade de tratamento* (que diz respeito à forma como o falante se refere à pessoa – se por apelido, nome de batismo, nome de família).

Quando o nome próprio faz sua primeira entrada no discurso, ou seja, quando é uma informação nova, o uso do artigo é favorecido, com peso relativo de 0,54. A variável *domínio público* foi considerava relevante apenas no grupo dos adultos, no qual o uso do artigo é favorecido (peso relativo de 0,55) quando o falante considera que o ouvinte não compartilha com ele do conhecimento acerca da entidade mencionada; nesses casos, o falante faz mais uso do artigo (73%). A variável selecionada em primeiro lugar pelo programa VARBRUL 2S, na análise da autora, procurou observar a maior ou menor familiaridade do falante em relação à pessoa referenciada pelo nome próprio. Quando a pessoa era mencionada pelo nome de batismo ou pelo nome de família, a frequência de uso do artigo foi de 74%, com peso relativo de 0,69, o que revela uma estreita relação entre o uso do artigo e a familiaridade entre o falante e a pessoa referida.

Silva (1996a) conclui dizendo que dois princípios antagônicos parecem estar agindo sobre a realização do artigo antes de nome próprio: a familiaridade que o falante supõe que o ouvinte tem com relação à pessoa mencionada; e a familiaridade que o falante tem com a pessoa mencionada. Quando o falante supõe que o ouvinte não compartilha com ele do conhecimento acerca da pessoa mencionada, o falante se empenhe mais em definir melhor a pessoa e, com isso, há um aumento no uso do artigo. Já a familiaridade que o falante tem com a pessoa referida também faz com que ele use mais artigo antes do nome próprio; assim, nomes próprios que se referem a pessoas mais familiares, que são tratadas por nome de batismo ou por apelido, recebem mais artigos do que aqueles que são menos familiares do falante.

Silva (1996b) destaca as variáveis sociais do fenômeno, dividindo-as em dois grupos: variáveis estratificadas: escolaridade e idade; e variáveis não estratificadas: mercado ocupacional, mídia, sensibilidade linguística e renda.

O fator escolarização foi selecionado como favorecedor para o uso do artigo para os falantes adultos, principalmente a partir do segundo grau, atual ensino médio. Esse fator, no

[48] Importante destacar que a autora não faz uso do termo "antropônimo". Para se referir aos nomes próprios de pessoas, a autora faz uso do termo "patronímico".

entanto, não parece ter afetado os homens, que não se mostraram sensíveis à escolarização; apenas as mulheres, que aumentaram regularmente o uso do artigo conforme se aumentou a escolarização, mostraram-se sensíveis a esta variável. O fator *idade* mostrou-se significativo apenas quando cruzado com o fator *sexo*; homens e mulheres, nesse ponto, parecem ir em direção contrária: os homens usaram menos artigo à medida que a faixa etária foi aumentando, enquanto que as mulheres seguiram em direção ao aumento no emprego do artigo.

Com relação às variáveis não estratificadas, a autora observou que a variável *mercado ocupacional* mostrou-se significativa para os homens, no sentido de que o uso do artigo ter sido maior quanto maior foi a inserção no mercado ocupacional. A *mídia* também influenciou o uso do artigo antes de nome próprio, no sentido de que o indivíduo mais exposto à mídia usa mais o artigo que os menos expostos. A *sensibilidade linguística* também atuou de forma positiva: quanto mais sensível linguisticamente mais se usa artigo. A *renda* não foi atuante nesse contexto.

Embora os estudos de Silva (1996a, b) não nos deem maiores detalhes quanto aos seus procedimentos, são trabalhos que merecem destaque por ser um dos trabalhos pioneiros sobre o fenômeno, constituindo-se até hoje como base para praticamente todos os trabalhos que já se realizaram sobre o fenômeno em questão.

O trabalho de Callou e Silva (1997) é outro muito importante quando se investiga o uso do artigo antes de nome próprio. As autoras observaram o uso do artigo em dois contextos: antes de possessivo e antes de nome próprio. No que diz respeito ao segundo contexto, as autoras examinaram dados de língua escrita e falada. No *corpus* de língua escrita, foram analisados textos dos séculos XIX e XX, em que se observou um aumento de 27% para 40% no uso do artigo antes de nome próprio de pessoas, o que não se mostra muito significativo em razão do caráter mais conservador da língua escrita.

No *corpus* oral, Callou e Silva (1997) analisaram entrevistas provenientes do Projeto NURC nas cinco capitais que integram o referido projeto: Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Apesar de as autoras não explicitarem as frequências relativa e absoluta dos dados analisados, por meio dos quadros apresentados pelas autoras no referido trabalho é possível chegar ao resultado de 44,7% de uso de artigo antes de nomes próprios, equivalente a 119 ocorrências de um total de 266, como se pode observar na Tabela 1 adaptada de Callou e Silva (1997, p. 22) adiante:

Tabela 1: Uso do artigo antes de nome próprio em cinco capitais brasileiras

	Apl./Oc.	**%**
Recife	12/71	17
Salvador	27/85	32
Rio de Janeiro	10/24	43
São Paulo	20/23	87
Porto Alegre	50/63	79
Total	**119/266**	**44,7**

Fonte: Adaptado[49] de Callou e Silva (1997, p. 22)

Valendo-se da metodologia da sociolinguística quantitativa laboviana e do programa computacional VARBRUL, as autoras analisaram o fenômeno controlando variáveis linguísticas e extralinguísticas e chegaram aos seguintes fatores tidos como relevantes à aplicação da regra de uso do artigo antes de nome próprio: a) presença de preposição, b) função sintática, c) grau de familiaridade, d) região de origem, e e) prosódia.

A presença de preposição no sintagma antroponímico mostra-se como um importante condicionador ao uso do artigo, principalmente quando esta preposição pode com ele se contrair (a, de, para, em, por...); muitos trabalhos vêm mostrando essa tendência. A função sintática do sintagma nominal em que figura o nome próprio também foi um importante fator que favoreceu a presença do artigo, visto que ele foi o segundo grupo selecionado em ordem de importância pelo programa VARBRUL. As autoras observaram que as funções sintáticas que mais favoreceram o uso do artigo foram as de adjunto adverbial (0.98), tópico (0.95) e sujeito (0.61); e as funções que mais desfavoreceram foram as de aposto (0.12), genitivo (0.34) e objeto indireto (0.35). Callou e Silva (1997) destacaram a possível interferência do grupo "função sintática" com o grupo "presença de preposição", o que a análise fez descartar. Vale lembrar que o adjunto constitui uma função sintática preposicionada; o elevado peso relativo da função "adjunto adverbial" poderia indicar que não é a função sintática de adjunto o que necessariamente favorece o uso do artigo, mas o fato de essa função ser preposicionada. No entanto, por um lado, genitivo e objeto indireto são funções igualmente preposicionadas e revelaram pesos relativos muito desfavorável ao uso do artigo; por outro lado, o tópico e o sujeito, que são funções não preposicionadas, apresentaram pesos que, assim como o adjunto, favorecem o uso do artigo. Logo, destaca-se que provavelmente foi, de fato, a função de

[49] A adaptação a que se refere diz respeito às ocorrências nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro, que estariam invertidas no original. Essa observação foi feita pela profa. Laura Álvarez López durante a defesa de tese de Veríssimo (2020).

adjunto adverbial – e não o fato de ser uma função preposicionada – que favoreceu a aplicação da regra no contexto analisado.

O grau de familiaridade entre o falante e a pessoa referida – apontado pelas gramáticas tradicional como fator condicionador do uso do artigo – foi outro fator selecionado, porém, segundo as autoras, essa relevância se deu apenas para a cidade do Rio de Janeiro, com peso relativo de 0.67. Essa situação talvez seja um indicador de que o fenômeno vai para além da questão da afetividade/familiaridade/intimidade, visto que seria preciso postular que falantes das outras cidades teriam esse sentimento de alguma forma reprimido.

Callou e Silva (1997) também mostraram que a região de origem do falante foi outro fator importante, com as cidades das regiões Sul e Sudeste utilizando mais artigo que as da Região Nordeste, como se pôde observar na Tabela 1 mostrada acima. A esse respeito, as autoras lançaram a hipótese de a distribuição regional do fenômeno relacionar-se às diferenças rítmicas da fala das regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste, o que levaria a uma explicação que vai além do fenômeno da definitude. Chamam ainda a atenção para o fato por elas observados de que o uso do artigo é menor nas cidades de colonização mais antiga (Recife e Salvador), que se revelaria como mais um traço do conservadorismo linguístico do português brasileiro: "(...) onde há maior conservadorismo linguístico que é mais baixa a realização do artigo (...): quanto mais antiga a colonização, menor o percentual de uso do artigo" (CALLOU; SILVA, 1997, p. 22).

Uma variável de natureza prosódica foi testada pelas autoras: a tonicidade da sílaba inicial da palavra e a sua extensão. Os resultados a que chegaram as autoras mostraram uma preferência no uso do artigo em nomes de até duas sílabas: com a primeira tônica (0.77) e com a primeira átona (0.70). Nesse caso, a relevância recai sobre a extensão da palavra, sendo a tonicidade da sílaba inicial elemento secundário. Por essa razão, Callou e Silva (1997) levantaram a hipótese de o uso do artigo em nomes de até duas sílabas corresponder a um aumento na massa fônica do nome próprio por mecanismo compensatório "na busca da preservação do equilíbrio rítmico do sintagma" (p. 24).

Observa-se que o trabalho de Callou e Silva (1997) traz informações muito importantes e propostas de investigação muito interessantes para o fenômeno linguístico em questão, sendo por essa razão um trabalho cuja referência é fundamental àqueles que se debruçam sobre o uso variável do artigo definido diante de nome próprio.

Amaral (2003) descreve a variação regional da presença/ausência de artigo definido antes de antropônimos em uma amostra de língua falada de três cidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu. Sob a base teórico-metodológica da Sociolinguística

Variacionista e da Dialetologia, Amaral (2003) traz a sua contribuição para o mapeamento do fenômeno linguístico estudado tanto no que diz respeito ao estado de Minas Gerais, quanto para o português brasileiro, descrevendo a variação e apontando os fatores favorecedores e desfavorecedores.

O autor valeu-se de 23 entrevistas distribuídas nas três localidades a informantes estratificados segundo a faixa etária (18-30 anos, mais de 50 anos) e escolaridade (analfabetos ou com escolaridade primária, e ensino médio ou superior). Os grupos de fatores controlados na pesquisa foram: idade do informante, nível de escolaridade, grau de intimidade entre o falante e a pessoa mencionada, presença/ausência de títulos antecedendo o antropônimo, posição do antropônimo no turno conversacional, estrutura de genitivo, e antropônimo como item de enumeração.

Desconsiderados os casos que não cabem à análise, o autor levantou 639 ocorrências de nome próprio, sendo 242 em Campanha, 233 em Minas Novas, e 164 em Paracatu. As análises foram feitas separadamente. A Tabela 2 traz a frequência de uso do artigo antes de nome próprio nas três localidades:

Tabela 2: Uso do artigo antes de nome próprio em três localidades de Minas Gerais

	Apl./Oco.	**%**
Campanha	183/242	75
Minas Novas	89/233	38
Paracatu	78/164	47
Total	**350/639**	**54,7**

Fonte: Amaral (2003)

Campanha foi a localidade que apresentou maior frequência de uso do artigo antes de antropônimo, 75%. Segundo a análise do autor, os fatores que se mostraram relevantes foram: posição do antropônimo no turno conversacional e intimidade. Com relação ao primeiro, o emprego do artigo é favorecido quando o antropônimo não está na posição inicial do turno, e desfavorecido quando ele se encontra no início do turno; já com relação ao segundo fator, intimidade, o artigo é favorecido quando o falante faz referência a pessoas públicas da sua região e a pessoas do seu meio social, com resultados praticamente idênticos (0.59 para o primeiro e 0.58 para o segundo); quando o falante se refere a pessoas famosas e conhecidas nacionalmente, o artigo é desfavorecido.

A cidade de Minas Novas registrou 38% de uso de artigo, tendo o não uso como predominante; os fatores que favoreceram o uso foram: faixa etária e intimidade. Segundo

Amaral (2003), os falantes da primeira faixa etária (18 a 30 anos) são os que mais empregam o artigo antes de nome de pessoas, enquanto que os mais velhos (acima de 50 anos) usam menos. No que diz respeito ao fator *intimidade*, o artigo está presente antes de nome próprio de pessoas famosas nacionalmente e a pessoas públicas da região do falante, também com resultados praticamente idênticos (0.62 para o primeiro e 0.61 para o segundo); quando o falante se refere a pessoas do seu meio social, o uso do artigo é desfavorecido.

A cidade de Paracatu também se mostrou com preferência a ausência do artigo, embora as diferenças percentuais não sejam tão grandes: 47% das ocorrências de antropônimos apareceram articuladas, podendo-se dizer que há um certo equilíbrio entre o uso e o não uso na localidade. Os fatores tidos como relevantes para esta localidade foram: faixa etária, escolaridade e posição do antropônimo no turno conversacional. Amaral (2003) mostrou que o artigo, nessa localidade, é favorecido na fala dos falantes mais jovens e desfavorecido na dos mais velhos; mostrou também que os falantes com o nível 2 de escolaridade (ensino médio ou superior) fazem mais uso do artigo que aqueles com o nível 1 de escolaridade (não alfabetizado ou com os primeiros anos do ensino fundamental). Com relação ao fator *posição do antropônimo no turno conversacional*, o autor mostrou que o artigo é favorecido quando o nome próprio não se encontra em posição inicial do turno, e desfavorecido quando ele se encontra nessa posição inicial.

O fator *escolaridade* foi selecionado apenas na cidade de Paracatu; dessa forma, o autor cruzou este fator com um outro, *faixa etária*, e observou que o artigo é favorecido entre os falantes mais jovens que têm ensino médio ou superior (nível 2 de escolaridade), o que levou o autor a supor que o fenômeno seja um caso de mudança em progresso, tanto em Paracatu quanto em Minas Novas, uma vez que o uso do artigo é maior entre os falantes da primeira faixa etária (18 a 30 anos), apesar de, como afirma o autor, não ser objetivo do trabalho observar se o fenômeno se trata ou não de mudança em progresso.

O trabalho de Amaral (2003), sob os pressupostos da Dialetologia e da Sociolinguística Variacionista, mostra-se relevante não apenas para o mapeamento dos falares mineiros, como também para o conhecimento, no que diz respeito ao fenômeno que se propôs investigar, do português brasileiro, uma vez que a proposta adotada pelo autor foi seguida, mesmo que parcialmente, por outros trabalhos realizados em outras áreas por outros pesquisadores, bem como serviu de orientação a alguns aspectos tratados nesta tese. Amaral (2003) confirmou sua hipótese de que o fenômeno corresponde não apenas a um caso de variação espacial, como também a sua distribuição no espaço difere da divisão dos falares mineiros tal como proposto por Zágari (1998).

O trabalho de Alves (2008) focaliza a variação presença/ausência de artigo definido diante de antropônimos na fala de jovens do município mineiro de Barra Longa que residem na capital Belo Horizonte. As duas cidades focalizadas, segundo a autora, apesar de próximas uma da outra, apresentam padrão de comportamento distinto com relação a esse fenômeno: Barra Longa se caracteriza por não fazer uso do artigo antes de nome próprio, enquanto que em Belo Horizonte há uma tendência ao uso do artigo nesse contexto.

O objetivo de Alves (2008) foi o de verificar o comportamento dos jovens de Barra Longa que residem em Belo Horizonte no que diz respeito a essa variação sintática, a fim de observar se os jovens que se mudaram para a capital mantêm ou não o padrão adquirido na cidade natal. Para tal, a autora parte do pressuposto de que "esses jovens mantêm, em sua fala, a estrutura da comunidade de origem", acreditando que "o processo de manutenção ocorre de forma variável e que essa variação pode ser entendida através da análise das redes sociais em que se integram os falantes" (ALVES, 2008, p. 72).

Apoiado nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista e no conceito de redes sociais de Milroy (1980), Alves (2008) valeu-se de dados obtidos em gravações da fala de dezesseis pessoas nascidas na cidade de Barra Longa que residem em Belo Horizonte, em que esses informantes foram estratificados em função de quatro grupos de fatores extralinguísticos: gênero, grau de contato com a cidade de origem, convívio diário com pessoas de Barra Longa, e tempo de residência em Belo Horizonte. A pesquisa contou, ainda, com um grupo de controle constituído de quatro informantes que permanecem residindo em Barra Longa, no entanto a autora deixa claro que o grupo que será foco de atenção e análise será o de dezesseis informantes, aqueles que são natural de Barra Longa, mas que residem em Belo Horizonte, e que sua análise será com base nos resultados obtidos para este grupo. Todos os vinte informantes (16 do grupo de análise e 4 do grupo de controle) estão enquadrados na faixa etária de 18 a 30 anos.

A autora controlou as seguintes variáveis independentes: forma como o antropônimo aparece, circunstância em que o antropônimo é citado, estrutura do sintagma nominal, antropônimo como item de enumeração, função sintática, gênero, grau de intimidade do entrevistado com o referente, convívio diário com pessoas de Barra Longa, grau de contato com a cidade de Barra Longa, e tempo de residência em Belo Horizonte.

A autora registrou 1163 ocorrências de nomes próprios nos dados dos dezesseis informantes que residem em Belo Horizonte; desse total, 993 (85%) ocorrências apareceram desarticuladas e 170 (15%) apareceram precedidas de artigo definido. No grupo de controle, constituído por jovens que permaneceram em Barra Longa, a autora registrou 340 ocorrências

de antropônimos, das quais 322 (95%) foram sem artigo e 18 (5%) foram com artigo. Os resultados gerais a que Alves (2008) chegou mostraram que os jovens de Barra Longa que residem na capital mineira mantêm a estrutura da localidade de origem. Ainda assim, comparando as ocorrências de artigo antes de antropônimo do grupo de controle (5%) com o grupo dos jovens residentes em Belo Horizonte (15%), observa-se um ligeiro aumento no uso do artigo, o que pode ser explicado pelas redes sociais dos jovens que moram na capital.

Os grupos de fatores selecionados pelo programa GoldVarb 2001, a que os dados foram submetidos, como significativos foram: grau de contato com a cidade de origem, grau de intimidade entre o falante e o referente, convívio diário com pessoas de Barra Longa, função sintática, e gênero. Observa-se, assim, que dos cinco grupos selecionados, apenas um – função sintática – é de natureza linguística; os demais são extralinguísticos, e que são eles os principais responsáveis pelo ligeiro aumento de uso do artigo na fala dos jovens residentes na capital.

Na análise do único fator linguístico selecionado como relevante – função sintática –, Alves (2008) mostra que as funções sintáticas que mais favoreceram o uso do artigo foram as de objeto direto (0.77), objeto indireto (0.63) e aposto (0.61); quando o nome próprio figura na função de tópico, há um leve favorecimento (0.52). Na análise de dois grupos de fatores extralinguísticos, gênero e intimidade, constatou-se o seguinte: no que diz respeito ao gênero do falante, tanto os homens (17%) quanto as mulheres (13%) tendem a não usar o artigo, o que configura a manutenção do padrão da cidade de origem na fala desses jovens; no entanto, o artigo tende a ser favorecido na fala dos homens (0.57) e desfavorecido na fala das mulheres (0.42). Já em relação ao segundo fator social, *intimidade*, observou-se que o artigo é altamente favorecido quando o informante se refere a pessoas públicas e famosas nacionalmente (0.87), levemente favorecido quando se refere a pessoas mais distante (0.52) e desfavorecido quando se faz referência a pessoas mais próximas (0.44). Esses resultados para o fator *intimidade* mostram uma relação inversamente proporcional entre uso do artigo e a intimidade existente entre as pessoas envolvidas: quanto menor é a intimidade entre o falante e o referente, maior é o uso do artigo; esse resultado vai de encontro ao que preceitua a tradição gramatical, que associa o uso do artigo à intimidade/afetividade/familiaridade entre o falante e o referente.

A análise das redes sociais realizada pela autora contou com dois grupos de fatores selecionados: convívio diário com pessoas de Barra Longa e grau de contato com a cidade de Barra Longa. O primeiro procurou observar se o convívio diário com pessoas da cidade de origem (Barra Longa) seria relevante ou não na realização do artigo antes de antropônimo;

dessa forma, descobriu-se que jovens que não moram e nem trabalham com pessoas de Barra Longa são os que mais fazem uso do artigo (0.66), e os jovens que moram e/ou trabalham com pessoas da cidade são os que menos usam o artigo (0.34). Assim, Alves (2008) mostra que a manutenção ou não do contato diário, seja no trabalho, seja na moradia, ou em ambos, é muito relevante para a escolha da variante usada.

Já com relação ao fator *grau de contato com a cidade de origem*, constatou-se que os jovens que não mantêm contato frequente com a cidade de origem são os que mais fazem uso do artigo (0.75), e os que mantêm contato frequente são os que menos usam (0.31). Como a cidade de Barra Longa se caracteriza por não fazer uso do artigo antes de nome próprio, o contato frequente do jovem residente na capital mineira com pessoas de Barra Longa faz com que ele use menos artigo do que o jovem que não mantém esse contato frequente. Segundo a autora, "a manutenção da estrutura de Barra Longa se relaciona diretamente à manutenção ou não de laços de afetividade dos jovens que residem em Belo Horizonte com as pessoas (...) que eles deixaram para trás em sua comunidade de origem" (ALVES, 2008, p. 115).

O trabalho de Alves (2008) traz contribuições importantes para o entendimento do fenômeno, seja do ponto de vista linguístico, seja do ponto de vista extralinguístico. Além disso, a autora mostrou que o fenômeno na comunidade investigada tem ligação direta com variáveis de ordem social, seja ligado ao informante, seja ligado ao meio em que ele vive.

Campos Júnior (2011) se propõe a analisar a variação morfossintática presença/ausência de artigo definido antes de nome próprio de pessoas e de pronome possessivo[50] em uma amostra de fala de moradores de Vitória, capital do estado do Espírito Santo. O objetivo, segundo Campos Júnior (2011), é situar a fala capixaba no cenário brasileiro no que diz respeito a esse fenômeno, estabelecendo-o como um traço de identidade linguística dos falantes capixabas em relação a outras tendências de uso registradas em trabalhos como os de Silva (1982, 1996a, 1996b) e Callou e Silva (1997) que o autor toma como referência.

Guiado pelos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, Campos Júnior (2011) analisa 20 entrevistas provenientes do *corpus* do Projeto PORTVIX (Projeto Português Falado em Vitória), cujo acervo é composto de 46 inquéritos. As 20 entrevistas analisadas pelo autor são correspondentes a 20 falantes nascidos e residentes em Vitória (ES) estratificados segundo o sexo (masculino e feminino), escolaridade (ensinos fundamental,

[50] Como o objetivo desta tese é analisar a variação no uso do artigo definido antes de nomes próprio de pessoas, não se comentará a questão dos possessivos analisados pelo autor; focar-se-á tão somente nos antropônimos.

médio e universitário) e faixa etária (07 a 14 anos, 15 a 25 anos, 26 a 49 anos, e acima de 50 anos).

Procurando entender quais fatores estariam influenciando a variação presença/ausência de artigo diante do nome próprio, Campus Júnior (2011) controlou 18 variáveis independentes, a saber: presença/ausência e tipo de preposição; gênero do núcleo do SN/antropônimo; função sintática; natureza do possuído; *status* informacional; traços suprassegmentais; presença/ausência de modificador; tipo de antropônimo, domínio partilhado e pessoas do diálogo; grau de intimidade; atitude do falante em relação ao referente; tonicidade da sílaba inicial e extensão do antropônimo.

Os dados coletados pelo autor receberam tratamento estatístico no programa VARBRUL em duas rodadas diferentes, uma para contexto de antropônimo, outra para contexto de possessivo. Campos Júnior (2011) levantou 300 ocorrências de nomes próprios de pessoas, das quais 118 (39%) foram antecedidas de artigo definido, o que leva o autor a considerar que a capital capixaba usa menos artigo que outras regiões do país. O autor considera que, embora a cidade de Vitória tenha sido fundada há mais de 450 anos e que, por essa razão, assuma a existência de um certo conservadorismo linguístico, a preferência pelo não uso do artigo em contexto de antropônimo (e de possessivo também) não tem motivação outra que não a do conservadorismo: seria uma marca identitária, ainda que inconsciente, dos habitantes da cidade: os nascidos e criados em Vitória, mesmo que inconscientemente, valem-se desse mecanismo como forma de marcar e manter sua identidade linguística frente "invasão" de pessoas oriundas de diferentes estados para a capital. Amparado em Calmon (2010), o autor considera que na cidade de Vitória há um movimento similar ao que foi identificado por Labov (2008) em Martha's Vineyard.

O programa VARBRUL apontou quatro grupos de fatores como significativos na análise estatística do fenômeno: gênero do antropônimo, traços suprassegmentais, faixa etária, e gênero do falante. Campos Júnior (2011) destaca o fato de o gênero se mostrar duplamente relevante: o do nome próprio (selecionado em primeiro lugar) e o do falante (selecionado em quarto lugar). No que diz respeito ao gênero do antropônimo, o autor observa que o cidadão capixaba, nascido e residente na capital, tende a usar mais artigo (quando o usa) diante de nomes femininos (0.61) que de nomes masculinos (0.44), embora reconheça não haver encontrado evidências que justifiquem essa diferenciação.

Com relação ao gênero do falante, o resultado a que se chegou foi o inverso ao do anterior: os homens tendem a usar mais artigo antes de antropônimo (0.62) que as mulheres (0.42). Para esta variável independente, os resultados a que Campos Júnior (2011) chegou

apontaram para duas hipóteses, ao mesmo tempo que as comprovaram: (i) as mulheres são mais conservadoras, já que o padrão da fala capixaba é o de não uso do artigo; e (ii) a ausência de artigo antes de antropônimo constitui um traço arcaizante propagado pelas mulheres, mesmo que inconscientemente.

A questão que mais intriga o autor é entender "como um fenômeno linguístico variável que não é objeto de estigma social pode apresentar resultados sociais tão contundentes" (CAMPOS JÚNIOR, 2011, p. 81). Para tal, o autor segue duas linhas de interpretação. A primeira é a de que, com base nos resultados encontrados, o fenômeno estaria ligado ao processo de mudança linguística. Essa primeira interpretação se baseia na observação dos resultados para o grupo *faixa etária*, que formaria uma curva em forma de S. Embora o autor reconheça que sua pesquisa não dispôs do intervalo de tempo necessário para se empreender uma pesquisa em tempo real, e também reconheça o fato de não ter se utilizado de todo o *corpus* do Projeto PORTVIX para que se pudesse fazer afirmações mais consistentes, o autor afirma que o comportamento do grupo *faixa etária* dá indícios de um processo de mudança linguística. O autor deixa para estudos posteriores a confirmação ou não desta hipótese, uma vez que os resultados gerais a que se chegou foi de apenas 39% de uso do artigo antes de nome próprio.

A segunda interpretação levantada por Campos Júnior (2011) a partir dos seus resultados é a de que o fenômeno não constitui necessariamente um caso de mudança linguística, mas de gradação etária, isto é, um comportamento linguístico que se repete nos segmentos etários a cada geração. Com base nos trabalhos de Silva (1987 apud CALLOU, 2000) e de Calllou (2000), o autor afirma que a hipótese mais plausível para sua pesquisa é a de que se trata de gradação etária, uma vez que os resultados trazidos por Silva (1987) para a fala não culta da cidade do Rio de Janeiro e os resultados a que chegou com a amostra do projeto PORTVIX apresentam comportamento semelhante ao longo das faixas etárias: "os falantes da faixa intermediária de ambos os sexos apresentam um padrão de uso semelhante, enquanto os falantes das duas faixas extremas divergem" (CAMPOS JÚNIOR, 2011, p. 85). Ainda segundo o autor, esse mesmo padrão se repete na fala culta nas cinco capitais brasileiras do Projeto NURC, conforme foi registrado por Callou (2000).

Pelos resultados a que chegou, Campos Júnior (2011) argumenta que, na comunidade capixaba, são as mulheres, em especial aquelas com mais de 50 anos, que seriam as difusoras da norma local de não uso do artigo antes de nome próprio, visto que são as mulheres as que normalmente são responsáveis pela educação dos filhos. O aumento no uso do artigo na fala

dos mais jovens, sobretudo os da faixa etária de 15 a 25 anos, seria explicada por questões de ordem extralinguística, como a escolarização e a atuação no mercado de trabalho.

No que diz respeito à variável *traços suprassegmentais*, Campos Júnior (2011) verificou que o ambiente prosódico constitui um aspecto relevante no condicionamento do uso do artigo antes de nome próprio de pessoas. De acordo com o autor, a pausa (silenciosa ou preenchida) é um fator que desfavorece a ocorrência de artigo, enquanto que o artigo é favorecido em contexto fonológico ininterrupto: sequência contínua (0.61) e alongamento (0.78).

Os resultados a que Campos Júnior (2011) chegou levaram-no a assegurar que homens e mulheres apresentam comportamento distintos quanto ao uso do artigo antes antropônimos, embora não tenha sido possível identificar evidências que justifiquem esse comportamento. O autor considera, ainda, que a ausência de artigo em contexto de antropônimos se configura como um traço de identidade linguística dos habitantes de Vitória, bem como um aspecto conservador da língua característico da capital capixaba. A frequência de 39% de uso do artigo levou-o a considerar o fenômeno como um caso de gradação etária, embora tenha assumido a possibilidade de estar ocorrendo um caso de mudança em progresso; de acordo com o autor: "a baixa frequência de artigo neste contexto reflete um caso de variação estável que tem se repetido há gerações, o que corrobora a nossa hipótese acerca do movimento identitário que parece orientar o comportamento linguístico dos capixabas" (CAMPOS JÚNIOR, 2011, p. 103).

Braga (2012) fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008) e da Sociolinguística Paramétrica (TARALLO; KATO, 1989) e analisa a variação sintática presença/ausência de artigo definido diante de antropônimos na fala de habitantes das cidades de Mariana, região metropolitana de Belo Horizonte, e de Uberaba, município situado no triângulo mineiro.

O estudo, segundo a autora, partiu da hipótese de que as duas cidades apresentam padrões diferentes quanto ao uso do artigo em contexto de antropônimo: Mariana com tendência ao não uso do artigo, e Uberaba fazendo uso mais frequente dele. Além disso, a hipótese de que o grau de intimidade entre o falante e a pessoa mencionada não condiciona o uso do artigo também foi levantada; e que é a função sintática do sintagma nominal nucleado pelo nome próprio o que determina a presença do artigo.

O *corpus* da pesquisa de Braga (2012) constituiu-se de 38 entrevistas, sendo 20 realizadas na cidade de Mariana e 18 em Uberaba. Os dados foram submetidos ao programa GoldVarb/2001 em duas rodadas diferentes, uma para cada cidade. A autora controlou sete

grupos de fatores, sendo cinco de natureza linguística e dois de natureza extralinguística; a saber: *informação sobre o antropônimo na sentença; estrutura do sintagma nominal; função sintática; forma como o antropônimo aparece; antropônimo como item de enumeração; região geográfica do falante; e grau de intimidade do falante com o referente*.

Braga (2012) levantou 417 ocorrências de nomes próprios na amostra da cidade de Mariana e 365 ocorrências na amostra de Uberaba. Na cidade de Mariana, a autora registrou uma frequência de 36,4% de uso do artigo definido antes de nomes próprio, enquanto que em Uberaba a frequência de uso foi de 82,1%. Com esses resultados percentuais globais, a autora confirma sua hipótese inicial de que em Mariana, na região metropolitana de Belo Horizonte, a tendência seria a de não uso do artigo, já Uberaba, no triângulo mineiro, se caracterizaria pelo uso do artigo nesse contexto; ou seja, as duas cidades apresentaram padrão divergente para o fenômeno em investigação, tal como se cogitou inicialmente.

Na comunidade de Mariana, o programa GoldVarb selecionou apenas dois fatores como sendo estatisticamente relevante à aplicação da regra: *antropônimo como item de enumeração* e *grau de intimidade entre o falante e o referente*. Quando o nome próprio constitui item de enumeração, o artigo não é favorecido (0.12), ao contrário de quando não constitui uma enumeração (0.54). Já com relação à intimidade do falante com o referente, Braga (2012) mostrou que o artigo é bastante desfavorecido quando o falante se refere a pessoas famosas nacionalmente (0.27); quando a referência é à pessoa do meio social do falante, o artigo também é desfavorecido (0.47); nesse grupo de fatores, o artigo só é favorecido quando o falante faz referência a pessoas famosas e com prestígio na região do falante (0.67). Esse resultado parece confirmar parcialmente uma das hipóteses da autora, uma vez que (i) a relação mais íntima entre falante e referente (pessoa do seu meio social) não condiciona maior uso do artigo, e (ii) esse grupo não foi selecionado na cidade de Uberaba.

Na comunidade de Uberaba, o programa selecionou apenas um grupo de fatores: *função sintática do antropônimo na sentença*. O estudo de Braga (2012) vem se somar a outros que igualmente mostraram a relevância da função sintática para o fenômeno em estudo. As funções que mais favoreceram o uso do artigo antes do nome próprio foram as de sujeito (0.65) e objeto indireto (0.63); as funções de aposto (0.37) e objeto direto (0.23) foram as que mais desfavoreceram a presença do artigo. A autora registra que o nome próprio que figura nas funções de adjunto adverbial e adjunto/complemento nominal apresentou uso categórico de artigo, o que inviabiliza uma análise variacionista nessas duas situações.

O fato de, nos dados de Braga (2012), haver uso categórico do artigo nas funções de adjunto adverbial, adjunto/complemento nominal e de haver favorecimento quando o nome

próprio aparece na função de objeto indireto, pode sugerir que o que está em evidência aí não é exatamente a função sintática exercida pelo nome próprio, mas sim o contexto preposicionado, haja vista que todas essas funções são preposicionadas, em especial a preposição "de" que é uma com a qual o artigo pode se contrair, o que se revela mais um forte condicionante ao uso do artigo, conforme já demostraram outros trabalhos (cf. SILVA, 1996a; CALLOU; SILVA, 1997). No entanto, o grupo *estrutura do sintagma nominal* não foi selecionado pelo programa, segundo a autora, pela possibilidade de este grupo apresentar alguma interferência com outros fatores de ordem sintática que se mostraram mais relevantes. O grupo de fatores *função sintática* corrobora parcialmente a hipótese da autora, uma vez que ele foi selecionado apenas na comunidade de Uberaba, e não o foi na comunidade de Mariana.

Outros dois trabalhos que merecem destaque são os de Almeida Mendes (2009; 2015), realizados nas localidades de Abre Campo e Matipó, interior de Minas Gerais. Os trabalhos, resultados da pesquisa de mestrado e doutorado da autora, serão, aqui, comentados conjuntamente.

O trabalho de Almeida Mendes (2009) tem o objetivo de descrever a variação presença/ausência de artigo definido antes de nomes próprios (antropônimos e topônimos) na fala de moradores da zona rural das localidades de Abre Campo e Matipó, duas localidades vizinhas no interior do estado de Minas Gerais, distantes cerca de 22 Km uma da outra, a fim de analisar a variante predominante em cada localidade, bem como estabelecer os fatores linguísticos e sociais que condicionam a variação. Apesar de o trabalho de Almeida Mendes (2009) incluir os topônimos em sua análise, eles não serão considerados aqui, haja vista esta tese dedicar-se apenas aos nomes próprios de pessoas, os antropônimos.

A pesquisa partiu de uma percepção subjetiva da autora, percepção esta partilhada pelos moradores das duas localidades, de que as duas cidades, apesar de vizinhas, se comportam de modo diferente frente ao fenômeno em questão: a zona rural de Abre Campo se caracterizaria pelo não uso do artigo, enquanto que a zona rural de Matipó se caracterizaria pelo uso do artigo. Dessa forma, Almeida Mendes (2009) propôs-se a verificar até que ponto essas impressões se confirmavam de fato.

O trabalho embasou-se nos pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972; MILROY, 1980, 1992) e da Dialetologia (ROSSI, 1963, 1980; NASCENTES, 1922). Da Dialetologia assumiu-se a variação diatópica e a metodologia de pesquisa e de escolha dos informantes; da Sociolinguística, a análise dos condicionamentos linguísticos e sociais. Os dados utilizados em Almeida Mendes (2009) foram obtidos da gravação de fala de oito informantes, quatro de cada uma das localidades, selecionados em

função do gênero[51] (masculino e feminino), faixa etária (18 a 30 anos, acima de 70 anos) e rede social; a escolaridade dos participantes da pesquisa não foi controlada, mas a autora destaca eles têm cursado até, no máximo, a metade do ensino fundamental.

A autora registrou 620 ocorrências de nomes próprios de pessoas, sendo 414 na localidade de Matipó e 206 em Abre Campo. As variáveis independentes controladas na pesquisa foram: *localidade, gênero, idade, tipo de antropônimo, grau de intimidade entre o falante e o referente, antropônimo em estrutura de genitivo*. A descrição e análise dos dados foram realizadas separadamente, além disso a autora não usou programas computacionais de análise estatística, como GoldVarb/VARBRUL.

Na zona rural de Abre Campo, foram registradas 206 ocorrências de antropônimos, das quais 99 (48%) são articuladas e 107 (52%) são não articuladas. Esses resultados gerais mostram que embora tenha havido maior ocorrência de nome próprio sem o artigo, essa estrutura não chega a ser a preferida. Já na zona rural de Matipó, foram registradas 414 ocorrências de antropônimos, sendo 344 (83%) precedidos de artigo definido e 70 (17%) não precedidos de artigo. Os resultados gerais de Matipó mostram, ao contrário de Abre Campo, que a localidade tem uma estrutura preferida, que é aquela em que o nome próprio aparece antecedido de artigo definido.

A partir desses resultados gerais, Almeida Mendes (2009) discorre sobre os grupos de fatores controlados na pesquisa. No que diz respeito ao gênero, a autora mostrou que em Abre Campo as mulheres usam mais o artigo (56%) que os homens (43%), enquanto que em Matipó são os homens (90%) que fazem mais uso do artigo que as mulheres (80%). Tendo, a localidade de Matipó, uma estrutura preferida de uso, essa estrutura é claramente seguida tanto pelos homens quanto pelas mulheres.

No que diz respeito à idade dos colaboradores da pesquisa, Almeida Mendes (2009) afirma que esse fator não foi determinante em Abre Campo, ou seja, o uso do artigo nessa localidade parece não ser motivado pelo fator idade, ao contrário do que aconteceu em Matipó. Na zona rural de Matipó, tanto os mais jovens (90%) quanto os mais idosos (79%) mostraram a tendência em seguir – assim como aconteceu com o fator gênero – o padrão do lugar, que é o uso do artigo antes de antropônimos, apesar de os mais jovens estarem um pouco à frente.

Quanto ao tipo de antropônimo, a autora mostrou que em Abre Campo o maior número de ocorrências nos dados foi de prenome (130 ocorrências) e hipocorístico (60

[51] A autora usa o termo "gênero" e não "sexo" para se referir a essa variável.

ocorrências); com relação aos prenomes, houve 46% de uso do artigo e 54% de não uso; com os hipocorísticos deu-se o contrário: 58% de uso de artigo e 42% de não uso. Em Matipó, ocorreu a mesma coisa: os prenomes (191 ocorrências) e os hipocorísticos (151 ocorrências) foram os tipos de antropônimos mais registrados; em ambos os tipos houve um predomínio de uso do artigo: 88% com prenomes e 84% com os hipocorísticos.

O fator *intimidade*, tido pelas gramáticas tradicionais como determinante para o uso ou não do artigo, não se mostrou tão determinante em Abre Campo, não exercendo esta variável influência quando o falante se refere a pessoas mais distantes de si (50%) e influenciando muito ligeiramente quando essa referência é a pessoas mais próximas (53%). Em Matipó, localidade que se caracteriza por fazer expressivo uso do artigo antes de nomes próprios, a variável *intimidade* mostra que os falantes fazem uso significativo do artigo seja quando se referem a pessoas mais distantes (71%), seja quando se referem a pessoas mais próximas (89%), sendo neste último caso mais relevante.

Almeida Mendes (2009) observou, ainda, as redes sociais dos participantes nas localidades pesquisadas. As diferenças com relação à densidade e à multiplexidade foram controladas, tendo em vista o fato de que quanto mais densa e múltipla for uma rede social, maior será a estabilidade linguística da comunidade. A autora analisou tanto o número e o tipo de contatos dos participantes quanto o grau de relacionamento interindividuais. Segundo a autora, as redes sociais, nas duas localidades, são densas e múltiplas, com todos os participantes se conhecendo mutuamente, interagindo entre si e compartilhando mais de um tipo de relação. Os laços íntimos e fortes que ligam os participantes atuam como reforçadores da norma local, que faz com que, mesmo vizinhas, as duas localidades mantenham normas diferentes de uso do artigo antes de antropônimos. A natureza densa e múltipla das redes sociais seria a responsável não só por manter estável a norma vernacular de cada uma das localidades, mas também por deixa-la mais resistente às pressões linguísticas e socias vindas de fora.

Dando continuidade à pesquisa, agora em nível de Doutorado, Almeida Mendes (2015) fez uma investigação sociolinguística da variação sintática presença/ausência de artigo definido antes de antropônimos na fala de moradores da zona urbana de Abre Campo e Matipó. Almeida Mendes (2015) avança um pouco mais em relação ao estudo desenvolvido em Almeida Mendes (2009), analisando, agora, a fala dos moradores da zona urbana e a língua escrita pretérita das duas localidades. A motivação para Almeida Mendes (2015) continua sendo o fato de as duas localidades exibirem padrão diferente quanto ao fenômeno investigado, apesar de elas serem vizinhas limítrofes: em Abre Campo há mais ausência e em

Matipó há mais presença de artigo antes de antropônimos. A hipótese era a de que o padrão encontrado em Almeida Mendes (2009), para a fala da zona rural, fosse comprovado na fala dos moradores da zona urbana. A autora observou, ainda, documentos escritos (atas, escrituras e testamentos) das duas localidades datados de 1875 a 1950. A análise de Almeida Mendes (2015) para a língua pretérita não será aqui considerada pelo fato de esta tese não tratar da língua escrita.

Os dados de língua oral utilizados pela autora foram obtidos por meio de gravações de fala de 24 moradores, sendo 12 de cada uma das localidades. Os participantes da pesquisa foram estratificados segundo o gênero (masculino e feminino) e faixa etária (18 a 30 anos; acima de 60 anos). Os dados coletados foram submetidos à análise estatística do programa computacional GoldVarb (2001), com a análise estatística realizada separadamente em cada localidade. As variáveis independentes controladas pela autora foram: *localidade, circunstância em que o antropônimo é citado, função sintática, estrutura do sintagma nominal, tipo de antropônimo, antropônimo comi item de enumeração, posição do antropônimo, antropônimo em estrutura de genitivo, antropônimo com qualificativo, gênero do antropônimo, gênero do falante, faixa etária, grau de intimidade do falante com o referente*.

Almeida Mendes (2015) registrou 1921 ocorrências válidas de antropônimos, sendo 642 na comunidade de Abre Campo e 1279 na comunidade de Matipó. Em Abre Campo, houve 48,6% de uso do artigo antes de nomes próprios de pessoas e 51,4% de ausência, o que mostra que na localidade não há uma estrutura preferida pelos falantes, o que a autora já havia observado na pesquisa de 2009 na zona rural da comunidade; em Matipó, houve 91,5% de uso do artigo e 8,5% de não uso, o que revela que em Matipó há, de fato, uma estrutura preferida de uso, o que também já havia sido observado na fala dos moradores da zona rural na pesquisa de 2009 da autora. Segundo a autora, a análise em termos de peso relativo revela que o artigo definido diante de antropônimos é favorecido na fala dos moradores de Matipó (0.67) e desfavorecido na fala dos moradores de Abre Campo (0.18).

Na zona urbana de Abre Campo, o programa estatístico selecionou cinco grupos de fatores como significativos para a análise, todos de natureza linguística: *estrutura do sintagma nominal, tipo de antropônimo, antropônimo como item de enumeração, posição do antropônimo, e antropônimo com qualificativo*.

O fator *estrutura do sintagma nominal* procurou observar o comportamento do antropônimo quando se encontra em uma estrutura preposicionada com preposição que se contrai com o artigo, em uma estrutura preposicionada em que a preposição não se contrai

com o artigo, e uma estrutura não preposicionada. As estruturas sem preposição (0.37) e as que apresentam preposição que não se contrai com o artigo (0.19) são as que desfavorecem, na análise da autora, o uso do artigo antes de antropônimos; já quando o nome próprio figura em uma estrutura preposicionada em que a preposição se contrai com o artigo, há um largo favorecimento do artigo (0.99). Os resultados da autora mostram o grande favorecimento da presença do artigo diante de preposições que com ele podem se contrair, o que já havia sido observado por Callou e Silva (1997), por exemplo.

O grupo de fatores *tipo de antropônimo*, apontado como significativo pelo programa estatístico, procurou observar a relevância da forma de tratamento para o uso do artigo. Os resultados mostraram que quando a pessoa mencionada era tratada por *alcunha* e por *hipocorístico*, o artigo é favorecido (0.63 para os dois tipos de antropônimo); a pessoa tratada pelo *prenome* favorece ligeiramente (0.52); *nome completo* (0.42) e *sobrenome* (0.06) são as formas de antropônimo que desfavorecem o uso do artigo. Os pesos relativos para esse grupo reforçam o que mostraram os percentuais: a presença de artigo maior em *alcunhas* (75%) e *hipocorísticos* (63,2%), e a ausência de artigo bem maior nos *sobrenomes* (77,3%).

Antropônimo como item de enumeração foi outra variável independente selecionada pelo programa estatístico. Para esse grupo, os resultados mostraram que quando o nome próprio figura como item de enumeração, a frequência de uso do artigo é menor (20,8%), bem como há um desfavorecimento (0.23); já quando o nome próprio não figura como item de enumeração, tanto a frequência de uso (57,4%) quanto o peso relativo (0.57) mostraram-se favoráveis à presença do artigo. Em resumo, a enumeração não favorece o uso do artigo antes de antropônimos.

A posição em que o nome próprio se encontra na frase, se antes ou depois do verbo, foi analisada pela autora, que observou que em termos percentuais esse grupo não aponta relevância: 51% de presença de artigo quando o antropônimo se situa depois do verbo e 48,3% de presença quando o antropônimo está antes do verbo. Em termos de peso relativo, a posição após o verbo favorece a presença do artigo (0.57), enquanto que a posição anterior ao verbo o desfavorece (0.39). A autora destaca que esses resultados, relativos a Abre Campo, vão de encontro aos de Moisés (1995 apud ALMEIDA MENDES, 2015), que em sua pesquisa sobre o português culto de Belo Horizonte registrou que o artigo é largamente favorecido quando o antropônimo se situa antes do verbo.

Os antropônimos, quando antecedidos ou não de qualificativo, foi outro grupo de fatores controlado pela autora e selecionado pelo programa. Os resultados mostraram que há uma maior tendência em se usar o artigo com nome próprio que não está antecedido de

qualificativo, tanto em termos percentuais (51,3%) quanto em peso relativo (0.55); já quando o nome próprio aparece antecedido de qualificativo, a tendência é para o não uso do artigo (39,1% e 0.32); ou seja, a presença de um termo qualificativo antes do antropônimo inibe a presença do artigo.

Para a localidade de Matipó, o programa de análise estatística apontou sete grupos de fatores tidos como significativos para a análise do fenômeno; dois de natureza extralinguística: *faixa etária* e *grau de intimidade do falante com o referente*; e cinco de natureza linguística: *circunstância em que o antropônimo é citado, função sintática, estrutura do sintagma nominal, tipo de antropônimo, antropônimo como item de enumeração*.

A variável *circunstância em que o antropônimo é citado* foi controlada a fim de se observar a incidência de artigo quando o nome próprio constitui informação nova – quando ele é citado pela primeira vez – e quando ele constitui informação velha – quando já foi citado anteriormente pelo falante. Os resultados de Almeida Mendes (2015) mostraram que o artigo é favorecido quando o antropônimo constitui informação velha; ou seja, o nome próprio que é retomado pelo falante tem maiores chances de ser precedido por artigo, tanto em termos percentuais (93,8%) quanto em peso relativo (0.56), embora a frequência de uso de artigo com nome próprio citado pela primeira vez também seja expressivamente alta (88,4%).

A função sintática do sintagma nominal nucleado pelo nome próprio constituiu-se fator relevante em Matipó. As funções sintáticas que mais favoreceram o uso do artigo foram: adjunto adverbial (0.79), objeto indireto (0.76), seguidos de tópico (0.65) e predicativo (0.55); já as funções que mais desfavoreceram o uso do artigo foram: aposto (0.33) e adjunto adnominal (0.35). Vale destacar também que a frequência de uso foi expressivamente alta; com exceção do aposto (73,9%), todas as outras funções tiveram percentual acima de 85%, chegando até a 98,4% nos objetos indiretos. Dessa forma, observa-se uma vez mais a relevância desse grupo de fatores no condicionamento do artigo, o que vem sendo mostrado desde os primeiros estudos sobre o fenômeno.

A *estrutura do sintagma nominal*, grupo selecionado em Abre Campo, também o foi em Matipó. Os resultados para Matipó seguiram a tendência de Abre Campo; quando o antropônimo está inserido em uma estrutura preposicionada cuja preposição se contrai com o artigo a presença deste é altamente favorecida (0.96); o mesmo já não acontece quando a estrutura preposicionada contém uma preposição que não se contrai com o artigo (0.15), bem como em estruturas sem preposição (0.25). Mais uma vez reforça-se a alta tendência em se usar artigo com preposições que com ele se contraem.

Os resultados para a variável *tipo de antropônimo* mostraram que quando uma pessoa é tratada pelo *hipocorístico* o índice de uso do artigo é bastante alto, seja em termos percentuais (96,6%), seja em termos de peso relativo (0.63); o referente quando tratado pelo *prenome* (0.48) e pelo *nome completo* (0.17) não se apresenta como favorecedor do uso do artigo. Para este grupo, a autora destaca que o programa estatístico descartou as alcunhas, os sobrenomes e os apelidos por apresentarem quantidade insuficiente de dados.

O *antropônimo como item de enumeração* foi selecionado como relevante em Matipó, assim como em Abre Campo; os resultados para Matipó seguem o padrão encontrado em Abre Campo: o antropônimo que constitui enumeração não favorece o uso do artigo (0.29); já quando o antropônimo não constitui uma enumeração, o artigo é favorecido (0.54), bem como uma frequência de uso de 94%.

A *faixa etária* do participante da pesquisa mostrou-se relevante nos dados de Matipó. Os resultados apontaram para o fato de que os mais jovens (18 a 30 anos) tendem a não usar o artigo antes do nome próprio (0.35), e os mais velhos (acima de 60 anos) são os que mais favorecem o uso (0.60). É interessante observar que o fator *faixa etária*, para os dados da zona urbana das localidades, se comportou de modo contrário aos dados da zona rural, na pesquisa de 2009 da autora, em que a frequência mais alta de uso do artigo foi registrada na fala dos mais jovens.

O *grau de intimidade do falante com o referente* foi outro fator tido como relevante para a análise do fenômeno. Os resultados percentuais de Almeida Mendes (2015) para essa variável mostraram uso expressivo de artigo quando falante e referente têm intimidade entre si (91,7%); quando não há toda essa intimidade, a frequência de artigo é menor, mas ainda significativa (63,2%). Quando se observam os pesos relativos, confirma-se o fato de que a falta de intimidade/familiaridade não favorece o uso do artigo (0.16), mas quando há essa relação íntima e afetiva entre as pessoas não há favorecimento nem desfavorecimento, visto que o peso relativo se apresenta no ponto de neutralidade (0.50); ou seja, em termos de peso relativo, esse fator (*com intimidade*) não exerce influência para a variável em estudo. Observa-se, assim, que a intimidade existente entre o falante e o referente pode até não interferir no uso do artigo, mas a falta dela interfere para o não uso.

Os estudos de Almeida Mendes (2009, 2015) mostram-se relevantes para o estudo e maior entendimento do fenômeno, não apenas do ponto de vista das localidades pesquisadas, como também do ponto de vista do português brasileiro falado numa determinada localidade. Os resultados a que a autora chegou vêm, muitos deles, ao encontro daqueles que pesquisas

anteriores já evidenciaram e que ajudam a mapear os fatores linguísticos e sociais do fenômeno em questão.

O trabalho de Pereira (2017) analisa a variação sintática presença/ausência de artigo definido antes de antropônimos e pronomes possessivos em posição pré-nominal na fala de moradores de duas cidades do sertão pernambucano, Carnaíba e Serra Talhada. Os ambientes sintáticos escolhidos pelo autor (nome próprio e de possessivo pré-nominal) se justificam pelo fato de que nesses contextos pode-se encontrar o chamado "artigo expletivo", bem como, no caso dos antropônimos, mostrar diferenças dialetais. Já a escolha das cidades se deu por elas apresentarem contextos sócio-histórico divergentes. O objetivo do autor é discutir o comportamento do artigo definido nos dois ambientes sintáticos escolhidos, identificando e verificando a interferência de fatores linguísticos e sociais que possam estar atuando sobre a variável nas comunidades investigadas. Ressalta-se, uma vez mais, que como esta tese não trata do artigo diante de pronome possessivo, os resultados do autor para este contexto sintático não serão considerados.

Os dados de análise de Pereira (2017) são provenientes de 48 entrevistas, sendo 24 em cada um dos municípios estudados. Os participantes foram selecionados de acordo com o sexo (masculino e feminino), escolaridade (fundamental, médio e superior) e faixa etária (de 06 a 17 anos, de 18 a 35 anos, e acima de 35 anos). As variáveis independentes controladas pelo autor para analisar o artigo antes de nome próprio de pessoas foram: *sexo, escolaridade, faixa etária, localidade, contexto preposicionado, status informacional, tipo de preposição, função sintática, informação compartilhada, familiaridade, título/parentesco, referência do antropônimo, e sintagma nominal isolado*.

Os dados coletados das entrevistas foram codificados e quantificados mediante o uso programa computacional GoldVarb X; as rodadas e a análise foram feitas separadamente, uma para cada município estudado. Pereira (2017) registrou 933 ocorrências de nomes próprios de pessoas, sendo 488 no município de Carnaíba e 445 no município de Serra Talhada.

Na cidade de Carnaíba foram registradas 488 ocorrências de antropônimos, sendo que em 73 (15%) houve uso do artigo e em 415 (85%) não houve uso do artigo antes de antropônimo. Os resultados gerais evidenciam que este município do sertão pernambucano tem como estrutura preferida aquela em que o artigo não antecede o nome próprio. Os grupos de fatores selecionados como estatisticamente relevante para a análise do fenômeno foram: *tipo de preposição, função sintática, sintagma nominal isolado, e referência do antropônimo*.

A variável *tipo de preposição* ressalta o contexto preposicionado que o antropônimo pode estar inserido; muitos trabalhos vêm mostrando a relevância desta variável, bem como o

fato de que preposições como *a, de, em, para*, por exemplo, são mais propícias à presença do artigo pelo fato de que elas podem se contrair com ele. Nos dados de Carnaíba, o autor encontrou dois tipos de preposição: *de* e *com*, esta não se contrai com o artigo, ao contrário daquela. Houve 43% de uso do artigo com a preposição "de" e apenas 9% com a preposição "com", o que mais uma vez mostra que as preposições com as quais há contração favorecem o uso do artigo. Em termos de peso relativo, esse fato também é confirmado, haja vista a preposição "de" apresentar peso 0.56 e a preposição "com" apresentar peso 0.16. Os resultados percentuais e de peso relativo para a preposição "de", em uma localidade que se caracteriza por não fazer uso do artigo antes de nome próprio, certamente estão associados ao traço [+aglutinação] dessa preposição.

A função sintática do sintagma nominal nucleado pelo antropônimo é outra variável que vem sendo tida como relevante nos estudos e em Pereira (2017) não foi diferente. Na análise do autor, as funções que mais favoreceram o uso do artigo foram: *adjunto de nome* (0.84), *tópico* (0.64), e *predicativo* (0.60); já as que mais desfavoreceram o uso do artigo foram: *antitópico* (0.30), *complemento nominal* (0.32), e *sujeito* (0.41). Neste grupo de fatores, o autor chama a atenção para o fato de que a função *adjunto de nome* apresentar alto favorecimento de artigo, botando em xeque a influência dessa função: seria a função propriamente dita ou o fato de ela ser preposicionada o que realmente condiciona o uso do artigo? Fazendo cruzamentos, o autor chega à conclusão de que a função sintática *adjunto de nome* por si não tem força suficiente para condicionar o uso do artigo; essa força viria, na verdade, da preposição aglutinadora "de" que acompanha essa função, sendo a preposição, e não a função propriamente dita, a responsável pelo condicionamento do artigo. No entanto, seus resultados mostraram outras funções sintáticas preposicionadas mediante a preposição "de", como *objeto indireto* (30 ocorrências com a preposição "de") e *complemento nominal* (7 ocorrências com a preposição "de") que não atuaram favoravelmente à presença do artigo: *complemento nominal* apresentou peso 0.32 e *objeto indireto*, peso 0.49. Vê-se que maiores esclarecimentos precisam ser dados a essa questão.

Sintagmas nominais isolados constituem ocorrências de nomes próprios que – quer encabeçados por preposição, quer não – serviram de respostas ao inquérito dos informantes[52]. Quando o nome próprio aparece isolado e encabeçado por uma preposição, a tendência é se usar o artigo, como relevam os resultados percentuais (48%) e o peso relativo (0.79); o não

[52] Exemplo extraído de Pereira (2017, p. 103):
Entrevistador: Que cantor a senhora indicaria pra ouvir?
Informante: Eliana. (Inf20-CA)

uso do artigo se dá prioritariamente quando nome próprio isolado aparece desacompanhado de preposição (7%, 0.45). Em uma localidade que se caracteriza por não fazer uso do artigo em contexto de nome próprio, o favorecimento do artigo em um sintagma antroponímico isolado e precedido de uma preposição sugere que este favorecimento se dá unicamente em função da preposição, haja vista o fato de que quando o sintagma antroponímico isolado aparece desacompanhado da preposição a ausência de artigo é de 93%.

A variável independente *referência do antropônimo* procurou observar se o nome próprio enunciado pelo falante se referia a um ser real ou imaginário; os casos de referentes imaginários estão ligados a personagens de novela, séries, filmes, desenhos animados, dentre outros. No controle desta variável, a hipótese do autor era a de que quando o falante fizesse referência a um personagem, as chances de ocorrência de artigo seriam maiores do que quando a referência fosse a pessoas reais. Os resultados confirmaram as expectativas do autor, pois quando o falante de Carnaíba fazia referência a personagens, frequência de uso de artigo foi de 36% e um peso relativo de 0.78, ao contrário de quando a referência era a pessoas reais, que teve frequência de 9,5% e peso relativo de 0.41. A maior probabilidade em se usar artigo antes de nomes de personagens pode-se dever ao fato de que os nomes de muitos desses personagens já serem apresentados pelos veículos de comunicação com o artigo anteposto. Segundo o autor, esse fato poderia condicionar a realização do artigo junto a nomes de personagens.

Na cidade de Serra Talhada, foram registradas 445 ocorrências de nomes próprios, sendo que 41 (9%) apareceram com artigo definido e 404 (91%) apareceram sem o artigo; o nome próprio sem artigo anteposto é a estrutura preferida desta cidade. Os grupos de fatores selecionados pelo GoldVarb X como sendo estatisticamente relevante na análise do fenômeno foram: *referência do antropônimo, tipo de preposição, status informacional, função sintática,* e *sintagma nominal isolado*.

A variável *referência do antropônimo* para a cidade de Serra Talhada seguiu a tendência encontrada para a cidade de Carnaíba; quando o nome próprio faz referência a um personagem, tem-se maior uso do artigo (26% contra 5,5% quando a referência se dá a pessoas reais), bem como é fator favorecedor (0.76). Outra variável que também seguiu a tendência encontrada na cidade de Carnaíba foi *tipo de preposição*. Em Serra Talhada, o autor registrou o uso das preposições "de" e "com" e, embora o autor reconheça a escassez de dados com a preposição "com", seus resultados ainda mostraram a propensão do uso do artigo com preposições aglutinadoras, como "de" (0.51), mesmo que o peso relativo se encontre muito próximo do ponto de neutralidade (0.50).

Status informacional foi outro grupo de fatores selecionado pelo programa; ele observa o comportamento do fenômeno quando o nome próprio é citado pela primeira vez no discurso ou quando ele é retomado pelo falante. Os resultados do autor mostraram que quando o nome próprio faz a primeira entrada no discurso do falante, ele tende a vir desarticulado (7% de uso do artigo e 0.45 de peso relativo); quando o antropônimo constitui informação antiga, ou seja, quando ele é retomado no discurso do falante, as chances de ele vir articulado são maiores, haja vista uma frequência de 21% e um peso relativo de 0.72. Esses resultados sugerem que, apesar de no município de Serra Talhada haver predominância de não uso do artigo, quando os falantes o usam é preferencialmente em termos de retomada: a primeira menção é desarticulada e a segunda passível de ser articulada.

O grupo de fatores *função sintática* mais uma vez mostra sua relevância para o entendimento do fenômeno ao ser, uma vez mais, selecionado. As funções sintáticas que mais favoreceram o uso do artigo foram as de *adjunto de nome* (0.87), *objeto direto* (0.63), *sujeito* (0.57) e *predicativo* (0.56); as que mais desfavoreceram foram as de *complemento de nome* (0.26), *objeto indireto* (0.29) e *tópico* (0.30). Em termos de frequência de uso, apenas a função de *adjunto de nome* é significativa (34%), visto que todas as outras ficaram abaixo de 9%. A expectativa do autor foi satisfeita para este grupo, já que era esperado que a função de adjunto fosse a que mais favorecesse o uso do artigo.

No município de Serra Talhada, a ocorrência de sintagma antroponímico isolado também foi tida como relevante para a análise do fenômeno. O sintagma isolado pode vir ou não encabeçado por uma preposição, e nos dados de Serra Talhada houve apenas duas ocorrências de sintagma antroponímico isolado encabeçado por preposição contra 89 ocorrências de sintagmas isolados não encabeçados por ela. A escassez de dados, reconhece o autor, prejudica a análise. Das 89 ocorrências de sintagmas não encabeçado por preposição, apenas três apareceram com artigo (3%); isso sugere que quando não há preposição as chances de o nome próprio vir articulado é pequena. O peso relativo apontado pelo programa para sintagma antroponímico isolado e encabeçado por preposição foi de 0.89, evidenciando que esse é o contexto de maior probabilidade de o nome próprio vir articulado.

O trabalho de Pereira (2017) teve o mérito de mostrar que na região do sertão de Pernambuco, representado pelos municípios de Carnaíba e Serra Talhada, há o predomínio de ausência de artigo antes de nomes próprios de pessoas. Como esta tese lida apenas com a capital dos estados, há, de certa forma, uma expectativa de encontrar na capital de Pernambuco tendência semelhando ao que o autor encontrou nas duas cidades pesquisadas por ele.

A proposta de Veríssimo (2020) de analisar a variação presença/ausência de artigo definido diante de antropônimo é bem diferente das demais apresentadas. O autor se ampara no arcabouço teórico da teoria gerativa – mais especificamente a versão Minimalista da Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1995, 2001) – e das ferramentas das Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008) para investigar a sintaxe do antropônimo no que diz respeito ao uso do artigo definido em duas variedades do português brasileiro. A hipótese do autor é a de que, dadas as diferenças no uso do artigo antes de nome de pessoas, coexistem, no PB, duas estruturas distintas de sintagma antroponímico, correspondendo a duas variedades do PB, e essas duas estruturas seriam as responsáveis pelo maior ou menor uso do artigo diante de antropônimo. Dentre os objetivos de Veríssimo (2020) estão os de delimitar os fatores linguísticos e sociais que atuam no sentido de favorecer o uso do artigo com nome próprio, analisar os mecanismos que estariam por trás da variação e comparar os resultados de sua pesquisa com o trabalho de Callou e Silva (1997), a fim de verificar se haveria um processo de mudança linguística em curso.

As duas variedades do PB a que o autor se refere correspondem à variedade do português falado no Nordeste, e à variedade falada no Sudeste. Para tal, o autor analisa dados de fala das cidades de Feira de Santana, Salvador e Recife (representativos da variedade do PB falado na Região Nordeste), e Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro (representativos da variedade do PB falado na Região Sudeste). A escolha dessas cidades deu-se, entre outras coisas, em função de um dos objetivos do autor, que é o de comparar os seus resultados com os de Callou e Silva (1997).

O *corpus* de investigação, de onde provieram os dados para análise, constitui-se de 36 entrevistas realizadas pelo próprio autor nas seis cidades investigadas, sendo seis informantes em cada uma delas, distribuídos segundo o gênero[53] (masculino e feminino) e três faixa etárias (até 35 anos, de 36 a 59 anos, e acima de 60 anos). A seleção dos informantes seguiu a metodologia do Projeto NURC, que requer que todos os informantes tenham nível universitário de escolaridade. Os dados extraídos da amostra foram analisados estatisticamente por meio da plataforma *RStudio*. As variáveis controladas na análise foram: *posição sintática do antropônimo*[54]*, número de sílabas, gênero do antropônimo, grau de intimidade/familiaridade, gênero do falante, faixa etária, e cidade de origem*.

[53] Veríssimo (2020) usa o termo "gênero" e não "sexo" para esta variável.
[54] O autor explica o porquê de considerar, nesta variável, a "posição sintática" e não a "função sintática", como tradicionalmente é trabalhada (cf. VERÍSSIMO, 2020, p. 67).

No conjunto das duas regiões, o autor registrou 1802 ocorrências de antropônimos, dentre os quais 559 (31%) apareceram com artigo anteposto e 1243 (69%) apareceram sem artigo. Quando se observam as duas regiões separadamente, têm-se registradas 956 ocorrências de nomes próprios na Região Nordeste, sendo que desse total 43 (4,5%) apareceram com artigo anteposto e 913 (95,5%) apareceram sem artigo; já na Região Sudeste, foram 846 ocorrências de antropônimo, 516 (61%) antecedido de artigo e 330 (39%) não antecedido de artigo.

O que mais chama a atenção, de imediato, nos dados anteriormente exposto é que a Região Nordeste, representada pelas cidades de Feira de Santana, Salvador e Recife, tem predominância em não usar artigo antes de nomes de pessoas. Vale a pena destacar a Tabela 3, extraído de Veríssimo (2020), em que se mostra a frequência de uso/não uso do artigo nas três cidades investigadas:

Tabela 3: Ausência/presença de artigo com antropônimos em três cidades do Nordeste

CIDADE	AUSÊNCIA		PRESENÇA		TOTAL
Feira de Santana	374	97,1%	11	2,9%	385
Recife	211	93,8%	14	6,2%	225
Salvador	328	94,8%	18	5,2%	346
TOTAL	**913**	**95,5%**	**43**	**4,5%**	**956**

Fonte: Veríssimo (2020, p. 73)

Apesar de a ausência do artigo atingir níveis altíssimos nessas cidades, ainda há ocorrências em que o artigo está presente; o que estaria, então, motivando o falante a utilizar o artigo? As diferenças entre essas cidades, como se observa, são bem pequenas, cabendo, então, a pergunta: essas diferenças são significativas? Por meio de testes de qui-quadrado, o autor observou que "as diferenças de frequência das cidades das regiões entre si não são significativas, mas apenas a oposição regional PB-Ne *vs.* PB-Se é que se mostra relevante na variação analisada" (VERÍSSIMO, 2020, p. 75). Simplificando, o autor observou as pequenas diferenças verificadas entre as cidades do Nordeste e as do Sudeste, bem como fez um contraste regional, Nordeste *vs* Sudeste, e verificou que apenas o contraste regional Nordeste *vs* Sudeste é que foi tido como significativo nos testes de qui-quadrado, o que levou o autor a analisar as regiões separadamente, haja vista a possibilidade de se estar diante de dois sistemas linguísticos distintos: um relativo à fala nordestina e outro relativo à fala sudestina.

O teste de qui-quadrado aplicado nos dados do Nordeste apontou os seguintes fatores como significativos no favorecimento do uso do artigo antes de nome próprio: *gênero do*

falante, idade, e intimidade/familiaridade, sendo que o fator *intimidade/familiaridade* ficou muito à frente dos demais. Para a variável *intimidade/familiaridade*, o fator *pessoa ilustre* é o que favorece o uso do artigo; ou seja, quando o falante faz referência a uma pessoa ilustre, amplamente conhecida, o artigo é licenciado; ao contrário, quando o falante faz referência a uma pessoa de seu convívio social, o artigo não é licenciado. O autor destaca o fato de que 20 dos 26 casos de artigo definido com antropônimos ocorreram com referência a pessoas ilustres, bem como o fato de que muitas ocorrências vieram dos mesmos falantes, sendo eles os responsáveis pela quase totalidade das ocorrências registradas.

Os dados da fala sudestina apresentaram resultados cujos valores de presença/ausência de artigo nas três cidades estão próximos entre si. A Tabela 4 abaixo mostra a frequência de uso/não uso do artigo nas três cidades investigadas da Região Sudeste:

Tabela 4: Ausência/presença de artigo com antropônimos em três cidades do Sudeste

CIDADE	AUSÊNCIA		PRESENÇA		TOTAL
Campinas	70	41,7%	98	58,3%	168
Rio de Janeiro	134	40,5%	197	59,5%	331
São Paulo	126	36,3%	221	63,7%	347
TOTAL	**330**	**39%**	**516**	**61%**	**846**

Fonte: Veríssimo (2020, p. 74)

O teste de qui-quadrado feito com as variáveis controladas apontou os seguintes fatores como significativos para a variação estudada: *posição sintática do antropônimo, gênero do falante, e intimidade/familiaridade*.

Com relação à *posição sintática do antropônimo*, o maior favorecimento do artigo está ligado a posições sintáticas regidas por preposição: SP interno a um SN (complemento nominal e adjunto adnominal) e SP interno a um SV (objeto indireto), com 97,4% e 94,6% de probabilidade de realização do artigo, respectivamente; depois vem SN interno a SV (objeto direto), com 90,2%; e a posição de sujeito, com 87%. Por fim, as posições de tópico, fragmento[55] e aposto se destacam por serem as que menos favorecem a ocorrência de artigo. O fato de as categorias sintáticas que mais favoreceram a presença de artigo serem as que são regidas por preposição evidencia a relevância do fator preposição no fenômeno analisado

[55] O autor chama de *fragmento* "os casos em que o antropônimo é realizado em contextos nos quais não podem ser claramente associados a uma posição sintática [...] casos em que o falante faz uma pausa antes da realização do antropônimo" (VERÍSSIMO, 2020, p. 68-69), bem como casos em que o falante enunciou o nome próprio de modo isolado. Nesta tese, essas ocorrências foram reunidas e analisadas sob o rótulo de *Sintagma Antroponímico Isolado*.

No que diz respeito ao fator *gênero do falante*, os resultados a que o autor chegou mostraram as mulheres tendem a usar mais artigo que os homens, mas com uma diferença baixa entre eles. Com uma diferença tão pequena entre homens e mulheres – em termos percentuais, a diferença entre os dois gêneros é de apenas 3,2% a mais para as mulheres –, o autor chegou a se perguntar se essa diferença seria mesmo significativa. Para esclarecer a situação, Veríssimo (2020) procedeu à elaboração de um gráfico de efeito, que mostrou que a diferença entre a fala de homens e mulheres é de fato significativa. Dessa forma, tem-se que as mulheres sudestinas são as maiores favorecedoras do uso do artigo diante de antropônimo.

A análise do fator *intimidade/familiaridade* mostrou que quando o falante faz referência a pessoas do seu convívio social, o artigo é favorecido. Esse resultado para a fala sudestina foi contrária ao que se chegou para a fala nordestina, que faz uso do artigo quando o falante faz referência a pessoas ilustres.

Veríssimo (2020) procedeu a uma análise multivariada com os fatores controlados no estudo a fim de organizar os diversos fatores em um *ranking*, em que se dispõem as variáveis em uma ordem que vai das mais favorecedoras às menos favorecedoras para a fala sudestina. O resultado da análise estabeleceu a seguinte hierarquia de fatores: *complemento/adjunto interno ao SN* (97,4%), *gênero feminino* (94,6%), *pessoa do convívio do falante* (94,6%), *objeto indireto* (94,6%), *gênero masculino* (91,4%), *objeto direto* (90,2%), *sujeito* (87%), *tópico* (80,8%), e *pessoa ilustre* (71,3%).

A pesquisa de Veríssimo (2020) traz resultados interessantes que puderam ser comparados, com a devida cautela, com os de Callou e Silva (1997). Mesmo adotando uma perspectiva que se distancia muito das vistas nesta sessão, os resultados do autor se aproximam significativamente do que vêm mostrando os trabalhos que têm investigado o fenômeno.

O trabalho desenvolvido por Ié (2021) objetivou analisar, sob a perspectiva teórico-metodológica da Sociolinguística Variacionista, a variação presença/ausência de artigo definido, em contexto preposicionado, diante de antropônimos na fala culta dos moradores de Fortaleza-CE. O questionamento central feito pela autora é: "como ocorre a presença do artigo definido diante de antropônimo na amostra analisada?". Como objetivos, a autora se propõe a descrever o emprego do artigo antes de antropônimos na fala culta de Fortaleza, analisar as variáveis linguísticas e sociais que motivam o uso do artigo, e verificar se o fenômeno constitui um caso de variação estável ou se apresenta indícios de que seja um caso de mudança em progresso.

A amostra analisada é proveniente do banco de dados do Projeto Português Oral Culto de Fortaleza (PORCUFORT). Ela é constituída de 18 entrevistas do tipo *Diálogo entre Informante e Documentador* (DID). As 18 entrevistas selecionadas para compor a amostra analisada correspondem a 18 informantes estratificados segundo o sexo e três faixas etárias (de 22 a 35 anos, de 36 a 55 anos, e a partir de 56 anos); por ser o *corpus* do projeto PORCUFORT desenvolvido nos moldes do Projeto NURC, os participantes são todos de nível universitário de escolaridade.

Coletadas todas as ocorrências válidas do fenômeno analisado na amostra, a autora informa que foram usadas para análise apenas as ocorrências de artigo antes de antropônimos em contexto preposicionado. Esta decisão metodológica não deixa de ser, do ponto de vista do autor desta tese, de certa forma lamentável por três razões, a saber (i) fica de fora um conjunto muito significativo de ocorrências de antropônimos em contexto não preposicionado em que se observa a variação no uso do artigo; (ii) a análise de artigo definido e antropônimos apenas em contexto preposicionado limita muito a compreensão do fenômeno na localidade investigada, visto que a quantidade de ocorrências da estrutura "art. def. + antrop." em contexto preposicionado é menor quando comparado ao contexto não preposicionado[56]; e (iii) não há razões para esta limitação, haja vista que "não há pesquisa sobre este objeto no Ceará" (IÉ, 2021, p. 15), bem como o fato de que "notamos a ausência absoluta de pesquisas sobre o tema na variedade de fala fortalezense" (IÉ, 2021, p. 15). Outro aspecto a se levantar é que a autora não dá muitas informações sobre as variáveis independentes controladas na pesquisa, bem como o entendimento da autora para determinados aspectos e/ou termos difere do entendimento/consenso que se tem na literatura até então existente[57].

Os dados coletados da amostra foram submetidos a tratamento estatístico no programa GoldVarb X; os seguintes grupos de fatores foram controlados na pesquisa: *número do artigo, número do sintagma nominal, presença de preposição* (*sic*)*, status informacional, extensão silábica, quantidade de palavras do antropônimo, presença de designador, traços suprassegmentais, tipo de antropônimo, faixa etária, sexo, proximidade do falante com o antropônimo, atitude do falante com relação ao antropônimo*.

A hipótese levantada pela a autora foi a de que o uso do artigo diante de antropônimo seria maior que o não uso. As 281 ocorrências comprovaram esta hipótese, uma vez que 194 (69%) ocorrências de nome próprio de pessoas apareceram articuladas e 87 (31%) apareceram

[56] Essa diferença é visível e pode ser observada nos diferentes trabalhos que analisaram o artigo definido antes de nomes próprio, tanto os considerados nesta seção quanto os que não foram aqui contemplados.
[57] É o que se depreende, por exemplo, quando a autora fala de "presença de designador" e "tipo de antropônimo".

não articuladas; logo, o falar culto fortalezense se caracteriza por fazer uso do artigo definido antes de nome próprio de pessoas. O programa GoldVarb X selecionou os seguintes grupos de fatores como sendo estatisticamente relevante para a aplicação da regra de presença de artigo: os fatores linguísticos: *número do artigo definido, presença de preposição, extensão silábica, quantidade de palavras do antropônimo, tipo de antropônimo, e presença de designador*; os fatores sociais: *faixa etária, sexo, atitude do falante com relação ao antropônimo, e proximidade do falante com o antropônimo*.

A variável *número do artigo*, controlada pela autora, foi o primeiro a ser selecionado pelo programa; com essa variável, a autora observa o uso do artigo antes do antropônimo quando esse artigo aparece no singular ou no plural, verificando que quando o artigo está no plural, há um peso relativo de 0.82, contra 0.48 quando o artigo aparece no singular. Para essa variável, a autora diz que "o número plural do artigo é altamente favorecedor da regra por nós analisada" (IÉ, 2021, p. 62). O controle dessa variável, inédita até então, mostra-se de certa forma questionável: se o que se estar a observar é o número singular/plural do artigo que antecede o antropônimo, não se faz um contraste entre uso/não uso do artigo, visto que todos os casos são, por lógica, de uso do artigo; em outras palavras, para se observar o número singular/plural do artigo, é preciso que todas as ocorrências de antropônimo sejam articuladas, ficando de fora as não articuladas.

A segunda variável selecionada foi *presença de preposição*. Vale lembrar que a autora destacou que fez um recorte nos dados e que considerou apenas os casos em que o artigo definido e o antropônimo figurem em contexto preposicionado; dessa forma, o controle dessa variável é minimamente inusitado, haja vista que o fato de que todas as ocorrências analisadas apresentam preposição; assim, o controle deveria ser o de "tipo de preposição", e não o de "presença de preposição". Ainda assim, a autora faz um contraste entre os casos preposicionados e os não preposicionados e verificou que as preposições "em" (0.93), "a" (0.86) e "para" (0.82) são as que mais favorecem o uso do artigo, frente aos casos em que não há preposição (0.40).

O grupo de fatores *extensão silábica* procurou observar se a quantidade do número de sílabas do antropônimo, sendo eles divididos em *monossílabo, dissílabo, trissílabo e polissílabo*. Os resultados para este grupo mostraram que os vocábulos *dissílabos e trissílabos* são os que mais favoreceram a presença de artigo, respectivamente 0.55 e 0.54.

A variável *quantidade de palavras no antropônimo*, controlada pela autora, observou se o antropônimo era formado apenas por uma palavra (Ângela), por duas (Zé Serra), três (Franklin Monteiro Gondim) ou por quatro palavras (José Valdo Ribeiro Ramos). Na análise

de Ié (2021), antropônimos formados por uma palavra apenas são os mais favorecedores do uso do artigo, com P.R de 0.56; aqueles formados por quatro palavras são os mais desfavorecedores (0.08).

A variável *tipo de antropônimo*, controlada e selecionada pelo programa, é entendido pela autora como a referência que se faz no uso do nome próprio. Os fatores dessa variável são compostos por três grupos: Grupo 1: antropônimo referindo-se ao próprio portador do nome; Grupo 2: antropônimo que não se refere ao portador inicial do nome próprio, mas que carrega a imagem da pessoa; e Grupo 3: seria o "ex-antropônimo", ou seja, antropônimo que não se refere à pessoa, mas sim a lugares, produções culturais, espaços físicos, etc. Esta é uma variável que levanta alguns questionamentos, que não cabem aqui. Os resultados da autora mostraram que os antropônimos dos grupos 1 e 2 são os que favoreceriam o uso do artigo, em detrimento do grupo 3: Grupo 1 (0.55) e Grupo 2 (0.51).

A última variável linguística analisada é *presença de designador*. A autora não explica o que se entende por "designador"; o que se pode sugerir a esse respeito, pelos exemplos que ilustraram essa variável, é que "designador" seria, possivelmente, os títulos e/ou os qualificativos que, porventura, antecedem o nome próprio, apesar de a autora fazer referência à teoria de Saul Kripke[58] (1982) dos nomes próprios como designadores rígidos, que, *grosso modo*, diz respeito ao fato de que os designadores rígidos designarem a mesma coisa em todos os mundos possíveis em que aquela coisa existe. Deixando de lado essa questão, a autora diz que a presença de designador favorece a presença de artigo (0.76), ao passo que a ausência desse designador favorece o não uso do artigo (0.23).

A primeira variável extralinguística selecionada, segundo a autora, como relevante para a análise foi a variável *faixa etária*. A frequência de uso do artigo sobe à medida que a faixa etária do informante aumenta, 50% > 72,6% > 74,1%. O peso relativo é de 0.50 para a terceira faixa etária, e 0.19 e 0.29 para a primeira e segunda, respectivamente. Observa-se que esse fator, sozinho, não se mostra relevante no condicionamento do fenômeno: os falantes mais jovens e os de meia idade tendem a não usar o artigo, mas os falantes mais velhos não favorecem o uso, tendo em vista o peso relativo neutro. Discorda-se da autora, portanto, quando ela afirma que "a faixa etária 3, sem dúvida, é a que mais favorece a presença do artigo" (IÉ, 2021, p. 70). Talvez o fator *faixa etária* pudesse mostrar-se relevante se cruzado com outra(s) variável(is), mas esse cruzamento não foi realizado pela autora.

---

[58] Cf. KRIPKE, S. **La logique des noms propres**. Tradução de Pierre Jacob; François Recanati. Paris: Les éditions de Minuit, 1982.

A variável *sexo*, também selecionada pelo programa estatístico, mostrou que as mulheres fazem uso mais frequente de artigo antes de antropônimo (77%), bem como são elas que favorecem a aplicação da regra de uso do artigo (0.55). As mulheres, então, seguem o padrão da comunidade de modo mais contínuo que os homens (67,3%).

A variável *atuação do falante em relação ao antropônimo* observou a empatia *vs* apatia do falante em relação ao referente do nome próprio. A autora não esclarece como procedeu para avaliar a empatia/apatia do falante para com o referente em uma amostra de fala da década de 1990, correspondente ao Projeto PORCUFORT. No entanto, seus resultados mostram amplo favorecimento ao uso do artigo quando o falante mostra empatia para com o referente (0.98).

A última variável selecionada foi *proximidade do falante com o antropônimo*, que apresenta três variantes: pessoa próxima/íntima do meio do informante; pessoa conhecida do informante; pessoa conhecida nacional e/ou internacionalmente. Os resultados para esse grupo de fatores mostraram que o artigo é favorecido quando o falante se refere a pessoas próximas ou íntimas e de seu meio social (0.56), e os outros dois fatores como sendo desfavorecedores.

A pesquisa de Ié (2021) sobre o uso do artigo no falar culto de Fortaleza-CE é passível de muitos questionamentos em razão das posições tomadas pela autora; além disso, é uma pesquisa que se distancia bastante das demais da mesma natureza. Além disso, a autora não faz considerações acerca de um dos objetivos de pesquisa, que diz respeito a averiguar se esse fenômeno nessa cidade constitui um caso de variação estável ou se apresenta indícios de mudança em progresso, ficando, assim, uma lacuna. No entanto, os dados brutos trazidos pela autora não deixam de ser interessantes ao mostrar uma frequência de uso do artigo com nome próprio de pessoas na ordem dos 69%.

Por fim, tem-se Oliveira (2021), que faz um estudo sociolinguístico do artigo antes de nome próprio no português falado em Recife. O objetivo da autora é apresentar um estudo de natureza descritiva e quantitativa sobre o licenciamento do artigo diante de nome próprio, partindo da hipótese de que a capital do estado de Pernambuco teria como preferência de uso a variante sem artigo.

Os dados objetos de análise de Oliveira (2021) são provenientes de entrevista a 12 informantes nascidos e criados em Recife, estratificados segundo o sexo e distribuídos em duas faixas etárias: de 18 a 35 anos, e acima de 35 anos. A entrevista seguiu um roteiro de 20 perguntas que levaram os informantes a mencionar nome próprio de pessoas em suas respostas.

A autora analisou os dados sob o controle dos seguintes grupos de fatores: sexo, faixa etária, contexto preposicionado, função sintática, *status* informacional, tipo de informação, referência real ou fictícia do antropônimo e tipologia do antropônimo.

Nas 12 entrevistas realizadas para a obtenção dos dados, Oliveira (2021) registrou 734 ocorrências de nome próprio, das quais 467 (63,6%) não foram antecedidas de artigo e 267 (36,4%) ocorrências apareceram articuladas. Dessa forma, a hipótese inicial da autora de que os moradores de Recife teriam preferência pela variante sem artigo se confirmou. Mas, segundo a autora, o uso do artigo antes de nome próprio parece ser influenciado por três fatores de natureza linguística: tipo de informação, referência do antropônimo e tipologia do antropônimo. Além desses fatores, o sexo e a faixa etária também se mostraram relevantes para a aplicação da regra de uso do artigo na localidade estudada.

No que diz respeito às variáveis extralinguísticas, os resultados obtidos por Oliveira (2021) mostraram que em Recife o artigo é favorecido na fala dos homens, tanto em relação à frequência de uso (47,3%), quanto ao peso relativo (0.58). Quanto à faixa etária dos informantes, a autora mostra que o uso do artigo é maior entre os mais jovens (18-35 anos), bem como é essa faixa etária a que favorece a aplicação da regra de uso do artigo, com peso relativo de 0.63. Nas palavras de Oliveira (2021, p. 96), "os falantes mais velhos são mais conservadores e utilizam bem menos o artigo precedendo nomes próprios de pessoas do que os falantes mais jovens".

O tipo de informação foi uma variável de natureza linguística selecionada no estudo de Oliveira (2021). Neste grupo de fatores, a autora procurou observar a ocorrência de artigo quando o referente do nome próprio constituía informação compartilhada (pessoa famosa) ou informação não compartilhada (pessoa não famosa). Neste grupo, quando o falante fazia referência a alguém famoso (informação compartilhada), o uso do artigo era maior, 60,5% de frequência de uso e peso relativo de 0.74. Informação não compartilhada (pessoa não famosa) era predominantemente usada sem artigo (79,9%; 0.32).

A referência do antropônimo foi outra variável linguística selecionada. Nesse grupo, opõem-se nomes próprios de indivíduos reais a de indivíduos fictícios, sendo o artigo favorecido quando o falante se referia a indivíduos fictícios (93%; 0.92). E por fim, a tipologia do antropônimo, ou seja, a forma com a qual o referente é tratado. A autora registrou ocorrências de prenome, apelido, nome de urna, nome de palco e sobrenome. Os sobrenomes (87,5%; 0.92), os nomes de palco (66,7%; 0.66) foram os tipos de nomes próprios que, na análise da autora, favoreceram o uso do artigo; os apelidos (28,9%; 0.53) favoreceram levemente o uso em termos de peso relativo; e os demais se mostraram desfavorecedores.

A autora efetuou, ainda, o cruzamento de grupos de fatores de modo a fornecer informações complementares que explicassem melhor o fenômeno. Por exemplo, no cruzamento das duas variáveis sociais, mostrou-se que são os homens mais jovens os que mais utilizaram o artigo antes de nome próprio. Já o comportamento das mulheres em relação à faixa etária, pouco expressivo para o uso do artigo.

Dessa forma, Oliveira (2021) confirma sua hipótese inicial de que os recifenses têm preferência pela variante sem artigo (63,6%), embora já se observe que o uso do artigo, na pesquisa da autora, não é insignificante (36,4%), o que poderia sugerir que os moradores da capital pernambucana poderiam estar, aos poucos, incorporando em suas falas a variante com artigo. Isso, no entanto, apenas uma pesquisa maior e mais completa, com a seleção de mais informantes, pode responder.

3.4.1 Síntese dos trabalhos descritos

Ao longo da descrição e comentários dos diferentes trabalhos que abordaram o fenômeno linguístico que se analise nesta tese, observou-se semelhanças e diferenças entre si, bem como muitas das variáveis controladas são coincidentes na sua relevância à aplicação da regra de uso do artigo. A síntese dos resultados desses trabalhos – outros ficaram de fora dessa abordagem – serve para mostrar como o fenômeno tem se comportado nas diferentes pesquisas realizadas, tendo em vista os diferentes pressupostos teóricos, os métodos, a amostragem, os espaços, o perfil dos informantes, dentre outras particularidades.

A fim de tornar as informações mais objetivas, retomam-se, no Quadro 2 a seguir, os trabalhos vistos nessa seção, em que se destaca o autor, a localidade pesquisada, o percentual de presença e ausência de artigo e os fatores selecionados pelo programa de análise estatística como sendo significativos para a análise.

Quadro 2: O artigo definido antes de nome próprio: síntese dos trabalhos

Autor	Localidade pesquisada	Presença de artigo	Ausência de artigo	Fatores linguísticos e sociais selecionados
Silva (1996a) Silva (1996b)	Rio de Janeiro-RJ	**73%**	27%	- Domínio público (apenas no grupo dos adultos). - Familiaridade de tratamento. - Escolarização (mulheres). - Idade. - Mercado ocupacional (homens). - Exposição à mídia.
Callou e Silva (1997)	Língua escrita	40%	**60%**	-
	Salvador-BA Língua oral	32%	**68%**	- Presença de preposição. - Função sintática. - Grau de familiaridade (apenas para o Rio de Janeiro). - Região de origem. - Prosódia.
	Recife-PE Língua oral	17%	**83%**	
	São Paulo-SP Língua oral	**87%**	13%	
	Rio de Janeiro-RJ Língua oral	43%	**57%**	
	Porto Alegre-RS Língua oral	**79%**	21%	
Amaral (2003)	Campanha-MG	**75%**	24%	- Posição do antropônimo no turno conversacional. - Intimidade.
	Minas Novas-MG	38%	**61%**	- Faixa etária. - Intimidade.
	Paracatu-MG	47%	**52%**	- Faixa etária. - Escolaridade. - Posição do antropônimo no turno conversacional.
Alves (2008)	Barra Longa-MG	15%	**85%**	- Grau de contato com a cidade de origem. - Grau de intimidade entre o falante e o referente. - Convívio diário com pessoas de Barra Longa. - Função sintática. - Gênero
Almeida Mendes	Abre Campo-MG	48%	**52%**	-

(2009)	Matipó-MG	**83%**	17%	-
Campos Júnior (2011)	Vitória-ES	39%	**61%**	- Gênero do antropônimo. - Traços suprassegmentais. - Faixa etária. - Gênero do falante.
Braga (2012)	Mariana-MG	36%	**64%**	- Antropônimo como item de enumeração. - Grau de intimidade.
	Uberaba-MG	**82%**	18%	- Função sintática.
Almeida Mendes (2015)	Abre Campo-MG	48,6%	**51,4%**	- Estrutura do sintagma nominal. - Tipo de antropônimo. - Antropônimo como item de enumeração. - Posição do antropônimo. - Antropônimo com qualificativo.
	Matipó-MG	**91,5%**	8,5%	- Faixa etária. - Grau de intimidade. - Circunstância em que o antropônimo é citado. - Função sintática. - Estrutura do sintagma nominal. - Tipo de antropônimo. - Antropônimo como item de enumeração
Pereira (2017)	Carnaíba-PE	15%	**85%**	- Tipo de preposição. - Função sintática. - Sintagma nominal isolado. - Referência do antropônimo.
	Serra Talhada-PE	9%	**91%**	- Referência do antropônimo. - Tipo de preposição. - Status informacional. - Função sintática. - Sintagma nominal isolado.
Veríssimo (2020)	Recife-PE	6,2%	**93,8%**	- Gênero do falante. - Idade. - Intimidade e familiaridade.
	Salvador-BA	5,2%	**94,8%**	
	Feira de Santana-BA	2,9%	**97,1%**	
	Rio de Janeiro-RJ	**59,5%**	40,5%	- Posição sintática do antropônimo. - Gênero do falante.
	São Paulo-SP	**63,7%**	36,3%	

	Campinas-SP	**58,3%**	41,7%	- Intimidade e familiaridade.
Ié (2021)	Fortaleza-CE	**69%**	31%	- Número do artigo definido. - Presença de preposição. - Extensão silábica. - Quantidade de palavras do antropônimo. - Tipo de antropônimo. - Presença de designador. - Faixa etária. - Sexo. - Atitude do falante com relação ao antropônimo. - Proximidade do falante com o antropônimo.
Oliveira (2021)	Recife-PE	36,4%	**63,6%**	- Sexo. - Faixa etária. - Tipo de informação. - Referência do antropônimo. - Tipologia do antropônimo.

Fonte: Elaborado pelo autor

Os trabalhos apresentados nesta seção e resumidos no Quadro 2 já dão uma ideia de como o fenômeno se comporta, variavelmente, em diferentes localidades do território brasileiro. Respeitadas as especificidades e as escolhas metodológicas de cada um deles, é possível observar áreas que tendem ao maior ou menor uso do artigo. Também é possível, em muitas dessas áreas, traçar um paralelo, com a devida atenção, entre o que essas pesquisas mostraram e o que esta tese irá revelar, a fim de se observar o comportamento desse fenômeno variável no território brasileiro como um todo, aqui representada pelas 25 capitais. Ademais, na seção seguinte, passa-se à observação do artigo diante de nome próprio nos atlas linguísticos que mapearam o fenômeno em análise.

3.4.2 O artigo definido antes de nome próprio nos Atlas Linguísticos

O artigo definido antes de nomes próprios de pessoas constitui, de certa forma, um traço de diferenciação dialetal e essa foi uma das razões que levaram muitos trabalhos a investigar o fenômeno geralmente comparando duas ou mais localidades. Para além desses trabalhos, têm-se diferentes atlas linguísticos que passaram a mapear este fenômeno em suas

investigações, indo além de aspectos fonético-fonológico e semântico-lexicais – característicos de atlas linguísticos levados a cabo antes do nascimento do Projeto ALiB –, ao contemplar aspectos morfossintáticos do português brasileiro. Alguns dos atlas linguístico desenvolvidos que mapearam o artigo antes de nome próprio de pessoas serão considerados a seguir, com o intuito se ter conhecimento de como esse aspecto do português brasileiro se comporta em diferentes espaços do território brasileiro.

O primeiro que se pode considerar é o Projeto *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (KOCH; ALTENHOFEN; KLASSMANN, 2011), que teve sua origem em 1980, no Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o objetivo de retomar as pesquisas dialetológicas iniciadas por Heinrich A. W. Bunse, visando à elaboração de um atlas linguístico do Rio Grande do Sul. Em 1987, com a formação de equipe interinstitucional, o Projeto amplia seu alcance a toda a Região Sul, com o envolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Federal do Paraná.

O Projeto ALERS tem como objetivo "ampliar o conhecimento da língua portuguesa do Brasil e carrear dados para uma teoria da variação linguística no espaço, na forma de coleta, ordenação e tratamento cartográfico de variantes usadas na Região Sul" (KOCH; ALTENHOFEN; KLASSMANN, 2011, p. 25).

A coleta de dados do ALERS foi feita mediante aplicação de questionário constituído de cerca de 700 perguntas que, desdobradas, abrangem aproximadamente 1.000 itens. O instrumento de coleta é composto por um Questionário Fonético-Fonológico, um Questionário Semântico-Lexical, e um Questionário Morfossintático. A rede de pontos do ALERS é composto por 275 áreas rurais e 19 áreas urbanas, distribuídas pelos três estados da Região Sul, totalizando 294 pontos de inquérito. Os informantes do ALERS deveriam ser nascidos na localidade e, preferencialmente, filhos de pais também nascidos na localidade, ter idade entre 28 e 58 anos e ter pouca escolaridade; foram entrevistadas 2 pessoas em cada uma das localidades das áreas rurais e 3 pessoas nas áreas urbanas (cf. KOCH; ALTENHOFEN; KLASSMANN, 2011, p. 25-28).

Apesar de ser um atlas linguístico de natureza monodimensional, com ênfase na variação diatópica, o ALERS apresenta a inovação de ser o primeiro atlas a abranger mais de um estado brasileiro, além de abranger a variação dialingual em razão de outras línguas faladas na região, e foi o primeiro atlas a inserir em seu questionário perguntas de natureza morfossintática.

O ALERS incluiu em seu questionário uma questão para a investigação do uso do artigo antes de nome de pessoa – QMS 07.f[59]. A seguir, apresenta-se a Carta 43 – QMS 07.f – Uso de artigo antes de nome de pessoas. Na carta em questão, estão registradas as ocorrências obtidas nas 275 localidades rurais que integram a rede de pontos do Projeto ALERS, indicando onde ocorreu nome próprio de pessoa com artigo, sem artigo e nome próprio ora com e ora sem artigo. Na parte inferior direita da Carta, encontra-se um gráfico que mostra a frequência de uso por Estado e da Região como um todo.

O Estado do Paraná conta com 100 pontos de inquéritos; em 56 desses pontos houve uso de artigo com nome próprio, em apenas um ponto houve ocorrência de nome próprio sem artigo, e em 23 pontos o nome próprio foi usado ora com, ora sem artigo; no Estado do Paraná registraram-se 20 pontos de inquérito em que houve resposta prejudicada.

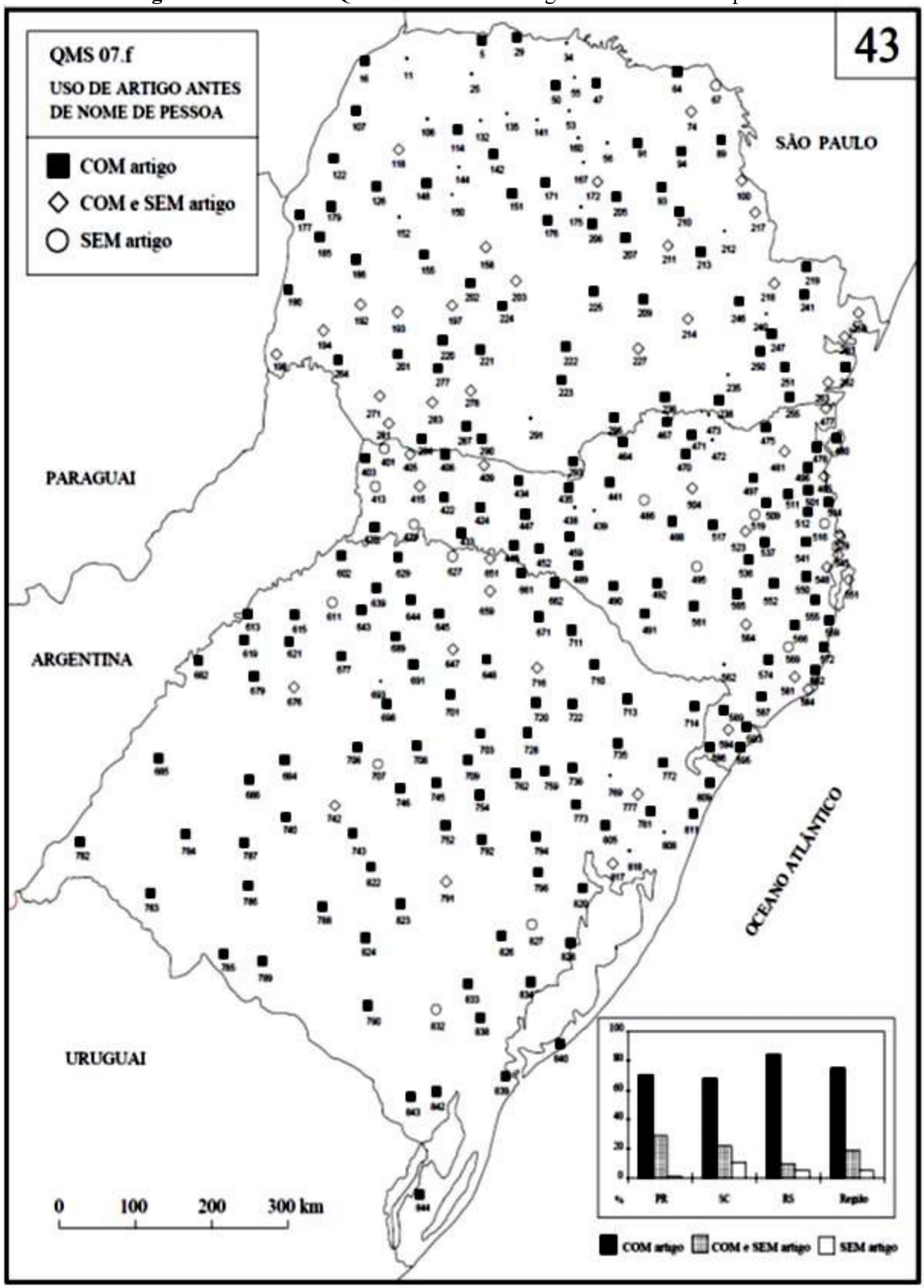
O Estado de Santa Catarina conta com 80 pontos de inquérito; desses, em 51 houve presença de artigo antecedendo o nome próprio, em oito dos pontos o artigo não foi empregado, e em 16 pontos o nome próprio foi usado ora com, ora sem artigo; em Santa Catarina, a pergunta não foi aplicada em cinco pontos de inquérito.

O Estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, conta com 95 pontos de inquérito, havendo uso do artigo com nome próprio em 77 deles, em cinco pontos o artigo não foi usado e em nove o nome próprio foi usado ora com, ora sem artigo; em quatro pontos do Rio Grande do Sul houve resposta prejudicada e pergunta não aplicada.

A informação que o ALERS traz sobre o uso do artigo antes de nome de pessoas é a de que a Região Sul se caracteriza por fazer amplo uso do artigo nesse contexto. Paraná e Santa Catarina apresentam comportamento praticamente idênticos com índices que ultrapassam os 65%, e o Rio Grande do Sul com índice que chega a 80% de uso do artigo. A média de uso para toda a Região também é muito alta, na casa dos 70%. Pode-se, dessa forma, afirmar que a Região Sul do Brasil tem uma estrutura preferida, qual seja aquela em que o nome próprio aparece antecedido de artigo definido, quer se considere a Região como um todo, quer se considere os estados separadamente, de acordo com os dados do ALERS. Tem-se, assim, que esta Região do Brasil apresenta como norma de uso a variante com artigo.

[59] A edição de 2011 do ALERS, que reúne cartas fonéticas e morfossintáticas, não explicita, na parte em que apresenta o questionário, a pergunta que se fez para observação do uso do artigo antes de nome de pessoas.

Figura 14: Carta 43 – QMS 07.f – Uso de artigo antes de nome de pessoa.



Fonte: Koch; Altenhofen; Klassmann (2011, p. 399).

O *Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico* (ALTTI) é fruto da tese de doutorado de Cuba (2015), na Universidade Estadual de Londrina, no Paraná. O termo "território incaracterístico" é proveniente de Nascentes (1953), em sua proposta de divisão dialetal do Brasil, que considerou a área que atualmente cobre localidades da Região Centro-Oeste (norte de Mato Grosso e oeste de Goiás) e da Região Norte (Rondônia e oeste de Tocantins) como território incaracterístico em razão de, à época, ainda ser de densidade demográfica muito baixa.

De acordo com Cuba (2015), o objetivo do ALTTI é o de descrever e documentar, por meio da elaboração de um atlas linguístico, as variedades do português falado na área conhecida como território incaracterístico, segundo a denominação de Nascentes (1953). A elaboração do Atlas amparou-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Dialetologia Pluridimensional, abordando as dimensões diatópica (topoestático e topodinâmico), diageracional (de 18 a 30 anos, e de 55 a 70 anos), diassexual (homens e mulheres), diafásica e diarreferencial.

A rede de pontos do ALTTI é composta por 11 localidades, distribuídas ao longo da área caracterizada como território incaracterístico, que, como dito, compreende atualmente o norte de Mato Grosso, o oeste de Goiás, o oeste de Tocantins e o Estado de Rondônia. As localidades são: Guajará-Mirim-RO, Paraná-RO, Aripuanã-MT, Guarantã do Norte-MT, Luciara-MT, Juara-MT, Sinop-MT, Diamantino-MT, Nova Xavantina-MT, Formoso do Araguaia-TO, Pilar de Goiás-GO. A Figura 15 ilustra a rede de pontos do ALTTI:

Figura 15: Rede de Pontos do ALTTI.



Fonte: Cuba (2015, p. 105).

De acordo com Cuba (2015), essas localidades foram estabelecidas em razão dos seguintes critérios: i) distribuição geográfica (dentro e nos limites do traçado de Nascentes (1953); ii) fatores motivadores da colonização e povoamento da localidade; iii) grupos migratórios responsáveis pelo povoamento; iv) aspectos da sociologia da localidade (CUBA, 2015, p. 105). Em cada localidade foram entrevistados oito informantes, exceto em Guajará-Mirim-RO que, segundo a autora, não foi possível entrevistar um homem jovem, e em Diamantino-MT, onde não foi possível confrontar a fala de dois homens da segunda faixa etária vindos de outros estados. Totalizou-se, assim, 86 informantes.

O instrumento de coleta de dados utilizado pelo ALTTI foi o questionário do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, feitas as ressalvas necessárias para a área pesquisada, bem como a redução da quantidade de perguntas de cada questionário. Dessa forma, o instrumento de coleta de dados do ALTTI compreende-se do seguinte: Questionário Fonético-Fonológico (QFF) com 63 questões; Questionário Semântico-Lexical (QSL) com 72 perguntas; Questionário Morfossintático (QMS) com 18 questões; 04 temas para discursos semidirigidos; 13 perguntas metalinguísticas.

A pergunta que visa a observar o uso do artigo diante de nome próprio na área tido como território incaracterístico é a que se apresenta nos *Questionários 2001* do Projeto ALiB, visto que, como já dito, este foi o questionário aplicado pela autora:

Artigo diante de nome próprio
1- Tem filhos/ irmãos? Como eles se chamam? O que eles fazem?
2- Poderia dizer o nome de alguns amigos, vizinhos? Com que costuma falar mais?

A figura 16 a seguir apresentada é a carta 085, extraída de Cuba (2015), que mostra a ocorrência de artigo antes de nome próprio de pessoas na área pesquisada. O cartograma mostra que todas as localidades pesquisadas fazem uso do artigo antes de nomes próprios de pessoas, em um percentual para a região de 71,3% de uso contra 23,4% de não uso; as perguntas não respondidas (NR) correspondem a 5,3% do total.

Figura 16: Carta 085 – Artigo diante de nome próprio (ALTTI).



Fonte: Cuba (2015, p. 459).

O interessante é que, assim como o ALERS mostrou para a Região Sul do Brasil, o ALTTI também mostrou que na área tida por Nascentes (1953) como território incaracterístico o padrão observado é o de uso do artigo antes de nome próprio. Dessa forma, tem-se mais uma área do território brasileiro que apresenta como estrutura preferida aquela em que o antropônimo está antecedido de artigo definido.

O *Atlas Morfossintático da Microrregião do Madeira* (AMSIMA) foi desenvolvido por Tavares (2017), em nível de dissertação de mestrado, na Universidade Federal do

Amazonas, objetivando registrar os falares dos municípios pertencentes à microrregião do Rio Madeira. Esta microrregião foi selecionada, segundo a autora, em razão de sua localização no sul do estado do Amazonas e pelas influências linguísticas provocadas pela migração de diferentes estados e municípios vizinhos para a região.

A microrregião do Rio Madeira é formada por cinco municípios e todos eles constituem a rede de pontos do AMSIMA, a saber: Borba, Novo Aripuanã, Manicoré, Apuí e Humaitá. Em cada localidade foram entrevistados seis informantes, um homem e uma mulher, para cada uma das faixas etárias: de 18 a 35 anos, de 36 a 55 anos e acima de 56 anos, totalizando 30 informantes. O perfil dos informantes foi estabelecido, segundo Tavares (2017), em consonância com o Atlas Linguístico do Amazonas: todos nascidos nos municípios pesquisados, com pais e cônjuges também da região, analfabetos ou com escolaridade até o 5º ano do ensino fundamental, com boa condição de fonação e que não se ausentaram mais de 1/3 da sua vida da localidade.

O instrumento de coleta de dados do AMSIMA constituiu-se do Questionário Morfossintático do Projeto ALiB, além de gravações de discurso livre. Como se sabe, as questões 001 e 002 do QMS são as que tratam do artigo antes de nome próprio. Tavares (2017) tratou separadamente essas duas questões na quantificação das respostas. A Tabela 5 mostra a frequência de uso do artigo na microrregião do Rio Madeira:

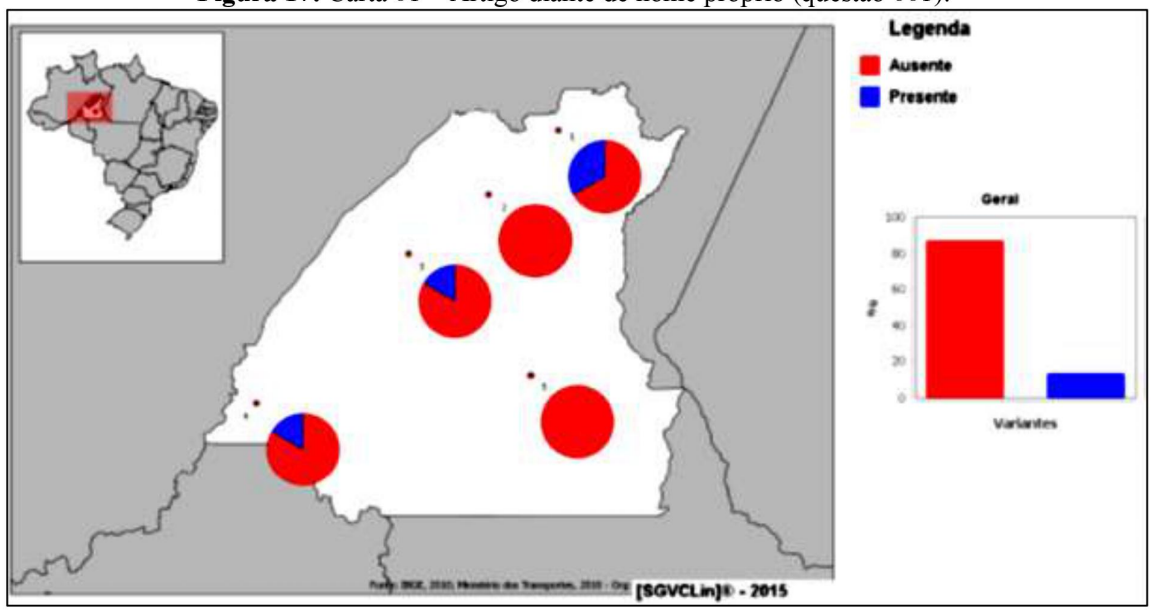
Tabela 5: Percentual geral do uso do artigo diante de nomes próprios na microrregião do Madeira em Tavares (2017)

Localidades	**Questão 001** Tem filhos/irmãos? Como se chamam? O que eles fazem?		**Questão 002** Você poderia me dizer o nome de alguns vizinhos? Com quem costuma falar mais?	
	Presença	**Ausência**	**Presença**	**Ausência**
Borba	33,3%	**66,7%**	33,3%	**66,7%**
Novo Aripuanã	-	**100%**	50%	50%
Manicoré	16,7%	**83,3%**	16,7%	**83,3%**
Humaitá	-	**100%**	50%	50%
Apuí	16,7%	**83,3%**	40%	**60%**

Fonte: adaptado de Tavares (2017, p. 66)

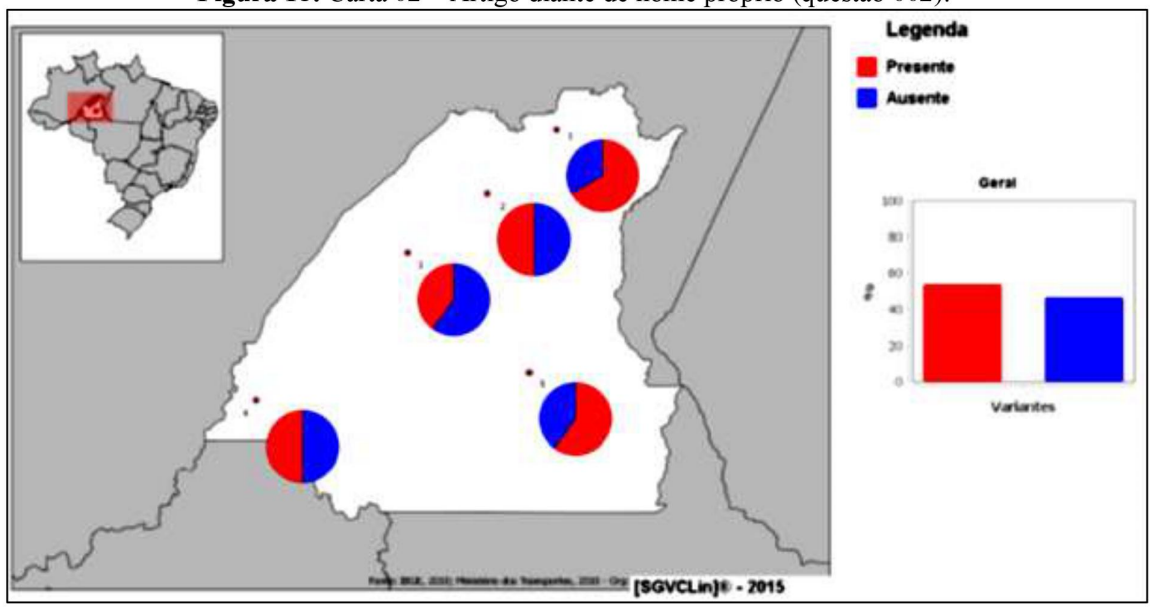
As informações em termos percentuais do AMSIMA mostram que a Região do Rio Madeira, no sul do Estado do Amazonas, tende a não usar o artigo antes de nome próprio de pessoas. Essa informação fica mais clara quando se observam os cartogramas produzidos para as questões 001 e 002 do QMS:

Figura 17: Carta 01 – Artigo diante de nome próprio (questão 001).



Fonte: Tavares (2017, p. 197).

Figura 18: Carta 02 – Artigo diante de nome próprio (questão 002).



Fonte: Tavares (2017, p. 198).

Os cartogramas, como se observa, trazem informações diferentes quanto ao uso do artigo: quando o falante se refere aos filhos e irmãos (figura 17), o índice de ausência de artigo passa dos 80%, chegando a ser categórico nos pontos 2 e 5. Já quando o falante se refere a amigos, vizinhos há uma distribuição mais equilibrada de artigo, com a ausência um pouco maior que a presença. É particularmente difícil dizer a que se deve essa diferença de uso – uma hipótese poderia ser a forma como o questionário foi aplicado –, mas ainda assim,

pode-se dizer que a microrregião do rio Madeira se mostra mais inclinado ao não uso do artigo antes de nome próprio de pessoas.

É lícito ressaltar uma inconsistência entre as informações da Tabela 5 mostrada anteriormente (adaptada da Tabela 1 de Tavares, 2017) e a figura 17. As inconsistências dizem respeito aos pontos 4 (Humaitá) e 5 (Apuí). A Tabela 3 informa que o ponto 4 (Humaitá) apresentou 100% de ausência de artigo e o ponto 5 (Apuí) apresentou 16,7% de presença e 83,3% de ausência. No entanto, o cartograma apresentado na figura 17 essas informações estão trocadas: a ausência total de artigo antes de nome próprio aparece no ponto 5, Apuí. Dessa forma, fica a dúvida quanto às ocorrências nos dois pontos de inquérito.

Outro trabalho que se pode destacar é o *Atlas Morfossintático de Parte da Microrregião do Rio Negro-Solimões* (AMPRINES), no Estado do Amazonas. O referido atlas é fruto da dissertação de mestrado de Medeiros (2018) e assemelha-se ao *Atlas Morfossintático da Microrregião do Madeira* (AMSIMA), visto anteriormente, em termos teóricos e metodológicos. Ambos os atlas foram elaborados em nível de dissertação de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Amazonas, sob a orientação da Profª. Drª. Maria Luiza de Carvalho Cruz Cardoso.

A microrregião do Rio Negro-Solimões é composta por 15 municípios, dentre os quais apenas quatro - Coari, Codajás e Manacapuru (localizados às margens do rio Solimões), e Novo Airão (localizado no Rio Negro) – formam a rede de pontos do AMPRINES. A escolha desses quatro municípios, dentre os quinze, se deu, segundo o autor, considerando os critérios socioeconômicos, históricos, geográficos, culturais e demográficos da microrregião, bem como a localização geográfica de cada um deles.

Os informantes foram selecionados de acordo com os critérios do Altas Linguístico do Amazonas: nascidos e criados no município pesquisado, o que se aplica aos pais e aos cônjuges quando há; não ter se afastado da localidade pesquisada por mais de 1/3 da vida; analfabetos ou com escolaridade até o 5º ano do ensino fundamental; com boa condição de fonação. Os informantes, homens e mulheres, estão distribuídos equitativamente em três faixas etárias, de 18 a 35 anos, de 36 a 55 anos e acima de 56 anos. Foram entrevistadas seis pessoas em cada um dos quatro municípios, totalizando 24 informantes. O instrumento de coleta de dados correspondeu ao Questionário Morfossintático do Projeto ALiB, bem como o registro de discurso livres.

Os resultados percentuais de Medeiros (2018) para o uso do artigo antes de nome próprio mostram leve tendência de não uso do artigo na microrregião do Rio Negro-Solimões, com 54,2% de ausência de artigo e 45,8% de presença. Com estes resultados tão próximos

entre si, não se pode afirmar que na região pesquisada há uma estrutura preferida de uso. A Tabela 6, extraída de Medeiros (2018), traz a frequência de uso/não uso do artigo em cada localidade pesquisada:

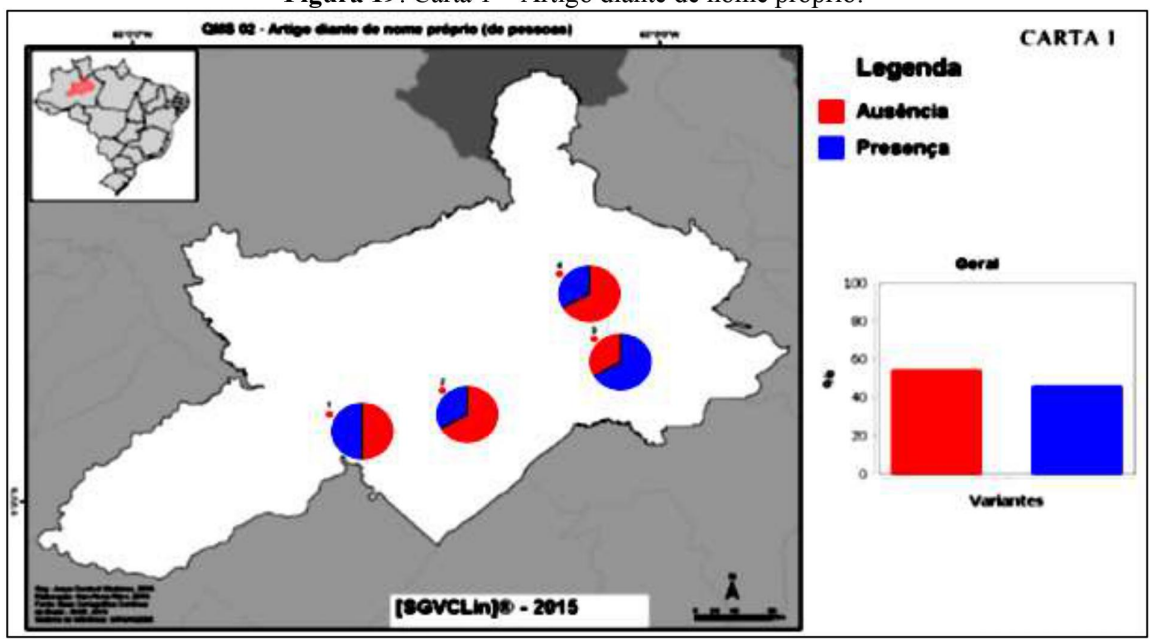
Tabela 6: Uso do artigo diante de nome próprio em Medeiros (2018)

Localidade	Presença	Ausência
Coari	50%	50%
Codajás	33,3%	**66,7%**
Manacapuru	**66,7%**	33,3%
Novo Arião	33,3%	**66,7%**

Fonte: Adaptado de Medeiros (2018, p. 109)

As Figuras 19, 20 e 21 que seguem mostram como esse fenômeno investigado no AMPRINES se comporta nas localidades pesquisadas.

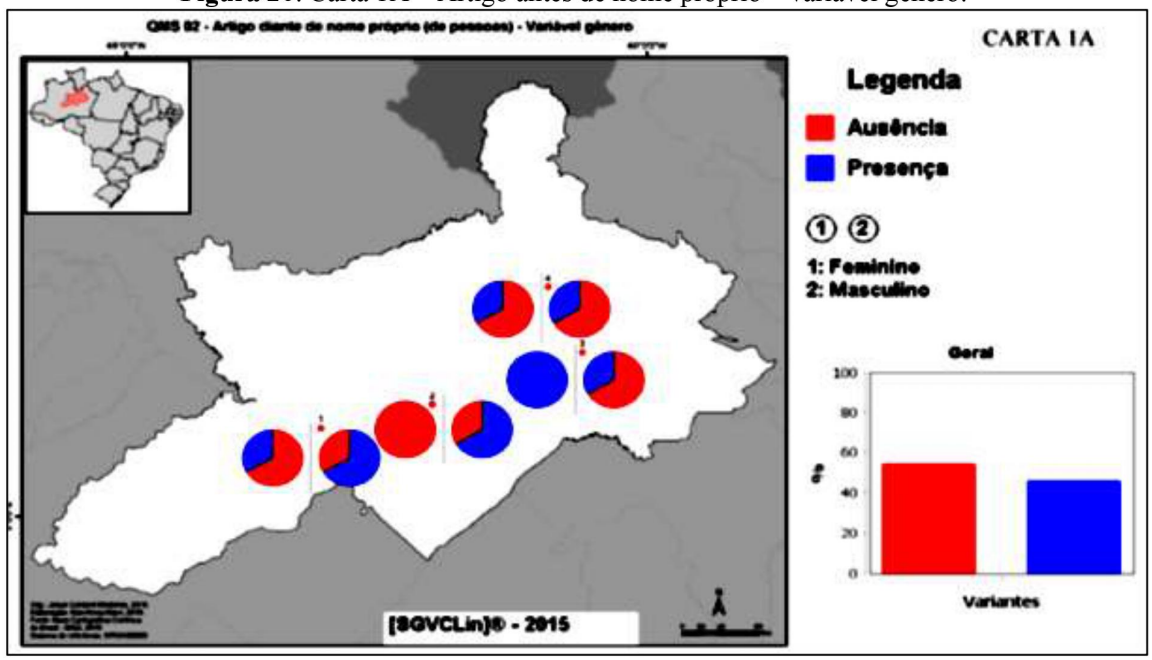
Figura 19: Carta 1 – Artigo diante de nome próprio.



Fonte: Medeiros (2018, p. 243).

O cartograma 1 (Figura 19), que traz as ocorrências gerais, mostra que os pontos 2 e 4, respectivamente Codajás e Novo Arião, apresentam a mesma tendência de não se usar o artigo, tendência esta que se inverte totalmente em Manacapuru, ponto 3, onde se observa o uso do artigo como preferencial. O ponto 1, Coari, mostrou-se exatamente no meio termo, com 50% para cada uma das variantes.

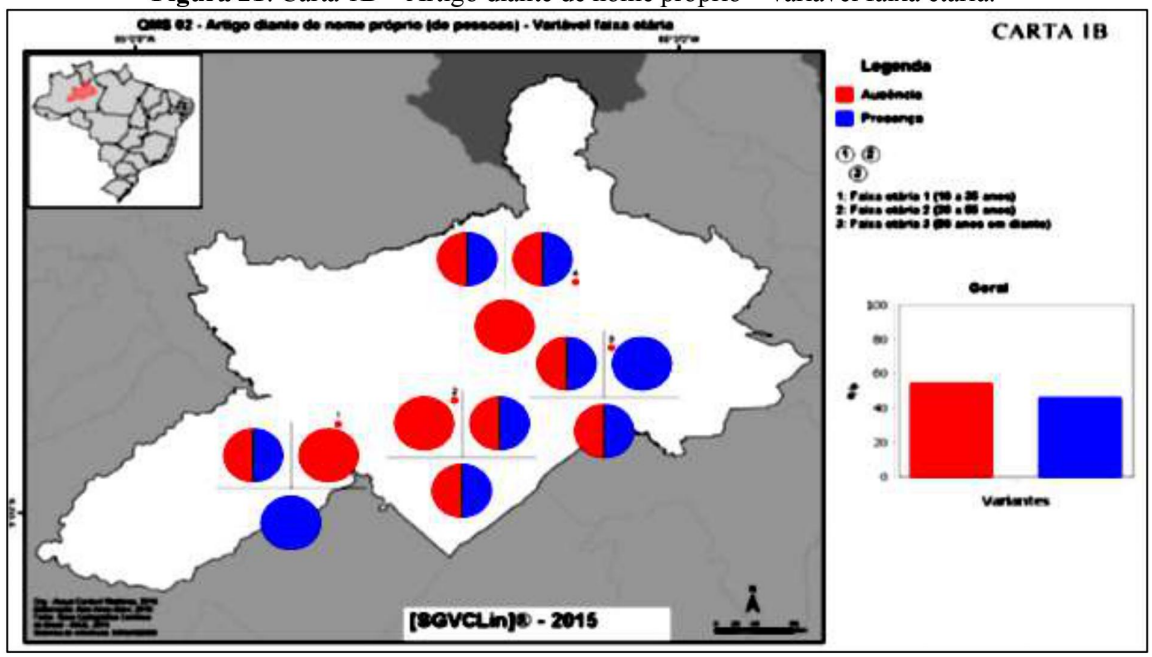
Figura 20: Carta 1A – Artigo antes de nome próprio – variável gênero.



Fonte: Medeiros (2018, p. 244).

O cartograma 1A (Figura 20), que traz os resultados em função do sexo do informante, mostra que as mulheres apresentaram comportamento semelhante nos pontos 1 e 4, e contrário nos pontos 2 e 3. Os homens também apresentaram comportamento semelhantes: nos pontos 1 e 2 a tendência foi de uso do artigo, e nos pontos 3 e 4, de não uso do artigo. No ponto 4, homens e mulheres apresentaram a mesma atuação frente a variável observada, enquanto que no ponto 1, foi o contrário; quando se observa a atuação do fator *sexo* nos pontos 2 e 3, vê-se que eles são totalmente opostos. No aspecto geral, no contexto da microrregião como um todo, não se pode afirmar um ou outro sexo favorece ou desfavorece o uso do artigo antes de nome próprio; a frequência entre homens e mulheres é muito equilibrada, como leve favorecimento ao não uso, sem, no entanto, ficar clara a distribuição geral entre homens e mulheres.

Figura 21: Carta 1B – Artigo diante de nome próprio – variável faixa etária.



Fonte: Medeiros (2018, p. 245).

O cartograma 1B (Figura 21), que mostra o comportamento do fenômeno em relação à faixa etária, também traz resultados que parecem resultar em um equilíbrio quando se considera a microrregião como um todo. A faixa etária 1 tem o mesmo comportamento nos pontos 1, 3 e 4 e ausência categórica no ponto 2; a faixa etária 2 traz o mesmo resultado nos pontos 2 e 4, e contrários para os pontos 1 e 3; já a faixa etária 3, tem o mesmo comportamento nos pontos 2 e 3, e contrários nos pontos 1 e 4. Assim, é difícil dizer, apenas pelo que foi fornecido por Medeiros (2018), qual das faixas etária, mais especificamente, tende a (des)favorecer o uso do artigo na região. O fato é que na distribuição geral das ocorrências a frequência de uso/não uso do artigo antes de nome próprio está bem equilibrada, com leve tendência ao não uso do artigo.

O *Atlas Linguístico dos Sertões Cearenses* (ALSCE) é resultado da tese de doutorado de Lima (2019), defendido na Universidade Federal do Ceará. O objetivo do atlas, segundo a autora, é o de documentar o falar cearense, registrar os dados linguísticos de naturezas lexical e morfossintático, mais especificamente da mesorregião Sertões Cearenses, por meio de um trabalho de cunho geolinguístico cuja principal característica é o de coletar dados e representá-los em cartas linguísticas. A região pesquisada, além de ser a maior mesorregião do Estado do Ceará, ainda é, segundo a autora, um grande polo econômico, político e cultural do Ceará e que recebeu grande fluxo de pessoas e grandes investimentos nas áreas social, cultural e educacional.

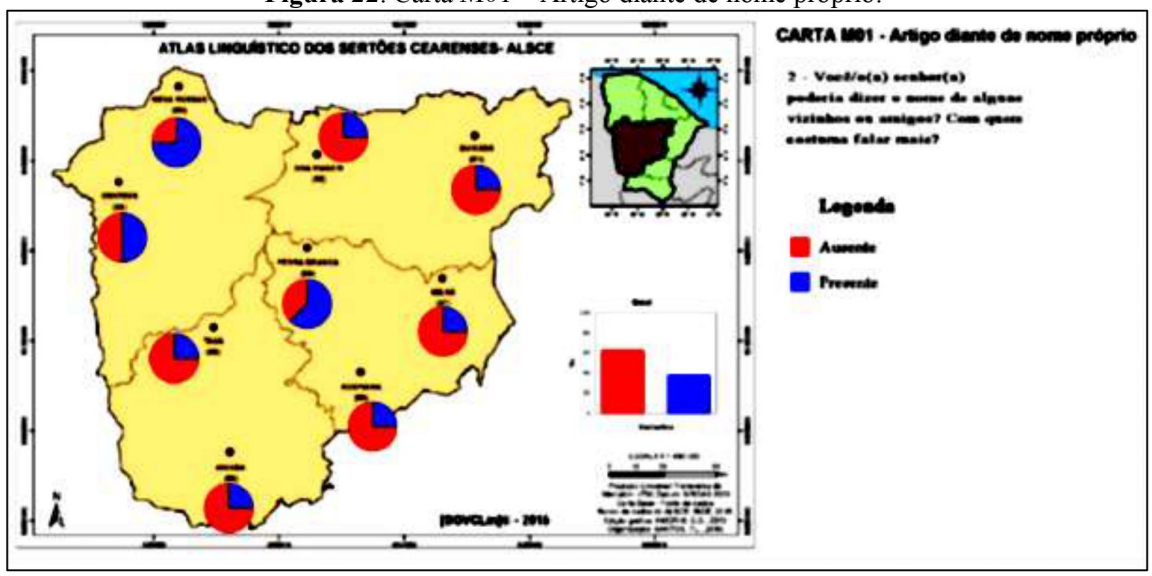
O ALSCE foi desenvolvido tendo por base a metodologia do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, desde a escolha dos pontos de inquérito até a apresentação dos resultados em cartas linguísticas, seguindo os princípios da geolinguística moderna, focando nas dimensões diatópica e diastrática.

A mesorregião dos Sertões Cearenses é formada por 30 municípios, dentre os quais 9 foram escolhidos como ponto de inquérito, a saber: Quixadá, Boa Viagem, Nova Russas, Crateús, Tauá, Aiuaba, Milhã, Acopiara e Pedra Branca. A seleção dos informantes seguiu as orientações do Projeto ALiB, com os devidos ajustes e adaptações[60]; assim, os informantes foram selecionados de acordo com o sexo (masculino, feminino), a faixa etária (de 18 a 30 anos, de 45 a 60 anos), e a escolaridade (até o ensino médio, nível universitário). O total de informantes é de 72, 36 homens e 36 mulheres, distribuídos pela faixa etária e escolaridade consideradas.

O instrumento de coleta de dados corresponde ao questionário do Projeto ALiB, a saber o Questionário Semântico-Lexical, com 202 perguntas, e o Questionário Morfossintático, com 49 perguntas.

Adiante, tem-se a Figura 22 da Carta M01, de Lima (2019), que traz o uso do artigo antes de nome próprio na mesorregião dos Sertões Cearenses.

Figura 22: Carta M01 – Artigo diante de nome próprio.



Fonte: Lima (2019, p. 248).

[60] Os 'ajustes' e 'adaptações' a que se refere diz respeito aos executados pela autora com relação à acomodação dos parâmetros do Projeto ALiB à realidade das localidades pesquisadas.

O cartograma M01 mostra que na Região dos Sertões Cearenses há uma tendência ao não uso do artigo antes de nome de pessoas, tanto em relação aos resultados gerais (aproximadamente 60% de ausência contra 40% de presença), quanto em relação a cada um dos pontos individualmente. Dos nove pontos de inquéritos do ALSCE, seis deles apresentaram ausência majoritária de artigo definido, a saber Quixadá (ponto 1), Boa Viagem (ponto 2), Tauá (ponto 5), Aiuaba (ponto 6), Milhã (ponto 7), e Acopiara (ponto 8). Apenas em Nova Russas (ponto 3) e em Pedra Branca (ponto 9) a presença do artigo foi maior que a ausência; e em Crateús (ponto 4) houve um equilíbrio.

Observa-se, assim, que essa região do Estado do Ceará caracteriza-se por não fazer uso do artigo antes de nome próprio de pessoas, em contraste com a capital, Fortaleza, que apresenta uso majoritário de artigo, conforme se viu no trabalho de Ié (2021) e conforme se verá mais à frente com os dados desta tese.

3.4.3 Síntese dos trabalhos descritos

Esta seção teve como objetivo apresentar alguns trabalhos desenvolvidos em forma de Atlas Linguístico que se propuseram a observar, dentre outros fenômenos, o uso do artigo antes de nome próprio de pessoas. Foram considerados cinco atlas linguísticos, a saber: Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS (2002/2011), Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico – ALTTI (2015), Atlas Morfossintático da Microrregião do Madeira – AMSIMA (2017), Atlas Morfossintático de Parte da Microrregião do Rio Negro-Solimões – AMPRINES (2018), e Atlas Linguístico dos Sertões Cearenses – ALSCE (2019). Com exceção do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil, todos os demais se orientaram, em maior ou menor grau, nos pressupostos metodológicos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, utilizando as perguntas 001 e 002 do Questionário Morfossintático do Projeto ALiB para a observação do fenômeno em questão.

Outro objetivo que se destaca para esta seção é o de apresentar o comportamento do fenômeno que se analisa nesta tese em diferentes áreas do território brasileiro, a fim de se ter uma visão do uso/não uso do artigo.

O Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil mostra que os três estados da Região Sul se caracterizam por fazer uso do artigo antes de nomes próprios de pessoas; o Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico também revelou que a região denominada como "território incaracterístico" por Nascentes (1953) faz uso significativo do artigo com nome de pessoas. O Atlas Morfossintático da Microrregião do Madeira e o Atlas

Morfossintático de Parte da Microrregião do Rio Negro-Solimões, ambos do Estado do Amazonas, apresentam característica teórico-metodológicas semelhantes e ambos mostraram que nessas duas regiões há certo equilíbrio na presença/ausência de artigo, embora haja leve favorecimento a sua ausência. Por fim, o Atlas Linguístico dos Sertões Cearenses também mostrou que a tendência nessa região do Estado do Ceará é a de não se usar artigo antes de nome próprio.

Uma observação com relação a esses trabalhos faz-se necessária: como dito anteriormente, com exceção do ALERS, todos os demais atlas fizeram uso das questões 001 e 002 do QMS do Projeto ALiB. Conforme se verá mais adiante, essas duas perguntas do QMS propiciam a ocorrência daquilo que Lyons (1977) chama de "nominação didática", ou seja, ocorrência em que o nome próprio aparece na função denominativa (FERNÁNDEZ LEBORANS, 1999), função esta que Jonasson (1994) chama de "nominativa". Em contexto de nominação didática, com o nome próprio em função (de)nominativa, o artigo definido não é licenciado, não constituindo, assim, contexto de variação. Logo, uma pergunta como "Você tem filho? Como ele se chama?" pode gerar respostas do tipo: "Sim, *Gabriel*" ou "Sim, ele se chama *Gabriel*" ou "Sim, e o nome dele é *Gabriel*". Nesses contextos, o artigo é bloqueado e, dessa forma, essas ocorrências de nome próprio não podem ser contabilizadas como de "não uso do artigo", uma vez que a inserção do artigo tornaria a frase agramatical: "*Sim, o *Gabriel*"[61], "*Sim, ele se chama o *Gabriel*", "*Sim, e o nome dele é o *Gabriel*". Esses casos constituem, como se verá adiante, um dos contextos de exclusão.

Os casos de ausência de artigo, na observação das perguntas 001 e 002 do QMS, devem ser analisadas com cautela para não se contabilizar ocorrências em que não há variação (os casos de ausência categórica). Em todo caso, fica-se com as informações de uso/não uso de artigo antes de nome próprio trazidas pelos atlas aqui considerados como mais um elemento no mapeamento da variação em diferentes espaços do território brasileiro.

3.5 O PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Empreendimento de grande amplitude e de caráter nacional, o Projeto Atlas Linguístico do Brasil é a realização de um antigo sonho, projetado e compartilhado, inicialmente, por renomados estudiosos que, em meados do século XX, atentaram para a necessidade de se ter uma percepção geolinguística da realidade linguística do português

[61] A resposta "Sim, o Gabriel" é possível e gramatical desde que "Gabriel" não seja resposta direta da pergunta "como ele se chama?". Por exemplo: "como ele se chama?" "Gabriel", "*o Gabriel".

brasileiro. Compartilhou desse anseio o Governo brasileiro que, em 1952, editou o Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952, que instituiu o Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa e incumbiu à Comissão de Filologia a realização de um atlas linguístico do Brasil, conforme dispõe o parágrafo terceiro, do artigo terceiro do referido Decreto:

> § 3º A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa - fonológicas, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas, bibliográficas, históricas, literárias, problemas de texto, de fontes, de autoria, de influências, sendo sua finalidade principal a elaboração do "Atlas Lingüístico do Brasil". (BRASIL, 1952)

Dificuldades de natureza diversa, no entanto, levaram ao adiamento do plano da elaboração de um atlas nacional e enveredou-se pela proposta levantada por eminentes dialetólogos da época, como Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto e Celso Cunha, que, reconhecendo a impossibilidade de naquele momento se produzir um atlas dessa nacional, defenderam a ideia de se iniciar com atlas de cunho regional; o pontapé inicial foi dado por Nelson Rossi com o *Altas Prévio dos Falares Baianos* (ROSSI, 1963).

Passados quase cinquenta anos do Decreto de 1952, a ideia de um atlas linguístico do Brasil foi retomada por ocasião do Seminário *Caminhos e perspectivas para a geolinguística no Brasil*, ocorrido em novembro de 1996, na Universidade Federal da Bahia, do qual participaram importantes pesquisadores brasileiros da área de Dialetologia interessados na questão, bem como a presença do experiente Prof. Dr. Michel Contini, do Centre de Dialectologie de Grenoble, Diretor do *Atlas Linguistique Roman* e membro do Comitê Diretor do *Atlas Linguarum Europae*.

Segundo Cardoso (2010), os motivos pelos quais se fazia necessária a elaboração de um atlas linguístico do Brasil, dentre outras coisas, era a ausência de um projeto que pudesse fazer uma ampla caracterização do português falado no Brasil a partir de dados coletados *in loco*, em todas as regiões do país; de fato, o Projeto ALiB constitui-se na primeira tentativa de descrição do português brasileiro, em nível nacional, tendo como *corpus* a língua falada coletada *in loco*.

Outros projetos de grande importância e relevância para a descrição do PB já haviam sido implementados anos atrás, como o Projeto NURC e o Projeto VARSUL, empreendidos nos anos de 1969 e 1984, respectivamente. O Projeto NURC objetivava a documentação e descrição do português culto falado em cinco capitais brasileiras: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Esta configuração permitiu o estudo e a comparação da fala culta em três regiões do Brasil: Nordeste, Sudeste e Sul. Já o Projeto VARSUL objetivou

a descrição do português falado nos três estados da Região Sul, em que se incluem as capitais de cada estados e mais três cidades do interior. Esses dois projetos são, certamente, muito importantes para a documentação, descrição e análise do português brasileiro falado, mas não se caracterizam como projetos de abrangência nacional e, consequentemente, não dispõem de elementos para uma caracterização geral do PB, nem permitem que se façam comparações entre as diferentes regiões do país, como proporciona o Projeto ALiB.

O Seminário *Caminhos e perspectivas para a geolinguística no Brasil* configurou-se como o nascimento do Projeto ALiB. Nessa ocasião, criou-se, de imediato, o Comitê Nacional que ficaria encarregado de coordenar o Projeto. Quando do nascimento do Projeto ALiB, já se contava com cinco altas linguístico publicados: o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (ROSSI, 1963), o *Esboço para um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (RIBEIRO *et al.*, 1977), o *Atlas Linguístico da Paraíba* (ARAGÃO; BEZERRA DE MENEZES, 1984), *o Atlas Linguístico de Sergipe* (FERREIRA *et al.*, 1987), o *Atlas Linguístico do Paraná* (AGUILERA, 1994), e encontrava-se em andamento o *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul* (ALTENHOFEN; KLASSMAN, 2002) (cf. CARDOSO; MOTA, 2012). Integraram o Comitê Nacional de 1996 os autores dos atlas já publicados e um representante de um atlas em andamento; dessa forma, assim se configurou o Comitê: Suzana Cardoso (UFBA), Jacyra Mota (UFBA), Maria do Socorro Aragão (UFPB/UFC), Vanderci Aguilera (UEL), Mário Roberto Zágari (UFJF) e Walter Koch (UFRGS).

Um momento importante para o desenvolvimento do Projeto ALiB é constituído pelos *Workshops* – denominados WorkALiB. Esses encontros se caracterizam como fundamental e como uma oportunidade para discutir a metodologia do trabalho, avaliar o andamento do Projeto, divulgar e compartilhar os trabalhos realizados pelas equipes regionais, apresentar e discutir o resultado de análises parciais que fazem uso do *corpus* do Projeto, organizar publicação dos volumes do Projeto ALiB e da série *Documentos*, dentre outros objetivos. Desde a criação do Projeto já foram realizadas 14 edições do WorkALiB, sendo o último no ano de 2019, na Universidade Estadual de Londrina, no Paraná.

A seguir, serão apresentados os objetivos do Projeto ALiB e comenta-se a respeito da rede de pontos, dos colaboradores e dos inquéritos linguísticos que forneceram material linguístico para a análise deste trabalho.

3.5.1 Objetivos

Sendo um projeto que se desenvolve no âmbito da variação linguística, fundamentando-se nos pressupostos da Dialetologia e que se vale do método da Geolinguística Pluridimensional contemporânea, analisando dados empíricos sistematicamente coletados *in loco*, o produto final e de maior relevância do Projeto ALiB se dá na produção do Atlas Linguístico do Brasil, que conta com dois volumes publicados e outros em vias de publicação.

Por ter nascido nos fins do século XX, o Projeto ALiB se beneficiou das discussões e dos avanços teóricos da Dialetologia e metodológicos da Geolinguística, permitindo, assim, o estudo não apenas do caráter diatópico dos fenômenos linguísticos, mas contemplando também as dimensões diassexual, diageracional, diastrático, diafásico e diarreferencial (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001; CARDOSO *et al.*, 2014a).

Os objetivos do Projeto ALiB apresentam-se como gerais e específicos; Aragão (2020) assim apresenta os objetivos do Projeto:

> **Objetivos gerais**
>
> - Descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque na identificação das diferenças diatópicas, diastráticas e diageracionais (fônicas, inclusive prosódicas, morfossintáticas, léxico-semânticas), consideradas na perspectiva da Geolinguística pluridimensional;
> - Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (linguistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos e das demais áreas dos estudos linguísticos), aos pesquisadores de áreas afins (História, Antropologia, Sociologia) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto para o 1º e 2º graus, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.
>
> **Objetivos específicos**
>
> - Descrever a realidade linguística do português do Brasil com vistas a identificar fenômenos fonéticos, morfossintáticos, lexicais, semânticos e prosódicos característicos da diferenciação ou definidores da unidade linguística no território nacional;
> - Estabelecer isoglossas, com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas linguísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados;
> - Registrar, com base na análise em tempo aparente, processos de mudança;
> - Identificar fenômenos linguísticos localizados e específicos de áreas com vistas a estudar as suas repercussões no ensino-aprendizagem da língua materna;
> - Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento — história, sociologia, antropologia —, com vistas a fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil;
> - Oferecer aos interessados nos estudos linguísticos um imenso volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o

> campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade linguística, refletindo sobre as variantes que enformam a língua portuguesa no Brasil e, consequentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio da variante culta;
>
> - Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica.
>
> (ARAGÃO, 2020, p. 143-144)

Esta tese relaciona-se intimamente com determinados objetivos do Projeto ALiB e trará contribuições a outros à medida que se propõe a descrever e analisar a variação linguística de um fenômeno de natureza morfossintática específico do PB – o uso do artigo definido antes de nome próprio –, tendo em vista as diferentes dimensões da variação, contribuindo, assim, para um melhor entendimento de um dos fenômenos que caracterizam o PB.

3.5.2 Aspectos Gerais

O Projeto ALiB, conforme já referido, adotou os parâmetros da Geolinguística Pluridimensional contemporânea, afastando-se, dessa forma, dos caminhos da pesquisa dialetológica tradicional e inserindo-se no que Thun (2000) considera como a "nouvelle géolinguistique", em que ao lado da dimensão diatópica da variação outras são consideradas, como a diageracional, diastrática, diassexual, diarreferencial e diafásica. Este fato faz com que o referido Projeto assuma um caráter inovador tanto do ponto de vista diatópico, no que diz respeito à constituição da rede de pontos, quanto na seleção dos colaboradores da pesquisa e dos questionários aplicados.

Outro aspecto inovador do Projeto ALiB é que ele visa a ser, no que diz respeito à apresentação dos dados linguísticos, um atlas de terceira geração, com as informações dos diversos fenômenos linguísticos que se propõe investigar na perspectiva das diferentes dimensões consideradas. Um atlas de terceira geração, além de fornecer informações tradicionais e trazer comentários e estudos interpretativos das cartas linguísticas do fenômeno estudado, oferece consulta online às cartas linguísticas, fazendo com que o consulente não apenas localize o colaborador e a localidade em questão, mas também ouça a voz do participante na produção da ocorrência ali registrada. Os atlas de terceira geração são do tipo informatizado, atlas sonoro.

No que diz respeito às características gerais do Projeto ALiB, considera-se relevante destacar três aspectos metodológicos importantes para uma pesquisa de natureza geolinguística, a saber: a rede de pontos, os colaboradores e o inquérito linguístico aplicado, pois como afirma Cardoso (2010, p. 89) "A pesquisa de cunho dialetal se fundamenta em um tripé básico: a rede de pontos, os informantes e os questionários, cujo estabelecimento se molda sob diferentes perspectivas, orientadas por procedimentos teóricos variados".

3.5.2.1 A rede de pontos

Em uma pesquisa de cunho dialetal, uma das primeiras ações é o estudo para a definição da rede de pontos. Por "rede de pontos" entende-se o conjunto de localidades escolhidas segundo critérios bem definidos onde os inquéritos linguísticos se realizarão. Segundo Ferreira e Cardoso (1994), o estabelecimento da rede de pontos deve ser feito

> [...] em razão de sua situação geográfica, de sua história, das interferências de que têm sido objeto, do tipo de povoamento que nela se processou, da situação econômica atual e passada, da sua relação com as demais áreas a serem pesquisadas (quando for o caso), da sua situação demográfica, enfim, pode ter como base um conjunto de caracteres que a demarcam e a distinguem de outras áreas. (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 24)

O Projeto ALiB conta com uma rede de pontos constituída por 250 localidades distribuídas por todo o território brasileiro. Na seleção das localidades, levou-se em consideração não apenas o interesse linguístico, mas também as características sociais, históricas e culturais das cidades e para tal procedeu-se a um amplo estudo sobre a história, a geografia, a economia, a cultura, a política, o desenvolvimento social das áreas que constituiriam a rede de pontos.

O estabelecimento das 250 localidades como pontos de inquéritos do Projeto ALiB considerou alguns critérios, tais como: (i) os aspectos históricos, econômicos e sociais de cada área, bem como a sua importância no estado e na região; (ii) a natureza do povoamento; (iii) a densidade demográfica de cada área e região, fazendo-se os ajustes necessários em locais de alta e baixa densidade populacional; (iv) áreas dialetais delimitadas em trabalhos anteriores; e (v) os limites interestaduais e internacionais. Diferentemente do que se vinha fazendo em estudos dialetais natureza mais tradicional, não foram levados em consideração critérios como antiguidade e grau de isolamento da localidade em relação aos grandes centros urbanos, o que permitiu a inclusão de cidades de grande e médio porte, bem como as capitais dos estados, das

quais ficaram de fora Palmas, capital do estado de Tocantins, e Brasília-DF, por serem cidades recentes que não atenderiam aos critérios de seleção de informantes (CARDOSO *et al.*, 2013).

Além de serem examinadas as áreas dialetais selecionadas nos atlas regionais já publicados, levou-se em consideração, ainda, a proposta de Nascentes (1958), em suas *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, chegando a um total de 134 pontos coincidentes de um total de 606 pontos levantados por ele.

Observe-se a Figura 23, que mostra a rede de pontos do Projeto ALiB no que diz respeito às capitais:

Figura 23: Rede de Pontos das Capitais do Projeto ALiB.



Fonte: Projeto ALiB

Das 250 localidades que constituem a rede de pontos do Projeto ALiB, 25 representam as capitais e 225 representam as demais cidades do interior dos estados. O estudo empreendido nesta tese apresenta como rede de pontos as 25 capitais brasileiras, conforme mostrado na Figura 23.

3.5.2.2 Os Informantes[62]

Os informantes do Projeto ALiB, pessoas responsáveis por fornecer material linguístico para a constituição do *corpus* da pesquisa, atingem um total de 1.100. Todos eles estão estratificados equitativamente em relação ao sexo (550 colaboradores masculinos e 550 femininos) e à faixa etária, uma mais jovem, de 18 a 30 anos, e uma mais velha, de 50 a 65 anos, o que permite a análise da variação diassexual e diageracional, respectivamente.

Esta estratificação dos informantes da pesquisa geolinguística levada a cabo pelo Projeto ALiB conjuga a dimensão social à diatópica, afastando-se, dessa forma, do perfil tradicional dos estudos dialetais em que os informantes eram predominantemente homens, adultos, rurais, analfabetos e sedentários, a quem Zágari (1998) refere-se por HARAS e Chambers e Trudgill (1994), por NORM (*nonmobile, older, rural males*). No entanto, alguns aspectos que são tidos como padrão em estudos dialetais foram respeitados, a saber: (i) os sujeitos deveriam ser naturais da localidade, (ii) ser, na medida do possível, filhos de pais também naturais da localidade, (iii) não poderiam ter se afastado da localidade por mais de 1/3 de suas vidas, (iv) caso o sujeito tenha se afastado da área pesquisada, esse afastamento não poderia coincidir com os primeiros anos de vida (período de aquisição da linguagem) nem com os anos que antecedem imediatamente ao da realização do inquérito, (v) não exercer profissão que requeira grande mobilidade, como caminhoneiros, militares, motoristas interestaduais.

No que diz respeito à escolaridade, nos 225 pontos de inquérito situados no interior dos estados, foram selecionados, em cada um deles, quatro informantes em que todos tenham cursado até a 8ª série do ensino fundamental (na nomenclatura da época; atualmente, 9º ano do ensino fundamental). Já nas 25 capitais de Estado, foram selecionados oito informantes estratificados também com relação à escolaridade – além dos já citados sexo e faixa etária: nível fundamental e nível universitário de escolaridade.

Essa especificidade aplicada às capitais permite uma análise da dimensão diastrática, além de alinhar o Projeto ALiB nos pressupostos metodológicos da Geolinguística Pluridimensional contemporânea.

Tendo esta tese como rede de pontos as 25 capitais dos estados brasileiros, os sujeitos participantes da pesquisa são, para cada uma das capitais, em número de oito, estratificados

[62] Nesta seção, por se tratar especificamente do Projeto ALiB, mantém-se a denominação de "informante", adotada pelo Projeto, para os participantes da pesquisa. Ressalta-se que, nesta tese, optou-se pelo termo "colaborador", em consonância com os pressupostos da Metodologia Geossociolinguística.

em função do sexo, faixa etária e escolaridade, totalizando 200 informantes. O Quadro 3 mostra a distribuição dos sujeitos da pesquisa:

Quadro 3: Perfil dos informantes da pesquisa

PERFIL DOS INFORMANTES	NÚMERO DE INFORMANTES
Homem, faixa etária I, nível fundamental	25
Homem, faixa etária II, nível fundamental	25
Mulher, faixa etária I, nível fundamental	25
Mulher, faixa etária II, nível fundamental	25
Homem, faixa etária I, nível universitário	25
Homem, faixa etária II, nível universitário	25
Mulher, faixa etária I, nível universitário	25
Mulher, faixa etária II, nível universitário	25
TOTAL DE INFORMANTES	**200**

Fonte: Elaborado pelo autor.

A distribuição equitativa do número de informantes nas 25 capitais brasileiras segundo os três elementos sociais (sexo, faixa etária, escolaridade) permite que os fenômenos que compõem o escopo de investigação do Projeto ALiB sejam analisados sob as dimensões diassexual, diageracional e diastrática, ampliando, assim, o campo de análise.

3.5.2.3 Os questionários: as entrevistas linguísticas

Em pesquisas de natureza geolinguística, tem-se no questionário o instrumento de coleta de dados por natureza. Da aplicação do questionário é possível não apenas controlar a coleta dos dados, mas ainda torná-los comparáveis nos diferentes pontos de inquérito. Esse aspecto do questionário é muito importante quando se empreende a um trabalho de âmbito nacional em um país de dimensões continentais como o Brasil, principalmente quando se atenta para o fato de que o questionário do Projeto ALiB foi aplicado a 250 pontos distribuídos pelo território nacional, por diferentes inquiridores e em diferentes momentos.

O questionário do Projeto ALiB foi cuidadosamente elaborado pela equipe do Comitê Nacional e teve por base os questionários já produzidos dos atlas estaduais e regionais publicados ou em andamento, além dos questionários do *Atlas Linguistique Roman* (ALiR) e do *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza* (ALEPG) (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001). Esses materiais que serviram de base para a elaboração do questionário do Projeto ALiB foram acuradamente estudados e resultaram em uma versão preliminar; esta versão foi aplicada em diferentes partes do país visando à sua eficácia e

pertinência aos diferentes pontos da rede. As versões preliminares do questionário e os inquéritos experimentais foram analisados, discutidos, revistos, reestruturados e reelaborado até se chegar à versão definitiva, *Questionários 2001*, que se aplicou aos 1100 colaboradores, nas 250 localidades.

Os *Questionários 2001* do Projeto ALiB segue a tendência da Geolinguística Pluridimensional contemporânea ao ir além dos registros dos fatos fonético-fonológicos e semântico-lexicais, introduzindo, ainda, fenômenos de natureza morfossintática, além questões de natureza prosódica, pragmática, discursiva e metalinguística. Dessa forma, os *Questionários 2001* constituem-se de três subtipos, a saber: (i) questionário fonético-fonológico – QFF; (ii) questionário semântico-lexical – QSL; e (iii) questionário morfossintático – QMS. A eles acrescentam-se, ainda, questões de prosódia, de pragmáticas, de natureza metalinguística, temas para discurso semidirigido e um texto para leitura. Configura-se, assim, os *Questionários 2001* do Projeto ALiB, instrumento para a coleta de dados que constituem o *corpus* do Projeto, de sete partes, a saber:

(i) Questionário Fonético-Fonológico (QFF), composto por 159 perguntas às quais se juntam 11 questões de prosódia;
(ii) Questionário Semântico-Lexical (QSL), composto por 202 perguntas;
(iii) Questionário Morfossintático (QMS), composto por 49 perguntas;
(iv) Questões de Pragmática, composto por 4 perguntas;
(v) Temas para discurso semidirigido, composto por quatro temas: relato pessoal, comentário, descrição e relato não pessoal;
(vi) Perguntas Metalinguísticas, composto por 4 perguntas; e
(vii) Leitura de Texto: "Parábola dos sete vimes".

Destaca-se, nos *Questionários 2001*, o cuidado assumido pelo Comitê Nacional, responsável pela sua elaboração, no sentido não apenas de uniformizá-lo de modo a ser aplicado em todo o território nacional, mas também no sentido de deixar cada uma das perguntas com uma elaboração/formulação prévia para garantir ao máximo a uniformidade da aplicação e obtenção das respostas, possibilitando, assim, a comparação entres os diferentes pontos. Não obstante a formulação prévia das perguntas, ao inquiridor coube reformular as perguntas sempre que surgisse alguma dificuldade de entendimento por parte do informante colaborador.

As perguntas constantes nos *Questionários 2001* distinguem-se em cada subtipo de questionário em razão dos objetivos de cada um deles. O Questionário Fonético-Fonológico (QFF) volta-se para as observação e registro de variantes fônicas em palavras especialmente selecionadas para tal, de forma a possibilitar a identificação de áreas dialetais, tais como (i) a realização aberta ou fechada das vogais médias pretônicas, (ii) a realização do /s/ em coda silábica, (iii) a (não) palatalização de /t/ e /d/ diante de vogal anterior alta /i/, dentre outros fenômenos. As perguntas abaixo exemplificam os fenômenos citados:

> QFF 004 – TELEVISÃO
> Como se chama aquele aparelho onde se pode ver novela, jogo, programas...?
> QFF 031 – CASCA
> Para comer uma banana, o que é que se tira?
> QFF 056 – DIA
> E depois da noite o que é que vem?
> (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p. 7, 9, 11)

Além das 159 perguntas, acrescentam-se ao QFF mais 11 perguntas voltadas às observações dos aspectos prosódicos/entonacionais da língua, por meio da elaboração de frases interrogativas, afirmativas e imperativas pelos colaboradores.

O Questionário Semântico-Lexical (QSL) apresenta 202 perguntas de cunho onomasiológico que não visam à realização de uma palavra específica, como no QFF, mas à variação no nível lexical e semântico no amplo território nacional, como se exemplifica abaixo:

> QSL 029 – ESTRELA MATUTINA, VÊNUS, ESTRELA DA MANHÃ, ESTRELA-D'ALVA
> De manhã cedo, uma estrela brilha mais e é a última a desaparecer. Como se chama esta estrela?
> QSL 067 – GALINHA-D'ANGOLA, GUINÉ, COCAR
> Como se chama a ave de criação parecida com a galinha, de penas pretas com pintas brancas?
> QSL 157 – ESTILINGUE, SETRA, BADOQUE
> Como se chama um brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha (*mímica*), que os meninos usam para matar passarinho?
> (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p. 23, 27, 34)

As 202 questões do QSL se distribuem por 14 campos semânticos; são eles[63]: acidentes geográficos (06), fenômenos atmosféricos (15), astros e tempo (17), atividades agropastoris (25), fauna (25), corpo humano (32), ciclos da vida (15), convívio e comportamento social (11), religião e crenças (08), jogos e diversões infantis (13), habitação (08), alimentação e cozinha (12), vestuário e acessórios (06), vida urbana (09).

O Questionário Morfossintático (QMS), composto por 49 perguntas, visa à observação de fenômenos linguísticos variados no nível morfológico e sintático do português brasileiro, como o uso dos pronomes *nós* e *a gente* e de *tu* e *você*, o gênero de algumas palavras, bem como o uso do artigo antes de nome próprio, objeto de estudo desta tese, como se exemplifica adiante:

> QMS 026 – NÓS / A GENTE
> O que vocês fazem no fim-de-semana?
> QMS 024 – TU/VOCÊ sujeito
> Quando se vê um amigo com uma mala e se quer saber pra onde ele vai, como é que se pergunta?
> QMS 004 – CAL
> Você / o(a) senhor(a) conhece cal? E como é? Como se faz para caiar uma casa?
> QMS 001 – ARTIGO DIANTE DE NOME PRÓPRIO
> Tem filhos/irmãos? Como se chamam? O que eles fazem?
> (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p. 39, 41)

Além dos três subtipos de questionários apresentados acima, fazem parte dos *Questionários 2001* do Projeto ALiB: (i) quatro Questões de Pragmática que objetivam à observação de diferentes formas de tratamento entre falantes de diferentes faixas etárias; (ii) Temas para Discursos Semidirigidos, em que o colaborador da pesquisa é direcionado a discorrer sobre temas específicos, solicitando que ele fale sobre um acontecimento marcante em sua vida (relato pessoal), comente sobre um programa de televisão de que goste (comentário), descreva e fale sobre sua atividade profissional (descrição), e relate um fato ocorrido com terceiros (relato não pessoal); o uso dos temas para discurso semidirigido objetiva registrar a fala mais espontânea dos participantes como forma de contornar o chamado "paradoxo do observador" (LABOV, 2008), bem como possibilita a análise da dimensão diafásica, já que é possível confrontar as ocorrências de determinado fenômeno obtidas nos relatos espontâneos com as obtidas nas respostas aos questionários; (iii) seis

[63] Os números entre parênteses correspondem à quantidade de perguntas do referido campo semântico.

Perguntas Metalinguísticas que permitem o estudo da consciência e atitude linguísticas dos falantes enquanto usuários da língua sobre os diferentes modos de falar considerando o tempo e o espaço, possibilitando, assim, analisar a língua na perspectiva da dimensão diarreferencial; e por fim (iv) Texto para Leitura, em que o informante é solicitado a ler em voz alta o texto "Parábola dos sete vimes", possibilitando o registro de um estilo mais tenso, bem como o trabalho com a dimensão diafásica; registra-se que esta parte final do questionário é relativamente difícil de ser aplicado, visto que muitos dos entrevistados, por diversas razões, não leem o texto.

4 METODOGIA

Nesta seção, apresentam-se o percurso e os procedimentos metodológicos da Geossociolinguística adotados nesta pesquisa, bem como as diferentes etapas necessárias à execução do trabalho. Especifica-se o *corpus* da pesquisa, de onde provém a amostra utilizada na análise, o tratamento dispensado aos dados linguísticos e os procedimentos e critérios adotados para a classificação e análise dos dados, destacando as variáveis controladas, bem como o contexto de restrição e exclusão dos dados. Apresenta-se, ainda, a proposta de cartografia dos dados.

4.1 O *CORPUS* DA PESQUISA

As entrevistas do Projeto ALiB, fruto da aplicação do questionário *in loco*, têm uma duração média de três horas e meia e se constituem o *corpus* de pesquisa da presente tese. Assim, nesta pesquisa trabalha-se com a amostra dos dados de fala das cinco regiões do Brasil e das 25 capitais que integram a rede de pontos do referido projeto.

Os *Questionários 2001* apresentam duas perguntas específicas para a observação do artigo definido antes de nome próprio, a saber as perguntas 001 e 002 do Questionário Morfossintático, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 4: Perguntas para observação do artigo antes de nome próprio no QMS

Pergunta 001 QMS	Tem filhos/irmãos? Como se chamam? O que eles fazem?
Pergunta 002 QMS	Poderia dizer o nome de alguns amigos, vizinhos? Com quem costuma falar mais?

Fonte: Comitê Nacional do Projeto ALiB (2001, p. 39)

Destaca-se que na análise levada a cabo nesta tese, a observação do fenômeno não se restringiu a essas duas perguntas, mas se valeu de toda a entrevista linguística, que compreende os três subtipos de questionários, os temas para discurso semidirigido e as questões de natureza prosódica, pragmática, metalinguística; ou seja, observou-se todo o inquérito para dele extrair todas as ocorrências de nomes próprios de pessoas. A amostra analisada nesta tese é, portanto, constituída de 200 entrevistas, sendo oito em cada uma das 25 capitais.

4.2 VARIÁVEL DEPENDENTE E VARIÁVEIS INDEPENDENTES

4.2.1 A variável dependente

A variável dependente desta pesquisa apresenta caráter binário e consiste na presença ou na ausência de artigo definido antes de nome próprio de pessoas, conforme se exemplifica a seguir, em que (44) e (45) mostram o uso do artigo, e (46) e (47) ilustram o não uso do artigo:

(44) INF. Bom das que eu falei tanto ***a Selma*** quanto ***a Lari*** elas são psicólogas todas duas são psicólogas; ***a Selma*** é professora da Universidade tá trabalhando atualmente em Altamira... e ***a Larissa*** ela:: ela tá como selecionadora numa:: numa consultoria de recursos humanos.
(Belém-PA, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(45) INF.- A mais velha é ***a Cristiane***, mas nós chamamo de Ane, ela trabalha num... numa firma de... de... imobiliária. A do meio é ***a Tânia Mara***, a gente chama ela de Tânia, é proprietária de uma auto escola e... a mais nova das menina é ***a Jose***... chamam de Josi... quer dizer, Joselene né, nós chamamo de Jose e também é sócia da auto escola.
(Porto velho-RO, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(46) INQ. E aí me fale um pouquinho deles. Quem é que foi mais perigoso quando era pequeno? Quem era mais traquino?
INF. Quem era mais traquino era ***Rosângela***. ***Ricardo*** é mais velho, tem vinte e nove ano. ***Rosângela*** tem vinte e oito. E a Rose tem vinte e três. Aí, a Rosângela é que era bem levada, sabe?
(Recife-PE, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(47) INF. Foi muito menino, me deixou tudo doida; (inint) um monte de menino e um pedia: "Eu quero aquilo, eu quero aquilo, eu quero aquilo." e ***Lenilde*** me ajudou também.
INQ. E aí foi, não é?
INF. É.
INQ. E aí a Brenda gostou?
INF. ***Brenda*** gostou sim. Quem gostô mais foi a Rafaela, porque entende mais.
(Aracaju-SE, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

4.2.2 As variáveis independentes

Nesta pesquisa, é controlado um conjunto de fatores sociais, geográficos e linguísticos, denominado *variáveis independentes* ou *grupos de fatores condicionantes*, que atuam no condicionamento da variação geossociolinguística do uso do artigo definido diante de nomes próprios.

Grande parte dos grupos de fatores considerados nesta pesquisa – principalmente os de natureza linguística – foram aditados tendo como base alguns estudos sobre o fenômeno aqui investigado que foram desenvolvidos sob o viés da Sociolinguística Variacionista, conforme se viu na seção 3.4 e se sistematizou no Quadro 2. A observação desses estudos auxiliou na seleção das variáveis independentes que ora se apresenta.

4.2.2.1 Variáveis extralinguísticas

As variáveis externas ao sistema linguístico constituem-se de um conjunto de fatores inerentes ao indivíduo (sexo, faixa etária, etnia), à esfera social (escolaridade, renda, profissão, classe social), ao contexto (grau formalidade, estilo), à localidade (cidade, região). Esses fatores exercem influência, em maior ou menor grau, nos fenômenos linguísticos, que se mostram sensíveis a eles. Os condicionadores sociais considerados para esta pesquisa são os que ora se apresentam.

4.2.2.1.1 Região

Um dos principais aspectos a ser observado em um estudo geossociolinguístico diz respeito à variação espacial, é a análise do fenômeno na perspectiva diatópica. Muitos fenômenos linguísticos, altamente produtivos em todo o território nacional, são melhor compreendidos quando a análise de tal fenômeno considera a dimensão espacial da variação. Dessa forma, a região em que vive o falante pode dizer muito sobre os fenômenos variáveis do PB de modo geral e sobre a variação do artigo antes de nome próprio de modo particular, haja vista este fenômeno se mostrar como um marcador dialetal.

O presente estudo abrange todas as cinco regiões brasileiras, sendo este grupo de fator constituído de cinco fatores, a saber:

- Região Norte;
- Região Nordeste;
- Região Sudeste;
- Região Sul;
- Região Centro-Oeste.

4.2.2.1.2 Capital

Esta tese abrange 25 capitais brasileiras (excetuando-se Palmas, no Estado do Tocantins, e a Capital Federal Brasília, no Estado de Goiás) que se distribuem pelas cinco regiões do País. *Capital* constitui-se, portanto, em um outro lado da dimensão diatópica adotada nesta tese. A importância de se controlar este grupo de fatores, ao lado do grupo *Região*, se dá pelo fato de algumas cidades se comportarem de modo distintos em uma mesma região. Assim, este grupo de fatores fica assim compreendido:

- **Região Norte**: Macapá (AP), Boa Vista (RO), Manaus (AM), Belém (PA), Rio Branco (AC), Porto Velho (RR).
- **Região Nordeste**: São Luís (MA), Teresina (PI), Fortaleza (CE), Natal (RN), João Pessoa (PB), Recife (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE), Salvador (BA).
- **Região Sudeste**: Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ).
- **Região Sul**: Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS).
- **Região Centro-Oeste**: Cuiabá (MT), Campo Grande (MS), Goiânia (GO).

4.2.2.1.3 Tempo de fundação da Capital

Este grupo de fator é constituído de dois fatores: *Capital de fundação mais antiga* (séc. XVI-XVII) e *Capital de fundação mais recente* (séc. XVIII-XX). O controle dessa variável independente encontra respaldo em uma hipótese de Callou e Silva (1997), que observaram o uso do artigo definido em dois contextos específicos, antes de nomes próprios e antes de possessivos. Segundo as autoras, quanto mais antiga é a colonização da cidade, menor é a frequência de uso do artigo. Este fato estaria, segundo as autoras, ligado ao

conservadorismo linguístico do português brasileiro: onde há maior conservadorismo linguístico – representado pela colonização mais antiga da cidade –, há menos uso do artigo.

Dessa forma, optou-se por considerar a data de fundação de cada uma das 25 capitais a fim de analisar a ocorrência de uso do artigo, considerando o aspecto mais antigo ou mais recente de fundação da capital e, assim, testar a hipótese de Callou e Silva (1997) no sentido de observar se cidades cuja fundação é mais antiga apresentam menor uso do artigo em relação às demais, consideradas mais recentes.

Assim, a variável independente *Tempo de fundação da Capital* fica constituída da seguinte forma:

- **Capital de fundação mais antiga (séc. XVI-XVII)**: Manaus, Belém, São Luís, Natal, João Pessoa, Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Florianópolis, Curitiba.
- **Capital de fundação mais recente (séc. XVIII-XX)**: Rio Branco, Macapá, Porto Velho, Boa Vista, Teresina, Fortaleza, Maceió, Aracajú, Belo Horizonte, Goiânia, Cuiabá, Campo Grande, Porto Alegre.

4.2.2.1.4 Sexo

É sabido que homens e mulheres apresentam muitas e significativas diferenças em suas falas. Estudos variacionistas que controlam o sexo dos colaboradores evidenciam que as mulheres tendem a usar menos as formas consideradas não padrão do que os homens, ou seja, as formas linguísticas que gozam de maior prestígio social e que estão mais próximas do padrão linguístico da comunidade são mais frequentes na fala das mulheres do que na dos homens.

O fenômeno em estudo nesta tese, no entanto, não apresenta a polarização "forma padrão *versus* forma não padrão", "prestígio *versus* estigma", de modo que não se pode afirmar de antemão que as mulheres farão maior ou menor uso do artigo definido antes de nome próprio em razão de uma ou outra opção ser mais valorizada socialmente que outra, pois, como apontam Callou e Silva (1997), este fenômeno não é estigmatizado nem valorizado socialmente. O que se hipotetiza, nestas circunstâncias, é que as mulheres tenderão a seguir a norma linguística da comunidade em questão.

Labov (1990, p. 215), considerando o chamado *change from below* (mudança vinda de baixo) diz que as mulheres são mais frequentemente as inovadoras em comparação com os

homens da mesma comunidade quando se trata de fenômenos que não carregam estigmas sociais; ou seja, em fenômenos linguísticos, como o que se analisa nesta tese, que não sofrem pressão/avaliação social explícita as mulheres tendem a ser favorecedoras da variante com artigo tida como a inovadora.

Dessa forma, lança-se a hipótese de que as mulheres farão mais uso do artigo antes de nome próprio do que os homens. Os exemplos (48) e (49), a seguir, exemplificam, respectivamente, falas de uma mulher e de um homem:

(48) INF. Ontem eu fui na escola do meu filho, na, na d***o Jeferson*** e sete horas da manhã né, pegar o boletim dele; aí nove horas eu fui no colégio do meu, do outro meu filho, d***o Felipe***, que ele ia apresentar uma peça teatral que ele faz; aí dez horas eu vim pro colégio.
(Rio Branco-AC, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(49) INF. É... vô começá pelo depois de mim, né. ***Adriana***, ela acabô direito, aí por enquanto ela tá trabalhando lá em Brasília junto com o marido. E ***Gilda***, ela trabalha aqui no comércio, na bêcêpê (=BCP) e acabô Serviço Social; e ***Rafael***, meu irmão, ele tra... ele acabô economia e biblioteconomia, mas por enquanto está estudando pra concurso, só; e é daqui de Natal.
(Natal-RN, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

4.2.2.1.5 Faixa etária

A idade do colaborador é outro fator contemplado em estudos geossociolinguísticos, além de compor juntamente ao sexo e à escolaridade o mecanismo de estratificação dos participantes da pesquisa. Em muitos trabalhos variacionistas, sobre os mais diversos fenômenos, a faixa etária mostra-se como um condicionamento importante à aplicação da regra variável. Nesta pesquisa, procura-se, também, analisar como e de que forma a faixa etária dos participantes influencia no fenômeno uso/não uso de artigo antes de nome próprio. Os participantes da pesquisa estão distribuídos equitativamente em duas faixas etária, a saber:

- **Faixa etária I:** de 18 a 30 anos;

(50) INF. ***A Eliângela Sarmento da Silva*** só estuda. ***Elizângela Sarmento da Silva***, ela é professora numa creche. ***Rosângela***, ela trabalha numa... pessoal mexendo com uma gente jovem.
(Boa Vista-RR, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

- **Faixa etária II:** de 50 a 65 anos.

(51) INF. O que eles fazem? ***O Aristocles*** trabalha com máquinas, equipamentos e também trabalha com terraplanagem. ***O Aristógenes*** trabalha com irrigação, planejamento de irrigação. ***O Arístocles*** é advogado, é advogado de ofício, trabalha com um juiz no interior. ***O Aristágoras***, ele é piscicultor, trabalha com peixe; trabalhou também muito tempo com uns esquadria de alumínio, e os peixe era de hobby, agora só com peixe mesmo. ***O Aristênio*** trabalha com celulares; ele vende celular na casa do celular.
(Fortaleza-CE, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

A partir dessas duas faixas etárias, postula-se a hipótese de que a geração mais nova fará mais uso do artigo que a geração mais velha, tendo em vista os resultados a que chegaram alguns trabalhos que, sob o enfoque variacionista, também analisaram o fenômeno.

4.2.2.1.6 Escolaridade

É sabido que a escola exerce uma força centrípeta no sentido de preservar e reforçar o uso das formas consideradas de prestígio; é sabido, ainda, que a escola provoca expressiva mudança nas formas de falar e de escrever do indivíduo, de modo que já se tornou lugar comum dizer que as pessoas com mais escolaridade fazem mais uso das formas consideradas padrão e/ou prestigiadas socialmente do que pessoas com menos escolaridade. Este fato pode parecer claro quando se está em observação e análise fenômenos do português brasileiros que sofrem mais explicitamente avaliação social por parte dos falantes, com variedades que gozam de pouco ou nenhum prestígio social frente às formas mais prestigiadas. Isso já não é tão evidente quando o fenômeno estudado – como o que se analisa nesta tese – constitui-se de formas que se pode considerar neutras, aparentemente não valorizadas nem estigmatizadas socialmente.

Mesmo não sendo o uso do artigo antes de nome de pessoas tópico explícito de ensino, as gramáticas normativas fazem brevíssimas considerações a respeito, no sentido de não se usar o artigo definido nesse contexto, a menos que haja relação de intimidade/familiaridade

entre as pessoas envolvidas. Na escrita mais monitorada, como a jornalística, é possível observar mais claramente a recomendação de não uso do artigo.

Apesar da aparente indiferença do fenômeno aqui analisado no que diz respeito ao prestígio/estigma social das formas variantes, a variável *escolaridade* foi controlada, dentre outras coisas, por ela fazer parte do controle de estratificação dos colaboradores da pesquisa, bem como para que se possa observar se a escolarização exerce alguma influência, significativa ou não, no uso das formas variantes. Silva (1996b) já havia observado um aumento no uso do artigo proporcional ao aumento da escolaridade, principalmente a partir do segundo grau; outros trabalhos que controlaram essa variável também chegaram a esses resultados, como Amaral (2003), para a cidade de Paracatu.

Neste trabalho, são focalizados dois níveis de escolaridade, o nível fundamental e o nível universitário que, como já se viu, fazem parte dos aspectos metodológicos do Projeto ALiB para estratificação dos informantes nas capitais de Estados. Dessa forma, esta variável independente fica assim constituída:

- **Nível Fundamental**

(52) INF. ***A Kelly*** estuda, e ***o Kleiton*** também; só... é que minha irmã de vez em quando ela vai trabalhá lá na dotora com minha mãe.
(Porto Velho-RO, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(53) INF. Só que a de ***Brenda*** ia ser na segunda, aí eu fiz no sábado, porque era melhor no sábado.
(Aracaju-SE, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

- **Nível Universitário**

(54) INF. Bom das que eu falei tanto ***a Selma*** quanto ***a Lari*** elas são psicólogas todas duas são psicólogas. ***A Selma*** é professora da Universidade tá trabalhando atualmente em Altamira... e ***a Larissa***, ela ela tá: como selecionadora numa... numa consultoria de recursos humanos.
(Belém-PA, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(55) INF. ***Paulo Roberto*** é arquiteto, professor da universidade e tem escritório, projeta alguns edifícios e áreas. O segundo, ***Márcio***, tem uma metalúrgica, é formado em administração e tem uma metalúrgica, confecciona portões, grades, coisas de alumínio, de aço inox e ferro. E o terceiro é musico, formado em música, e ...tem um estúdio de gravações.

(João Pessoa-PB, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

4.2.2.1.7 Intimidade do falante em relação à pessoa mencionada

A intimidade e/ou familiaridade entre as pessoas parece ser relevante para condicionar o uso do artigo antes de nomes próprios; este é, aliás, o condicionamento apresentado pelas gramáticas tradicionais para justificar o uso do artigo nesse contexto, já que elas defendem, em geral, o não uso do artigo definido antes de nomes próprios de pessoas: "Os nomes próprios de pessoas não levam artigo (...) Na linguagem de intimidade (...) antepõe-se com frequência o artigo a nomes de pessoas conhecidas daqueles com quem conversamos" (SAID ALI, 1964, p. 186); "Na linguagem popular e no trato familiar é muito frequente no Brasil (...) a anteposição do artigo definido a nomes de batismos de pessoas, o que lhes dá, como dissemos, um tom de afetividade ou familiaridade" (CUNHA; CINTRA, 2013, 239).

As perguntas 001 e 002 do Questionário Morfossintático não deixam dúvidas quanto à intimidade e à familiaridade existentes entre o falante e a pessoa mencionada por ele, visto que se pede para o colaborador falar sobre irmãos, filhos, vizinhos, amigos, colegas... Todas essas pessoas são tidas como próximas ao falante, que têm com ele um relacionamento mais estreito no dia a dia. Nesses termos, se o fator em questão for de fato relevante, espera-se um maior uso do artigo nesse contexto.

A análise empreendida nesta tese, no entanto, vai para além das duas perguntas do Questionário Morfossintático e, como já explicitado, abrange todo o inquérito linguístico, entre questionários e discurso semidirigido, o que faz com que se observe melhor a variável "intimidade do falante em relação à pessoa mencionada". Silva (1996a) observou a familiaridade com que o referente era tratado pelo falante: se pelo nome de batismo, se pelo apelido, se pelo nome de família, se pelo nome de batismo e de família, se havia presença de títulos. Segundo a autora, entidades tratadas pelo apelido ou nome de batismo (o prenome) denotariam maior intimidade.

Em seu estudo, Amaral (2003) controlou essa variável, observando se o referente do nome próprio era uma pessoa do meio social do falante (amigos, parentes, vizinhos), se era

alguma personalidade famosa e com prestígio na região do falante (políticos, artistas, pessoas com bom reconhecimento local), ou se era personalidade famosa nacionalmente.

A proposta de Amaral (2003) para esta variável foi parcialmente adotada nesta tese, e esse grupo contou com quatro fatores: (i) familiares, quando o colaborador faz referência a pessoas da própria família, evidente quando se faz a pergunta 001 do QMS; (ii) pessoa da rede de relacionamento do colaborador, quando a referência é feita a amigos, vizinhos, colegas de trabalho etc, evidente quando se faz a pergunta 002 do QMS; (ii) pessoa pública da região do falante; e (iii) pessoa pública e conhecida nacionalmente.

Há ocorrências, no entanto, em que o colaborador faz referência à personagens de telenovelas, filmes e livros, sobre as quais não se pode estabelecer uma relação de maior ou menor intimidade, não se enquadrando, assim, em nenhuma categoria preestabelecida. Essas ocorrências não foram consideradas neste grupo de fatores. Assim, esta variável independente fica assim constituída:

- **Familiares**

(56) INF. A minha mais velha é ***a Carla***, né; tem o sigundo que é ***o João Vítor*** e o tercero, ***Luís Filipe***.
(Macapá-AP, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(57) INF. Então... não. ***O Lucas*** é uma criança que tem sete anos; é meu filho, loirinho, branquinho. Mas em que aspecto você quer que eu diga como que é ***o Lucas***?
(Boa Vista-RR, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

- **Pessoa da rede de relacionamento do falante**

(58) INQ. O senhor poderia dizer o nome de algum vizinho seu ou amigo com que o senhor costuma falar mais?
INF. Mais?
INQ. É, o senhor costuma conversar mais?
INF. Que eu converso mais aqui, amigo que eu sempre encontro converso muito com ele, ***o Casimiro***.
(Campo Grande-MS, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(59) INQ. E onde você mora, você tem muitos amigos?
INF. Poucos.
INQ. Cê pode dizer o nome de alguns deles?
INF. Eu só tenho duas mesmos, duas: ***a Verônica*** e ***a Marcela***, que moram perto da minha casa.
(Rio de Janeiro-RJ, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

- **Pessoa pública e conhecida da região do falante**

(60) INQ. Lá, nós trabalhava lá. Lá na... na, no prédio da União, poque era lá, era só pré-escolá. Mas quando ***Roseana*** terminô com o pré-escolá, aí botô só po Município e terminô o do Estado. Aí, passô a, lotô a gente aqui, no Anjo da Guarda.
(São Luís-MA, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(61) INQ. São duas cidades separadas não são? Como é que chama a pessoa que aqui…
INF. Nosso prefeito?
INQ. Isso quem que se elegeu?
INF. ***Roberto França***.
(Cuiabá-MT, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

- **Pessoa pública e conhecida nacionalmente**

(62) INF. Eu tive o prazer, a oportunidade de ter uma experiência única de participar do programa d***o Sílvio Santos***, Show do milhão. Eu fui convidada pelo (inint) pra sê universitária. E foi uma experiência ímpar. De gra... gratuita de ser patrocinado pelo nosso querido Sílvio Santos. E lá, de fato, é... eu conheci o Sistema Brasilêro de Televisão, conheci alguns artistas, vi... eu tive a oportunidade de vê a cultura da publicidade, como é diferente; questão de grupo; como eles, realmente eles se destacam e entender... ***O Sílvio Santos*** de fato é muito simpático, mas ele é bem mais baixo do que aparenta a televisão.
(Teresina-PI, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(63) INF. Olha, a gente com cinquenta e cinco anos, tantas emoções, como se diz ***Roberto Carlos***.
(Vitória-ES, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

4.2.2.2 Variáveis linguísticas

Em um estudo geossociolinguístico, tão importante quanto os aspectos diatópico e diastrático da variação – as forças externas à língua que atuam sobre o fenômeno linguístico variável – são os aspectos linguísticos/estruturais, internos ao sistema da língua, que permite observar o(s) ambiente(s) que favorece(m) ou não a realização das formas variantes da variável dependente. A interrelação dos fatores espaciais, sociais e linguísticos permitem compreender o fenômeno linguístico de modo mais completo e abrangente.

As variáveis linguísticas consideradas neste estudo foram estabelecidas com base em diversos trabalhos que abordaram o fenômeno aqui investigado. Dessa forma, foram selecionados os grupos de fatores linguísticos que se mostraram relevantes ou não ao uso do artigo definido antes de nomes próprios de pessoas, a fim de se testar o maior número de hipóteses linguística possíveis e, assim, ter-se o um mapeamento linguístico o mais abrangente possível, chegando-se a um número de 12 grupo de fatores estruturais apresentados a seguir.

4.2.2.2.1 Gênero textual

Sabe-se que a variação linguística se dá, ainda, em razão do gênero textual no qual os usos linguísticos se realizam. Nos inquéritos do Projeto ALiB, pode-se fazer pelo menos duas distinções em termos de gênero textual: o gênero questionário e o gênero relato, em que este pode ser pessoal ou não pessoal. Todos os colaboradores da pesquisa estão sujeitos a estes dois gêneros nos inquéritos linguísticos, no qual podem-se fazer comparações das ocorrências entre um e outro gênero. Esta tese analisa as ocorrências nestes dois gêneros e os compara.

Esta variável está ligada à noção de estilos de fala, visto que se pode diferenciar com clareza o estilo "resposta a questionário" do "discurso semidirigido". Segundo Labov (2008), o estilo corresponde à atenção que o falante presta à sua fala; o nível de formalidade é proporcional ao nível de atenção que o falante dispensará à sua fala. Uma metodologia de coleta de dados, como a da Geossociolinguística, que consiste em ida a campo para a realização de entrevistas, inevitavelmente incorre na problemática de o falante, até certo ponto, dispensar mais atenção a seu modo de falar, surgindo, assim, o que Labov (2008) chamou de Paradoxo do Observador.

Como forma de driblar o paradoxo do observador, e assim capturar a fala mais natural e distensa do colaborador da pesquisa, a metodologia geossociolinguística – como a do

Projeto ALiB – conta com os Temas para Discurso Semidirigido. Nele, o participante da pesquisa é levado a falar sobre algum acontecimento marcante em sua vida (relato pessoal), a fazer um comentário sobre seus programas favoritos (comentário), a falar sobre o seu trabalho (descrição), e a relatar algum acontecimento que tenha acontecido com algum amigo, conhecido etc. (relato não pessoal). Nos Temas para Discurso Semidirigido, o colaborador discorre livremente sobre esses aspectos, o que possibilita o registro da fala espontânea, uma vez que o colaborador foca na história relatada.

Esses diferentes gêneros proporcionam a análise da variação diagenérica[64], em que de um lado tem-se a resposta a questionários e de outro o discurso livro do participante[65]. Assim, na análise do fenômeno aqui estudado, controla-se a dimensão diagenérica, que se constitui de dois fatores, como mostrado abaixo com suas respectivas exemplificações:

- **Gênero Questionário**

(64) INQ. Aqui, assim, na rua... as suas vizinhas, as suas amigas, com quem a senhora costuma falar mais, gosta mais, conversa mais?
INF. Aqui eu converso direto com todos os vizinhos iguais.
INQ. E como é o nome desses vizinhos daqui?
INF. Tem ***a Nivana***, tem ***a Rosa***, tem ***a Kelma***, tem ***a dona Valda***. Tem essa menina que apareceu aqui, ***a Cristina***; a irmã dela, ***a Cristiane***. Tem ***a dona Cilda***, tem ***a dona Nilda***. Tem ***a dona Marieta***. Tem ***a dona Fátima***, tem ***a dona Maria***, tem a outra ***Fátima*** dali do sobrado... tem muita gente.
(Maceió-AL, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(65) INQ. Quer dizer o nome de algumas e falar o que elas fazem?
INF. Tenho ***a Lívia*** que é psicóloga, ***Tatiana*** que é advogada, ***a Emile*** que é psicóloga, e... tem gente, mas assim a maioria com terceiro grau.
(Manaus-AM, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

[64] "Diagenérico", aqui, é entendido como a variação em função do gênero textual considerado, e não em razão do "gênero" do colaborador, como muitas vezes se refere.
[65] A metodologia do Projeto ALiB apresenta, ainda, o estilo "leitura de texto", que não foi observada por constituir leitura de texto pré-selecionado.

- **Gênero Discurso livre (relato pessoal/não pessoal)**

(66) INF. (...) Eu me casei num sabia nem de nada assim, num tomava remédio não. Aí, com três mese, eu engravidei de ***Ricardo***. Quando ***Ricardo*** fez um ano, ***Rosângela*** nasceu. Foi... Aí, eu fui ficano mais sabida, né, indo po médico, procurando sabê as coisa. Aí, tomei remédio cinco ano, aí, quando eu parei, engravidei de ***Rose***. Aí, liguei pronto. Foi... Mas foi tão engraçado isso, porque era uma prisão medonha.
(Recife-PE, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(67) INF. (...) Aí ele mora, morava, ele... a família dele era aqui da frente, meu vizinho aqui da frente, só que no momento ele mora em Brasília. O nome dele é Caetano. Aí tava ele e ***o André***, aí eles pegaram e subiram em cima do carro, eu digo: "Rapaz desce de cima desse carro", "Ah, não, não vou desce não". Eu digo: "Desce de cima do carro".
(Rio Branco-AC, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

4.2.2.2.2 Estrutura do sintagma nominal

A estrutura em que se encontra o sintagma antroponímico parece ser muito relevante no condicionamento do uso do artigo. Callou e Silva (1997) já haviam observado que a presença do artigo definido é mais favorecida quando o nome próprio se encontra em uma estrutura preposicionada do que quando ele se encontra em uma estrutura sem preposição. Além disso, quando a estrutura preposicionada é formada por preposições com as quais o artigo pode se contrair (em, de, a, para), a presença do artigo é maior do que quando a estrutura preposicionada é formada por preposições com as quais o artigo não se contrai (com, sobre).

Para a análise deste grupo de fatores, considerou-se a orientação das autoras supracitadas e estabeleceu-se três fatores para este grupo: *antropônimo em um SN com preposição que se contrai; antropônimo em um SN com preposição que não se contrai; antropônimo em um SN sem preposição*. A hipótese aventada para este grupo de fatores segue a de Callou e Silva (1997) citada anteriormente. Os exemplos a seguir ilustram as ocorrências deste grupo:

- **SN com preposição que se contrai**

(68) INF. É, num papelzinho e faz aquele cigarrinho. A mãe de ***Mirta*** fuma, aí eu chego e digo: "Já tá com seu boró aí, né?". Aí, ela fuma assim mesmo.
(Recife-PE, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(69) INQ. E o que tu farás amanhã?
INF. Amanhã? Vou pra formatura de ***Marcele***, só.
(São Luís-MA, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

- **SN com preposição que não se contrai**

(70) INF.: Tenho mais amizade ***com o Aldemir***; tenho mais amizade com os irmãos da igreja, pastor Floriano.
(Maceió-AL, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(71) INF. Só o cinema mesmo, brinquei ***com Jessiquinha***, só.
(São Luís-MA, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

- **SN não preposicionado**

(72) INF. Só que eu fiz pra Contábeis sem nem saber o que era o curso. Fiz na doida. Eu queria fazer, na verdade, na época, eu queria fazer Ciências Sociais porque eu queria ser sociólogo, porque ***Fernando Henrique*** era sociólogo, e eu ia ser presidente da república... assim, aquela ideia de terceiro ano, alienado. Aí, eu fiz contábeis, só que eu só fui me interessar pelo curso lá pelo terceiro período.
(São Luís-MA, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(73) INQ. Eu digo assim, o nome de cada um e o que cada um faz.
INF. Olha, ***Antônio Cordeiro Feitosa*** é professor de, do curso de geografia, gosta muito de pesquisa, adora mato, ah... e tudo que é dificuldade.
(São Luís-MA, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

4.2.2.2.3 Tipo de preposição

Como já dito anteriormente, quando o sintagma antroponímico figura em um contexto preposicionado, a frequência de uso do artigo tende a maior do que quando figura em um contexto não preposicionado. Logo, verifica-se que a presença de preposição é um importante

condicionador de uso do artigo. Desde Silva (1996a) vem-se mostrando que preposições com as quais o artigo pode se contrair há maior presença de artigo em comparação com preposições com as quais o artigo não se contrai.

Dessa forma, este grupo de fatores está relacionado à variável independente da qual se falou precedentemente, a saber *Estrutura do Sintagma Nominal*, que considera o contexto preposicionado e não preposicionado da estrutura em que se encontra o sintagma antroponímico. Assim, o grupo de fatores *Tipo de Preposição* relaciona-se ao nome próprio em contexto preposicionado e objetiva verificar se preposições do tipo aglutinadoras ou não aglutinadoras interferem, e em que nível, no condicionamento do uso do artigo.

A seguir, apresenta-se a variável em questão, apresentando as preposições que, até o momento, foram registradas no *corpus*:

- **Preposição aglutinadora** (a, de, em, para):

(74) INF. Ah, sim a curica.
INQ. Curica, oh, menina!
INF. Eu faço ***pro Luquinha***.
(Boa Vista-RR, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(75) INF. Eu dei um presente ***ao José***, ***ao João***.
(Fortaleza-CE, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

- **Preposição não aglutinadora** (com, sobre):

(76) INF. (...) mas mesmo assim eu amo. Ela não me ajuda como eu mereço, sabe? Eu converso ***com Rose*** tudinho, mas eu queria mais.
(João Pessoa-PB, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(77) INQ. O que é que você fez ontem? Você fez alguma coisa diferente ontem? Domingo... você fez alguma coisa diferente?
INF. Não, estudei pra prova que vou fazer quarta-feira, e fiz umas provas simuladas. Almocei ***com Marcelo*** normalmente como almoço sempre, ***com Gisele***, ***com Marcelo*** e os minino e ***com Vilma***, e só.
(João Pessoa-PB, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

4.2.2.2.4 Tipo de antropônimo

Acredita-se que o tipo de antropônimo pode influenciar no uso ou não do artigo definido. Silva (1996a) atestou que quando uma pessoa é tratada pelo nome de batismo ou pelo apelido, o uso do artigo é maior. Almeida Mendes (2015) também controlou esse grupo de fatores e destacou a sua relevância no contexto de variação.

Nesta tese, os nomes próprios foram classificados segundo a proposta de Amaral e Seide (2020), que classificam os antropônimos em dois grupos, os pertencentes ao registro civil e os não pertencentes ao registro civil. No primeiro grupo, estão *prenome, sobrenome* e *agnome*; no segundo, *apelido* (ou *alcunha* ou *cognome*), *hipocorístico, pseudônimo, codinome, heterônimo, nome artístico* (e *nome de palco*), *nome de guerra, nome religioso, nome social, nome de urna, nome parlamentar*. Além desses tipos de antropônimos, considerou-se também o uso de *nomes fictícios*, relacionados a personagens de novelas e da literatura, haja vista algumas ocorrências na amostra.

No levantamento dos dados registrados, os nomes próprios foram analisados e classificados de acordo com a referida proposta, chegando aos tipos de antropônimos apresentados no Quadro 5:

Quadro 5: Grupo de fatores *tipos de antropônimo*.

Grupo	Fatores	Exemplos
Tipo de antropônimo	Nome completo (prenome + sobrenome; prenome + sobrenome + sobrenome)	INF. Tudo era mais fraco, tudo era mais... Manaus começô a crescê depois da mudança do governo d***o Plínio Ramos Coelho***, aí começô a mudá. (Manaus-AM, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
	Prenome	INF. ***O Nilton*** tem nove e **a Clarice** tem sete. (Boa Vista-RR, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
	Sobrenome	INF. Bom, além de esses, os três são colegas de trabalho, né, tem um outro amigo, ***Rocha Junior***, que é meu colega de faculdade, que a gente tem sempre contato. (São Luís-MA, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)
	Agnome	INF. (...) Não a gente conversa no cantu assim quando ta toda a galera lá a gente conversa... ah sim pra conversa? Só com ***o Neto*** mesmo. (Belém-PA, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
	Apelido/Alcunha	INF. Rapaz, eu tenho o meu amigo, ***o Dicó***; não é o nome dele, mas é conhecido como Dicó. Ele tem uma, uma firma, faz postes, faz aqueles

		tubos pra, pra esgoto. (Rio Branco-AC, Homem, Faixa Etária I, Nível Superior)
	Hipocorístico	INF. Era, agora não tem mais que agora eu moro lá pra longe; aí tinha ***o Raimundinho***, era um muleque que cresceu comigo lá no bairro lá, tá entendendo? (Porto Velho-RO, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
	Nome artístico / nome de palco	INF. Não, ***a Xuxa*** é loira. (Manaus-AM, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)
	Nome fictício	INF. Comprava um carro e botava ***Expedito*** da novela pra ser meu motorista. (Salvador-BA, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.2.2.5 Função sintática

A função sintática do sintagma nominal nucleado por nome próprio parece ser relevante no condicionamento do uso/não uso do artigo definido, conforme apontaram alguns trabalhos, como os de Callou e Silva (1997), Alves (2008) para a comunidade de Uberaba-MG, e Almeida Mendes (2015) para a comunidade de Matipó-MG, e por essa razão merece ser investigada neste estudo.

O controle desta variável visa a observar até que ponto a função sintática exercida pelo sintagma nominal nucleado por nome próprio é importante no condicionamento da variação presença/ausência do artigo, quais as funções aceitam mais e quais aceitam menos o artigo e se funções preposicionadas e não preposicionadas apresentam níveis diferentes de uso.

No Quadro 6 adiante, apresenta-se esse grupo de fatores com as respectivas exemplificações:

Quadro 6: Grupo de fatores *função sintática*.

Grupo	Fatores	Exemplos
Função Sintática	Sujeito	INF. ***A Michele*** tá fazendo psicologia na UNAMA, e ***a Cláudia*** faz pedagogia na UVA. (Belém-PA, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)
	Objeto direto	INF. Criei ***o Tonho***, criei ***o Zeca***, que é, é motorista do Jorge Viana, criei ***a Maria***, que mora na vila, vixi, criei um monte. (Rio Branco-AC, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
	Objeto indireto	INF. Ah, filha, tem uma horazinha que eu gosto ***de Faustão***, né. (Aracaju-SE, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
	Predicativo	INQ. Ela é quem? INF. Ela é ***a Sayuri***; ela tem catorze anos, só estuda, ela é adotada por uma outra família. (Manaus-AM, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
	Complemento nominal	INF. (...) eu tenho pena ***de Lucas***, sabe? porque Lucas..., ele não quer saber de Lucas; aí eu tenho pena ***de Lucas***, sabe. (Aracaju-SE, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
	Aposto	INF. Todos dois são mais jovens do que eu. Tem uma irmã, ***Gabriela***, que tem dezenove anos, ela estuda relações públicas aqui na universidade; e tem outro irmão, ***Rafael***, de dezessete, que vai começar o último ano do colégio. (Maceió-AL, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)
	Adjunto adnominal	INF. Eu li todos os livros ***de Jorge Amado*** praticamente. (Maceió-AL, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)
	Adjunto adverbial	INF. Ah, tá. Saio muito ***com Saul***, que é colega de trabalho, trabalha comigo; aí a gente sempre sai junto... sempre tá, tá discutindo algum caso que a gente tem no... no... no trabalho mesmo, né? (Aracaju-SE, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)
	Tópico	INF. ***João Márcio***, ele é professor dotô aqui do departamento de geografia; *o Klei*, ele é... professô de geografia também mestre aqui pelo NAEA. (Belém-PA, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.2.2.6 Antropônimo como item de enumeração

Considerando as perguntas 001 e 002 do QMS, é possível que os nomes próprios enunciados pelo falante apareçam em forma de enumeração, na qual os colaboradores fazem referência aos familiares e amigos. Amaral (2003), em seu estudo, observou que os entrevistados procediam a enumeração dos nomes próprios e que eles apareciam, na maioria das vezes, sem artigo. Braga (2012) também analisou o nome próprio nesse contexto e observou que quando o antropônimo constituía uma enumeração ele aparecia sem o artigo definido; a este resultado chegou também Almeida Mendes (2015).

Apesar das poucas ocorrências observadas na amostra de nomes próprios como item de enumeração, optou-se por controlar essa variável a fim de verificar se há um menor uso de artigo quando os antropônimos aparecem enumerados. Dessa forma, este grupo de fatores se constitui da seguinte forma:

- **Constitui item de enumeração**:

(78) INF. Sim, tem ***o Hélio***, tem ***o Wilson***, tem ***o Nélio***, que é irmão do Hélio, ***Sandra***, ***Lélia***, ***o Gilson***, o:: ***o André***, o:: ***o Arnaldo***, ***Agnaldo***... Uh, mais ainda?
(Macapá-AP, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(79) INF. ***A Juana, a Patrícia, a Gisele***, elas, a gente pedala muito juntas, junto com o Filipe, pedala em outra cidade, às vezes pedala dentro da cidade.
(Fortaleza-CE, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

- **Não constitui item de enumeração**:

(80) INF. Ah. Tem uma fazenda que me hospedo a uma semana atrás de seu ***José Lopes***, em Lagoa Grande, depois do município de Lago da Pedra. A estrada é horrorosa, a gente vai pra lá de caminhão.
(São Luís-MA, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(81) INF. ***A Emile***, essa minha amiga ela é gaúcha, ela fala totalmente diferente.
(Manaus-AM, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

4.2.2.2.7 Antropônimo com título e/ou qualificativo

Por vezes, os nomes próprios, em certas circunstâncias, vêm precedidos de títulos e/ou qualificativos. Alguns trabalhos variacionistas que controlaram esta variável – cf. Amaral (2003), Alves (2008), Braga (2012), Almeida Mendes (2015) – mostraram uma tendência ao não uso do artigo quando o nome próprio é precedido de título/qualificativo. Pode-se aventar a hipótese de que a ausência de artigo quando o antropônimo aparece com título/qualificativo dá-se em razão de a periferia esquerda do sintagma antroponímico já está preenchida com esses elementos, o que dispensaria o artigo.

Na esteira desses trabalhos, esta variável é controlada no intuito de observar se a presença de um título ou de um qualificativo junto ao antropônimo influencia ou não o uso do artigo definido. Nesta tese, considera-se título/qualificativo o item lexical imediatamente anteposto ao nome próprio que marca: (i) **relações de parentesco** (tio/tia, compadre/comadre); (ii) **profissão** (doutor/doutora, professor/professora); (iii) **cargos políticos** (prefeito, vereador, governador); (iv) **cargo religioso** (padre, pastor, irmão); (v) **título de nobreza** (princesa, rainha, rei); e (vi) **formalidade** (seu, dona, senhor/senhora).

Este grupo de fatores fica assim configurado:

- **Antropônimo com título/qualificativo**:

(82) INF. Olha vizinho desse lado tá sem vizinho e desse lado tem ***o Seu Aragão*** e ***a dona Celi***. Amigos? Amigos é tão difícil; pra mim amiga mesmo é a minha irmã, com a minha irmã.
(Belém-PA, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(83) INF. (...) já faz uns sete anos já que eu já comecei a trabalhá. Primeiro eu comecei na lanchonete, ***a professora Elza*** arrumou, aí depois os guardas que trabalhavam na universidade saíram, aí elas tão querendo alguém de confiança pa botá e me botaram.
(São Luís-MA, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

- **Antropônimo sem título/qualificativo**:

(84) INF. (...) Que, que era... tudo caía, tudo lixo aí dentro aí; aí era só mato e esgoto aí; aí ***Jorge Velho***, que era o nosso governador, fez agora, fez não, ele tirou do papel o que já tava no papel e fez, que foi o ponto, um dos ponto turístico nosso.
(Rio Branco- AC, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(85) INF. O que eu tenho com mais amizade é com ***o Luís***, né, conversa e praticamente é só ele.
(Teresina-PI, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

4.2.2.2.8 Circunstância em que o antropônimo é citado

Este grupo de fatores está relacionado com o *status* informacional do nome próprio, isto é, com o fato de ele se constituir uma informação "nova", apresentada pela primeira vez no discurso do falante, ou uma informação "dada", uma informação já conhecida. Silva (1996a) observou esse *status* informacional do nome próprio, tendo sido uma variável relevante o fato de o nome próprio ter sido mencionado antes ou não pelo falante. Na análise da autora, a relação entre "informação nova" não articulada e "informação dada" articulada nem sempre acontece, pois o falante parece se empenhar mais em definir a entidade por ele mencionada quando percebe que o ouvinte não compartilha com ele desse conhecimento, fazendo com que nomes próprios apresentados pela primeira vez no discurso venham articulados. Nas palavras da autora, "a novidade da apresentação estimulou leve mas constantemente a presenta do artigo" (SILVA, 1996a, p. 133).

Seguindo outros trabalhos de cunho variacionista que também controlaram esta variável, considera-se, nesta pesquisa, que o fato de o nome próprio ter sido citado pela primeira vez ou já ter sido citado anteriormente no discurso pode influenciar na presença ou ausência do artigo, ou seja, procura-se observar se o uso ou não do artigo é maior quando o antropônimo é citado pela primeira vez ou quando ele já foi citado anteriormente. Dessa forma, este grupo de fatores fica assim constituído:

- **Nome próprio citado pela primeira vez**:

(86) INQ. E aqui perto, em seus vizinhos ou amigos, com quem é que você se dá mais, que você conversa mais? Aqui na rua, com quem é que você se dá mais?
INF. Quase todo mundo.
INQ. Colega e tal... qual o colega que você gosta mais, que você gosta mais?
INF. É:: eu converso mais com ***Zilda***, que tava aqui na porta de casa, essa minina que passa aqui também; assim, as pessoas mais chegadas.
(Recife-PE, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(87) INQ. Quantos irmãos você tem?
INF. É três, comigo quatro.
INQ. Qual é nome dos seus irmãos
INF. ***Laira*** é a mais nova, é a caçula, e tem uma otra depois de mim. ***O Flávio*** é homem, o apelido é só de Fláv; e tem outro mais velho, ***o Antônio Adriano***, eu chamo ele de Adriano.
(Teresina-PI, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

- **Nome próprio já citado anteriormente**:

(88) INQ. Você me disse que tem irmãos, né?
INF. Tenho, dois.
INQ. E como eles são? Ah, você já falou, né. Ele tem... um deles chama...?
INF. **Neto, Delmar Neto**[66] e o outro se chama **Andel**.
INQ. Andel, o Andel tem carro?
INF. Não. ***O Neto*** tem carro, ***o Andel*** tem onze anos; ***o Neto*** tem carro.
(Boa Vista-RR, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(89) INQ. Você tem irmãos?
INF. Tenho. Um irmão e uma irmã.
INQ. Como é o nome deles?
INF. **Ciro** e **Sônia**.
INQ. E aí, diga um pouquinho, assim, o que que é um o que que é outro, qual é o mais velho...
INF. Eu sou o mais velho; ***Ciro*** é o segundo e ***Sônia*** é a terceira. ***Ciro*** é médico, ***Sônia*** é psicóloga.
(Salvador-BA, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

4.2.2.2.9 Posição do antropônimo em relação ao verbo

Este grupo de fatores pretende observar se a posição, antes ou depois do verbo, ocupada pelo nome próprio tem alguma influência no uso/não uso do artigo. A hipótese que subjaz esta variável é a de que o nome próprio posicionado à esquerda do verbo tende a ser favorecedor do uso do artigo. Associada a esta posição, especula-se que o nome próprio na função de sujeito e tópico é o que mais tenderá a receber o artigo definido em comparação a

[66] Nesses exemplos, o nome próprio em negrito e sublinhado constitui a primeira menção no discurso do falante; o nome próprio em negrito e itálico constitui o nome próprio retomado.

outras funções em que o sintagma antroponímico esteja, porventura, deslocado para a periferia esquerda da sentença.

Almeida Mendes (2015) controlou esse grupo de fatores, todavia, ao contrário da hipótese aventada neste trabalho, a autora observou um favorecimento ao uso do artigo quando o nome próprio ocupa a posição depois do verbo (P.R. 0.57), apesar de a frequência das ocorrências de artigo antes e depois do verbo ser muito próxima: 51% de uso com o nome próprio depois do verbo, e 48,3% com o nome próprio antes do verbo.

A seguir, apresenta-se a configuração deste grupo de fatores com a respectiva exemplificação:

- **Sintagma antroponímico anteposto ao verbo**:

(90) INF. (...) ***o Antônio Marcos***, ele tem uma lesão, mais foi poca.
(Teresina-PI, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(91) INF. (...) e ***Lenilde*** me ajudou também.
(Aracaju-SE, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

- **Sintagma antroponímico posposto ao verbo**:

(92) INF. (...) quando não, vamos ao shopping, vamos ao cinema à noite. Aos domingos vamos à missa eu e ***Márcia***.
(Recife-PE, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(93) INF. Ah, eu conheço amigo ***Zé Luís***, aquele baixinho que taha lá na gráfica agora a tarde, é meu amigo particular, amigo de... amigo de fé, como dá o nome, né?
(São Luís-MA, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

4.2.2.2.10 Gênero do antropônimo

O gênero do antropônimo é uma variável pouco comum em trabalhos variacionistas que já investigaram o fenômeno. Campos Júnior (2011) e Almeida Mendes (2015)

consideraram esse grupo de fatores e registraram, em seus dados de língua falada[67], uso mais acentuado de artigo definido diante de nomes próprios femininos.

Considera-se, nesta pesquisa, este grupo de fatores objetivando verificar se o gênero masculino ou feminino do nome próprio apresenta alguma relevância para o fenômeno em estudo; se há alguma preferência por parte do falante em utilizar o artigo definido conforme seja o referente do antropônimo um homem ou uma mulher. Assim, considerando a tendência encontrada nas pesquisas dos autores acima citados, especula-se um maior uso de artigo definido diante de nomes próprios femininos. Abaixo, mostra-se a constituição deste grupo de fatores com seus respectivos exemplos:

- **Gênero Masculino**:

(94) INF. (...) E ***o Valter Filho*** vai fazê três só em abril de dois mil e quatro e vai fazê o jardim um.
(Fortaleza-CE, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(95) INF. Era… agora não tem mais; que agora eu moro lá pra longe, aí tinha ***o Raimundinho***, era um muleque que cresceu comigo lá no bairro lá, tá entendendo? Cresceu junto, aí a gente conversava mais e pá, agora… num tem mais com quem conversar muito não.
(Porto Velho-RO, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

- **Gênero Feminino**:

(96) INF. ***Viviane***, que é amiga minha de infância, do maternal, pirralinha mesmo, dois três anos. Tem ***a Jeane***, que faz faculdade, tá terminando e trabalha na ENERGIP.
(Aracaju-SE, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(97) INF. Uma é ***Dinha***, a outra é ***Ivanete***.
(Macapá-AP, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

[67] Em Almeida Mendes (2015), este grupo de fatores foi selecionado como relevante nos dados de língua escrita pretérita analisados pela autora; os resultados para o *corpus* de língua escrita não são aqui comentados pelo fato de não ser, a modalidade escrita da língua, objeto de análise desta tese.

4.2.2.2.11 Extensão da palavra e tonicidade da sílaba inicial

Callou e Silva (1997) foram as que consideraram a hipótese de natureza prosódica para o uso do artigo antes de nome próprio controlando esta variável de natureza fonológica. O controle desta variável pelas autoras apontou uma preferência pelo uso do artigo com nomes próprios formados por até duas sílabas. Este fato permitiu as autoras levantar a hipótese de que o uso do artigo, nesse caso, poderia estar ligado a um aumento da massa fônica, por mecanismo compensatório, o que levaria à manutenção do equilíbrio rítmico do sintagma antroponímico.

Embora não seja possível realizar uma análise de natureza prosódica em um *corpus* tão robusto como o do Projeto ALiB – e que nesta tese, como já se viu, envolve 200 entrevistas –, esta variável se mostrou interessante e por esta razão foi controlada na presente pesquisa. O controle deste grupo de fatores encontra respaldo em Callou e Silva (1997) e foi estruturado segundo a proposta das autoras.

No controle desta variável independente, constituem dado válido apenas os nomes próprios que figuram em estruturas não preposicionadas ou estrutura preposicionada cuja preposição não seja aglutinadora. Esta opção metodológica se justifica pelo fato de que as preposições aglutinadoras poderiam dar um retrato equivocado da variação neste grupo em razão de as preposições aglutinadoras se mostrarem favoráveis ao artigo. Outras ocorrências excluídas são as que apresentam títulos e/ou qualificativos, haja vista o artigo se antepor ao título/qualificativo, e não ao antropônimo propriamente. Além disso, nas ocorrências de nomes compostos (Antônio Carlos) ou de nomes completos (Francisco do Nascimento Filho), considerou-se na observação desta variável apenas o primeiro nome, a saber "Antônio" e "Francisco".

Feitas as considerações a respeito desta variável, o grupo de fatores fica assim constituído:

- **Até duas sílabas com a primeira tônica**:

  (98) INF. Aqueles dois que eu falei o... o... o coiso ali, ***a Elba***, ***o Elvis*** e o... tô até isquecido do nome do otrozinho dele que é um nome.
  (Macapá-AP, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(99) INF. Bom das que eu falei tanto ***a Selma*** quanto ***a Lari***, elas são psicólogas todas duas são psicólogas; ***a Selma*** é professora da Universidade tá trabalhando atualmente em Altamira.
(Belém-PA, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

- **Até duas sílabas com a primeira átona**:

(100) INF. Tem o professor César aí, ***o André***, ***o Eval***.
(Aracaju-SE, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(101) INF. (...) muita gente ***o João***, que é pernambucano, esse que deu meu telefone.
(Boa Vista-RR, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

- **Três ou mais sílabas com a primeira tônica**:

(102) INF. Você sabia que ***a Débora*** casou, foi morar na outra cidade?
(Fortaleza-CE, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(103) INF: (...) não sei se ***Fátima*** chegou a conhecê as tardes do Éden, né? Eu sempre gostei de cinema como arte, não só como puro entretenimento, né?
(São Luís-MA, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

- **Três ou mais sílabas com a primeira átona**:

(104) INF. ***O Samuel*** é um rapaz de vinte e três anos.
(Manaus-AM, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(105) INF. Eu soube que ***o Ricardo*** casou, é verdade?
(Teresina-PI, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

4.2.2.2.12 Presença de possessivo

Artigo definido e pronome possessivo podem coocorrer no sintagma nominal. A possibilidade de um pronome possessivo anteceder um nome próprio fez com que este grupo de fatores fosse considerado na observação do fenômeno em análise nesta tese. Assim, esta variável procura observar se a presença de um possessivo – cujo traço [+def.] é-lhe característico – seria um inibidor do uso do artigo. Como hipótese, considera-se que a

eventual presença de um possessivo antecedendo um nome próprio cancelará a atuação do artigo, haja vista não apenas o traço [+def] do possessivo, mas ainda o fato de a periferia esquerda do antropônimo encontrar-se já preenchida por um determinante, dispensando outro.

Ressalta-se que até o momento da definição da presente metodologia, momento em que já se havia avançado no levantamento dos dados a partir do *corpus*, não se tinha registrado nenhuma ocorrência de nome próprio antecedido de pronome possessivo, mas a possibilidade de ainda poder vir a ocorrer no restante da amostra fez com que ainda se mantivesse este grupo de fatores. No entanto, não foi registrada nenhuma ocorrência de pronome possessivo antecedendo nome próprio, de modo que este grupo de fatores foi descartado da análise. Embora esta variável não tenha sido mais controlada, optou-se por mantê-la nesta seção como forma de ilustrar a possibilidade de uso do artigo nesse contexto. Assim, este grupo de fatores se caracterizaria pela presença ou ausência de pronome possessivo antes de nome próprio e o eventual uso do artigo antecedendo o possessivo:

- **Nome próprio precedido de possessivo**:

  (106) "Não creio que meu filho tenha feito isso. ***Meu Lucas*** jamais agiria dessa forma".[68]

- **Nome próprio não precedido de possessivo**:

  (107) INF. Então. Eu comecei a ter dor às dez horas da manhã; e eu nem sabia, porque ***Mariana*** nasceu um mês antes; nem sabia que aquilo era dor de parto (...) E era uma agonia, uma agonia..., quando foi de sete horas da noite; aí uma amiga minha, ***Célia***, chegou lá em casa, que eu tava no mestrado nessa época (...) aí ela abriu o consultório às sete horas da noite, aí ela disse: Não. ***Mariana*** tá muito pequena, ainda falta um mês e você vai tomar Inibina e Buscopam.
  (João Pessoa-PB, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)
  (Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

4.2.2.2.13 Sintagma antroponímico isolado

Esta variável tem uma particularidade importante, razão pela qual ela não ter sido analisada juntamente com as demais, e sim separadamente. Não raras vezes o nome próprio aparece isolado, isto é, sozinho na resposta do colaborador; além disso, o antropônimo pode também figurar no interior do discurso do falante, depois de pausa longa, que faz com que o nome próprio não esteja inserido em uma estrutura sentencial. Essas ocorrências foram

[68] Exemplo aleatório, utilizado apenas para ilustrar o contexto.

reunidas sob o rótulo de *sintagma antroponímico isolado* e elas não foram descartadas, exceto quando figuraram em função denominativa (nominação didática). Essas ocorrências se mostraram interessantes e por não se enquadrarem totalmente nos grupos de fatores anteriormente descritos, foram analisadas separadamente.

O sintagma antroponímico isolado pode, ainda, aparecer na fala do colaborador acompanhado ou não de preposição; dessa forma, consideram-se essas duas possibilidades do nome próprio isolado e este grupo de fatores fica assim constituído:

Sintagma antroponímico isolado encabeçado por preposição:

(108) INQ. Tem quantos netos?
INF. Aqui tem quatro.
INQ. Quatro netos? São de qual?
INF. ***Da Natália*** e ***da Adriana***.
(Maceió-AL, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(109) INQ. Eu queria que você dissesse o nome de algumas amigas ou colegas com quem você conversa mais... que você dissesse o nome e conversasse um pouquinho sobre uma pessoa, assim, que você conhece se dá mais.
INF. ***Com a Márcia***, pronto.
(Maceió-AL, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Sintagma antroponímico isolado não encabeçado por preposição:

(110) INQ. Quem é o prefeito daqui?
INF. ***João Henrique***.
(Macapá-AP, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(111) INQ. Não. Quando tem eleição, pra dirigir aqui a cidade de Aracaju, você escolhe, elegeu, votou em quem? Quem é essa pessoa?
INF.: Daqui?
INQ.: Sim. Elegeu quem?
INF.: ***Teobaldo***.
(Aracaju-SE, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Frente ao exposto, apresenta-se a seguir um quadro resumo com todos os grupos de fatores controlados nesta pesquisa:

Quadro 7: Grupos de fatores controlados.

VARIÁVEL DEPENDENTE Uso do artigo definido antes de nome próprio ~ não uso do artigo definido antes de nome próprio.	
VARIÁVEIS INDEPENDENTES	
Grupo de fatores	**Fatores**
Região	Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste
Capital	Macapá (AP), Boa Vista (RO), Manaus (AM), Belém (PA), Rio Branco (AC), Porto Velho (RR), São Luís (MA), Teresina (PI), Fortaleza (CE), Natal (RN), João Pessoa (PB), Recife (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ), Cuiabá (MT), Campo Grande (MS), Goiânia (GO), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS).
Tempo de fundação da Capital	Fundação mais antiga (séc. 16 e 17) Fundação mais recente (séc. 18-20)
Sexo do colaborador	Masculino Feminino
Faixa etária	18-30 anos 50-65 anos
Escolaridade	Fundamental Universitário
Intimidade do falante em relação à pessoa mencionada	Familiares Pessoa da rede de relacionamento do falante Pessoa pública e conhecida da região do falante Pessoa pública e conhecida nacionalmente
Gênero textual	Questionário Discurso livre / semidirigido
Estrutura do sintagma nominal	SN com preposição que se contrai SN com preposição que não se contrai SN sem preposição
Tipo de preposição	a, de, em, para, por, com sobre
Tipo de antropônimo	Nome completo, prenome, sobrenome, agnome, apelido/alcunha, hipocorístico, nome artístico/de palco, nome fictício.
Função sintática	Sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo, aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial, complemento nominal, tópico.
Antropônimo como item de enumeração	É item de enumeração Não é item de enumeração
Nome próprio com título e/ou qualificativo	Com título/qualificativo Sem título/qualificativo

Circunstância em que o antropônimo é citado	Citado pela primeira vez Citado anteriormente
Posição do antropônimo em relação ao verbo	Antes do verbo Depois do verbo
Gênero do antropônimo	Masculino Feminino
Extensão da palavra e tonicidade da sílaba inicial	Duas sílabas com a primeira tônica Duas sílabas com a primeira átona Três ou mais sílabas com a primeira tônica Três ou mais sílabas com a primeira átona
Presença de pronome possessivo	Nome próprio antecedido de possessivo Nome próprio não antecedido de possessivo
Sintagma antroponímico isolado	Isolado encabeçado por preposição Isolado não encabeçado por preposição

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apresentados todos os grupos de fatores controlados nesta pesquisa e resumidos no Quadro 7, passa-se aos critérios de restrição e exclusão dos dados, haja vista que nem todas as ocorrências de nome próprio de pessoa constituem, automaticamente, dado válido para a análise.

4.2.3 O contexto de restrição e exclusão de dados

Esta tese analisa a variação no uso do artigo definido antes de nomes próprios de pessoas. Os dados foram coletados da amostra das capitais que constituem a rede de pontos do Projeto ALiB, conforme vem se destacando ao longo do texto. No entanto, é lícito ressaltar que nem todas as ocorrências de nome próprio que se identifica na amostra constituem dados válidos para a análise. Por esta razão, algumas ocorrências foram excluídas da análise em função de não haver, no contexto, a possibilidade de variação do uso do artigo, seja por caracterizar ausência ou presença obrigatória de artigo. Dessa forma, as ocorrências excluídas da análise e que configuram o contexto de restrição são as seguintes:

1- Uso não referencial do nome próprio: De acordo com Lyons (1977), o nome próprio tem duas funções características, a referencial e a vocativa. Além desses usos, tem-se a ocorrência de nome próprio no que o autor chama "enunciados apelativos" em que ocorre a chamada *nominação didática* e *nominação performativa*. Em casos como esses, o artigo parece não ser licenciado antes do nome próprio, caracterizando-se, assim, um caso de exclusão:

a) nome próprio em função vocativa: em função vocativa, o nome próprio é usado para atrair a atenção da pessoa que está sendo chamada ou intimada; nessa função, percebe-se a ausência categórica do artigo.

(112) INF. Não é o:: o mais comum é picadinho, "***seu Manuel***, me dê dois quilos de picadinho", ele já sabe. Aí as pessoas, olha eu queria carne muída e tal, se usa também, mas é raro; é, é mais raro, o picadinho, picadinho é o, é o comum.
(Manaus-AM, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(113) INQ. Alguém tá tomando café e não quer tomar café sozinho, aí quer convidar alguém pra tomar café, como é que faz, como é que fala?
INF. Lá em casa assim... ***Regiane***, vem tomar café.
(Maceió-AL, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

b) nominação didática e/ou performativa: a nominação didática, segundo Lyons (1977), ocorre quando alguém ensina a uma determinada pessoa que um nome em particular está associado a uma pessoa por alguma convenção preexistente; a nominação performativa se dá, segundo o autor, quando a cerimônia de nomeação propriamente dita acontece, a exemplo do batismo da igreja católica. A nominação didática corresponde ao que Jonasson (1994) chama de *função denominativa* do nome próprio, que corresponde à propriedade "ser chamado de NPr". É possível observar uma grande quantidade de ocorrências de nomes próprios em função denominativa (casos de nominação didática) na amostra em análise em razão da natureza das perguntas 001 e 002 do Questionário Morfossintático. Essas ocorrências foram eliminadas da análise por se configurar um contexto em que o artigo não é licenciado:

(114) INQ. Como é o nome dela?
INF. *Rosana*.
(...)
INQ. Como é o nome dele?
INF. ***Reginaldo***.
INF. E os filhos dele, como chamam?
INQ. Um se chama... o minino se chama ***Lucas*** e a minina se chama ***Maria Regina***.
(Aracaju-SE, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(115) INQ. Bom, vamos ver o seguinte... você tem irmãos?
INF. Tenho.
INQ. Como é que se chamam seus irmãos?
INF. ***José Maximino*** e ***Daniela Carine***.
(Aracaju-SE, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(116) INQ: Quais são os nomes deles? O que é que eles fazem, fale um pouquinho deles?
INF: Tem... a minha mais velha se chama ***Ângela***, tem trinta e cinco anos, é professora aqui da universidade, casada, sem filhos. Segundo filho se chama ***Walter José Brito Júnior***, é o nome do pai, tem trinta e... trinta e dois anos, trinta e dois anos, ele é sociólogo e trabalha em Paris, solteiro. E a minha filha caçula se chama ***Juliana***, vai fazê trinta anos e trabalha com publicidade, trabalha com produção de, de cinema, televisão, com a parte de figurino, está casada também há dois anos e sem filhos.
(Recife-PE, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

2- Uso metonímico do nome próprio: são casos em que o falante não se refere a uma pessoa propriamente, mas faz uso da metonímia:

(117) INF. Não, nenhum; trabalhando através de muito estudo, cursos muitas vezes conhecidos. Lá de casa por exemplo pra pegá ***o Felipe Patroni***, descer em frente o Shopping São Brás, aí atravessar, ir ao terminal lá se informá pra fila do ônibus que vai para Castanhal.
(Belém-PA, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(118) INQ. E o som do teu carro? O carro do teu pai?
INF. O que toca?
INQ. Hum-rum.
INF. Também só música assim dos cedês (CDs) que a gente tem: ***Fábio Júnior***, ***Roberto Carlos***... músicas românticas.
(São Luís-MA, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

3- Nome próprio antecedido de demonstrativo: os casos em que o nome próprio aparece precedido de pronome demonstrativo foram excluídos pelo fato de artigo e demonstrativos não coocorrerem, ou seja, são mutuamente excludentes:

(119) INF. Né? tem aquelas... é:: aquela hie, hierarquia de pai, mãe, filho... Tem aquele, sempre ***aquele Pedro Cardoso***, que eu gosto muito dele, que ele é muito engraçado, tem sempre umas piadas boas. Então eu gosto muito da Grande Família.
(Aracaju-SE, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(120) INF. (...) do:: daquele otro, comé? daquele programa, ***daquele Chiquinho***, aquele também é o que eu mais eu assisto.
(Boa Vista-RR, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

4- Antropônimo usado como topônimo: a pesquisa empreendida nesta tese trata apenas dos nomes próprios de pessoas – os antropônimos –, de modo que outros nomes próprios, como os topônimos, foram excluídos da análise, bem como os antropônimos usados como topônimos:

(121) INF. Bem. Que eu me lembre muito assim, era a festa das Neves, que marcava muito, né? porque a festa das Neves a gente ia, saia do colégio e ia pra festa das Neves, alí ***na General Osório***. Ave Maria, era, era maravilhoso.
(João Pessoa-PB, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(122) INF: Ontem? Ontem, eu trabalhei de manhã na escola ***Roberto Freire***, onde eu dirijo; fiquei na escola até meio dia, fui pra secretaria, tive com a secretária de educação. Fiquei até as catorze até as catorze e trinta, aí voltei pra escola ***José Vieira*** ou pra escola ***Roberto Freire*** e fiquei até às cinco e quinze da tarde.
(Natal-RN, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

5- Nomes próprios usados no plural com referência a nome de família: nomes próprios, em especial os sobrenomes, são muitas vezes usados no plural em referência a nomes de família; em casos como esses, e apesar de uma pessoa específica poder ser identificada pelo seu sobrenome, o falante não se refere a uma pessoa em particular, mas ao conjunto de pessoas da mesma família. Essas ocorrências de nome próprio foram excluídas da análise:

(123) INF. (...) A gente cum aquele:: aquele namorico de:: adolescentezinho, se conheceu no carnaval, lá na sede dos ***Brenand*** e... brincamos os três dia de carnaval. Depois daí, a gente... nunca mais se viu. Ela morando lá nas terra de ***Brenand*** e eu morando aqui, onde estou hoje. E então, passou-se o tempo. Uns seis anos... pra sete, né? E daí... a gente sem se vê (...) Quando foi uma otra vez, eu cheguei aqui... aí ia tê uma festa nesse mehmo clube dos ***Brenand***... aí eu digo: Vô lá na Vázea, na Praça da Vázea, vô cortá o cabelo.
(Recife-PE, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(124) INF. (...) E começaram a cultivá a terra, daí ficaram uma parte d**os** ***Resende*** ficaram aqui no Anhanduí, teve uma parte que foi pra região de Camapuã, foi pra Goiás, né! Tem bastante ***Resende*** em Goiás.
(Campo Grande-MS, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

6- Ocorrências em que o nome próprio feminino é precedido pelas preposições "a" e "para/pra": casos em que o nome próprio feminino está antecedido dessas preposições foram excluídos dos dados válidos para análise, haja vista não se poder definir a ocorrência ou não do artigo definido "a" nessas estruturas:

(125) INQ. Venha cá, outra questão, você tem um irmão ou irmã ou até sua cunhada, se você quiser dizer que alguma coisa pertence a sua irmã, por exemplo, como é que você diz: esse carro ... você (inint.) que alguma coisa ... de quem é isso? Você quer dizer que pertence a sua irmã...
INF: Pertence ***a Ana Maria***.
(Recife-PE, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(126) INQ. (...) quando vocês tavam chegando ali que eu falei ***pra Tânia***, lá, pra entrar em contanto com a gente.
(Macapá-AP, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

7- Ocorrências em que o nome próprio inicia com vogal homófona aos artigos: quando o nome próprio inicia com vogal homófona aos artigos definidos nem sempre é possível compreender claramente a presença ou não do artigo, uma vez que pode ocorrer a fusão do artigo com a letra inicial do nome próprio. No entanto, isso nem sempre acontece; muitas vezes é possível perceber a presença do artigo nessas estruturas, o que não invalida o dado.

Quando não é possível perceber a presença do artigo naquele contexto, a ocorrência é excluída dos dados:

(127) INQ. É:: como é o nome dela, dessa menina?
INF. Adriana; que tav'aqui, Adriana. A que *(a?)* ***Adriana*** deu o nome, Zilda... E que eu cunve... as que eu cunveso mais... eu cunveso mais mesmo, assim, pra dizê minhas coisa, assim, segredo é a Zilda.
(Recife-PE, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(128) INQ. E suas amigas, suas colegas, com quem você costuma falar mais, conversar mais e tal?
INF. Que eu costumo falar mais é com a minha prima, que é a única prima, assim, legítima de sangue (...) E eu tenho poucas amigas que ficaram aqui do/da universidade, mas até a que eu falei, a Priscila, que é a que eu tenho mais contato, assim, das que eu converso. E tem as que eu saio muito na noite, que é *(a?)* ***Amanda***, Fabrícia e Marcela. A Priscila também vai.
(Maceió-AL, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Junto a este caso de exclusão de dados, foram incluídas, também, ocorrências em que um elemento anterior ao nome próprio termina com vogal idêntica ao artigo que segue esse elemento, em que não há como precisar se há ou não ocorrência de artigo definido em razão da provável fusão dos elementos:

(129) INF. (...) tem muitos que só cuidam, como (o) ***Sérgio Reis***; e mais, ele tem muitas terra.
(Macapá-AP, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

No exemplo 129, a possibilidade de crase entre a vogal final de *como* e o artigo ***o*** (como o = 'como') torna esse dado não aceito para esta pesquisa.

4.3 TRATAMENTO DOS DADOS

4.3.1 Audição das entrevistas

De posse dos arquivos de áudio dos inquéritos linguísticos, procedeu-se à audição atenta e cuidadosa de toda a entrevista para dela extrair todas as ocorrências de nomes próprios de pessoas. Os inquéritos das capitais contam com transcrição grafemática que auxilia o trabalho do pesquisador, mas que não substitui nem dispensa o pesquisador da audição das entrevistas; foi preciso ouvir atentamente as gravações para ter certeza se o colaborador usou ou não artigo definido antes do nome de pessoas, bem como pela necessidade de se obter o contexto mais amplo de ocorrência do nome próprio, haja vista o fato de que as transcrições grafemáticas do Projeto ALiB seguem um padrão que não prevê o registro das conversas completas. À medida que se ouviam os áudios, ia-se acompanhando pela transcrição grafemática; no momento em que um nome próprio surgia, fazia-se a complementação da transcrição de modo a se ter o contexto mais amplo. Não raras vezes o entrevistado alongava uma determinada vogal de uma palavra; esse alongamento da vogal é representado pelo sinal "::".

As entrevistas da Região Sul não contam com a transcrição grafemática completa, como das outras quatro regiões, apenas do elemento vocabular que constitui resposta à pergunta feita ao informante. Nesse caso, além de ouvir as entrevistas foi preciso transcrevê-las – tanto a fala do inquiridor, quanto a resposta do informante –, para que se tivesse acesso ao contexto de fala e, a partir daí, proceder ao tratamento adequado dos dados. Dessa forma, destaca-se que, para esta tese, fez-se uso da transcrição grafemática das entrevistas das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste realizada pela equipe do Projeto ALiB, bem como procedeu-se à transcrição grafemática, pelo autor desta tese, das entrevistas linguísticas dos 24 participantes da Região Sul, a partir dos arquivos de áudio.

Para a audição dos inquéritos linguísticos, valeu-se da ferramenta ELAN, um programa desenvolvido pelo *Max Planck Institute of Psycholinguistics*, da Holanda, que permite que se faça a transcrição da fala a partir de arquivo de áudio e de vídeo, dentre outros recursos disponíveis. A escolha dessa ferramenta para a audição dos inquéritos deu-se em razão de ela permitir retroceder o áudio de forma mais prática, bem como controlar a velocidade da reprodução, podendo deixar em um nível mais lento de modo a permitir melhor compreensão de determinados trechos das entrevistas, evitando, assim, a transcrição equivocada dos dados.

As entrevistas se deram em diferentes ambientes: na casa do colaborador, em seu local de trabalho, em hotéis... dependendo do ambiente, a captura de ruídos externo foi inevitável, trazendo, não raras vezes, prejuízos à qualidade do áudio. Isso constitui um aspecto inevitável de um trabalho de natureza geolinguística, como o é o Projeto ALiB, cujos dados são obtidos *in loco*. Ressalta-se que as entrevistas apresentam uma boa qualidade de gravação e que aqueles que apresentam interferências externas ou som baixo não comprometeram o trabalho de extração das ocorrências de contexto de uso do artigo definido diante de nome próprio.

4.3.2 O levantamento dos dados

Como já mencionado, os dados considerados para análise nesta tese foram extraídos dos 200 inquéritos referentes às 25 capitais a partir da audição de toda a entrevista linguística. No processo de audição dos inquéritos, acompanhada de sua respectiva transcrição grafemática, todas as ocorrências de antropônimos, em seu contexto de fala, foram extraídas e colocadas em uma planilha em que já se separavam as ocorrências produzidas na ocasião de uma resposta a uma pergunta do questionário, daquelas produzidas em contexto de discurso livre/semidirigido. Transcreveu-se tanto a fala do colaborador quanto a do inquiridor e do auxiliar, de modo a obter o contexto de fala.

Após o processo de audição das entrevistas e de extração das ocorrências, procedeu-se a uma observação de cada uma das ocorrências, objetivando separar os dados válidos dos não válidos, pois nem todas as ocorrências de antropônimos constituem dados válidos de análise, conforme se mostrou na seção 4.2.3.

4.3.3 Tratamento estatístico dos dados

Uma pesquisa de natureza geossociolinguística tem seus dados submetidos a um tratamento quantitativo, haja a vista a necessidade sempre crescente de descrever os mais diversos fenômenos valendo-se de métodos apropriados, tanto para a coleta quanto para o tratamento dos dados linguísticos.

Nessa etapa da pesquisa, após a transcrição e codificação dos dados coletados da amostra utilizada, trabalhou-se com os dados no programa de análise estatística multivariável GoldVarb X, o que possibilitou observar a influência dos fatores espacial, social e linguístico sobre a variável dependente em análise. Em uma pesquisa orientada pelos pressupostos da geossociolinguística, é imprescindível o uso de ferramentas de análise quantitativa, como o

GoldVarb X, visto que, como lembram Guy e Zilles (2007, p. 73), a análise quantitativa "possibilita o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador apreender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística". Além disso, continuam os autores, um fenômeno linguístico variável, em razão de sua própria natureza, "não pode ser adequadamente descrito e analisado em termos categóricos ou estritamente qualitativo" (GUY; ZILLES, 2007, p. 73).

As informações fornecidas pelo programa em termos de frequência e peso relativo são analisados e apresentados de diferentes formas. Assim, os dados advindos do programa estatístico são apresentados em Tabelas, quadros, gráficos e cartas linguísticas, destacando, conforme a natureza de cada um, a frequência das variantes controladas, o peso relativo quando conveniente, a influência de fatores sociais, como sexo, faixa etária e escolaridade, a distribuição do fenômeno no espaço geográfico, dentre outros aspectos.

O tratamento estatístico visa não apenas a identificar a variante mais produtiva e os fatores que a fazem ser mais produtiva, mas também a permite fazer projeções para além da amostra utilizada, tecendo generalizações de forma mais segura.

4.3.4 Sobre a cartografia dos dados

Em uma pesquisa geossociolinguística, ao lado da apresentação monográfica dos resultados, com quadros, tabelas e gráficos, os resultados também são apresentados cartograficamente. Assim, os dados morfossintáticos da variação presença/ausência de artigo definido antes de nome próprio também são apresentados por meio de cartas linguísticas, em que se apresentam as informações de natureza diatópica documentadas nas 25 capitais que constituem a rede de pontos desta pesquisa.

A cartografia dos dados foi realizada em nível nacional e em nível regional: há cinco cartas regionais e seis cartas nacionais. As cinco cartas linguísticas regionais são de natureza monodimensional, haja vista que nelas contêm apenas as ocorrências de uso e não uso do artigo nas capitais, sem informações de variáveis sociais. Das seis cartas nacionais, três são de natureza pluridimensional, apresentando o uso do artigo definido diante de nome próprio segundo as variáveis *sexo*, *faixa etária* e *escolaridade*. As outras três cartas nacionais são de natureza monodimensional, tal como as cartas regionais, nas quais se cartografam as ocorrências, nas 25 capitais brasileiras, (i) dos sintagmas antroponímicos sentenciais, (ii) dos sintagmas antroponímicos isolados, e (iii) uma carta comparativa dos sintagmas antroponímicos isolados e sentenciais.

Na cartografia dos dados, foram utilizadas as cartas-bases do Projeto ALiB e a confecção das cartas linguísticas usadas nesta tese foi realizada com o auxílio do *software* Adobe Photoshop CS6.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE GEOSSOCIOLINGUÍSTICA DOS RESULTADOS

Esta seção se destina à apresentação e análise dos resultados, que foram produzidos nas rodadas estatísticas no programa de análise multivariável GoldVarb X. Os resultados a que se chegou nesta pesquisa serão, sempre que possível e com a devida cautela, comparados aos resultados de outros estudos, já tratados na seção três, que também observaram a variação do uso do artigo definido antes de nome próprio de pessoas. Ciente de que os diferentes estudos apresentam diferentes escolhas e posições metodológicas – e que, da mesma forma, se diferenciam do presente estudo – essa confrontação de resultados se vale mais como forma de se observar em que grau a amostra em análise proveniente do Projeto ALiB – amostra das capitais –, de que esta tese se serve, aproxima-se ou não de outras amostras do PB, seja confirmando resultados, seja trazendo novas perguntas sobre o fenômeno em questão.

Conforme exposto no item 4.2.2.2.13, os sintagmas antroponímicos isolados foram considerados ocorrências válidas, mas analisados à parte em razão de suas especificidades: os sintagmas antroponímicos isolados não apresentam o mesmo comportamento quando comparados aos sintagmas antroponímicos presentes em estrutura sentencial, bem como não se enquadram em todos os fatores e grupos de fatores controlados na análise geossociolinguística. Essas ocorrências entram no cômputo geral dos dados, mas não integram a rodada estatística das demais ocorrências segundo os grupos de fatores considerados.

Inicialmente, fez-se uma primeira rodada das cinco regiões conjuntamente, com todos os grupos de fatores controlados na análise e especificados na seção 4.2.2, para uma primeira observação dos resultados. À medida que esses resultados eram observados e analisados, outras rodadas foram feitas com o intuito de verificar possível interferência entre grupos de fatores, bem como procedendo a cruzamentos de grupos a fim de se ter uma percepção mais clara do comportamento da variável em análise frente aos condicionadores controlados. A rodada final que serviu de base para a exposição dos resultados foi aquela em que possíveis interferências entre grupos de fatores foram eliminadas e em que os grupos de fatores que, no decorrer das rodadas, mostraram-se com a menor relevância estatística foram desconsiderados a fim de deixar a análise o mais refinada possível. Essas posições analíticas foram tomadas considerando as orientações e observações de Guy e Zilles (2007) e Tagliamonte (2006), que discorrem sobre a análise da variação sociolinguística tendo como instrumento de rodada o GoldVarb X.

Além da rodada conjunta com todas as 25 capitais, foram feitas rodadas considerando cada uma das cinco regiões isoladamente, a fim de observar o comportamento da variável e dos seus condicionadores linguísticos e extralinguísticos. As rodadas regionais serão mencionadas e seus resultados apresentados sempre que for oportuno e necessário.

5.1 RESULTADOS GERAIS

Desconsiderados os casos descritos na seção 4.2.3, que trata dos contextos de restrição e exclusão de dados, foram computadas 2.645 ocorrências de nome próprio de pessoas nas capitais das regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Desse total, 533 ocorrências correspondem a *sintagmas antroponímicos isolados* e 2.112 ocorrências são de sintagmas antroponímicos sentenciais. Como já dito, as ocorrências isoladas foram tratadas separadamente daquelas em estrutura sentencial, observadas em conjunto apenas no contexto geral dos dados.

No cômputo dos dados das cinco regiões, 1.432 ocorrências de nome próprio apareceram antecedidas de artigo definido e 1.213 apareceram sem artigo. Os dados registrados podem ser observados na Tabela 7:

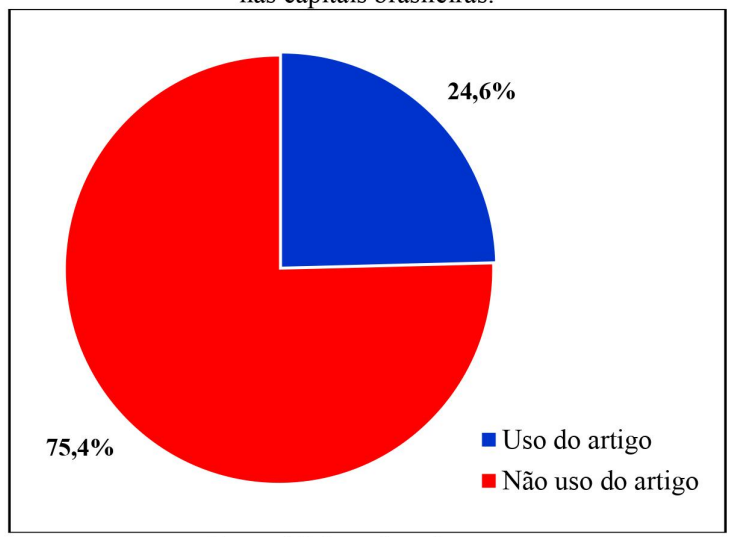
Tabela 7: Distribuição geral do artigo definido diante de nome próprio nas capitais brasileiras.

	Ocorrência	**%**
Uso do artigo	1.432	54,14
Não uso do artigo	1.213	45,86
Total	**2.645**	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os resultados gerais mostram uma diferença de um pouco mais de oito pontos percentuais entre presença e ausência de artigo antes de nome próprio de pessoas, com a presença de artigo superior à ausência. Esta visão, no entanto, muda significativamente quando se observam as ocorrências separadamente: sintagmas antroponímicos isolados de um lado e não isolados de outro. O Gráfico 1 adiante traz o resultado para os sintagmas antroponímicos isolados:

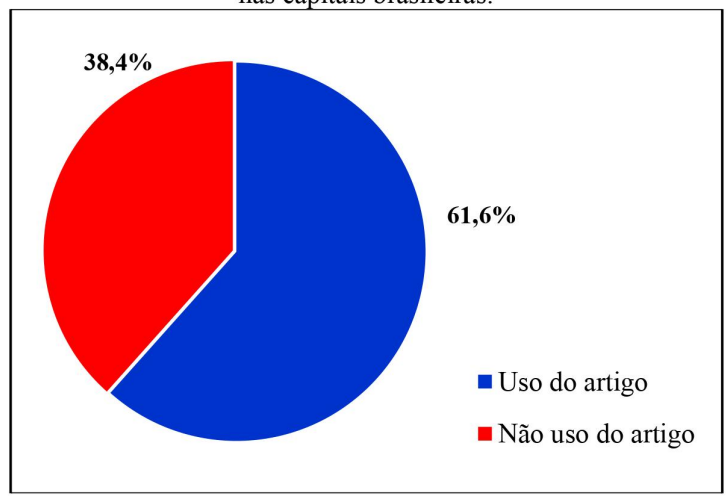
Gráfico 1: Artigo definido diante de nome próprio em Sintagmas Antroponímicos Isolados nas capitais brasileiras.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 2 abaixo mostra os resultados para os sintagmas antroponímicos não isolados, ou seja, aquelas ocorrências que figuraram em estrutura sentencial e que foram analisadas segundo todo o conjunto de grupos de fatores controlados.

Gráfico 2: Artigo definido diante de nome próprio em Sintagmas Antroponímicos Não Isolados nas capitais brasileiras.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os gráficos mostram claras diferenças quanto ao uso do artigo nas duas estruturas consideradas. Quando o nome próprio figura em uma estrutura aqui considerada como "isolado", há tendência em não se usar artigo: das 533 ocorrências, 402 (75,4%) apareceram sem artigo anteposto, e 131 delas (24,6%) apareceram antecedidas de artigo. Já quando o

nome próprio figura em estruturas sentenciais, a tendência que se observa é a de uso do artigo, pois das 2.112 ocorrências, 1.301 (61,6%) são articuladas e 811 (38,4%) não são articuladas. A Tabela 8 traz os dados numéricos e em destaque para cada tipo de sintagma o que mais foi representativo em termos percentuais.

Tabela 8: Artigo definido diante de nome próprio nas 25 capitais brasileiras segundo as estruturas em que ocorrem.

	Sintagma antroponímico em estrutura sentencial		**Sintagma antroponímico isolado**		**Total**
	Oc.	**%**	**Oc.**	**%**	
Uso do artigo	1.301	**61,6**	131	24,6	1.432
Não uso do artigo	811	38,4	402	**75,4**	1.213
Total	**2.112**		**533**		**2.645**

Fonte: Elaborada pelo autor.

Conforme já apresentado, as ocorrências de nome próprio que constituem sintagma antroponímico isolado serão analisadas separadamente das demais ocorrências pelo fato de não se enquadrarem em todos os critérios de observação que constituem os grupos de fatores selecionados para o controle de análise. As rodadas estatísticas completas realizadas pelo programa de análise multivariada GoldVarb X deram-se com as 2.112 ocorrências de nome próprio figuradas em estrutura sentencial.

5.2 O CONDICIONAMENTO EXTRALINGUÍSTICO DA VARIAÇÃO

O condicionamento extralinguístico foi analisado controlando sete grupos de fatores; destes, apenas dois foram selecionados pelo programa GoldVarb X, *capital* e *sexo*. A variável *capital* foi a primeira a ser selecionada em todas as rodadas efetuadas, o que mostra a relevância da dimensão diatópica deste fenômeno. A variável *sexo* foi o quinto grupo selecionado, o que evidencia também a relevância dessa variável. Apesar de o programa GoldVarb X selecionar apenas duas das sete variáveis extralinguísticas controladas neste estudo, optou-se por discorrer sobre todos os sete grupos de fatores por entender que a relevância desses grupos para o entendimento do fenômeno vai para além do programa estatístico, que não deixa de ser uma ferramenta de significativa importância para os pesquisadores na análise de fenômenos variáveis. Cada uma das variáveis extralinguísticas será discutida a seguir.

5.2.1 A dimensão diatópica do fenômeno: regiões e capitais

Na dimensão espacial do fenômeno analisado, apenas o grupo de fatores "capital" foi selecionado como relevante pelo programa GoldVarb X. Este foi, aliás, o primeiro grupo de fatores selecionado pelo programa em todas as rodadas efetuadas, o que mostra, como dito, a relevância da dimensão diatópica no fenômeno aqui analisado.

A Tabela 9 mostra a distribuição das ocorrências do nome próprio com e sem artigo segundo as cinco regiões brasileiras:

Tabela 9: Uso do artigo definido diante de nome próprio nas cinco regiões brasileiras.

Região	Apl./Total	%	P.R
Norte	443/586	75,6	0.66
Nordeste	218/646	33,7	0.23
Sudeste	224/324	69,1	0.54
Sul	229/293	78,2	0.67
Centro-Oeste	187/263	71,1	0.58
Total	**1.301/2.112**	**61,6**	
			Significância: 0.023

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os dados distribuídos pelas regiões mostram que a Região Nordeste é a única que se caracteriza pelo não uso do artigo antes de nome próprio de pessoas (33,7%); as regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentam como marca o uso do artigo nesse contexto. Isso é confirmado com os pesos relativos atribuídos a cada região; a Região Nordeste desfavorece o uso do artigo (0.23) enquanto que as demais favorecem o uso. Isso vem ao encontro do que se esperava; acreditava-se que o uso do artigo antes de nome de pessoas fosse significativo no português brasileiro por se considerar que esta possa ser a tendência de uso do português brasileiro contemporâneo no que diz respeito a este fenômeno.

A ausência de artigo diante de antropônimos é um dos traços que, no senso comum, caracterizam o falar de pessoas da Região Nordeste do país; os dados gerais da região confirmam que o não uso do artigo ainda é um traço característico dessa parte do território brasileiro, pois os falantes dessa região, seja consciente ou inconscientemente, tendem a evitar antepor o artigo definido a nome de pessoas. Se se considerar a variante "art. def. + antropônimo" como aquela tida como "padrão" – no sentido de tendência geral de uso – do português brasileiro contemporâneo, pode-se considerar também a Região Nordeste como a que ainda resiste em aderir a essa tendência, talvez por uma questão de identidade linguística.

Quando se observa cada uma das nove capitais do Nordeste brasileiro, no entanto, pode-se sugerir que os usos linguísticos podem estar começando a mudar, da variante sem artigo para a variante com artigo, considerando, aqui, as capitais dos estados. Duas das capitais nordestinas, Fortaleza e Maceió, revelaram uso significativo do artigo, contrastando com as demais. A Tabela 10 mostra as ocorrências de artigo com nome próprio nas capitas da Região Nordeste:

Tabela 10: Uso do artigo definido diante de nome próprio nas capitais da Região Nordeste.

Capital	Apl./Total	%	P.R
Fortaleza	63/86	**73,3**	**0.62**
Maceió	62/90	**68,9**	**0.60**
Teresina	21/55	38,2	0.28
São Luís	32/98	32,7	0.17
Natal	17/73	23,3	0.15
Aracaju	12/57	21,1	0.10
Salvador	6/65	9,2	0.04
Recife	4/56	7,1	0.03
João Pessoa	1/66	1,5	0.00
Total	**218/646**	**33,7**	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Observa-se na Tabela 10 que os pesos relativos atribuídos a cada capital vão decrescendo à medida que decresce a frequência de uso do artigo, com as cidades de Fortaleza e Maceió não só fazendo mais uso do artigo, em termos de frequência, como também essas cidades favorecem, em termos de peso relativo, a presença do artigo diante de nome próprio. Considerando que a tendência de uso do português brasileiro contemporâneo constitui aquela em que o artigo antecede o nome próprio, este padrão de uso começa a se infiltrar em áreas cuja tendência de uso é a da variante sem o artigo. É possível que as cidades de Teresina e São Luís já estejam caminhando em direção à norma geral do PB contemporâneo, e as cidades de Salvador, Recife e João Pessoa sejam as mais resistentes a esse processo de possível mudança.

Como mencionado no início desta seção, foram feitas rodadas estatísticas regionais com o intuito de observar o comportamento do fenômeno em cada uma das cinco regiões. Na rodada relativa à Região Nordeste, o grupo de fatores *capital* foi o primeiro selecionado como relevante. Nessa rodada, as cidades de Fortaleza e Maceió não só aparecem como as que mais favorecem o uso do artigo, como também são acompanhadas por Teresina e São Luís, que apresentam frequência de uso que se pode cogitar como crescente: 38,2% e 32,7%, respectivamente, como mostra a Tabela 10. A esse respeito, é lícito ressaltar que, nessas duas

cidades, embora a frequência seja um pouco mais alta que as demais a probabilidade ainda é muito baixa (0.28 e 0.17, respectivamente Teresina e São Luís), o que pode dizer que a mudança será lenta.

Em termos percentuais, em Fortaleza e Maceió o uso do artigo já é majoritário; em Teresina e São Luís, este uso parece estar no caminho da ascensão, embora a predominância seja ainda a de não uso. O peso relativo atribuído a essas quatro cidades na rodada regional é o de favorecimento do uso do artigo: Fortaleza (0.91), Maceió (0.88), Teresina (0.70) e São Luís (0.58). As outras cinco cidades da região continuam apresentando tendência ao desfavorecimento do artigo, com o peso relativo caindo à medida que cai o percentual de presença de artigo. Os resultados da rodada regional para o Nordeste podem ser observados na Tabela 11:

Tabela 11: Uso do artigo definido diante de nome próprio nas capitais da Região Nordeste: Rodada regional

Capital	**Apl./Total**	**%**	**P.R**
Fortaleza	63/86	73,3	**0.91**
Maceió	62/90	68,9	**0.88**
Teresina	21/55	38,2	**0.70**
São Luís	32/98	32,7	**0.58**
Natal	17/73	23,3	0.48
Aracaju	12/57	21,1	0.37
Salvador	6/65	9,2	0.17
Recife	4/56	7,1	0.12
João Pessoa	1/66	1,5	0.03
Total	**218/646**	**33,7**	
			Significância: 0.049

Fonte: Elaborada pelo autor.

Pelas informações trazidas na Tabela 11, observa-se que na rodada regional, quando se considerou apenas a Região Nordeste, as capitais favorecedoras do artigo nesta Região são justamente aquelas que, na rodada global, apresentaram os maiores índices percentuais de uso do artigo: Fortaleza, Maceió, Teresina e São Luís. Isso pode ser um indício de que as capitais Teresina e São Luís caminham, ainda que devagar, em direção a uma tendência de uso que é geral para o restante do Brasil, a saber, a de uso do artigo antes de nome próprio de pessoas.

Ainda no Nordeste, Ié (2021) observou o artigo diante de antropônimo em amostra do Projeto Português Oral Culto de Fortaleza (PORCUFORT) e registrou uma frequência de uso do artigo de 69%. Esta pode ser mais uma evidência de que a presença do artigo antes de nome próprio está se expandindo cada vez mais, atingindo, paulatinamente, áreas que apresentam a ausência do artigo como norma de uso. É possível que, paulatinamente, as

tendências de usos linguísticos características das capitais dos estados se espalhem para outras localidades ao entorno das metrópoles.

Ramos, Bezerra e Carvalho (2020), ainda na Região Nordeste, observaram o uso do artigo antes de nome próprio nas cinco cidades que constituem a rede de pontos do Atlas Linguístico do Maranhão – ALiMA. No que diz respeito à capital São Luís, os autores registraram 96 ocorrências de antropônimos, dos quais 19 (20%) apareceram articulados. Os dados trazidos na pesquisa desta tese para a cidade de São Luís, conforme mostrou a Tabela 10, são de 98 ocorrências das quais 32 (32,7%) apareceram articuladas. A diferença entre as duas pesquisas, que apresentam metodologia de coleta de dados semelhantes, visto que os autores supracitados analisaram dados coletados segundo as técnicas utilizadas pelo Projeto ALiB para o ALiMA, pode residir no fato de que Ramos, Bezerra e Carvalho (2020) observaram apenas as questões 001 e 002 do QMS e os discursos dirigidos e semidirigidos dos colaboradores, enquanto que para esta pesquisa observou-se, como já dito, todo o inquérito linguístico do Projeto ALiB aplicado em São Luís. A diferença na frequência de uso registrada nos dados dos dois atlas linguísticos é significativa (12,7%) e pode ser explicada com base nos critérios e escolhas metodológicas para a validação e análise dos dados coletados.

A Tabela 12 traz os resultados para a variável *capital*:

Tabela 12: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *capital*

Região	Capital	Apl./Total	%	P.R
NORTE	Rio Branco	89/101	88,1	0.79
	Belém	61/76	80,3	0.76
	Boa Vista	69/91	75,8	0.74
	Porto Velho	50/66	75,8	0.68
	Macapá	109/157	69,4	0.66
	Manaus	65/95	68,4	0.63
NORDESTE	Fortaleza	63/86	73,3	0.62
	Maceió	62/90	68,9	0.60
	Teresina	21/55	38,2	0.28
	São Luís	32/98	32,7	0.17
	Natal	17/73	23,3	0.15
	Aracaju	12/57	21,1	0.10
	Salvador	6/65	9,2	0.04
	Recife	4/56	7,1	0.03
	João Pessoa	1/66	1,5	0.00
CENTRO-OESTE	Goiânia	91/111	82	0.78
	Campo Grande	37/55	67,3	0.54
	Cuiabá	59/97	60,8	0.51
SUDESTE	São Paulo	67/75	89,3	0.83
	Rio de Janeiro	89/114	78,1	0.62

	Vitória	36/69	52,2	0.47
	Belo Horizonte	32/66	48,5	0.31
SUL	Curitiba	58/79	73,4	0.62
	Florianópolis	97/134	72,4	0.67
	Porto Alegre	74/80	92,5	0.87
Total		**1.301/2.112**	**61,6**	
				Significância: 0.023

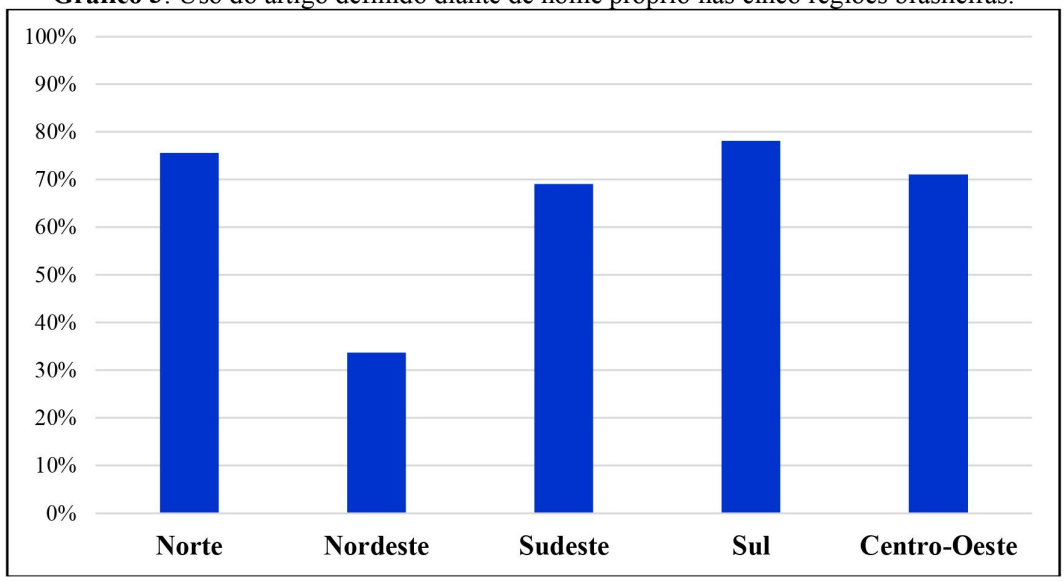
Fonte: Elaborada pelo autor.

A Tabela 12 traz informações importantes para o entendimento do fenômeno analisado. Com exceção de Fortaleza e Maceió, todas as outras capitais do Nordeste apresentam baixa frequência de uso do artigo e peso relativo desfavorecedor; além dessas cidades, apenas Belo Horizonte apresenta frequência de uso abaixo de 50% com peso relativo igualmente desfavorecedor (0.31) ao uso do artigo. Todas essas capitais apresentam, como visto, frequência de uso abaixo da frequência geral observada para cinco regiões, que é de 61,6%. A cidade de Vitória apresenta uma frequência de uso de 52,2%, também abaixo da frequência geral de 61,6% e um peso relativo também desfavorecedor, de 0.47. O que se observa nesses resultados é que todas as cidades que apresentaram uso do artigo abaixo de 50% apresentaram-se também como desfavorecedora do uso do artigo. Em Vitória, mesmo com um índice um pouco acima dos 50%, mas ainda abaixo da frequência geral, o peso relativo é igualmente desfavorecedor à presença do artigo. A tendência ao não uso do artigo em Vitória foi verificada por Campos Júnior (2011) na análise dos dados provenientes do Projeto PORTVIX, conforme visto na seção 3.4. Os dados dessa capital analisados nesta pesquisa, em interação com os das outras 24 capitais brasileiras, mostraram que a cidade de Vitória, de fato, se caracteriza por não favorecer o uso do artigo antes de nome próprio, o que seria um indicativo em favor da afirmação de Campos Júnior (2011) de que a capital capixaba usa menos artigo que as de outras regiões do país[69].

Uma questão importante a se destacar é que mesmo que a variável "Região" não tenha sido selecionada pelo programa GoldVarb X, ela mostra-se importante, pois o uso ou não uso do artigo ante de antropônimo pode denunciar a região de origem do falante; é flagrante que falantes da Região Nordeste usam significativamente menos artigo nesse contexto que os falantes de outras regiões, embora esse cenário mostre-se propenso a mudanças. O Gráfico 3 a seguir ilustra o uso do artigo nas cinco regiões brasileiras:

[69] Esta afirmação não é de todo verdade; capitais nordestinas usam bem menos artigo que a capital capixaba. Excluindo a Região Nordeste, no entanto, Vitória está à frente apenas de Belo Horizonte em termos percentuais.

Gráfico 3: Uso do artigo definido diante de nome próprio nas cinco regiões brasileiras.

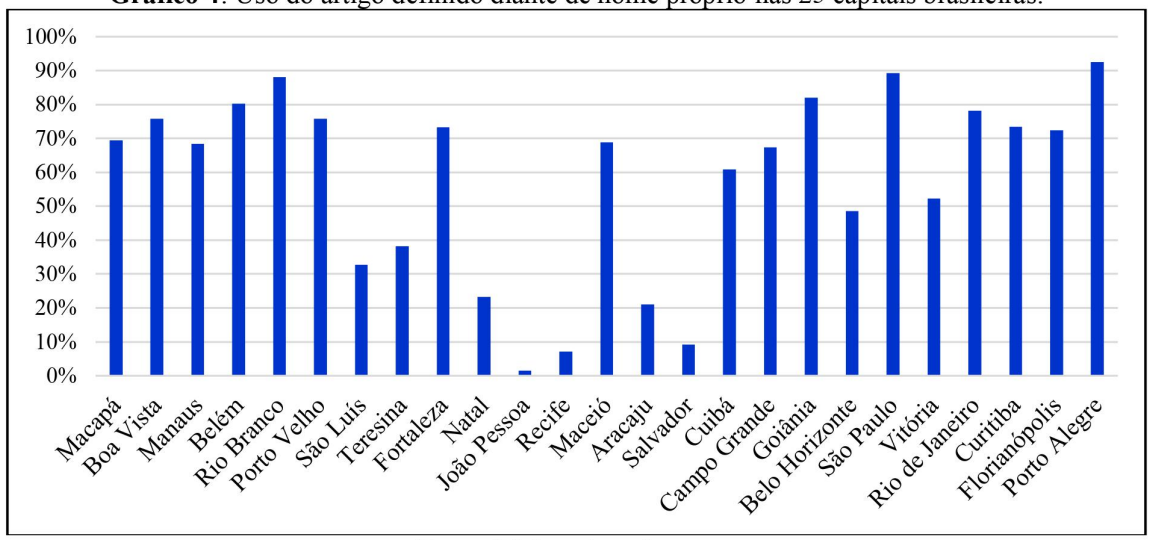


Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 3 mostra claramente que é a Região Nordeste do Brasil a que faz menos uso de artigo antes de nome próprio de pessoas; essa característica pode ser vista como um caso de identidade linguística dos falantes dessa Região, uma marca identitária que os falantes, consciente ou inconscientemente, procuram preservar: muitos falantes percebem e reconhecem esse traço linguístico e, mesmo inconscientemente, procuram mantê-lo como forma de preservar sua identidade linguística frente aos usos no restante do país.

O Gráfico 4 que segue apresenta a frequência de uso do artigo em cada uma das 25 capitais. No que diz respeito ainda à Região Nordeste, o que se verifica é que, mesmo em cidades como Fortaleza e Maceió, em que já se usa de forma significativa o artigo diante de nome próprio, a resistência na região como um todo ainda é bastante grande.

Gráfico 4: Uso do artigo definido diante de nome próprio nas 25 capitais brasileiras.



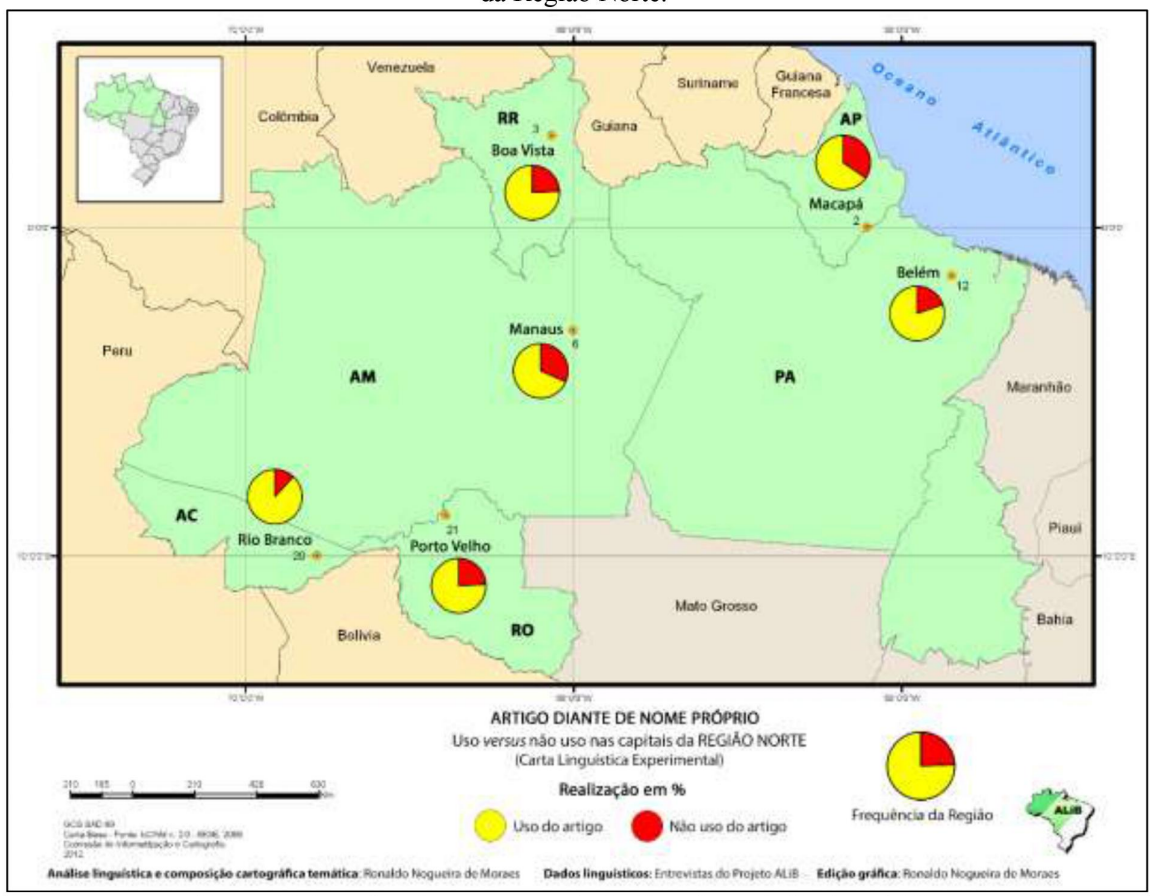
Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados da Tabela 12 e os gráficos 3 e 4 evidenciam que o PB se caracteriza por fazer uso do artigo junto a nome próprio de pessoas, embora apresente ainda áreas significativas que resistem ao uso, mas que se pode aventar a expansão desse uso em espaços ainda dominado pela ausência do artigo. Excetuando-se as capitais da Região Nordeste, apenas Belo Horizonte apresentou índices abaixo de 50% de uso do artigo e apesar de Vitória registrar 52,2% de ocorrência de artigo, o peso relativo atribuído à cidade é desfavorecedor. Comparando essas duas capitais da Região Sudeste com as da Região Nordeste, que também tendem a não usar artigo, pode-se levantar a hipótese de que Vitória, Belo Horizonte, Teresina e São Luís estejam caminhando cada vez mais rumo à adesão da variante com artigo, haja vista ser esta variante a que se mostra como a de tendência de uso do PB contemporâneo. Obviamente, pesquisas posteriores que considerem essas capitais irão confirmar ou refutar a hipótese aqui levantada.

A característica diatópica e o traço regional do fenômeno analisado nesta tese parecem ser claros, vide as tabelas 9 e 12 apresentadas anteriormente. Se considerarmos apenas as regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, o índice de uso do artigo salta de 61,6% para 74%, numa diferença significativa e superior a doze pontos percentuais. Isso pode ser um indicativo evidente de que o português brasileiro contemporâneo apresenta como tendência de uso o artigo anteposto ao nome próprio e de que é esta tendência de uso que tende a se expandir pelo território brasileiro. Vale ressaltar, ainda, que mais da metade das ocorrências de não uso do artigo foi registrada na Região Nordeste: 428/811, 52,8%.

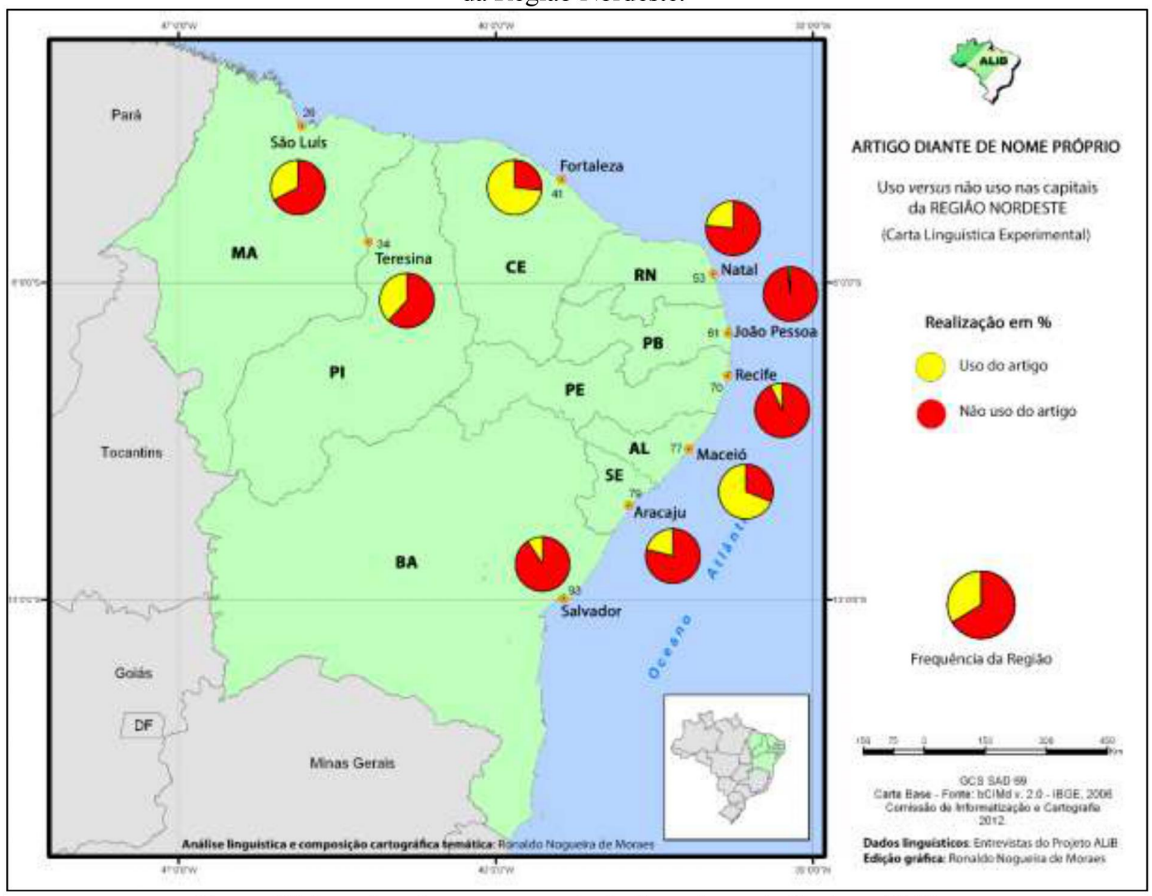
A seguir, apresenta-se um conjunto de seis cartas linguísticas que mostram a distribuição diatópica do fenômeno nas cinco regiões (cartas regionais), bem como uma carta nacional com as 25 capitais.

Carta Linguística 1: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas capitais da Região Norte.



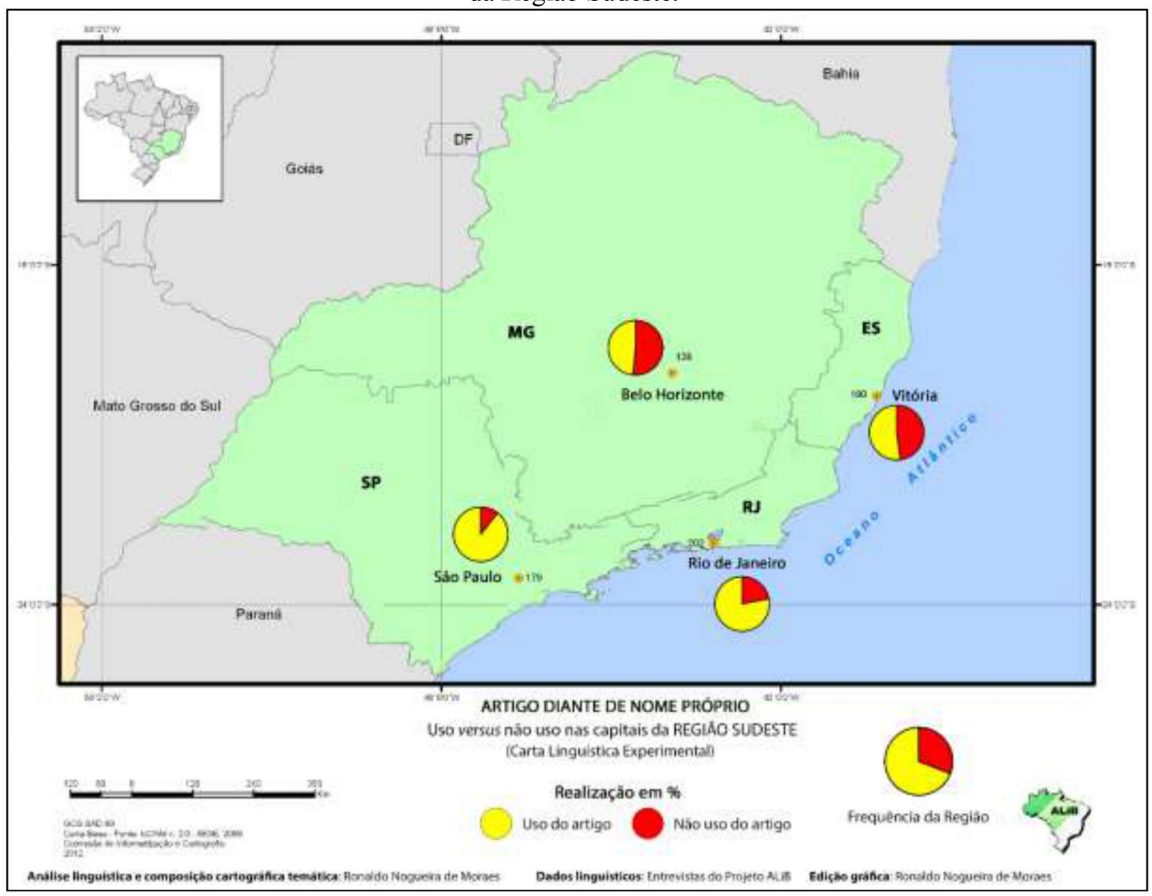
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Carta-base do Projeto ALiB.

Carta Linguística 2: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas capitais da Região Nordeste.



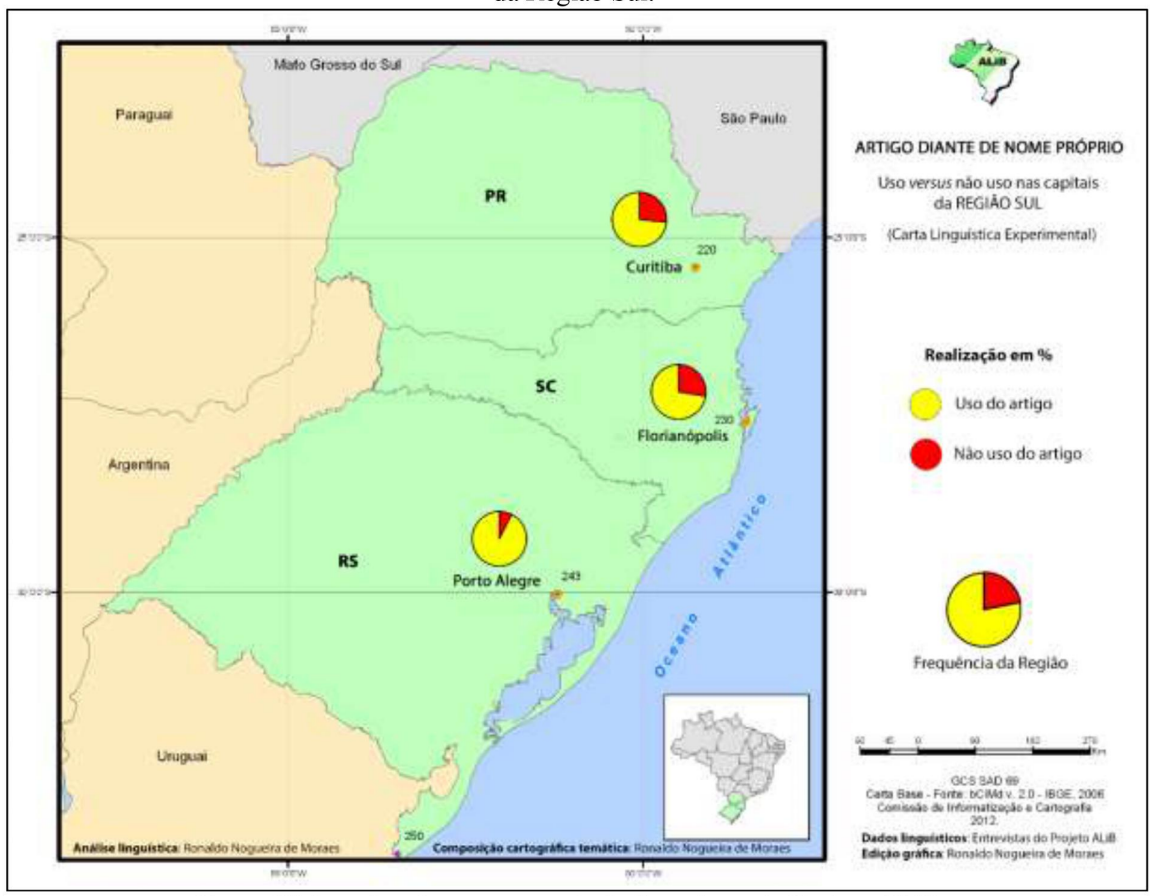
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Carta-base do Projeto ALiB.

Carta Linguística 3: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas capitais da Região Sudeste.



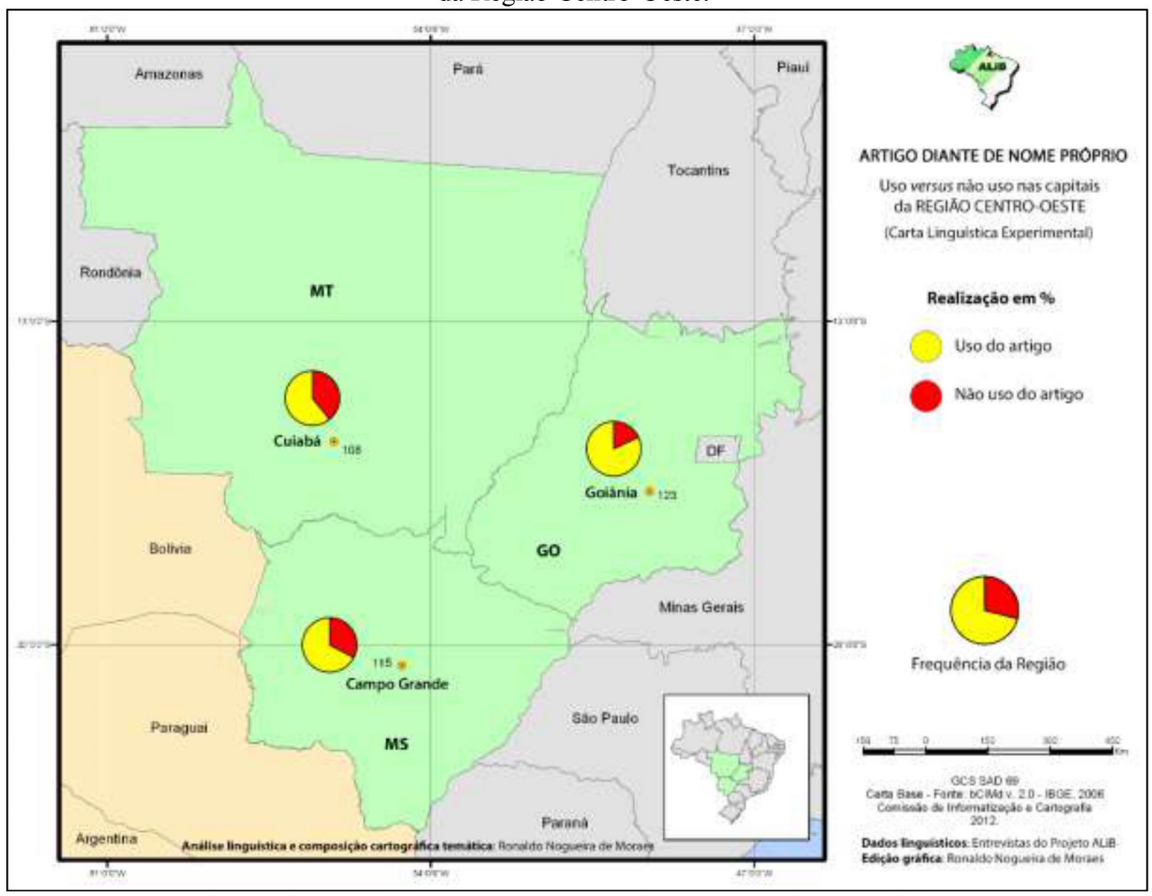
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Carta-base do Projeto ALiB.

Carta Linguística 4: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas capitais da Região Sul.



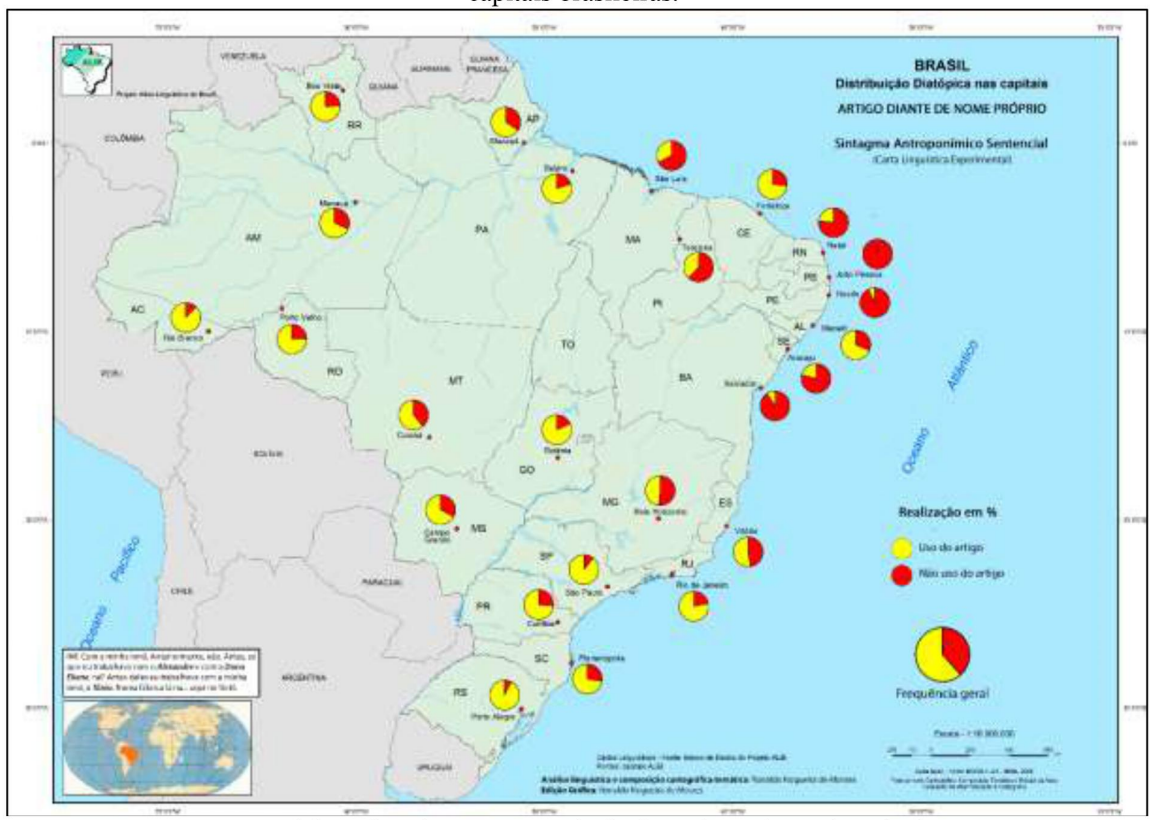
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Carta-base do Projeto ALiB.

Carta Linguística 5: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas capitais da Região Centro-Oeste.



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Carta-base do Projeto ALiB.

Carta Linguística 6: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas 25 capitais brasileiras.



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Carta-base do Projeto ALiB.

As cartas linguísticas regionais (cartas de 1 a 5) e a carta linguística nacional (carta 6) apresentadas são de natureza monodimensional e dão uma visão muito clara do comportamento do fenômeno variável aqui analisado no espaço territorial brasileiro nos pontos das capitais dos estados. Além de se poder observar a frequência de uso e não uso do artigo diante de nome próprio em cada uma das 25 capitais, é possível também ver os (não) usos do artigo considerando a Região como um todo e o conjunto das 25 localidades. A análise que pode ser empreendida a partir dessas Cartas Linguísticas permite explorar a um só tempo os níveis local, regional e nacional, de modo que possibilita estabelecer comparações não apenas entre as diferentes cidades, mas também entre as diferentes regiões.

5.2.2 Tempo de fundação das capitais e a hipótese do conservadorismo linguístico do PB

Como visto na seção 3.4, Callou e Silva (1997) investigaram a variação no uso do artigo antes de nome próprio em entrevistas provenientes do Projeto NURC nas cinco capitais do referido Projeto, a saber: Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Nesse estudo, as autoras, dentre outros aspectos, chamaram a atenção para o fato de o uso do artigo ser menor nas cidades de colonização mais antiga (Salvador e Recife), o que revelaria, segundo as autoras, um traço do conservadorismo linguístico do PB.

A Tabela 11 vista anteriormente mostra que as cidades de Recife e Salvador apresentaram índices muito baixos de uso do artigo (7,1% e 9,2%, respectivamente), e as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre apresentaram índices bem elevados de uso, respectivamente 89,3%, 78,1% e 92,5%. Olhando para esses resultados, poder-se-ia ratificar a afirmação das autoras; no entanto, é preciso um olhar mais atendo e observar outras cidades cuja colonização é igualmente mais antiga e/ou mais nova, para que se possa ter uma visão mais ampla da hipótese em questão.

As 25 capitais que integram a rede de pontos do Projeto ALiB foram divididas em dois grupos: aquelas fundadas nos séculos XVI e XVII, representando cidades de colonização mais antiga, e aquelas fundadas nos séculos XVIII, XIX e XX, representando as de colonização mais recente. O resultado para essa variável é apresentado na Tabela 13:

Tabela 13: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Tempo de fundação da capital*.

Fundação da capital	**Apl./Total**	**%**	**P.R**
Fundação mais recente	768/1.112	69,1	0.51
Fundação mais antiga	533/1.000	53,3	0.48
Total	**1.301/2.112**		

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os pesos relativos atribuídos aos fatores deste grupo podem justificar o fato de ele não ter sido selecionado pelo programa. A frequência de uso do artigo, quando se observam as capitas reunidas em dois grupos, revela que nas cidades de fundação mais antiga a presença do artigo é menor (53,3%) quando comparadas as de fundação mais recente (69,1%). A princípio, poder-se-ia pensar que os resultados trazidos pela amostra do Projeto ALiB poderiam corroborar a hipótese levantada por Callou e Silva (1997) de que a ausência do artigo definido antes de nome de pessoas em capitais de fundação mais antiga corresponderia um aspecto conservador do PB. No entanto, isso não é o que acontece quando se observam os dados de modo mais detalhado – e não em conjunto, como se mostrou na Tabela 13. Quando se especificam as capitais nos dois grupos, no entanto, novas informações vão surgindo. A Tabela 14 adiante apresenta os resultados para a variável *tempo de fundação da capital* especificando as cidades tidas como de fundação mais antiga e mais recente.

Tabela 14: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Tempo de fundação da capital*.

Fundação	Capital	Apl./Total	%
ANTIGA (Séculos XVI e XVII)	João Pessoa	1/66	1,5
	Recife	4/56	7,1
	Salvador	6/65	9,2
	Natal	17/73	23,3
	São Luís	32/98	32,7
	Vitória	36/69	52,2
	Manaus	65/95	68,4
	Florianópolis	97/134	72,4
	Curitiba	58/79	73,4
	Rio de Janeiro	89/114	78,1
	Belém	61/76	80,3
	São Paulo	67/75	89,3
Total		**533/1.000**	**53,3**
RECENTE (Séculos XVIII-XX)	Porto Alegre	74/80	92,5
	Rio Branco	89/101	88,1
	Goiânia	91/111	82
	Porto Velho	50/66	75,8
	Boa Vista	69/91	75,8
	Fortaleza	63/86	73,3
	Macapá	109/157	69,4
	Maceió	62/90	68,9
	Campo Grande	37/55	67,3
	Cuiabá	59/97	60,8
	Belo Horizonte	32/66	48,5
	Teresina	21/55	38,2
	Aracaju	12/57	21,1
Total		**768/1.112**	**69,1**

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Tabela 14 especifica as cidades dentro dos grupos "fundação mais antiga" e "fundação mais recente". No grupo de capitais de fundação mais antiga, estão cidades das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, cuja fundação se deu nos séculos XVI (João Pessoa, Recife, Salvador, Natal, Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo) e XVII (São Luís, Manaus, Belém, Florianópolis e Curitiba). As cinco cidades da Região Nordeste – quatro delas do século XVI e uma do século XVII – apresentam baixa ocorrência de uso do artigo; as outras sete cidades de fundação mais antiga são da Região Norte (Belém e Manaus – ambas do século XVII), da Região Sudeste (Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo – todas datadas do século XVI) e da Região Sul (Curitiba e Florianópolis – ambas do século XVII). Essas sete cidades têm em comum a característica de fazerem uso significativo do artigo, com índices que vão de 52,2% a 89,3%, o que poderia supor que pode não ser o traço de

fundação/colonização mais antiga o que poderia justificar o baixo uso do artigo nas cidades de Recife e Salvador, observadas por Callou e Silva (1997).

No grupo de cidades tidas como de fundação mais recente estão aquelas datadas dos séculos XVIII, XIX e XX. Nesse grupo, o índice de uso do artigo é alto, acima de 60%, com exceção das cidades de Belo Horizonte, Teresina e Aracaju, com índices de 48,5%, 38,2% e 21,1%, respectivamente. No grupo de cidades de fundação mais recente, poder-se-ia esperar frequência maior de uso do artigo nas três cidades citadas e o que se observa é que são exatamente as duas cidades da Região Nordeste, Teresina e Aracaju, ambas do século XIX, que apresentam as menores ocorrências de artigo nesse grupo, seguidas de Belo Horizonte, no sudeste brasileiro. Este fato pode reforçar a ideia de que não é exatamente o fato de a cidade ser de fundação/colonização mais antiga ou mais recente uma das justificativas do maior ou menor uso do artigo antes de nome próprio, mas sim o aspecto regional.

A Região em que se encontra a cidade parece ser mais determinante que seu tempo de fundação. Para reforçar essa ideia, pode-se considerar como cidade de fundação mais antiga apenas aquelas datadas do século XVI e as demais (séculos XVII-XX) como de colonização mais recente. Reorganizado as cidades nessa nova configuração, têm-se os resultados mostrados na Tabela 15 a seguir:

Tabela 15: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Tempo de fundação da capital* reorganizada.

Fundação	Capital	Apl./Total	%
ANTIGA (Século XVI)	João Pessoa	1/66	1,5
	Recife	4/56	7,1
	Salvador	6/65	9,2
	Natal	17/73	23,3
	Vitória	36/69	52,2
	Rio de Janeiro	89/114	78,1
	São Paulo	67/75	89,3
Total		**220/518**	**42,5**
RECENTE (Séculos XVII-XX)	Porto Alegre	74/80	92,5
	Rio Branco	89/101	88,1
	Goiânia	91/111	82
	Belém	61/76	80,3
	Porto Velho	50/66	75,8
	Boa Vista	69/91	75,8
	Curitiba	58/79	73,4
	Fortaleza	63/86	73,3
	Florianópolis	97/134	72,4
	Macapá	109/157	69,4
	Maceió	62/90	68,9

	Manaus	65/95	68,4
	Campo Grande	37/55	67,3
	Cuiabá	59/97	60,8
	Belo Horizonte	32/66	48,5
	Teresina	21/55	38,2
	São Luís	32/98	32,7
	Aracaju	12/57	21,1
Total		**1.081/1.594**	**67,8**

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Tabela 15, que considera como cidades de fundação mais antiga apenas as do século XVI, mostra que apenas as capitais do Nordeste apresentaram baixo uso do artigo. Já as da Região Sudeste, pertencentes ao mesmo grupo, apresentaram índices maiores de uso. No novo grupo de cidades de fundação mais recente, que teoricamente deveriam elas apresentar os maiores índices de frequência de uso do artigo, figuram três cidades da Região Nordeste – Teresina (38%), São Luís (33%) e Aracaju (21%) – e uma do Sudeste – Belo Horizonte (49%) – com percentuais relativamente baixos se comparadas a São Paulo (89%) e Rio de Janeiro (78%), que têm fundação no século XVI.

Os dados observados nas cinco regiões mostram que não é exatamente o caráter mais antigo ou mais recente da fundação/colonização da cidade o que pode explicar o maior ou menor uso do artigo, e sim a região em que se localiza a cidade. Está claro que cidades da Região Nordeste do Brasil são as que menos utilizam o artigo, enquanto que as de outras regiões são as que mais o empregam antes de nome próprio, independentemente do tempo de fundação, se mais antigo ou mais recente. Este fato revela, ainda, que o PB não se mostra conservador no que diz respeito a esse fenômeno variável; pelo contrário, o PB mostra-se mais inovador, expandindo o uso do artigo cada vez mais, chegando a espaços ainda caracterizados pela ausência do artigo no contexto observado.

Os dados sugerem mais uma vez que o aspecto regional pode ser o responsável pela divisão dialetal do português brasileiro no que diz respeito ao uso do artigo antes de nome próprio. Assim, a hipótese de que o uso do artigo seria menor em cidades de colonização mais antiga, retratando, assim, o aspecto conservador do PB, só se mostra válida quando se observam os resultados tal como expostos na Tabela 13 apresentada anteriormente. Quando se detalham os fatores do grupo em questão, como nas tabelas 14 e 15, a hipótese conservadorismo aplicado à ausência de artigo não se mantém.

5.2.3 A dimensão diassexual

No controle da dimensão diassexual observou-se o comportamento do fenômeno na fala de homens e mulheres; procurou-se, assim, verificar a frequência de uso do artigo na fala dos homens e das mulheres, a fim de se dar a conhecer quem está à frente nesse processo. A variável *sexo* foi a sexta a ser selecionada como relevante na análise do fenômeno pelo programa GoldVarb X. Os resultados para esta variável podem ser observados na Tabela 16:

Tabela 16: Artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *sexo*.

	Não uso do artigo		**Uso do artigo**		
	Apl./Total	**%**	**Apl./Total**	**%**	**P.R**
Mulher	369/1.102	33,5	733/1.102	66,5	**0.55**
Homem	442/1.010	43,8	568/1.010	56,2	0.44
					Significância: 0.023

Fonte: Elaborada pelo autor.

A frequência global de uso do artigo foi de 61,6% nas capitais das cinco regiões observadas; os homens ficaram abaixo dessa média e as mulheres acima dela. O artigo antes de nome de pessoas está mais presente, em termos de aplicação, na fala das mulheres (66,5%) do que na dos homens (56,2%), bem como são as mulheres as que favorecem o uso do artigo, em termos de peso relativo (0.55).

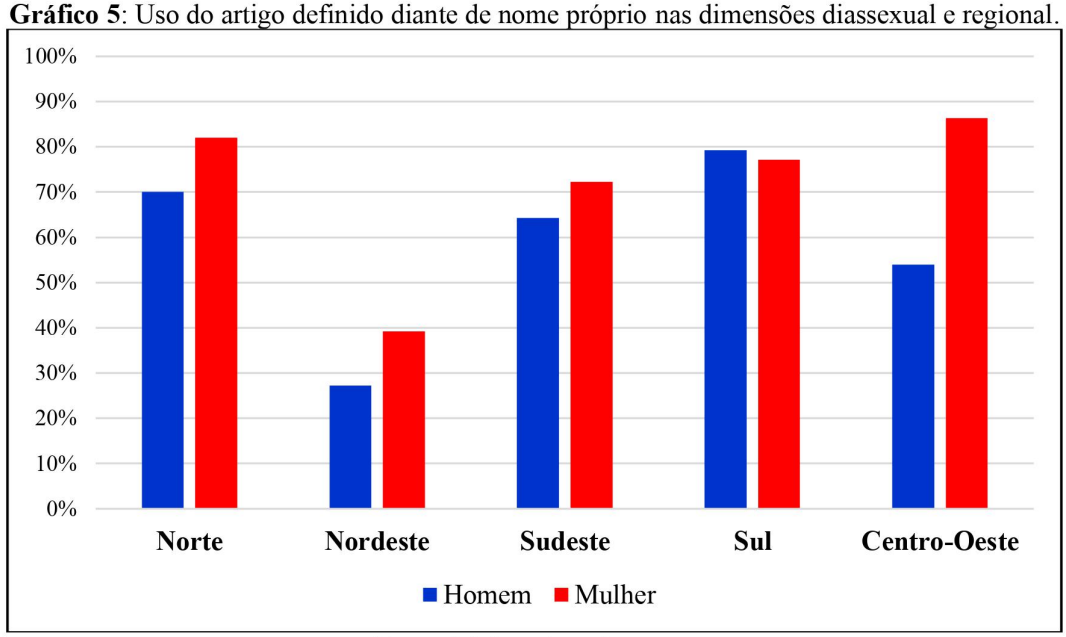
É comum, em Sociolinguística, considerar que as mulheres são mais sensíveis às formas linguísticas de maior prestígio social, em razão de uma possível consciência mais aflorada ao valor social das formas variantes; isso faz com que as mulheres usem mais a variante de prestígio do que os homens. No entanto, o fenômeno aqui analisado parece não sofrer pressões sociais normativas, parece não ser um fenômeno prestigiado nem estigmatizado socialmente, de modo que é difícil dizer se é o uso ou o não uso do artigo o que corresponde à variante tida como padrão e privilegiada na sociedade.

Tendo em conta que a tendência de uso do PB contemporâneo corresponde à variante com artigo, então pode-se considerar que as mulheres são mais sensíveis a essa norma de uso e por isso mesmo os artigos estão mais presentes na fala delas. É claro que o fato de as mulheres usarem mais artigo do que os homens não nos autoriza dizer que essa seja a variante de prestígio; no entanto, é possível afirmar que as mulheres tendem a seguir o padrão de uso da comunidade investigada.

A norma/tendência de uso das regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste corresponde àquela em que o artigo está presente; a da Região Nordeste corresponde àquela em que o

artigo está ausente. Quando se observa o comportamento de homens e mulheres em cada uma das cinco regiões, pode-se verificar a tendência das mulheres em seguir o padrão de uso da comunidade. Isso pode ser visto no Gráfico 5 a seguir, que conjuga a dimensão diassexual com a dimensão diatópica, de caráter regional.

Gráfico 5: Uso do artigo definido diante de nome próprio nas dimensões diassexual e regional.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse gráfico, pode-se observar a frequência de uso do artigo na fala de homens e mulheres nas cinco regiões investigadas. A Tabela 9 da seção 5.2.1 mostra a frequência de uso do artigo em cada uma das cinco regiões; retoma-se aqui a informação trazida pela referida Tabela: Norte 75,6%, Nordeste 33,7%, Centro-Oeste 71,1%, Sudeste 69,1% e Sul 78,2%. Veja-se uma vez mais que a Região Nordeste é a única que apresenta como norma de uso a variante sem artigo; nas demais, a norma é aquela em que o artigo está presente. Analisando o Gráfico 5 acima, constata-se que as mulheres tendem a seguir o padrão de uso da comunidade mais do que os homens.

No Norte do país, as mulheres usam o artigo antes de nome próprio 82% das vezes, enquanto que os homens o fazem em 70,1%; aqui, as mulheres ficam acima da média da região (75,6%) e os homens abaixo. No Centro-Oeste, as mulheres usam o artigo em 86,3% dos casos, e os homens em 54%; aqui, igualmente as mulheres acima da média para a região (71,1%) e os homens abaixo. No Sudeste, as mulheres empregam artigo em 72,3% das vezes, e os homens em 64,3%, com as mulheres acima da média para a região (69,1%) e os homens abaixo. Na Região Sul do Brasil, que também se caracteriza por fazer uso do artigo diante de

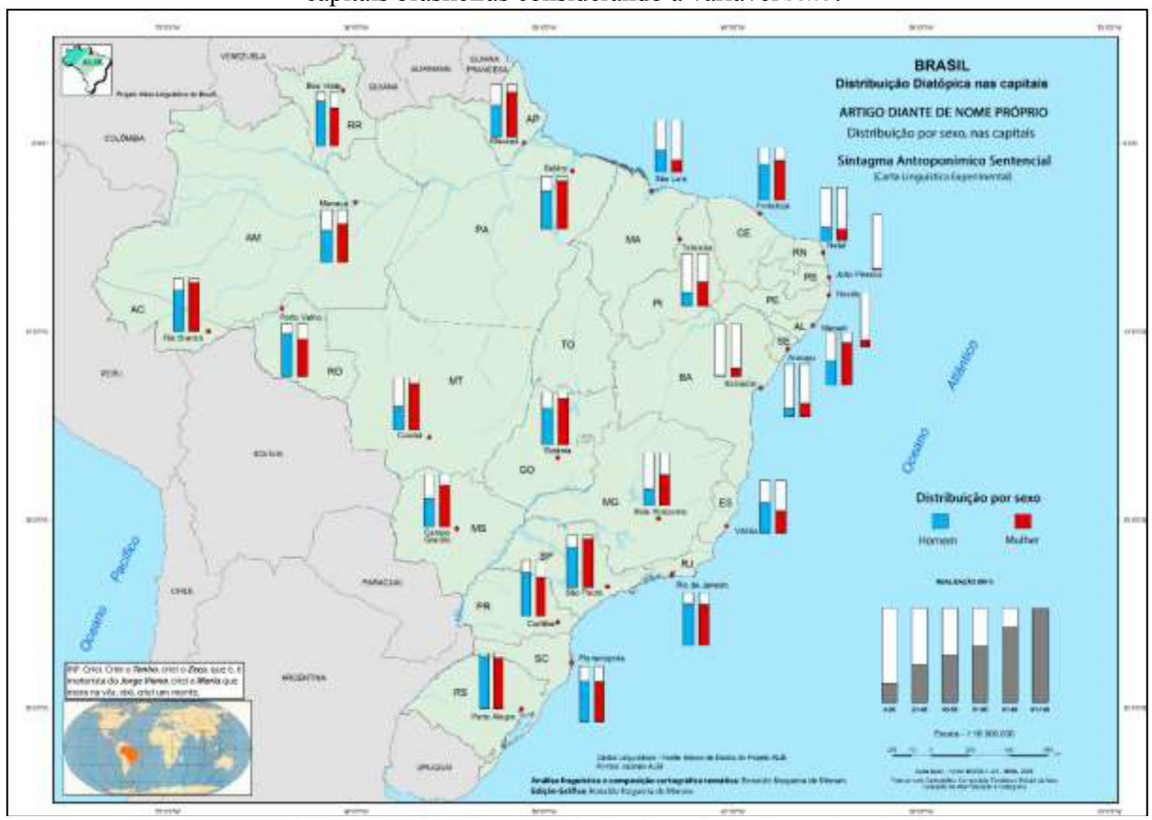
antropônimo, há um equilíbrio muito grande entre homens e mulheres, com uma pequeníssima vantagem para os homens; lá, eles empregaram o artigo em 79,2% das vezes enquanto elas o fizeram em 77,1%. A diferença é tão pequena, 2,1 pontos percentuais, que pode ficar inviável afirmar que nas capitais dos estados da Região Sul são os homens que estão levando adiante o uso da variante com artigo. Por fim, no Nordeste do país, região em que o padrão de uso é diferente das demais regiões, têm-se as mulheres usando artigo em 39,2% dos casos e os homens com 27,2%. Observa-se que até mesmo nessa região as mulheres estão na liderança e são as prováveis disseminadoras da variante com artigo, visto que a frequência de uso do artigo por parte delas é superior à média da região, de 33,7%.

Esses resultados mostram que as mulheres estão na liderança do uso do artigo e que elas tendem a acompanhar a norma de uso da comunidade. A regularidade observada nos dados de quatro regiões pode sugerir que a variante com artigo é a que, ainda que inconscientemente, goza de prestígio. Essa suposição só é válida se se concordar com a hipótese de que as mulheres são mais sensíveis às normas socialmente mais prestigiadas – mesmo que esse prestígio social seja inconsciente – que os homens e por essa razão estão à frente deles no uso dessas formas.

Labov (1990, 2001), no que ele chama de *change from below*, diz que nos processos de mudança que envolvem fenômenos que não são alvos de pressão e avaliação social conscientes, como parece ser o caso do fenômeno aqui analisado, as mulheres são as que usam com mais frequência a variante inovadora, estando, assim, à frente dos homens. Esse princípio da mudança de baixo (*change from below*) é observado nos dados das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste com maior evidência, onde se verifica que as mulheres estão na liderança no uso do artigo. No Sul do Brasil, onde há um equilíbrio entre homens e mulheres, elas estão a dois pontos percentuais abaixo dos homens e uma alta frequência de uso, 77,1%. Este fato se atesta, ainda, no peso relativo atribuído às mulheres e mostrado na Tabela 16 vista anteriormente: as mulheres são as semeadoras da variante inovadora e, talvez, as responsáveis pela expansão do uso do artigo antes de nome próprio.

A Carta Linguística 7 adiante ilustra a distribuição diatópica do fenômeno considerando a dimensão diassexual nas 25 capitais brasileiras.

Carta Linguística 7: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas 25 capitais brasileiras considerando a variável *sexo*.



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Carta-base do Projeto ALiB.

O maior uso de artigo antes de nome próprio de pessoas feito pelas mulheres em relação aos homens constatado em níveis total e regional dos dados também é observada nos níveis locais, das capitais. As mulheres estão à frente dos homens, segundo os valores observados nas tabelas e aqui apresentado em ordem decrescente de ocorrência de artigo, em Rio Branco, Belém, Macapá e Manaus, na Região Norte; em Maceió, Fortaleza, Teresina, Aracaju e Salvador, na Região Nordeste. Atesta-se, ainda, que em Recife e João Pessoa, as poucas ocorrências de artigo apareceram apenas na fala das mulheres. As mulheres apareceram à frente dos homens, também, em Cuiabá, Goiânia e Campo Grande, na Região Centro-Oeste; em São Paulo e Belo Horizonte, na Região Sudeste. Os homens aparecem à frente das mulheres apenas em Porto Velho, Curitiba, Boa Vista, Vitória, São Luís e Natal. Observa-se um equilíbrio entre homens e mulheres em Florianópolis, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

5.2.4 A dimensão diageracional

O grupo de fatores *faixa etária* não foi selecionado como estatisticamente relevante em nenhuma rodada realizada pelo programa GoldVarb X, provavelmente pelo fato de que o peso relativo atribuído aos fatores desse grupo estarem no ponto de neutralidade. A Tabela 17 mostra os resultados para esta variável:

Tabela 17: Artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *faixa etária*.

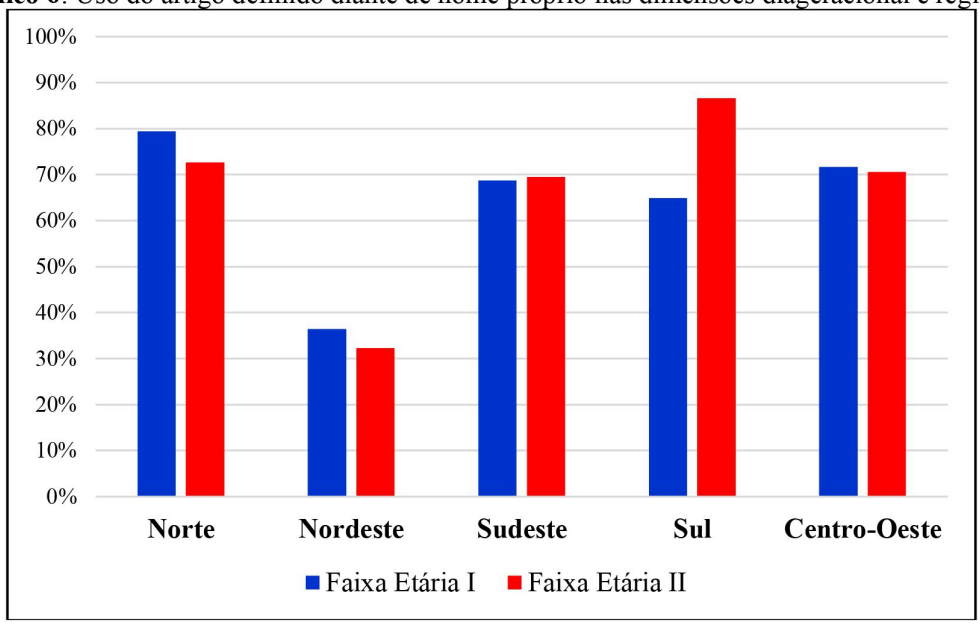
	Não uso do artigo		**Uso do artigo**		
	Apl./Total	**%**	**Apl./Total**	**%**	**P.R**
Faixa Etária II	494/1.250	39,5	756/1.250	60,5	0.50
Faixa Etária I	317/862	36,8	545/862	63,2	0.49

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os resultados para a variável *faixa etária* mostram que os colaboradores mais jovens, dos 18 até os 30 anos, são os que, em termos percentuais, mais empregam o artigo antes de nome próprio em suas falas, embora os da segunda faixa etária não estejam tão distantes dos da primeira. Em termos de peso relativo, os valores atribuídos estão muito próximos um do outro, bem como a segunda faixa etária atingiu o ponto de neutralidade, de 0.50, de modo que é possível afirmar que a faixa etária dos colaboradores em nada interfere na realização ou não do artigo antes de nome próprio em termos de relevância estatística. Ainda assim, não se pode ignorar o fato de que os mais jovens, ainda que com uma margem muito estreita, estão à frente no uso do artigo; são eles que, possivelmente, estão levando adiante a tendência cada vez maior ao uso do artigo. O avanço da variante inovadora, aqui representada por aquela em que o artigo está presente, dá-se sobretudo pela fala dos mais jovens, que adquiriram uma determinada norma de uso e a levam adiante.

O Gráfico 6 adiante traz mais informações sobre a dimensão diageracional do fenômeno nas quatro regiões observadas:

Gráfico 6: Uso do artigo definido diante de nome próprio nas dimensões diageracional e regional.



Fonte: Elaborado pelo autor.

É interessante quando se observa o comportamento da variável *faixa etária* em cada uma das regiões; vê-se que não há diferenças significativas entre as duas faixas etárias, exceto na Região Sul, onde a segunda faixa etária está à frente da primeira no uso do artigo. Ainda assim, é possível ver que nas regiões Norte e Nordeste a faixa etária I está levemente à frente da faixa etária II, e nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, as duas faixas etárias estão basicamente empatadas.

Considerando as duas faixas etárias e a média de uso de cada uma das cinco regiões, verifica-se que falantes da primeira faixa etária estão um pouco acima da média regional e que falantes da segunda faixa etária estão um pouco abaixo dessa média nas regiões Norte e Nordeste. No Centro-Oeste e no Sudeste do país, os falantes de ambas as faixas etárias se encontram praticamente na mesma média regional de uso do artigo registrada para essas áreas. O Sul do Brasil é a região que mais se diferencia das demais; lá, são os falantes da segunda faixa etária os que mais fazem uso do artigo, o que pode sugerir esta norma de uso é bem característica da região.

Um fato que não pode ser ignorado ao se observar o Gráfico 6 é o de que os mais velhos também fazem uso significativo do artigo antes de nome próprio em todas as regiões. Como lembra Eckert (1998), estudos têm mostrado que o aumento da idade de um indivíduo estabelece relação com o aumento do conservadorismo linguístico, ou seja, o indivíduo fica mais conservador à medida que fica mais velho. Esta correlação entre idade e conservadorismo linguístico parece não ser percebida nos dados ilustrados no Gráfico 6, visto

que os mais velhos fazem uso da variante tida como inovadora em um nível que se equipara e até ultrapassa o dos mais jovens.

Caso se assuma a hipótese clássica (cf. NARO, 2008) de que a fala de um indivíduo reflete um estado de língua de quando ele tinha aproximadamente 15 anos, pode-se dizer que a fala dos colaboradores da segunda faixa etária reflete um estado de língua entre 35 e 50 anos anterior ao momento do registro. Pode-se dizer, ainda, que os colaboradores na faixa etária dos 50 a 65 anos representativos das cinco regiões adquiriram a variante com artigo já há bastante tempo, fazendo uso dela e expandindo essa variante às novas gerações ao longo do tempo. Isso reflete e caracteriza a norma de uso do PB contemporâneo, ou seja, aquela em que o artigo definido é anteposto ao antropônimo.

As dimensões diageracional e diassexual podem dar informações adicionais interessantes quanto ao fenômeno analisado, informações estas que não são visíveis quando observados os fatores isoladamente. Veja-se a Tabela 18 a seguir:

Tabela 18: Uso do artigo definido diante de nome próprio no cruzamento das dimensões diageracional e diassexual.

	Apl./Total	**%**	**P.R**
Mulher - Faixa etária I	334/487	**68,6**	**0.54**
Mulher - Faixa etária II	399/615	**64,9**	**0.54**
Homem - Faixa etária II	357/635	56,2	0.45
Homem - Faixa etária I	211/375	56,3	0.43
Total	**1.301/2.112**	**61,6**	

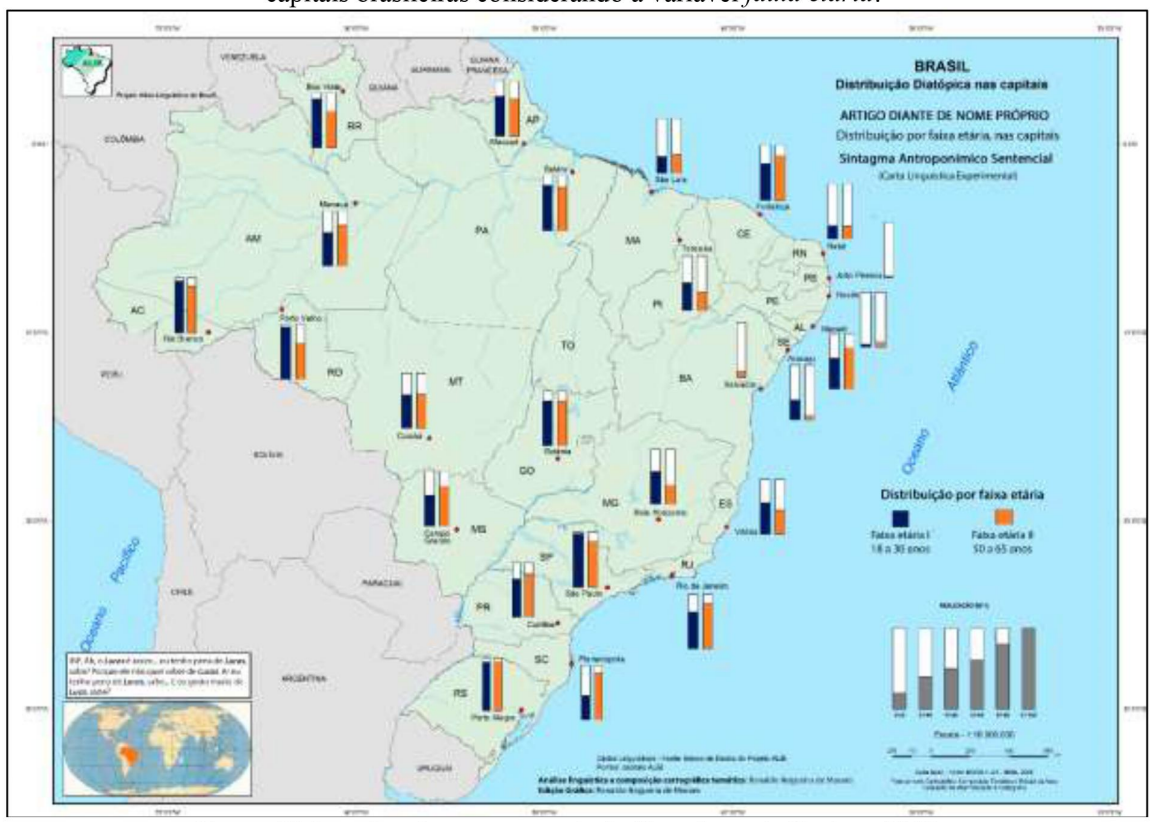
Fonte: Elaborada pelo autor.

O cruzamento das variáveis sexo e faixa etária traz mais informações sobre o fenômeno e confirma outras. Primeiramente, constata-se que os homens, independentemente da faixa etária, não favorecem o uso do artigo, além de a frequência de uso quando comparados com o das mulheres ser mais baixa: a faixa etária não interfere no desempenho dos homens, haja vista os mais novos e os mais velhos apresentam o mesmo comportamento.

Este cruzamento confirma o fato de as mulheres estarem à frente dos homens no contexto variacional em estudo; além disso, mostra que são as mulheres mais jovens que estão na vanguarda desse uso; são principalmente elas as que estão à frente e que levam adiante o uso da variante inovadora.

A Carta Linguística 8 adiante traz a distribuição diatópica do artigo antes de nome próprio considerando a dimensão diageracional.

Carta Linguística 8: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas 25 capitais brasileiras considerando a variável *faixa etária*.



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Carta-base do Projeto ALiB.

A Carta Linguística 8 mostra a distribuição diatópica do fator faixa etária em todas as 25 capitais. É possível observar que a tendência de uso constatada em nível nacional e regional se mantém em nível local, das capitais. Embora a diferença entre as duas faixas etárias não seja significativa – o que de certa forma também pode justificar a não seleção pelo programa GoldVarb X –, nem em nível nacional nem em nível regional, com exceção da Região Sul, o padrão de uso se mantém nas diferentes capitais: ou as diferentes faixas etárias encontram-se em equilíbrio, ou a faixa etária 1 está à frente da faixa etária 2; são poucas as localidades em que o uso maior do artigo está entre os falantes da segunda faixa etária.

Na Região Norte, os mais jovens estão à frente dos mais velhos em Boa Vista, Rio Branco e Porto Velho; em Belém e Macapá, há um equilíbrio grande entre as duas faixas etárias; e em Manaus, é a faixa etária 2 que está um pouco à frente. Na Região Nordeste, há equilíbrio entre as duas faixas etárias em São Luís, Natal e Recife; em Aracaju e Teresina, são os mais novos que estão à frente; e em Fortaleza e Maceió, onde o uso do artigo é majoritário, são os falantes mais velhos os que mais usam o artigo. Em João Pessoa, no estado da Paraíba, houve apenas uma ocorrência de artigo antes de nome próprio, na fala de uma mulher da

segunda faixa etária; e em Salvador, onde se registrou seis ocorrências de artigo diante de antropônimo, todas elas foram em falantes da segunda faixa etária.

Na Região Centro-Oeste, há um equilíbrio nos dados das duas faixas etárias em Cuiabá e Goiânia, e em Campo Grande os mais velhos estão um pouco à frente no uso. Na Região Sudeste, os mais novos aparecem à frente dos mais velhos em São Paulo, Belo Horizonte e Vitória; no Rio de Janeiro, são os mais velhos que seguem a dianteira. Finalmente na Região Sul do Brasil, onde segundo o Gráfico 6 visto anteriormente, há maior diferença entre as faixas etárias, com vantagem para os mais velhos, essa vantagem é retratada em Curitiba e Florianópolis; em Porto Alegre, ambas as faixas etárias fazem uso predominante do artigo nos mesmos índices, 92%.

Em resumo, ainda que uma das faixas etárias esteja levemente à frente da outra, essa diferença mostra-se estatisticamente irrelevante. Exceção se vê em Florianópolis, onde o índice dos mais velhos é quase o dobro dos mais novos, 85,7% e 44,2%, respectivamente.

5.2.5 A dimensão diastrática

O Projeto Atlas Linguístico do Brasil permite, nas capitais dos estados, a observação e análise da dimensão diastrática por meio do controle da variável *escolaridade*. Esta variável não foi selecionada como significativa pelo programa GoldVarb X, o que pode ser um indicativo de que o fenômeno realmente não sofre pressões sociais e normativos que possam justificar o maior ou menor uso de artigo em razão do maior ou menor nível de escolaridade do falante.

Como se viu na seção 3.4, Silva (1996b) observou que a escolarização do indivíduo favoreceu o uso do artigo entre as mulheres – a partir do segundo grau –, mas não entre os homens. A Tabela 19 traz os resultados para esta variável nos dados analisados nesta tese:

Tabela 19: Artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *escolaridade*.

Escolaridade	**Não uso do artigo**		**Uso do artigo**		
	Apl./Total	**%**	**Apl./Total**	**%**	**P.R**
Fundamental	401/1.024	40	623/1.024	60,8	0.51
Universitário	410/1.088	42,2	678/1.088	62,3	0.48

Fonte: Elaborada pelo autor.

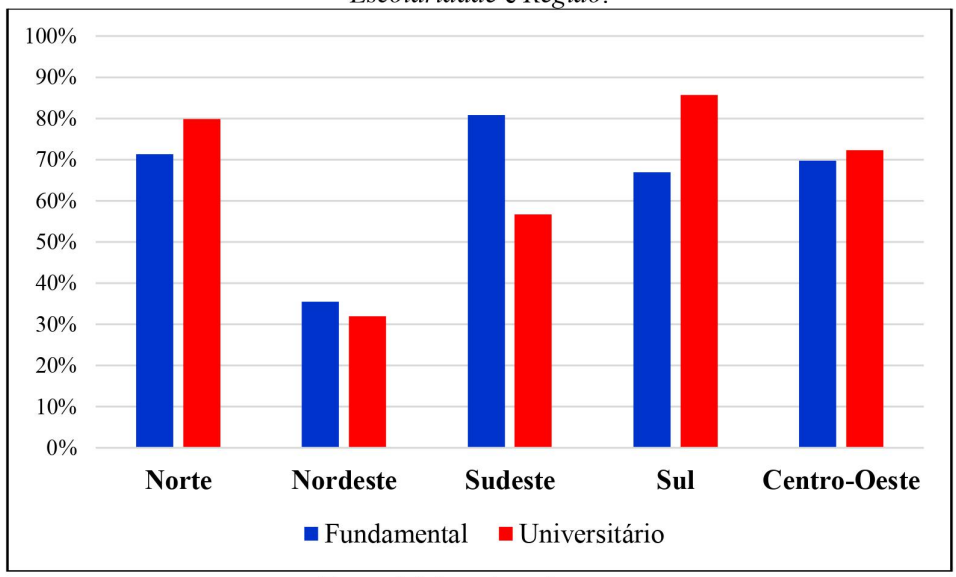
Os dados gerais para as 25 capitais mostram que tanto pessoas com nível fundamental de escolaridade quanto as de nível universitário fazem uso significativo do artigo, mas a frequência é levemente menor entre os falantes de nível fundamental de escolaridade.

O peso relativo atribuído aos fatores do grupo pode, também, justificar a sua não seleção pelo programa, ambos os pesos encostados no ponto de neutralidade. Mesmo que o nível fundamental de escolaridade apresente peso relativo de 0.51 e o nível universitário apresente um de 0.48, não se pode afirmar que o nível fundamental de escolaridade de fato favorece o uso do artigo. Mas ainda que ambos os pesos se encontrem muito próximo da neutralidade, tem-se um que está acima desse ponto e outro que está abaixo. Nas rodadas regionais, por exemplo, esta variável mostrou-se com significação estatística no Nordeste, Sudeste e Sul, não tendo sido significativa no Norte e no Centro-Oeste do país, nem na rodada global, com todas as 25 capitais conjunta.

Vê-se, ainda, pela Tabela 19, que o peso relativo atribuído aos níveis de escolaridade não acompanha o índice percentual; embora falantes de nível universitário estejam levemente à frente dos de nível fundamental em termos percentuais, o peso relativo é menor e desfavorecedor. É difícil precisar até que ponto esse leve aumento nas ocorrências de artigo é resultado do processo de escolarização do indivíduo, haja vista que a questão do artigo antes de nome próprio não constitui tópico de ensino nas escolas, tal como outros tópicos da gramática escolar como a acentuação gráfica ou a regência verbal.

É importante, também, observar o comportamento dessa variável do ponto de vista diatópico, ou seja, o comportamento em cada região separadamente. O Gráfico 7 traz essa informação:

Gráfico 7: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo as variáveis *Escolaridade* e *Região*.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O que de imediato se observa no Gráfico 7 é que a escolaridade do falante não apresenta um comportamento uniforme nas regiões. No Nordeste e no Centro-Oeste do país, há pouca diferença de uso em função da escolaridade, com pequeníssima vantagem para os de nível fundamental no Nordeste e para os de nível universitário no Centro-Oeste. No Norte, a diferença é um pouco mais acentuada para os falantes de nível universitário. A diferença mais significativa no uso do artigo em relação à variável escolaridade encontra-se nas regiões Sudeste e Sul, mas com resultados contrários: no Sudeste, os falantes de nível fundamental estão à frente; no Sul quem está na frente são os de nível universitário. Este comportamento diversificado da variável escolaridade em relação às cinco regiões pode ser outro indicativo do porquê este fator não foi selecionado pelo programa GoldVarb X.

Como dito anteriormente, Silva (1996b) observou que o fator escolaridade foi relevante apenas para as mulheres, que mostraram maior uso do artigo com o aumento da escolaridade. Além da autora, Amaral (2003) observou que na cidade de Paracatu-MG a escolaridade também foi relevante, com pessoas do nível 2 (nível médio ou universitário) favorecendo a presença do artigo. Nesses termos, é válido observar o cruzamento dos fatores *escolaridade* e *sexo* para se saber quais informações adicionais esse cruzamento pode dar. A Tabela 20 a seguir traz o resultado desse cruzamento:

Tabela 20: Uso do artigo definido diante de nome próprio no cruzamento dos fatores *sexo* e *escolaridade*.

	Apl./Total	**%**	**P.R**
Mulher – Nível Fundamental	364/548	**66,4**	**0.54**
Mulher – Nível Universitário	369/554	**66,6**	**0.54**
Homem – Nível Fundamental	259/476	54,4	0.47
Homem – Nível Universitário	309/534	57,9	0.42
Total	**1.301/2.112**	**61,6**	

Fonte: Elaborada pelo autor.

No cruzamento das duas variáveis, observa-se que a variável escolaridade parece não ter efeito nenhum entre homens e mulheres. Homens de diferentes níveis de escolaridade, apesar de um leve aumento percentual para os de nível universitário, apresentam peso relativo desfavorecedor para o uso do artigo. Já as mulheres, tanto em termos percentuais quanto em termos de peso relativo, tendem a usar mais o artigo, independentemente do nível de escolaridade, pois elas apresentam a mesma frequência de uso e o mesmo peso relativo. Assim, o que parece ser determinante aí é o sexo do falante, e não a escolaridade (Tabela 19) ou a faixa etária (Tabela 17), tanto que dessas três variáveis apenas o grupo de fatores "sexo" é que foi selecionado como relevante para a análise pelo programa GoldVarb X.

A irrelevância dos fatores *faixa etária* e *escolaridade* para o condicionamento do uso do artigo antes de nome próprio pode ser confirmada no cruzamento dessas duas variáveis explicitadas na Tabela 21.

Tabela 21: Uso do artigo definido diante de nome próprio no cruzamento dos fatores *faixa etária* e *escolaridade*.

	Apl./Total	**%**	**P.R**
Faixa Etária 1 – Nível Fundamental	242/388	62	0.51
Faixa Etária 1 – Nível Universitário	303/474	64	0.50
Faixa Etária 2 – Nível Fundamental	381/636	**60**	**0.50**
Faixa Etária 2 – Nível Universitário	375/614	**61**	**0.49**
Total	**1.301/2.112**	**61,6**	

Fonte: Elaborada pelo autor.

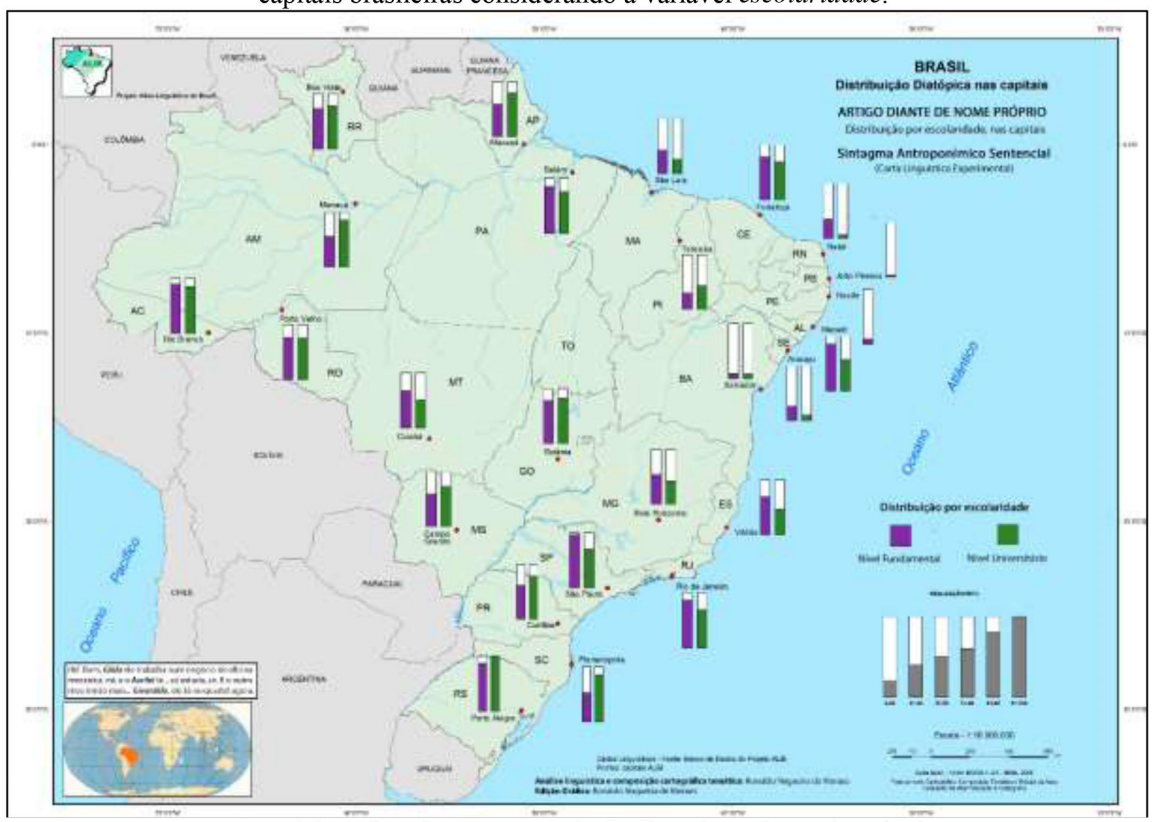
Observa-se que não há muita diferença na frequência de uso do artigo quando se cruzam as duas variáveis. O peso relativo atribuído aos fatores do grupo também mostra que a faixa etária e a escolaridade dos indivíduos não são relevantes para o condicionamento da aplicação ou não aplicação da regra de uso do artigo. É lícito ressaltar, no entanto, que a não relevância desses fatores só se dá no conjunto total dos dados, quando se consideram as 25 capitais conjuntamente. Nas rodadas regionais, contudo, a variável *faixa etária* mostrou-se significativa nas regiões Centro-Oeste e Sudeste; a variável *escolaridade* apresentou-se significativa no Nordeste, Sudeste e Sul. Já a variável *sexo* não se mostrou relevante apenas na Região Sudeste, o que pode ser um indicativo do porquê apenas ela foi selecionada como relevante na rodada nacional.

Cumpre destacar, ainda, que o fenômeno linguístico analisado nesta tese parece não se mostrar como um marcador social, de modo que ele não se revela um fenômeno estigmatizado ou prestigiado socialmente, o que não significa dizer que o fenômeno esteja imune à diastratia. O nível de escolaridade do indivíduo pode, de alguma forma, influenciar na realização ou não do artigo antes de nome próprio? A escola – enquanto instituição que preza uso das formas consideradas de prestígio –, no entanto, não elenca em seu conteúdo programático o tópico "uso do artigo com nome próprio"; ou seja, a escola não ensina este item especificamente ao aluno, como o faz com regência, concordância, acentuação, dentre outros; ainda que, de alguma forma, este tópico seja objeto de ensino, ele não parece ser alvo de "correção". Então, como se dá essa aprendizagem por parte dos indivíduos? Respostas a essa pergunta não têm sido fáceis; parte-se, então, da hipótese de que o uso ou não do artigo antes de antropônimo pelo indivíduo não vem do processo de escolarização, mas do processo de aquisição da norma de uso da comunidade linguística de que o falante faz parte. Embora o

falante possa ter conhecimento de um princípio destacado na tradição gramatical que diz que antes de nome próprio, em geral, não se antepõe o artigo, esse falante não deixa de usá-lo para parecer mais "correto", nem parece avaliar como "mais correta" a fala de pessoas que usam a variedade sem o artigo.

A Carta Linguística 9 ilustra a distribuição do artigo nas 25 capitais observadas considerando a escolaridade dos colaboradores.

Carta Linguística 9: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas nas 25 capitais brasileiras considerando a variável *escolaridade*.



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Carta-base do Projeto ALiB.

A Carta Linguística 9, de natureza pluridimensional, ilustra o uso do artigo diante de nome próprio em cada uma das 25 capitais brasileiras considerando os dois níveis de escolaridade. A Carta 9 mostra que o comportamento do fenômeno em cada capital não é muito diferente daquele observado no Gráfico 7, que considera a distribuição do uso do artigo nas cinco regiões. Nas regiões Norte e Sul, por exemplo, o Gráfico 7 aponta que os falantes de nível universitário de escolaridade antepõem mais o artigo ao nome próprio que os de nível fundamental; na Carta 9, essa tendência se mantém em nível local, ou seja, quando se

considera cada capital dessas regiões, ainda que em algumas cidades os índices de uso estejam bem próximos. O mesmo pode ser constatado para as demais cidades das outras regiões.

5.2.6 Grau de intimidade do falante em relação à pessoa mencionada

O tipo de relação existente entre o falante e o referente por ele nomeado é, em princípio, considerado ponto importante no uso do artigo diante do nome próprio, pelo menos do ponto de vista da tradição gramatical. Diversos trabalhos sociolinguísticos que observaram este fenômeno variável consideraram a relação de familiaridade, afetividade, intimidade entre o falante e a pessoa mencionada e muitos desses trabalhos destacaram a importância desse fator na realização do artigo, como pôde ser visto no Quadro 2, da seção 3.4.1. Vale lembrar, ainda, que as gramáticas tradicionais consideram a intimidade/familiaridade entre as pessoas como elemento que licencia o artigo antes de nomes de pessoas.

No presente estudo, foram considerados quatro tipos de relação entre o falante e a pessoa mencionada por ele, que vão do mais proximal ao mais distante. Assim, considerou-se no controle desta variável independente o fator *familiares*, para quando o falante se referia a pessoas da família (pai, mãe, filhos, irmão, primos, tios, avós e outros), o fator *pessoa da rede de relacionamento do falante*, para quando o falante se referia a pessoas do seu círculo mais próximo, mas não familiar (amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de escola e outros), o fator *pessoa pública/conhecida/de prestígio da região do falante*, para referências a pessoas que são conhecidas local ou regionalmente (prefeito, vereador, deputados, médicos, advogados, escritores e outros), o fator *pessoa pública e conhecidas nacionalmente*, quando o falante se referia a artistas, jogadores de futebol, apresentadores, cantores e outras personalidades conhecidas do público brasileiro. Os falantes fizeram, ainda, referências a nomes fictícios, de personagens bíblicos, personagens de telenovelas ou de obras literárias e de ficção. Para essas referências, não se pôde estabelecer uma relação segundo a proposta do grupo de fatores em análise, razão pela qual as 48 ocorrências desse tipo não foram consideradas no controle da variável.

A Tabela 22 adiante traz os resultados para esse grupo de fatores:

Tabela 22: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Grau de intimidade do falante com a pessoa mencionada*

	Apl./Total	**%**	**P.R**
Pessoa pública e conhecida nacionalmente	77/135	57	0.59
Pessoa pública e conhecida da região	52/75	75	0.57
Pessoa da rede de relacionamento do falante	508/836	60,8	0.49
Familiares	631/1.018	62	0.48
Total	**1.268/2.064**	**61,4**	

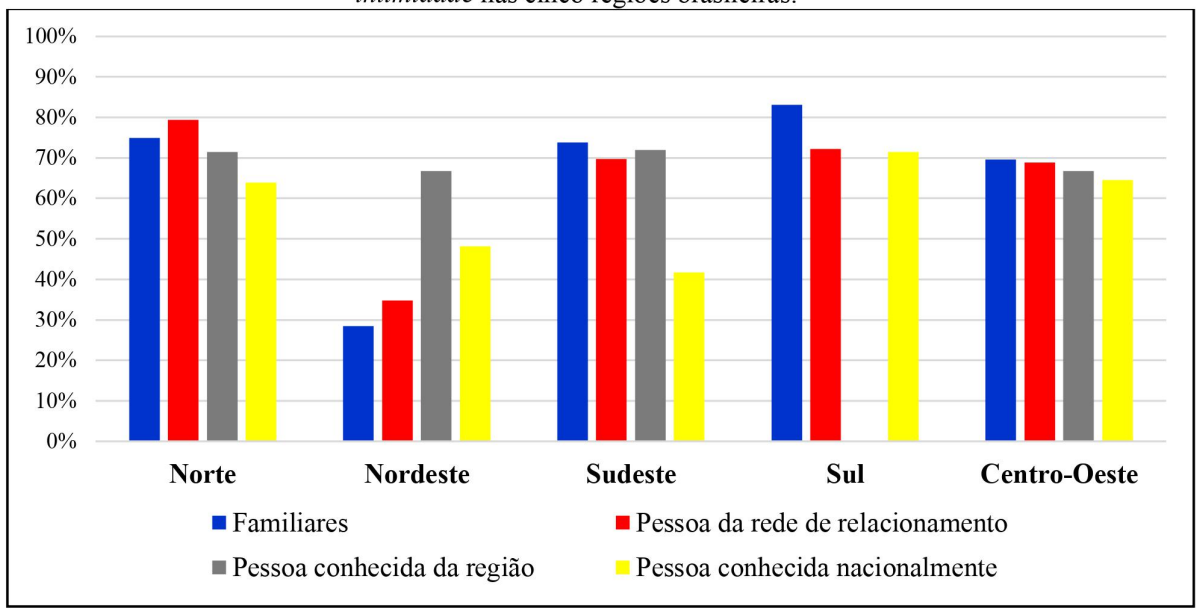
Fonte: Elaborada pelo autor.

A Tabela 22 mostra que a maior frequência de uso do artigo está ligada a pessoas conhecidas e que gozam de algum prestígio da região do falante (75%), seguido de familiares (62%), pessoas do meio social do falante (60,8%) e de pessoas públicas e conhecidas nacionalmente (57%), com uma pequena diferença entre as três últimas. Em termos de peso relativo, observa-se que o artigo é desfavorecido justamente quando o falante se refere a pessoas com as quais tem intimidade, como seus familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, dentre outros, ao contrário do que se poderia inicialmente supor; a presença do artigo é favorecida quando o falante se refere a pessoas com as quais não tem relação de intimidade/familiaridade, mas que são pessoas conhecidas, seja no âmbito local, seja no âmbito nacional.

O que se verifica nos resultados para as 25 capitais é que há uma relação inversamente proporcional entre "intimidade" e uso do artigo, no sentido de que quanto menos intimidade entre o falante e a pessoa por ele mencionada, maiores as chances de aplicação da regra de uso do artigo, como mostram os pesos relativos; e quanto maior a relação de familiaridade/intimidade, menores são as chances de o artigo aparecer junto ao nome próprio. Essa relação inversamente proporcional entre "intimidade" e uso do artigo já havia sido observada por Alves (2008), conforme se mencionou na seção 3.4.

É interessante observar, ainda, o comportamento desse grupo de fatores em cada uma das cinco regiões. O Gráfico 8 mostra essa relação:

Gráfico 8: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *intimidade* nas cinco regiões brasileiras.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 8 mostra o comportamento de cada região frente à variável analisada. Observa-se que na Região Centro-Oeste há um equilíbrio no uso do artigo com nome próprio, independentemente da relação mais ou menos proximal do falante com a pessoa mencionada. Isso poderia sugerir que nessa região o fator *intimidade* não apresentaria nenhuma relevância no condicionamento do artigo; no entanto, quando se procedeu a rodadas regionais, o que se observou foi que o fator *intimidade* foi selecionado como relevante justamente na Região Centro-Oeste, bem como na Região Sudeste. Na rodada nacional, quando reunidas todas as 25 capitais, esse grupo de fatores, contudo, não foi selecionado.

Observando cada uma das regiões no Gráfico 8, percebe-se que não há uma relação uniforme entre elas para a variável em questão. Se por um lado tem-se o Centro-Oeste com uma relação mais equilibrada entre os fatores do grupo, por outro tem-se as outras regiões com em que os fatores do grupo não se mostram da mesma forma. Além disso, as demais regiões apresentam preferência diversa na maior e menor aplicação do artigo: no Norte, ele é mais frequente com pessoas da rede de relacionamento do falante; no Nordeste, é mais frequente com pessoas públicas e conhecidas da região; no Sudeste, o artigo é levemente mais usado quando o falante se refere aos familiares, situação que ocorre também na Região Sul com um pouco mais de vantagem.

A Região Nordeste se revela menos uniforme para essa variável, mas ainda assim se pode fazer oposição em dois grupos: com intimidade (representado pelos familiares e pessoas

da rede de relacionamento do falante) e sem intimidade (representado pelas pessoas públicas e conhecidas de âmbito local e nacional). Os falantes da Região Nordeste empregam bem menos artigo quando se referem a pessoas com as quais têm relação de familiaridade, como os familiares, amigos e vizinhos, e usam mais o artigo quando se referem a pessoas com as quais não têm essa relação de intimidade/familiaridade, com o maior índice (66,7%) para as pessoas públicas e conhecidas da região do falante. Na Região Nordeste, observa-se a relação inversamente proporcional que se observou para o conjunto das regiões e de que se falou anteriormente, bem como se observa a tendência em se usar artigo antes de nome de pessoas conhecidas da região do falante, o que também foi observado para o conjunto das regiões. O fator *intimidade*, no entanto, não se mostrou relevante para essa região quando nas rodadas regionais. Apresentou-se relevante apenas nas regiões Centro-Oeste e Sudeste; os exemplos a seguir ilustram o fenômeno nessas duas regiões:

(130) INQ. Bom, nós já vimos que você tem mais quatro irmãos né?
INF. Sim.
INQ. Daria pra você falar como eles se chamam e o que eles fazem?
INF. Daria. É nome completo?
INQ. Só o primeiro nome.
INF. ***O Cléber***, ele trabalha na parte de informática duma faculdade; ***o Cleiton*** eh... faiz programas... eh... de computador, (risos) um garoto de programa. ***O Clério***, ele trabalha de.. de gerenciá redes pra uma empresa... e ***o César*** trabalha na... ***o Vitor César***, ele trabalha na fazenda, administra a fazenda da minha mãe.
(Campo Grande-MS, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(131) INF. Tudo o que eu falo ela apóia, ela me dá conselho, se ela achar que é errado ela fala que é errado, se ela achar que eu devo merecer isso e aquilo ela fala pra mim, fala: "você tá fazendo muita tempestade num copo d'água". Como agora o meu filho... ***o Laércio***, eu num tenho como trabalhar porque eu num acho ninguém pra cuidar dele pra mim. E eu passo muita necessidade c'as minhas crianças, porque meus filho cada um tem um pai. Você entendeu? O pai d***a Jéssica*** ajuda quando eu imploro. O pai d***o Gabriel*** hoje que ligou pra mim falou que ia mandar dinheiro pra mim, mas sempre quando manda é uma mixaria, 'cê entendeu? Mas eu agradeço. E... o pai d***o Laércio*** quer que ele mora com ele porque... quer os avós, os avós é apegadíssimo no menino, sabe, então quer ele pra cuidar quer pra tratar dele enquanto eu cuido das minha criança e hora que eu me aprumo mais na minha vida porque eu tô sem perna, sem braço, sem nada pra fazer, que não dá pra agir na minha vida com ele piqueno
(Cuiabá-MT, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(132) INF. (...) e eu fiquei com uma revolta em relação a***o Brizola***, e foi naquela época da revolução que talvez seja por isso quo hoje eu tô pesquisando, tentando entendê o que foi aquilo, né?
(...)
INF. Eu diria assim: não na época eu pensei assim que... e eu votei n***o Collor***. Errei? Não num errei, votei, entendeu? Poderia tê dado certo.
(Rio de Janeiro-RJ, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(133) INQ. Como é que tá a novela do foguinho?
INF. D***o foguinho***? ((INQ. Sim)) Não vi hoje; essa semana tá bom porque ***o Estevão*** tá judiando da, d***a Hellen***. ***A Hellen*** tá querendo se unir com ***o foguinho*** (...) descobriu lá o segredo dos dois, que a fortuna era d***o Duda***, aí agora vai judiar dela (...) e ela agora tá querendo dá valor, foguinho não quer.
(Belo Horizonte-MG, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Os exemplos de (130) a (133) atestam a ocorrência de artigo com nome próprio independentemente do tipo de relação mais ou menos íntima existente entre o falante e a pessoa mencionada. Em (130), a colaboradora fala de seus irmãos e em (131) a outra colaboradora fala de seus filhos. Todas essas pessoas mencionadas fazem parte do círculo mais próximo das duas entrevistadas, pessoas com as quais claramente pode-se perceber uma relação de intimidade/afetividade entre elas; essa relação, segundo a própria tradição gramatical, licencia o uso do artigo de modo a caracterizar essa relação. Em (132) e (133) não há essa relação de proximidade entre as pessoas referidas e o falante que as mencionou; trata-se, em (132), de dois políticos conhecidos do Brasil, Leonel Brizola e Fernando Collor de Mello. Essas duas figuras, além de carregarem consigo o traço de pessoa pública e conhecida, seja em âmbito local ou nacional, carregam também o traço de popularidade: Brizola foi um político muito conhecido que governou o estado do Rio de Janeiro na década de 90, e o também político Fernando Collor de Mello, que dispensa apresentações. Essas características observadas nessas duas pessoas levam ao uso do artigo. Já em (133), a colaboradora fala sobre programas de televisão, de novela mais especificamente, e destaca algumas personagens da trama, falando seus nomes e fazendo uso do artigo.

Vale ressaltar, ainda, que os traços destacados no parágrafo anterior, por si, não constituem fator decisivo para presença do artigo. Sendo a variante com artigo aquela que representa a norma de uso do português brasileiro contemporâneo, a presença do artigo seria mais esperada que a ausência. No entanto, na Região Nordeste, cuja norma de uso é

representada pela variante sem artigo, o não uso dele parece não observar a relação de intimidade/familiaridade que, teoricamente, licenciaria a presença do artigo. Vejam-se os exemplos a seguir:

(134) INQ. É... O que é que você fez ontem? Você fez alguma coisa diferente ontem? Domingo... você fez alguma coisa diferente?
INF. Não, estudei pra prova que vou fazer quarta feira, e fiz umas provas simuladas. Almocei com ***Marcelo***. Normalmente almoço sempre com ***Gisele***, com ***Marcelo*** e os minino e com ***Vilma*** e só.
(João Pessoa-PB, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(135) INF. O carro é de ***Antônio Luís***, meu irmão, eu tô me referindo a um carro do meu irmão.
(São Luís-MA, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(136) INF. Ah, filha, tem uma horazinha que eu gosto de ***Faustão***, né, os programa. Eu num gosto aqui de nada, quem gost' é ela. O que ela botá eu assisto, né. Tem vez que ela tá no... no programa de... (...)
INQ. Por que que a senhora gosta de Faustão?
INF. De ***Faustão***? Aquelas brincadera dele assim que... daquelas atriz... que fica aquelas atriz... aquelas... minina assim tudo falando... assim... aí eu gosto de ***Faustão***, assim, só pra (inint.).
(Aracaju-SE, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(137) INF.: Éh... eu gosto mais... um que eu gosto muito é de... no canal universitário. Bem, eu gosto muito dos jornais, jornais eu gosto muito jornais. Todos os telejornais eu, assim, possíveis que eu esteja no momento com disponibilidade de assistir eu assisto, mais um da tarde no canal universitário muito bom com ***Leda Nagle*** é, é bem uma entrevista; ***Leda***, assim, ela é bem bacana e fala muita coisa assim que tá acontecendo. Eu gosto muito, gosto muito desse programa.
(Natal-RN, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

As ocorrências de nome próprio de (134) a (137) estão todas desarticuladas, quer a pessoa mencionada seja do círculo social mais estreito do falante (familiares, amigos, vizinhos), quer essa pessoa seja conhecida do grande público, como o apresentador Faustão e a jornalista Leda Nagle. Destaca-se que a flagrante e indiscutível popularidade do apresentador Faustão no Brasil todo – em comparação com a jornalista Leda Nagle, bem

menos conhecida do grande público – não foi o bastante para que o nome do apresentador fosse antecedido de artigo tal como ocorreu em (132) com as figuras públicas Brizola e Collor. O que pode estar em jogo, nesses casos, não é a questão da familiaridade, nem da popularidade das pessoas, mas sim da norma de uso da região em que vive o falante, que tem ou a ausência ou a presença do artigo como marca maior. Não se pode dizer que os falantes da Região Nordeste têm sentimento de apreço, afetividade, menor que os falantes das regiões Centro-Oeste e Sudeste, por exemplo, onde o fator *intimidade* se revelou significativo, simplesmente por não antepor o artigo ao nome de pessoas próximas, como amigos, vizinhos, familiares. A marca de intimidade/afetividade/familiaridade, embora muitas vezes relevante para o licenciamento do artigo, parece não ter força nem condições de responder pelo uso do artigo junto ao antropônimo.

5.3 O CONDICIONAMENTO LINGUÍSTICO DA VARIAÇÃO

Dos doze grupos de fatores de natureza linguística considerados na pesquisa, o programa selecionou cinco como estatisticamente relevantes no condicionamento da variação uso/não uso do artigo antes de nome próprio de pessoas, a saber: função sintática, antropônimo como item de enumeração, tipo de antropônimo, circunstância em que o antropônimo é citado, e estrutura do sintagma nominal. Cada um deles será detalhado a seguir.

5.3.1 Função sintática do nome próprio na sentença

Desde os trabalhos de Silva (1996a) e Callou e Silva (1997) vem-se demonstrando a relevância da função sintática desempenhada pelo sintagma antroponímico na sentença. Outros trabalhos que investigaram o fenômeno, cada um com suas especificidades, que consideraram essa variável também mostraram a relevância desse grupo de fatores, como se observou na seção 3.4. Cabe ressaltar, no entanto, que as funções sintáticas tidas como relevantes nos diferentes trabalhos são diversas, não havendo muita coincidência entre as funções de um e outro trabalho.

O controle dessa variável visou a verificar em quais funções sintáticas o nome próprio tende a aparecer mais articulado. A Tabela 23 mostra os resultados para este grupo de fatores.

Tabela 23: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *função sintática*.

Função sintática	Apl./Total	%	P.R
Objeto direto	**267/411**	**65**	**0.64**
Adjunto adverbial	**35/59**	**59,3**	**0.58**
Tópico	**92/132**	**69,7**	**0.55**
Adjunto adnominal	119/143	83,2	0.51
Sujeito	471/763	61,7	0.51
Objeto indireto	65/96	67,7	0.44
Complemento nominal	44/58	75,9	0.38
Aposto	124/271	45,8	0.35
Predicativo	83/177	46,9	0.32
Agente da passiva	1/2	50	0.24
Total	**1.301/2.112**	**61,6**	
			Significância: 0.023

Fonte: Elaborada pelo autor.

De acordo com a Tabela 23, as funções sintáticas de objeto direto (0.64), adjunto adverbial (0.58) e tópico (0.55) são as que favorecem a presença do artigo antes de nome próprio. As funções de adjunto adnominal e de sujeito apresentaram, ambas, o peso relativo de 0.51, que apesar de ser maior que o ponto de neutralidade, de 0.50, não se pode configurar como duas funções que efetivamente favorecem o uso do artigo, o que significa que é pouco provável que essas duas funções estejam efetivamente condicionando a presença do artigo. As demais funções consideradas desfavorecem, todas, a aplicação da regra de uso do artigo: objeto indireto (0.44), complemento nominal (0.38), aposto (0.35), predicativo (0.32) e agente da passiva (0.24). Os exemplos seguintes ilustram o fenômeno aqui analisado em diferentes funções sintáticas:

(138) INF. Eu tenho que responder isso? O que que ***o Lula*** falava... eu chutei tanto o balde d***o Lula***.
(Belo Horizonte-MG, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(139) INF. (...) E eu passo muita necessidade c'as minhas crianças, porque meus filho cada um tem um pai. Você entendeu? O pai d***a Jéssica*** ajuda quando eu imploro. O pai d***o Gabriel*** hoje que ligou pra mim falou que ia mandar dinheiro pra mim, mas sempre quando manda é uma mixaria, cê entendeu? Mas eu agradeço (...)
(Cuiabá-MT, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(140) INF. Eu gostava d***o Ratinho***, depois eu parei de assisti. Eu assisto uma novela, a novela das seis, aquela Como uma Onda.
(Goiânia-GO, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(141) INF. (...) uma hora eu levo ***o Jonathan*** na escola. (risos). E... é... aí terminei de limpá minha casa. Quando é... du...trêis horas trêis e meia eu vô pra minha mãe buscá ***o Cleberson***, aí volto pra casa... vou buscá ***o Jonathan*** às cinco e meia na escola, preparo a janta...aí janto, aí eu sento, (risos) aí eu descanso.
(São Paulo-SP, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(142) INQ. O que vocês fazem no fim de semana?
INF. Eu e meu marido? A gente sai com ***a Isabela*** normalmente. Às vezes vai ao cinema, às vezes vai fi... muitas festas eu sempre fui convidada pra várias festas e... vai jantá na casa da sogra.
(Campo Grande-MS, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

(143) INF. (...) e a gente ia com eles, então o meu pai mandava os meus dois irmãos que dos meninos os mais velhos, né.? Aí, ***o Beto*** e ***o Miro***, eles vinham me esperá, sabe, eles eram duas criancinhas, era só aquela questão do respeito, de dizê assim que os irmãos foram buscá, né, eles ficavam na casa de uma senhora no trevo, e quando o ônibus passava às onze horas da noite aí eles vinham, saiam correndo lá da casa d***a dona Zenita*** e iam com a gente de companhia né, e nessa época ***o Renato*** também estudava à noite né, mas a gente não namorava pelo caminho, tinha aquela coisa assim né, não é ali, era uma questão de respeito mesmo, nós éramos todos amigos e todos ali tinham que se proteger um ao outro.
(Florianópolis-SC, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo autor a partir das entrevistas do Projeto ALiB)

As funções de adjunto adnominal (0.51) e de sujeito (0.51), conforme demonstrado na Tabela 23, tendem à neutralidade no condicionamento do artigo quando o nome próprio figura nessas funções, a primeira preposicionada e a segunda não preposicionada, embora, em termos de frequência de ocorrência, o artigo seja mais presente quando o sintagma antroponímico exerce a função de adjunto adnominal que de sujeito. A função de agente da passiva (0.24) foi a que se mostrou como menos favorecedora do artigo, apesar de esta ser uma função também preposicionada. No entanto, isso se deve não à função em si, mas à ocorrência de nome próprio nessa função registrada nos dados analisados: de 2.112

ocorrências de sintagmas antroponímicos registrados apenas duas apareceram na posição de agente da passiva, como se destaca em (144) e (145) a seguir:

(144) INQ. De quem que o senhor gosta?
INF. Tem um programa de, de, de... São Paulo, foi feito ***pela Inezita Barroso***, é bom, eu vejo sempre, né?
(Goiânia-GO, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(145) INF. (...) O rio está aqui, a Catedral está aqui, que foi erigida ***por Jacinto Barbosa***, que era um tenente, né, da época (...)
(Cuiabá-MT, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

As duas únicas ocorrências de nome próprio como agente da passiva aparecem uma articulada e outra não articulada. Ambas as ocorrências se referem a personalidades conhecidas e populares, seja em âmbito local, como o capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes, que construiu a primeira igreja de Cuiabá, seja em âmbito nacional, como a artista e cantora Inezita Barroso. Assim, assume-se que o desfavorecimento do artigo antes de nome próprio nessa função dá-se tão somente pelas duas ocorrências que foram registradas na amostra, de modo que não se pode fazer maiores considerações a ela em cima de dois registros, em que um apareceu antecedido de artigo e o outro não.

Pode-se observar, na Tabela 23 desta seção, que das três funções sintáticas favorecedoras do uso do artigo, duas – objeto direto e tópico – correspondem a funções não preposicionadas e uma – adjunto adverbial – corresponde a uma função preposicionada introduzida pela preposição "com", que tem a característica de ser uma preposição não aglutinadora[70]; as demais funções, desfavorecedoras e de neutralidade para o fenômeno, se distribuem pelo contexto preposicionado e não preposicionado, o que evidencia a independência do grupo de fatores *função sintática* com outro grupo de fatores, *estrutura do*

[70] Na língua falada é possível encontrar registros da preposição "com" em que ela parece estar contraída com o artigo definido feminino. O registro em (139) é um exemplo dessa ocorrência na amostra analisada nesta tese: "E eu passo muita necessidade c'as minhas crianças", em que o "c'as" seria a contração "com + as" (com as minhas crianças). A contração de "com" com o artigo definido masculino parece ser possível também, o que produziria uma construção do tipo "eu saí c'os meninos". Seguindo a intuição linguística de falante nativo do autor destas linhas, seria possível encontrar registros de "com + a" antes de antropônimos (Saí c'a Larissa), mas aparentemente não de "com + o" (Saí c'o Manuel), pelo menos não com a mesma aceitabilidade. Na amostra analisada, não se identificaram registros diante de antropônimos; a ocorrência em (139) foi diante de possessivo. Agradeço ao orientador desta tese esta observação sobre preposição "com", no entanto, apesar dessas ponderações relacionadas a preposição "com" e de todas essas possibilidades, trata-se dela na análise desta tese como uma preposição não aglutinadora; deixam-se para pesquisas futuras estudos desta preposição em sua efetiva (ou não) contração com o artigo.

sintagma nominal, que também foi selecionado pelo programa como relevante para o fenômeno e que será tratado mais adiante.

A função sintática que mais favoreceu o uso do artigo, a de objeto direto, corresponde a uma função argumental; as outras duas, adjunto adverbial e tópico, corresponde a uma função não argumental, o que pode ser um indicativo de que a posição argumental ou não da sentença pode não ser relevante. A esta conclusão chegaram Callou e Silva (1997) que, em seu trabalho, observaram que as funções sintáticas mais favorecedoras do artigo são as de adjunto adverbial (0.98), tópico (0.95) e sujeito (0.61), duas funções não argumentais e uma argumental.

Registrou-se, na amostra analisada, grande quantidade de nome próprio na função de objeto direto (411 ocorrências), favorecida, sobretudo, por construções cujo contexto é conhecido como existencial[71]. Houve significativo registro de construções existenciais com o verbo *ter*, em que o nome próprio licenciado após esse verbo é considerado objeto direto dele. Veja-se os exemplos a seguir:

(146) INF. Tem, aqui, ***o Luiz Carlo Oliveira***, meu amigo, aí, cunhado, meu cumpade, gente boa. Tem ***o Miguel***, tem meu so(?) meu cunhado, Paulo; ah, tem ***o Lelo***, tem ***Aroldo***... ah, se eu fô escrevê tem quinhentos, na polícia tinha seiscentos (risos).
(Florianópolis-SC, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita autor a partir das entrevistas do Projeto ALiB)

(147) INF. Ah... Daniel, Valmir, Buiú… que eu não sei o nome, só conheço como apelido... xôvê... tem ***o Guilherme***, tem ***Serginho***... ah são vários né?
(Belo Horizonte-MG, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

(148) INF. Tem ***a Rosa***; ela é uma grande amiga, muito bacana, gosto muito dela. Tem ***Adriana*** também.
(Curitiba-PR, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita autor a partir das entrevistas do Projeto ALiB)

(149) INF. Ah, tem muitos... tem ***Adriana***, tem ***Luciana***, tem ***Vera***, tem ***Édina***, ***Aline***, ***Fabiana***.
(Florianópolis-SC, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita autor a partir das entrevistas do Projeto ALiB)

[71] Acredita-se que a grande quantidade de construções existenciais com "ter" deve-se à natureza da pergunta do questionário morfossintático, que favorece esse tipo de construção.

Estruturas existenciais são comuns no PB e têm a função de introduzir uma informação nova no discurso, que, no caso em questão, essa informação nova seria o uma pessoa, como em (146) a (149). Observando esse tipo de estrutura, Müller e Negrão (1988) consideram que, por terem a função de apresentar uma entidade nova ao discurso, a presença de um determinante em construções existenciais, em especial a estrutura "artigo definido + nome próprio, causaria estranheza ao PB; esta estranheza deve-se ao fato de que "os verbos existenciais raramente aparecem acompanhados, seja por artigo definido + nome comum, seja por nome próprio" (MÜLLER; NEGRÃO, 1988, p. 534). No entanto, ao apresentarem um contexto para a ocorrência de nome próprio em construções com verbos existenciais, as autoras afirmam que a omissão do artigo tornaria a sentença sem sentido. Veja-se abaixo o exemplo contextualizado dado pelas autoras:

- Não tem (existe/há) ninguém aqui que fale russo.
  (a) Tem (existe/há) sim! Tem (existe/há) o Carlos.
  (b) *Tem (existe/há) sim! Tem (existe/há) Carlos.

Segundo as autoras, nesse tipo de estrutura a presença do artigo seria obrigatória, já "a omissão do artigo antes do nome próprio tornaria a sentença sem sentido em nosso dialeto"[72] (MÜLLER; NEGRÃO, 1988, p. 535). No entanto, não é o que se observa nos dados analisados nesta tese. Como mostram os exemplos (146) a (149), nas construções existenciais os nomes próprios aparecem ora com artigo, ora sem artigo na fala de uma mesma pessoa; ou seja, um mesmo falante alterna uso e não uso do artigo, em um mesmo enunciado, com nome próprio de pessoas ainda que esse referente seja um elemento novo no discurso ou já conhecido do interlocutor. A ausência do artigo nessas construções não deixa, ao contrário do que as autoras atestam, o enunciado sem sentido, nem na fala de indivíduos do Sul/Sudeste, exemplificados anteriormente, nem na fala de indivíduos das demais regiões do país. A generalização dada pelas autoras para as construções existenciais com nome próprio não se comprova nem se justifica na amostra de fala do PB analisada nesta tese.

Assim, reforça-se, nesta pesquisa, a relevância do fator *função sintática* para o condicionamento do uso do artigo, tal como também atestaram Callou e Silva (1997), Alves (2008), Braga (2012), Almeida Mendes (2015), Pereira (2017) e Veríssimo (2020).

[72] Acredita-se que o dialeto a que as autoras se referem seja o falado na Região Sudeste.

5.3.2 Antropônimo como item de enumeração

Este grupo de fatores, vale lembrar, foi selecionado em terceiro lugar pelo programa GoldVarb X. Certas vezes, o nome próprio aparece como item de enumeração, ou seja, o falante, ao se referir a amigos, parentes ou quaisquer outras pessoas, enumera-os como mostram os exemplos a seguir:

(150) INQ. E irmãos a senhora tem muitos?
INF. Eu tenho, nós somos nove irmãos né, mesmo pai e mesma mãe. Aí eu tenho duas irmãs né, do segundo casamento do meu pai, então nós somos onze né, ao todo né?
INQ. E moram aqui?
INF. Todos moram aqui
INQ. Ãh... poderia falar o nome de alguma delas?
INF. Da... tem ***a Fátima***, tem ***a Zilma***, tem ***a Mercedes***, tem ***a Emília***, tem ***o Máximo Damasceno***, tem ***a Regina*** que é uma que tem problema de saúde né, é::: o Antônio Damasceno Freitas é meu irmão último.
(Rio Branco-AC, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(151) INQ. Você fala mais com o Ednaldo?
INF. Falo, falo bastante.
INQ. E além dele, com quem mais?
INF. Além dele? Falo, né, converso bastante com ***Renato***, com ***Arivaldo***, com ***Célia***, com ***Cléia***.
(Campo Grande-MS, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(152) INQ. Fala pra mim, Seu N., alguns vizinhos, assim, que o senhor tem mais contato, os amigos.
INF. Ah, amigo eu tenho ***sargento Jaime***, ***seu Fragoso***, ***Marinho***, ***Marçal***, ***Tiago***... são esses. Mais não.
(Belo Horizonte-MG, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Alguns trabalhos que já investigaram o fenômeno aqui analisado – Amaral (2003), Braga (2012), Almeida Mendes (2015) – observaram a ocorrência de nome próprio como item de enumeração. Amaral (2003) verificou que os seus informantes não raras vezes enumeravam o nome das pessoas e que nessa enumeração o nome próprio aparecia frequentemente sem artigo. Braga (2012) e Almeida Mendes (2015) também controlaram essa

variável; para a cidade de Mariana-MG, Braga (2012) observou que quando o nome próprio aparece em enumeração o artigo é desfavorecido. Em Abre Campo-MG e Matipó-MG, Almeida Mendes (2015) chegou aos mesmos resultados: quando o antropônimo figura como item de enumeração, a frequência de uso do artigo é menor, bem como desfavorecido em termos de peso relativo. A Tabela 24 traz os resultados para este grupo de fatores para a amostra analisada neste trabalho:

Tabela 24: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Antropônimo como item de enumeração*.

Item de enumeração	**Apl./Total**	**%**	**P.R**
Sem enumeração	1.141/1.786	63,9	**0.53**
Com enumeração	160/326	49,1	0.31
Total	**1.301/2.112**	**61,6**	
			Significância: 0.023

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os resultados para esta análise seguem os resultados de análise de outros trabalhos, como os já citados: quando o nome próprio figura como item de enumeração, a frequência de uso de artigo é menor, bem como há um desfavorecimento na regra de aplicação, com peso relativo de 0.31. Os exemplos (150), (151) e (152) vistos anteriormente ilustram os resultados: em (150) os nomes próprios enumerados estão todos precedidos de artigo; em (151) e (152) isso já não acontece, as ocorrências estão todas desarticuladas.

Embora nos três exemplos vistos haja tanto presença quanto ausência total, em todos os nomes próprios enumerados, esse padrão nem sempre é mantido, de modo que muitas vezes, em uma dada enumeração, alguns nomes próprios podem aparecer articulados e outros não. Vejam-se os exemplos a seguir:

(153) INF. Atualmente, a maioria dos meus amigos são aqui, do que trabalham aqui comigo, né, no setor, são daqui do Banco do Brasil.
INQ. Cita o nome de alguns deles.
INF. Tem desde o chefe, o dotor Gleidison. Tem ***o Valmar***, tem ***o Alécio***, ***Rafael***, ***Marcos***, tem ***a Márcia***, é esse o pessoal que trabalha comigo.
(Fortaleza-CE, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(154) INQ. E suas amigas, suas colegas, com quem você costuma falar mais, conversar mais e tal?
INF. Que eu costumo falar mais é com a minha prima, que é a única prima, assim, legítima de sangue (...) E eu tenho poucas amigas que ficaram aqui do/da universidade, mas até a que eu falei, a Priscila, que é a que eu tenho mais contato, assim, das que eu converso. E tem as que eu saio muito na noite, ***a Amanda***, ***Fabrícia*** e ***Marcela***. A Priscila também vai.
(Maceió-AL, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(155) INQ. Sim, o que o senhor costuma falar mais assim?
INF. Ah, que eu costumo falar mais é o amigo de profissão, né, **o Iama**, ***Roberto***, é::: ***o Tonico***, que é apelido, tem vários outros.
(Goiânia-GO, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Os exemplos (153) a (155) trazem ocorrências de nomes próprio em uma mesma enumeração ora com artigo, ora sem artigo. Embora nos dados em análise tenham sido mais frequentes os casos de presença ou ausência total nos antropônimos que figuram em item de enumeração, casos como os dos exemplos considerados também são encontrados, em que o falante antepõe o artigo em alguns nomes e não antepõe em outros. Outra característica interessante em casos de enumeração é a de que, muitas vezes, o falante emprega o artigo antes do primeiro nome próprio enunciado e omite nos demais, como se a enumeração correspondesse a um sintagma único, e não a diferentes sintagmas encadeados; assim, considerado sintagma unitário, o artigo anteposto ao primeiro nome próprio poderia já conferir *status* de sintagma articulado aos demais. O exemplo (154) visto anteriormente é um exemplo disso; outros exemplos podem ser conferidos a seguir:

(156) INQ. E do pessoal que trabalha com você; você poderia dizer pra mim o nome de alguns de seus colegas de trabalho...
INF. Nazareno, fiscal junto comigo. Averaldo, fiscal junto comigo. É::: Aí tem vário motoristas: ***o Joel***, ***Marcos***, ***Fernando***, ***Pedro***. Tem cobradores: ***o Marcos***, ***Paulo***, ***Leandro***, ***Diego***. Tudo isso trabalha comigo.
(Florianópolis-SC, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(157) INQ. E você poderia dizer o nome de algum ami(?), alguns amigos seus assim, que costumam, com quem você costuma falar mais?
INF. Sim, tem o Júnior, tem ***o Fernando***, ***Jorge***, ***Marcelo***, ***Cassiano***, ***Diogo***, ***Juliano***.
(Curitiba-PR, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo autor a partir das entrevistas do Projeto ALiB)

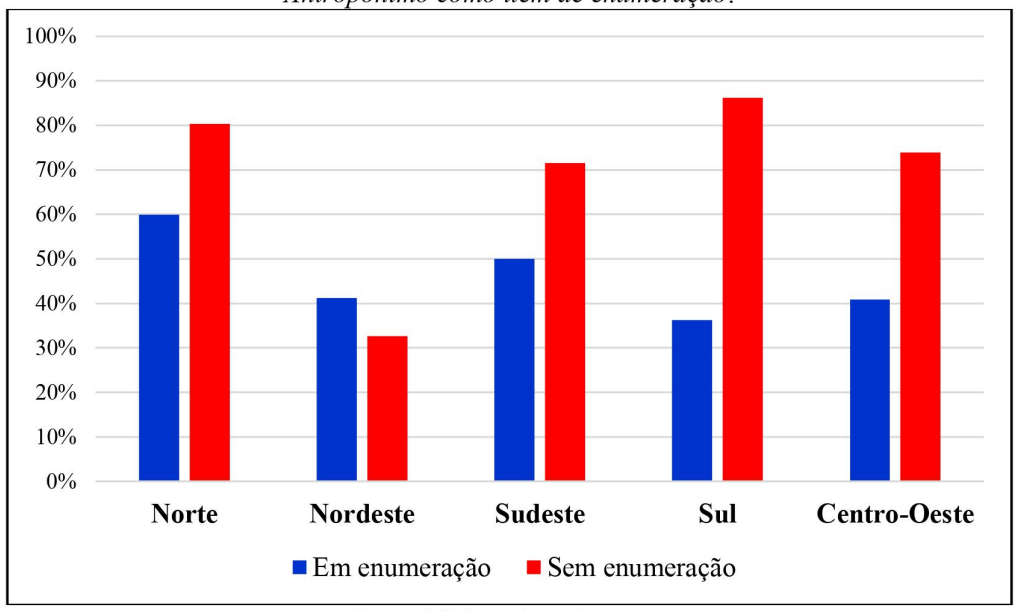
(158) INQ. Deles, assim... quais deles é... com quem você costuma falar mais, como é que é a relação assim.
INF. Nossa, esses são os meus amigos mais próximos mesmo, ***a Flávia***, ***Renato*** e ***Gisele***.
(Rio de Janeiro-RJ, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Pode-se levantar a hipótese de que em casos como os exemplificados em (156) a (158), o artigo anteposto ao primeiro nome próprio já seria suficiente para determinar todos os outros e, dessa forma, articular os demais da enumeração seria desnecessário. Aparentemente, nesses casos, a enumeração de nomes próprios seria interpretada como o esquema 1, e não como o esquema 2:

- Esquema 1: [art. def.] + [NPr, NPr, NPr...]
- Esquema 2: [art. def.] + [NPr] + [NPr] + [NPr]...

Agora, observe-se o Gráfico 9, que mostra o comportamento dessa variável considerando as cinco regiões isoladamente.

Gráfico 9: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Antropônimo como item de enumeração*.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico em questão traz a frequência de uso do artigo quando o nome próprio está ou não em uma enumeração em cada uma das cinco regiões. A Região Nordeste, que se caracteriza por não fazer uso do artigo antes de nome de pessoas, apresenta uma leve preferência em antepor o artigo junto ao nome próprio quando este nome ocorre em uma enumeração, ainda que em índice relativamente baixo, 41,2% dos casos, mas em frequência superior à média para a região, de 33,7%. As outras regiões seguem o padrão geral do fenômeno, no qual a presença do artigo é bem maior quando o antropônimo não consta em uma enumeração do que quando ele consta numa, sendo a Região Sul a que mostra a maior diferença entre um e outro: cinquenta pontos percentuais.

Assim, observa-se que, para esta variável, os resultados aqui vistos seguem os resultados vistos em outros trabalhos que controlaram este grupo de fatores, qual seja o de que o artigo é preferido em circunstâncias em que o nome próprio não constitui uma enumeração; ou seja, a enumeração desfavorece a ocorrência de artigo. Ainda assim, vale ressaltar que a frequência de uso do artigo quando o nome próprio está em uma enumeração é de 49,1%, conforme se viu na Tabela 24 apresentada anteriormente, e que não deixa de ser um índice significativo de uso. Se observarmos essa frequência em cada uma das regiões, exposta no Gráfico 9, ver-se-á que o índice de uso do artigo quando o antropônimo figura em uma enumeração também é significativo, com exceção da Região Sul, que apresenta o menor

índice para esse contexto: Norte (59,9%), Nordeste (41,2%), Centro-Oeste (40,9%), Sudeste (50%) e Sul (36,2%).

Os percentuais relativamente altos de uso do artigo – tanto em termos nacionais quanto em regionais – antes de nomes próprios enumerados podem ser mais um indício de que, sendo esta a tendência de uso do PB, o fato de o antropônimo aparecer ou não em uma enumeração poderia não apresentar maior relevância: se se tem três, quatro nomes próprios em sequência, o artigo figuraria antes de cada um deles:

(159) INQ. E podia dizer o nome de alguns amigos, vizinhos...
INF. Lá perto é::: ***a Viviane***, ***a Cristiane***, ***a Débora***, ***o Felipe***.
(Porto Alegre-RS, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(160) INF. Eu tenho ***o Gabriel***, ***a Letícia*** e ***a Yasmim***.
(Porto Alegre-RS, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo autor a partir das entrevistas do Projeto ALiB)

Constata-se, ainda, que o uso do artigo é variável mesmo dentro de uma mesma enumeração, conforme mostraram os exemplos (153) a (155), não constituindo casos de uso ou não uso categórico nas enumerações, ainda que sejam comuns os casos de presença ou ausência total, como nos exemplos de (150) a (152) vistos anteriormente e os exemplos (159) e (160).

5.3.3 Tipo de antropônimo

Esta variável foi organizada, conforme se mostrou no Quadro 1 da seção 3.2.4, tomando como base a proposta de Amaral e Seide (2020). Assim, observou-se se a pessoa mencionada era tratada pelo *nome completo* (representado por *prenome* + *sobrenome* ou *prenome* + *sobrenome* + *sobrenome*), pren*ome, sobrenome, agnome, apelido/alcunha, hipocorístico, nome artístico e/ou nome de palco* (nome este pelo qual uma pessoa se faz muito conhecida), e *nome fictício*.

O controle desta variável deu-se em razão de ela ter sido relevante em diferentes trabalhos que observaram o uso do artigo antes de nome próprio, o que se confirma nesta pesquisa, uma vez que este grupo de fatores foi o quarto a ser selecionado como relevante pelo programa GoldVarb X. O fato de uma determinada pessoa ser tratada pelo *prenome*, *apelido* ou pelo *nome completo*, por exemplo, interfere no maior ou menor uso do artigo antes

de antropônimo, como se pode ver na Tabela 25 a seguir que traz os resultados para essa variável.

Tabela 25: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Tipo de antropônimo*.

Tipo de antropônimo	Apl./Total	%	P.R
Agnome	24/30	80	**0.65**
Apelido	34/45	75,6	**0.61**
Hipocorístico	96/123	78	**0.58**
Nome fictício	23/37	62,2	**0.55**
Prenome	1.001/1.624	61,6	0.51
Sobrenome	30/49	61,2	0.44
Nome completo	54/121	44,6	0.28
Nome artístico e/ou de palco	39/83	47	0.25
Total	**1.301/2.112**	**61,6**	
			Significância: 0.023

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em termos percentuais, os nomes tidos como *artístico* e/ou *de palco*, ou seja, os nomes pelos quais as pessoas se fazem conhecidas nacionalmente, e o *nome completo* são os que menos aparecem articulados e os que, em termos de peso relativo, menos favorecem o uso do artigo antes de antropônimo. A eles seguem-se os *sobrenomes* que, embora o artigo esteja presente em um pouco mais de 60% das ocorrências deste tipo de antropônimo, apresentam-se como desfavorecedores do uso do artigo, com peso relativo de 0.44. Os exemplos a seguir ilustram os resultados para esses três tipos de antropônimo:

(161) INF. Porque ele é diversificado... entendeu? ... no programa dele... aparece todo tipo de, de profissionais, ele aborda todas as áreas, profissionais possíveis ele aborda. São temas atuais também... e a:: ***a Hebe Camargo*** eu acho ela, assim, muito alegre... e também tem muitos cantores ... já é esse lado aí entendeu? ... não gosto de assistí ***Faustão*** não gosto de assistí ***Gugu***.[73]
(Belém-PA, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)

[73] Nesse exemplo, é possível a interpretação de que o participante esteja se referindo ao programa de TV e não à pessoa propriamente. Esta interpretação não foi a que aqui se considerou, por se acreditar que se o participante estivesse fazendo alusão ao programa apresentado pelas pessoas mencionadas, isso seria destacado em sua fala, da mesma forma que se destacou na fala de outros entrevistados: *não gosto de assistir o programa do Faustão, o programa do Gugu*. Uma reflexão mais aprofundada sobre essa questão faz-se necessária em estudos posteriores.

(162) INF. Dois filhos que eu tenho; ***o Marcelo Cavalcante Mendonça Filho*** está fazendo vestibular agora, tá fazendo agora, terminando o ano passado, fisioterapia, tá estudando, né, cursinho.
INQ. Vai fazer pra quê?
INF. Fisioterapia; e ***Felipe de Alencar Mendonça***, ele está no segundo ano do ensino médio; tem dezesseis anos.
(Maceió-AL, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(163) INF. (...) Aí eu voltei. Aí ele disse: "Olha! Quando a senhora vê que as suas colega tiverem indo recebê, que tá saindo pagamento, a senhora vai no banco, que a senhora já vai recebê". Eu tinha, eu trabalhei deiz dias e recebi. ***Ramos Ferreira*** o governador era nesse tempo.
(Boa Vista-RR, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Veja-se, ainda, o exemplo (132), visto anteriormente, aqui retomado como (164):

(164) INF. (...) e eu fiquei com uma revolta em relação a***o Brizola***, e foi naquela época da revolução que talvez seja por isso quo hoje eu tô pesquisando, tentando entendê o que foi aquilo, né? (...) Eu diria assim: não na época eu pensei assim que... e eu votei n***o Collor***. Errei? Não num errei, votei, entendeu? Poderia tê dado certo.
(Rio de Janeiro-RJ, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Em (161), a informante está falando sobre seus gostos televisivos, referindo-se aos apresentadores Hebe Camargo, Faustão e Gugu. Ela antepõe o artigo ao nome da apresentadora Hebe Camargo, mas não o faz aos nomes de Gugu e Faustão. Em (162), o colaborador fala de seus filhos e refere-se a eles pelo *nome completo*; ele antepõe o artigo antes do nome do primeiro filho por ele referido, mas não o faz com o nome de segundo filho. Aparentemente, pode-se sugerir que a presença do artigo ao primeiro nome referido pode compensar a ausência nos demais.

Em (163), a entrevistada conta uma situação na época de um determinado governador do estado e nomeia este ex-governador pelo *sobrenome*, Ramos Ferreira, e sem a presença de artigo. No exemplo (164), a referência é feita ao ex-governador do estado do Rio de Janeiro Leonel Brizola e ao ex-presidente da República Fernando Collor de Melo. Essas duas pessoas são tratadas pela colaboradora pelo *sobrenome*, que tende a desfavorecer o artigo. Nessas ocorrências, no entanto, "Brizola" e "Collor" aparecem articulados, talvez, por duas razões: a

primeira é que "Brizola" e "Collor" não são apenas *sobrenome*, são também a forma pela qual essas duas pessoas são conhecidas, de modo que referindo-se apenas pelo sobrenome é-se remetido a essas duas pessoas especificamente – Leonel Brizola e Fernando Collor de Melo – e não a outras pessoas da família que carregam o mesmo sobrenome; neste primeiro caso, o *sobrenome* se assemelha a um *prenome*; a segunda razão é a estrutura em que os nomes "Brizola" e "Collor" se encontram: estrutura preposicionada em cuja preposição tem a propriedade de se contrair com o artigo. Conforme se verá adiante, nomes próprios que figuram em estruturas preposicionadas tendem a favorecer a presença do artigo, e quando a preposição tem a propriedade de se aglutinar com o artigo – "a" e "em" no exemplo (164) – esse favorecimento é ainda maior.

Ainda segundo a Tabela 25, observa-se que pessoas tratadas pelo *agnome*, *apelido* e *hipocorístico* são as que mais favorecem o uso do artigo, tanto em termos percentuais quanto em peso relativo. Vejam-se os exemplos abaixo:

(165) INQ. Ela foi grávida daqui pra lá e voltou grávida de lá pra cá.
INF. Fui grávida d***o Júnior***; ***o Júnior*** nasceu lá.
(Rio de Janeiro-RJ, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(166) INQ. Andel, o Andel tem carro?
INF. Não.
INF. ***O Neto*** tem carro; o Andel tem onze anos; ***o Neto*** tem carro.
INQ. Então eu queria que você falasse um pouquinho do carro do...
INF. Do carro d***o Neto***?
INQ. É.
INF. ***O Neto*** tem uma... picape istrada... ãh... de cor verde, metálica, não tem ar condicionado, não tem vidro elétrico, básica né, simples.
(Boa Vista-RR, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(167) INF. Era… agora não tem mais… que agora eu moro lá pra longe. Aí tinha ***o Raimundinho***, era um muleque que cresceu comigo lá no bairro lá, tá entendendo? Cresceu junto, aí a gente conversava mais e pá, agora… num tem mai' com quem conversar muito não.
(Porto Velho-RO, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(168) INQ. Você poderia dizer o nome de alguns vizinhos seus assim?
INF. Tá, eu tenho a Deusanira né, que mora aqui (...) e o moço aqui ele se... ele sempre traba... é:: trabalha né, quase ele num tá em casa; e ***a Deusa***, ela fala comigo quando ela precisa alguma coisa ou eu preciso de alguma coisa com ela né, aí a gente se fala.
(Goiânia-GO, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(169) INQ2. O que que eles fazem?
INF. O Altivo trabalha ni serviços auxiliá, de negóh de... serviços gerais. A Patrícia também, serviços gerais. O Léo trabalha só de intregá gaiz; ***o Bira*** tá parado; e o Júnio só de serviço de computação
(São Luís-MA, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(170) INF. É eu/não pode falar porque zanga né? Mais era conhecido como Nito Galo Cego; tem ***o Chico Farofa*** porque ele andava com farofa no borso sabe pra comer aí ficou Chico Farofa e ***o Nito Galo Cego*** porque ele é meio do outro lado né? aí botaram o apelido nele de Nito galo cego.
(Cuiabá-MT, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Em (165) e (166), têm-se ocorrências de *agnomes*; em (167) e (168), de *hipocorísticos*; e em (169) e (170), os exemplos são de *apelidos*. Esses três tipos de antropônimos compartilham entre si o traço [+intimidade/familiaridade], que tradicionalmente vem sendo considerado um gatilho para se antepor o artigo ao nome próprio. Se a intimidade/familiaridade que o falante tem com a pessoa mencionada constitui elemento favorecedor para uso do artigo antes de nomes próprios de pessoas – como preconizam as gramáticas tradicionais, inclusive –, então o maior favorecimento nos *agnomes*, *apelidos* e *hipocorísticos* parece estar justificado.

No entanto, conforme se viu no Gráfico 8, da seção 5.2.6, a Região Nordeste faz menos uso do artigo justamente com pessoas com as quais se têm mais intimidade, no caso dos parentes, vizinhos, amigos, pessoas estas que se tem maior possibilidade de serem tratadas por, sobretudo, *apelidos* e *hipocorísticos*. Observe-se a Tabela 26 a seguir, que mostra a ocorrência de artigo por tipo de antropônimo em cada região tomada separadamente:

Tabela 26: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Tipo de Antropônimo* nas cinco regiões.

Tipo de antropônimo	**Norte**		**Nordeste**		**Sudeste**		**Sul**		**Centro-Oeste**	
	Apl./T	%	Apl./T	%	Apl./T	%	Apl./T	%	Apl./T	%
Agnome	**16/17**	**94,1**	1/5	20	**3/4**	**75**	**4/4**	**100**	**-**	**-**
Hipocorístico	**45/47**	**95,7**	**11/26**	**42,3**	10/17	58,8	**22/23**	**95,7**	**8/10**	**80**
Apelido	**15/18**	**83,3**	**4/8**	**50**	**3/4**	**75**	**8/8**	**100**	4/7	57,1
Prenome	326/421	77,4	173/517	33,5	182/254	71,7	177/235	75,3	**143/197**	**72,6**
Sobrenome	6/11	54,5	**6/12**	**50**	11/18	61,1	5/5	100	2/3	66,7
Fictício	4/7	57,1	4/13	30,8	**6/7**	**85,7**	5/5	100	**4/5**	**80**
Artístico/Palco	12/23	52,2	14/34	41,2	9/18	50	1/1	100	3/7	42,9
Nome Completo	19/42	45,2	5/31	16,1	0/2	0	7/12	58,3	23/34	67,6
Total	**443/586**	**75,6**	**218/646**	**33,7**	**224/324**	**69,1**	**229/293**	**78,2**	**187/263**	**71,1**
									Significância: 0.023	

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Tabela 25 vista anteriormente, que traz os resultados de todas as 25 capitais conjuntamente, mostra que as três maiores frequências de uso do artigo estão diante de *agnome*, *hipocorístico* e *apelidos*, aos quais se seguem os *nomes fictícios*. Já na Tabela 26, que traz os resultados por regiões separadamente, observa-se que as regiões não se comportam de maneira uniforme neste grupo de fatores.

Para a Região Norte, as três maiores frequências de uso do artigo estão nos *agnomes*, *hipocorísticos* e *apelidos*, e a eles se seguem os *prenomes*. Na Região Nordeste, as maiores ocorrências estão nos *apelidos*, *sobrenomes* e *hipocorísticos*, e a eles se seguem os *nomes artísticos/palco*. Na Região Centro-Oeste, têm-se os *nomes fictícios*, os *hipocorísticos* e os *prenomes* com os maiores índices de artigo anteposto; a eles se seguem os *nomes completos* e os *sobrenomes*. Registra-se, ainda, que na Região Centro-Oeste não houve ocorrências de *agnomes*. Na Região Sudeste, são com os *nomes fictícios*, os *apelidos* e os *agnomes* as maiores ocorrências de artigo anteposto; a eles se seguem os *prenomes*. A Região Sul apresenta uma particularidade: das 293 ocorrências de nome próprio, 235 (80%) são do tipo *prenome*; as 58 ocorrências restantes se distribuem entre os demais tipos de antropônimos, de modo que em cinco deles (*agnome, apelido, sobrenome, nome fictício e nome artístico/palco*), todos entre uma e oito ocorrências, houve 100% de uso do artigo. A Região Sul, por ser a região que mais faz uso do artigo diante de antropônimos (78,2%), parece não fazer distinção por entre os diferentes tipos de nome próprio encontrados nos dados; independentemente da tipologia do antropônimo, os falantes do Sul do Brasil antepõem o artigo ao nome da pessoa a que se referem, até mesmo quando essas pessoas são referidas pelo *nome completo*, que embora em menor frequência ainda é um índice significativo, 58,3%.

Em meio aos diferentes tipos de nomes com elevado índice de artigo anteposto nas cinco regiões observadas separadamente, pode-se ver, ainda, uma unidade no que diz respeito à relação de intimidade que haveria entre os diferentes tipos de antropônimos. Com exceção da Região Centro-Oeste, que apresenta apenas o *hipocorístico* entre os três primeiros tipos de antropônimos, as outras regiões registram pelo menos dois. No Norte, tem-se *agnome*, *hipocorístico* e *apelido*; no Nordeste, têm-se *hipocorístico* e *apelido*; no Sudeste, *apelido* e *agnome*; e no Sul, com *agnome, apelido e hipocorísticos*. Esses tipos de nome próprio estão presentes em todas as regiões, com os maiores índices de uso do artigo para cada região em questão. Veja-se a Tabela 27:

Tabela 27: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo as variáveis *Intimidade* e *Tipo de Antropônimo*.

Tipo de antropônimo	**Com intimidade**		**Sem intimidade**	
	Apl./Total	**%**	**Apl./Total**	**%**
Agnome	**24/30**	**80**	-	-
Apelido	**29/37**	**78**	5/8	62
Hipocorístico	**86/112**	**77**	**10/11**	**91**
Prenome	966/1.576	61	**25/37**	**68**
Sobrenome	10/24	42	**20/25**	**80**
Nome completo	24/75	32	30/46	65
Nome artístico e/ou de palco	-	-	39/83	47
Total	**1.139/1.854**	**61**	**129/210**	**61**

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Tabela 27 revela o cruzamento de dois grupos de fatores, *grau de intimidade do falante em relação à pessoa mencionada* e *tipo de antropônimo*. O grupo *Intimidade* foi reorganizado em dois fatores, *com intimidade* (que reúne os fatores familiares e pessoas do meio social do falante) e *sem intimidade* (que reúne os fatores pessoa conhecida da região e pessoa conhecida nacionalmente). Os maiores índices de uso do artigo estão nos *agnomes*, *apelidos* e *hipocorísticos* quando se observa a relação "com intimidade" entre o falante e a pessoa mencionada; a eles se seguem os *prenomes*. Quando a pessoa com a qual o falante tem intimidade é tratada pelo *sobrenome* ou pelo *nome completo*, o uso do artigo cai para 42% e 32%, respectivamente.

Quando se observa a relação "sem intimidade" entre o falante e a pessoa mencionada, as maiores ocorrências de artigo estão nos *hipocorísticos*, *sobrenome* e *prenome*, e a eles se seguem os *apelidos* e *nome completo*. A ligação das pessoas tratadas pelo *nome completo* e *sobrenome* é totalmente inversa nas relações com/sem intimidade, e os *hipocorísticos* e os *apelidos* continuam a favorecer a presença de artigo; a eles seguem-se ainda os *prenomes*. A

relativamente alta frequência de uso do artigo junto a *sobrenomes*, conforme observado nas tabelas 25 e 26 apresentadas anteriormente, pode se dar em razão de que muitas das pessoas que foram tratadas pelo sobrenome estão inseridas no círculo de amizade do falante; de alguma forma, os *sobrenomes* perderam o *status* mais formal que eles carregam e se assemelharam a outros tipos de nome próprio, como o *prenome* ou *nome de guerra* ou *apelidos*. Vejam-se os exemplos a seguir:

(171) INQ. E com quem o senhor costuma falar mais?
INF. É assim, de finais de semana mais assim é ***o Porto***, esse amigo, outros é... levo bastante e tempo assim, mas vejo de quinze em quinze dias às vezes semana (...).
(Florianópolis-SC, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo autor a partir das entrevistas do Projeto ALiB)

(172) INQ. A senhora poderia falar o nome de alguns amigos, vizinhos...
INF. Olha vizinho desse lado tá sem vizinho e desse lado tem ***o Seu Aragão*** e a dona Celi, amigos? Amigos é tão difícil pra mim amiga mesmo, é a minha irmã. Com a minha irmã.
(Belém-PA, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(173) INF. Bom, além de esses, os três são colegas de trabalho, né, tem um outro amigo, ***o Rocha Júnior***, que é meu colega de faculdade, que a gente tem sempre contato, eh... todos são... são profissionais, trabalham, são funcionários públicos.
(São Luís-MA, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

As pessoas mencionadas pelos falantes nos exemplos de (171) a (173) são todos tratados pelo sobrenome: Porto, Aragão, Rocha Júnior. Todas essas pessoas fazem parte do círculo mais estreito de amizade do falante, pessoas com as quais o falante convide e se relaciona diariamente e, provavelmente, é uma amizade de muitos anos. Assim, é provável que o *status* mais formal do sobrenome tenha se desgastado no tratamento entre as pessoas e tenha assumido características compartilhadas pelos *apelidos, hipocorísticos, agnomes, nomes de guerra*, etc.

Assim, há certos tipos de antropônimos que denotam uma intimidade maior entre as pessoas, o que favoreceria a ocorrência de artigo definido segundo observação feita até pela tradição gramatical. Esses tipos de antropônimos de fato favorecem mais a presença do artigo, em relação aos demais tipos de nome próprio, quando se considera a relação "com intimidade". Já quando se considera a relação "sem intimidade" outros tipos de antropônimos

passam a favorecer a ocorrência de artigo, embora os hipocorísticos continuem lá como um dos que mais são articulados. No percentual geral da relação *tipo de antropônimo x intimidade*, o que se vê é que a relação "com intimidade" e "sem intimidade" apresentam exatamente o mesmo percentual de uso do artigo, de 61%. A diferença está no interior de cada grupo: os antropônimos que favorecem o uso do artigo na relação "com intimidade" não são exatamente os mesmos que favorecem o artigo na relação "sem intimidade". Ademais, sendo a tendência de uso do PB aquela em que o artigo é anteposto ao nome de pessoas, é natural que os diferentes tipos de nomes próprios apareçam cada vez mais articulados.

5.3.4 Circunstância em que o antropônimo é citado

Este grupo de fatores foi também selecionado como relevante pelo programa GoldVarb X para a aplicação da regra de uso do artigo antes de nome próprio, figurando na sexta posição. Este grupo visa a observar a forma como o nome próprio aparece no discurso do falante e considera as ocorrências de antropônimo como "novo", quando citado pela primeira vez no discurso do falante, e como "dado/velho", quando o antropônimo já foi citado pelo falante e é repetido. Em outras palavras, o nome próprio é tratado como "informação nova", quando citado pela primeira vez, e como "informação velha" quando já tenha sido citado anteriormente.

Silva (1996a) controlou esta variável e verificou que o nome próprio como informação nova, ou seja, citado pela primeira vez no discurso do falante favoreceu o uso do artigo com uma frequência de 67% e peso relativo de 0.54. Assim, segundo a autora, quando o nome próprio é citado pela primeira vez, ele já tende a vir articulado. Almeida Mendes (2015) e Pereira (2017) também controlaram esta variável em seus trabalhos. Ambos os autores chegaram a um resultado contrário ao de Silva (1996a), isto é, o artigo tende a ser favorecido quando o nome próprio constitui informação velha, quando já foi citado anteriormente pelo falante. A Tabela 28 que segue mostra os resultados deste grupo de fatores nesta pesquisa.

Tabela 28: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Circunstância em que o antropônimo é citado*.

Item de enumeração	Apl./Total	%	P.R
Citado anteriormente – velho	603/1.000	66,3	**0.55**
Citado pela 1ª vez – novo	638/1.112	57,4	0.45
Total	**1.301/2.112**	**61,6**	
			Significância: 0.023

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os resultados para esta variável vão ao encontro dos resultados de Almeida Mendes (2015) e Pereira (2017). Observa-se que o uso do artigo é maior quando o nome próprio constitui informação velha, ou seja, quando ele já foi mencionado anteriormente no discurso do falante e é retomado por ele. Esse favorecimento do artigo se dá tanto em termos percentuais (66,3%) quanto em peso relativo (0.55). Vejam-se os exemplos que seguem[74]:

(174) INQ. Você poderia me dizer o nome de alguns amigos seus ou vizinhos com quem você costuma falar mais?
INF. Dexo pegá pela faculdade... Ã::: Janaína, Rômulo, Gerson, Belson...
INQ. Eles são da tua turma?
INF. É. Que mais? André, Luciana.
INQ. Quais que são mais amigos seus?
INF. Mais amigos mesmo? Acho que é ***o Belson***, né, esse que eu falei é ***o Belson*** é.
(Manaus-AM, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(175) INQ. Eu queria que você me dissesse como chamam os seus filhos.
INF. O mais velho é Marcelo Rodrigo; depois vem Luiz Gustavo, a Adriana e o Carlos Eduardo.
INQ. Eu queria que você falasse um pouquinho deles, me descrevesse.
INF. Bom, ***Marcelo Rodrigo***, ele é dentista como eu, tem nove anos de formado. Aliás, filho é assim, todos tem um pouco né. ***O Luiz Gustavo*** já é mais concentrado, é uma pessoa mais, mais fechada. *Adriana* é uma filha que parece muito com a gente, é uma pessoa maravilhosa também, e ***o Carlos Eduardo*** é o mais frequente né, porque mora aqui ainda.
(Belo Horizonte-MG, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)

[74] Nesses exemplos, os nomes próprios sublinhados constituem a primeira menção (citados pela primeira vez) e as ocorrências em *itálico* e **negrito** constituem os nomes próprios retomados.

(176) INQ. Bom, nós já vimos que você tem mais quatro irmãos né?
INF. Sim.
INQ. Daria pra você falar como eles se chamam e o que eles fazem?
INF. Daria. É nome completo?
INQ. Só o primeiro nome.
INF. ***O Cléber***, ele trabalha na parte de informática duma faculdade; ***o Cleiton*** eh:: faz programas... eh:: de computador, (risos) um garoto de programa. ***O Clério***, ele trabalha de, de gerenciá redes pra uma empresa... e ***o César*** trabalha na... ***o Vitor César***, ele trabalha na fazenda, administra a fazenda da minha mãe.
(Campo Grande-MS, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Nesses exemplos apresentados, têm-se ocorrências de antropônimos quando citados pela primeira vez e quando retomados pelo falante; as ocorrências de nomes próprio sublinhadas correspondem a primeira menção, já as em itálico são segunda menção. Em (174), os nomes "Janaína", "Rômulo", "Gerson", "Belson", "André" e "Luciana" são mencionados pela primeira vez no discurso do colaborador quando o inquiridor pede para que ele fale sobre amigos ou vizinhos com quem costuma falar com frequência; todos esses antropônimos aparecem desarticulados em sua primeira menção. Quando o inquiridor faz nova pergunta que leva o colaborador a retomar um nome já citado antes, este nome aparece, por duas vezes, antecedido de artigo: "o Belson". Esse exemplo é bem ilustrativo porque poderia levar a crer que os nomes próprios, em geral, seguiriam uma tendência de aparecer pela primeira vez no discurso sem o artigo e com artigo quando fossem retomados, à semelhança do que ocorre com os nomes comuns. No entanto, isso não procede, como se verá em seguida. Os nomes "Janaína", "Rômulo", "Gerson", "Belson", "André" e "Luciana" listados pela primeira vez no discurso do falante seguem uma enumeração, isto é, constituem item de enumeração e, conforme já se viu, os antropônimos que figuram como item de enumeração tendem a aparecer desarticulados.

Em (175), o colaborador fala sobre os quatro filhos – Marcelo Rodrigo, Luís Gustavo, Adriana e Carlos Eduardo – pela primeira vez. Os dois primeiros aparecem sem o artigo e os dois últimos já aparecem articulados. É interessante notar que o colaborador cita os três últimos em uma enumeração – "depois vem *Luís Gustavo, a Adriana e o Carlos Eduardo*" –, em que o primeiro nome está sem artigo e os outros dois com artigo anteposto, e todos em uma primeira menção no discurso do falante. Em seguida, quando o inquiridor pede para que o colaborador fale um pouco mais de cada um, os quatro nomes são retomados, mas nem todos com artigo anteposto. "Marcelo Rodrigo", mencionado primeiramente sem artigo, é

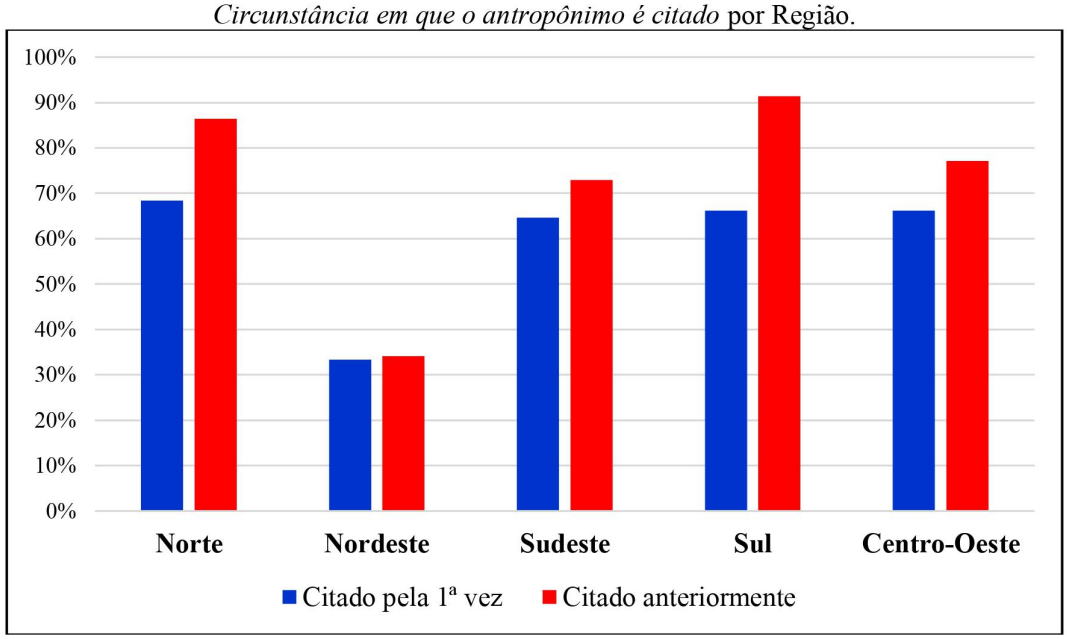
retomado ainda sem o determinante; "Luís Gustavo", que na primeira menção está desarticulado, é retomado com o artigo anteposto; "Adriana" e "Carlos Eduardo", citados pela primeira vez com o determinante, quando retomados "Adriana" aparece desarticulada e "Carlos Eduardo" mantém o determinante.

O exemplo em (176) ilustra um caso em que os nomes próprios constituem primeira e única menção pelo falante, ou seja, não houve retomada desses nomes em nenhum momento da entrevista. No exemplo (176), os antropônimos estão em sua primeira e única menção na fala do colaborador e todas as ocorrências estão articuladas; este é o único momento da entrevista em que o colaborador fala sobre os quatro irmãos. Este exemplo ilustra o fato de que nem sempre a primeira menção do nome próprio aparece sem o artigo.

Considerando que a tendência de uso do português brasileiro contemporâneo é, reforça-se, aquela em que o nome próprio aparece antecedido de artigo, o fato de o antropônimo estar ou não em sua primeira menção no discurso do falante parece não ser tão determinativo para o uso ou não uso do artigo, embora quando se compara o *status* "novo/dado" do nome próprio haja um favorecimento do artigo quando no nome próprio é retomado no discurso.

Veja-se o Gráfico 10 a seguir que mostra o comportamento deste grupo de fatores em cada região isoladamente.

Gráfico 10: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Circunstância em que o antropônimo é citado* por Região.



Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o Gráfico 10, a Região Nordeste, quando utiliza o artigo diante de antropônimos, não faz distinção para o fato de o nome próprio estar em sua primeira menção ou ser retomado; a frequência de uso, nesses casos, é praticamente a mesma. Já nas outras regiões, pode-se perceber que elas fazem distinção entre o uso do artigo na primeira menção e na retomada pelo falante, ainda que essa diferença não seja, nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, tão significativa. As regiões Norte e Sul parecem fazer diferença um pouco maior, com os nomes próprios retomados sendo bem mais articulados que os citados pela primeira vez.

O que se observa é que embora os nomes de pessoas em sua primeira menção no discurso do falante sejam significativamente articulados, quando esses nomes são retomados no discurso do falante eles tendem a aparecer antecedido de artigo e esse comportamento é claro em quatro das cinco regiões brasileiras. A retomada desses nomes de modo articulado não significa dizer que a primeira menção a eles tenha sido sem o artigo. Há nomes sem artigos em sua primeira citação que continuam sem artigo em sua retomada, bem como há nomes que aparecem na primeira vez com artigo e na segunda vêm sem ele; há ainda os casos em que o nome próprio não é retomado na fala do informante e sua única menção aparece algumas vezes com artigo, outras vezes sem. A ocorrência ou não de artigo antes do nome próprio parece seguir a norma de uso da comunidade em questão, independentemente de estar ou não em sua primeira menção.

O elemento novo introduzido no discurso do falante – a pessoa a que ele se refere devidamente nomeada por um nome próprio – não assume característica de elemento desconhecido do interlocutor. Assim, nomes próprios citados pela primeira vez não vêm necessariamente desacompanhados de artigo, sugerindo o fato de que o interlocutor não possa identificar o indivíduo no domínio discursivo, e que essa identificação se processaria na retomada do referente no discurso do falante já devidamente acompanhado de artigo. Embora o interlocutor, representado pelo inquiridor que conduz a entrevista, não compartilhe com o falante da pessoa, em si, de quem se fala, a identificação do referente é automática, uma vez que a pergunta dirigida ao colaborador diz respeito a amigos, vizinhos, familiares. Assim, o falante, em uma primeira menção do nome próprio, já antepõe o artigo ao antropônimo, porque, embora o inquiridor não conheça a pessoa, ela é alocada na categoria "familiares", "pessoas do relacionamento do falante" criada pelo próprio inquiridor, em uma espécie de compensação: está-se a falar dos filhos/irmãos/vizinhos/amigos. Tem-se, assim, uma informação parcialmente partilhada entre os interlocutores, que licencia o artigo ainda que seja a primeira menção do nome próprio.

5.3.5 Estrutura do sintagma nominal

Um dos primeiros trabalhos a observar a estrutura do sintagma nominal em que o sintagma antroponímico está inserido foi o de Callou e Silva (1997), ao incluir na análise o fator "presença de preposição" e que observou que o contexto preposicionado em que figurava o nome próprio era propício ao uso do artigo. Outros trabalhos subsequentes passaram a incluir esta variável na análise e, embora nem sempre este grupo de fatores tenha sido selecionado pelo programa de análise multivariável, os resultados para este grupo são interessantes e caminham na direção das primeiras observações de Callou e Silva (1997).

Assim, este grupo de fatores foi controlado na presente pesquisa e procura observar o contexto, preposicionado ou não, em que o sintagma antroponímico está inserido, com os seguintes fatores: *sintagma nominal sem preposição, sintagma nominal com preposição que se contrai com o artigo, e sintagma nominal com preposição que não se contrai com o artigo*. Amparado em resultados de trabalhos anteriores a este, a hipótese era a de que sintagma antroponímico inserido em estrutura preposicionada condicionaria mais a presenta do artigo frente a estruturas em que não se tem preposição; além disso dentre as estruturas preposicionadas, aquelas formadas com preposição que tem a propriedade de se contrair com o artigo (de, a, em...) favoreceriam mais o uso do artigo que preposições que não têm essa propriedade (sobre, com[75]).

Este grupo de fatores foi o último a ser selecionado pelo programa GoldVarb X e os resultados gerais para ele estão apresentados na Tabela 29 abaixo:

Tabela 29: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Estrutura do Sintagma Nominal*.

Estrutura do SN	Apl/Total	%	P.R
SN com preposição que se contrai	221/292	75,7	**0.74**
SN com preposição que não se contrai	63/99	63,6	0.49
SN sem preposição	1.017/1.721	59,1	0.45
Total	**1.301/2.112**	**61,6**	
			Significância: 0.023

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os resultados da Tabela 29 mostram que, em termos percentuais, estruturas preposicionadas tendem à ocorrência de artigo e, dentre elas, as preposições que se contraem com o artigo são as que mais propiciam seu uso; já estruturas não preposicionadas são as que

[75] Ver nota 69.

apresentam menos artigo antes de nome próprio. O peso relativo atribuído aos fatores do grupo confirma essa tendência de favorecimento do artigo junto a estruturas com preposição aglutinadora frente às outras. Assim, os resultados para esta variável neste trabalho vão ao encontro das primeiras observações de Callou e Silva (1997, p. 17): "confirma-se, assim, o forte condicionamento à presença de artigos diante de preposições que com elas (sic) se contraem". Observem-se os exemplos que seguem:

(177) INQ. A senhora tem filhos, dona Erotilde?
INF. Tenho, três.
INQ. Como é que eles chamam? O que eles fazem?
INF. ***Fábio***, que é o mais velho, né, ele é recepcionista; ***Fabrício*** é o mais novo... trabalha de mensageiro né, aqui no hotel; e tem ***a Fabíola*** que trabalha no mercado. Ela é operadora de caixa, no mercado.
(Porto Velho-RO, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(178) INF. Quando eu recebi meu certificado, essa dita mulher, mãe da minha colega chegou e disse pra ir na casa ***de doutor João Marco***" (...) Aí (eu) fui, cheguei lá tinha uma colega muito boa. Eu disse assim: "Eu vou esperar ***por doutor João Marco***".
(João Pessoa-PB, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(179) INF. Você poderia falar assim do quarto de uma das suas irmãs? Como é que é?
INF. Ah... o quarto d***a Letícia*** é tudo bagunçado, e o d***a Lucilene*** é arrumado. O d***a Lucilene*** é organizado, tem os livros organizados... tem uma cama pra ela e uma cama pra Milque, que é a gatinha dela.
INQ. Ahn... E ela é toda certinha assim?
INF. Não, eu que sou certinha assim, o meu que é o... o certinho.
INQ. O organizado assim?
INF. É, o dela é o médio e o d***a Letícia*** é o bagunçado.
(Goiânia-GO, Mulher, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

(180) INF. Falam; tem um vizinho, um vizinho que ele é muito amigo, ele tem setenta e poucos anos, ele vai lá em casa, então fala às vezes alguma coisa acontece que ele fala ***com o Eduardo***, ***com o Ricardo***, ele fala "oxente"; eu achei engraçado o jeito dele falar assim, e o jeito dele se expressar assim, como antigamente, assim né, acho muito engraçado.
(Curitiba-PR, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo autor a partir das entrevistas do Projeto ALiB)

(181) INF. (...) E por aí vai andando... então eu assisto o filme por causa disso e amo, eu sou muito voltada, embora não...não saiba nada, pra cultura negra, pra tudo em relação a negro, ao negro, e... o jornalismo porque eu tô de olho nessas falcatruas, entendeu? Eu errei ***com Collor***, eu nunca digo pras pessoas que eu errei, eu acho que eu fui inexperiente, mas eu também acho que ***o Collor*** é tão pilantra quanto qualquer um deles são, tá.

(Rio de Janeiro-RJ, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Em (177), a colaboradora fala sobre os filhos, nomeando-os e dizendo o que eles fazem. As três ocorrências de nome próprio na fala da colaboradora estão em uma estrutura não preposicionada e os dois primeiros nomes, *Fábio* e *Fabrício*, estão desacompanhados do artigo, e o terceiro, *Fabíola*, aparece articulado. Vale destacar, ainda, que além de figurarem em uma estrutura sem preposição, as três ocorrências de antropônimos aparecem pela primeira vez na fala da colaboradora e ela deixa sem artigo os dois primeiros nomes e o antepõe ao terceiro nome citado. Ao longo da entrevista, a colaboradora retoma o nome do filho mais novo, *Fabrício*, por três vezes e em todas elas o nome aparece antecedido de artigo: "Vou com meus filhos às veiz, *o Fabrício*, a mulher dele, a minha filha", "Foi, interessante num foi não né, mas foi o do meu filho, *o Fabrício*, quando ele foi acidentado", "*O Fabrício*, ele ia na bicicleta e na velocidade caiu na ladeira, perdeu o controle da bicicleta". Estes exemplos, além de ilustrarem a presença de nome próprio em estrutura sem preposição, ilustram também o fato de um nome próprio ser enunciado pela primeira vez sem artigo e quando da retomada no discurso já aparecer com artigo anteposto, destacando o que já foi dito na seção 5.3.4 anteriormente.

Em (178) e (179), os exemplos são de antropônimo em estrutura preposicionada e com uso de preposição que tem a propriedade de se contrair com o artigo. Conforme visto na Tabela 29 anteriormente, esse contexto é altamente favorecedor do uso do artigo, tanto em termos percentuais quanto em termos de peso relativo. No entanto, ainda que seja um contexto altamente favorecedor, nem sempre o nome próprio aparecerá articulado, como bem mostra o exemplo (178). Nele, temos duas ocorrências não articuladas: *casa de doutor João Marcos* (em primeira menção no discurso) e *esperar por doutor João Marcos* (em segunda menção no discurso). As duas preposições utilizadas, *de* e *por*, podem se contrair com o artigo, mas isso não foi o suficiente para que as ocorrências fossem antecedidas de artigo. Isso já não acontece em (179), em que se tem quatro registros de nomes precedidos pela

preposição "de" e todas elas aparecem articuladas, atestando o alto favorecimento do artigo nesse tipo de estrutura.

Em (180) e (181), tem-se ainda uma estrutura preposicionada, no entanto a preposição que antecede o nome próprio é uma que não se aglutina com o artigo. A Tabela 29 já apresentada mostra que apesar de uma frequência relativamente alta de uso do artigo nesse contexto (63,6%), o peso relativo atribuído a este fator (0.49) indica que há poucas chances de essa estrutura condicionar a presença de artigo. Em (180), as duas ocorrências de nome próprio – *com o Eduardo*, *com o Ricardo* – aparecem articuladas; já em (181) o artigo está ausente: *com Collor*.

Simplificando um pouco este grupo de fatores, pode-se observar simplesmente o fato de o nome próprio aparecer ou não em estrutura preposicionada, sem levar em consideração o fato de a preposição poder ou não se contrair com o artigo. Nesta simplificação, vê-se que nome próprio em estrutura preposicionada realmente favorece o uso do artigo frente à estrutura sem preposição. Observe-se a Tabela 30:

Tabela 30: Uso do artigo definido diante de nome próprio em função do contexto (não) preposicionado.

Contexto preposicionado	**Apl/Total**	**%**	**P.R**
Com preposição	284/391	72,6	**0.72**
Sem preposição	1.017/1.721	59,1	0.44
Total	**1.301/2.112**	**61,6**	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Além do grupo de fatores *Estrutura do sintagma nominal*, foi controlado também o fator *Tipo de preposição*, no qual se anotou sistematicamente o tipo de preposição usada pelo falante nas estruturas preposicionadas. A princípio pode-se sugerir que algumas preposições tendem a ser mais usuais que outras e, dentre essas, umas podem estar mais propícias a aparecer com artigo que outras. Todas as preposições que apareceram na amostra analisada foram registradas e controladas, em um total de 391 ocorrências, conforme já indicou a Tabela 30. Vejam-se, agora, os tipos de preposições com suas respectivas ocorrências:

Tabela 31: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Tipo de preposição*.

Tipo de Preposição	Apl/Total	%	P.R
Por	2/4	50	**0.80**
Para	11/12	91,7	**0.57**
De	200/266	75,2	**0.52**
A	5/7	71,4	0.43
Com	63/99	63,6	0.42
Em	3/3	100	-[76]
Total	**284/391**	**72,6**	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em termos percentuais, observa-se que todas as preposições que apareceram na amostra analisada estão significativamente antecedidas de artigo. Em termos de peso relativo, no entanto, as preposições que mais favorecem a presença do artigo antes de nome próprio são exatamente aquelas ditas aglutinadoras, preposições que têm a propriedade de se contrair com o artigo: *por, para, de*. A preposição "por" mostrou-se altamente favorecedora do artigo, seguida da preposição "para"; a preposição "de", que de longe foi a que se fez mais produtiva na fala dos colaboradores, com 266 ocorrências, condicionou levemente o uso do artigo, com peso relativo de 0.52. As preposições "a" e "com", aglutinadora e não aglutinadora, foram as que se mostraram menos favoráveis à presença de artigo diante de antropônimo.

Uma observação importante deve ser feita com relação a estes grupos de fatores: a interação destes com o grupo de fatores *função sintática*. Não há dúvidas de que a estrutura em que o sintagma antroponímico está inserido é importante e relevante no condicionamento do fenômeno, com as estruturas preposicionadas favorecendo o uso do artigo frente às estruturas sem preposição. Muitas das funções sintáticas controladas na análise constituem funções preposicionadas, como complemento e adjunto de nome, objeto indireto, adjunto adverbial. Dessa forma, numa observação mais superficial, era de se esperar que as funções preposicionadas fossem aquelas que mais favorecessem a presença do artigo, uma vez que tão importante quanto a função que o sintagma antroponímico exerce na frase é a estrutura sentencial em que ele aparece. No entanto, não foi o que aconteceu, conforme mostrou a Tabela 23 da seção 5.3.1.

As funções de objeto indireto e complemento nominal apresentaram peso relativo desfavorecedor ao artigo, 0.44 e 0.38, respectivamente. O adjunto adnominal teve peso relativo de 0.51, tão encostado do ponto de neutralidade que não se pode afirmar que ele esteja efetivamente condicionando o uso do artigo; o que se pode levantar para esta função é

[76] As ocorrências com a preposição *em* constituíram nocautes, precisando, assim, serem eliminadas da rodada de obtenção de peso relativo.

que ela não favorece nem desfavorece o uso do artigo. A função preposicionada que, de fato, se mostrou relevante foi a de adjunto adverbial, função esta estruturada com a preposição "com", tida como não aglutinadora e que apresentou peso relativo de 0.42, como se viu na Tabela 31.

Estes resultados mostram a independência dos grupos de fatores *função sintática, estrutura do sintagma nominal* e *tipo de preposição* na amostra analisada. Caso isso não acontecesse, se as funções preposicionadas fossem as que favorecessem o uso do artigo, estar-se-ia frente a um problema analítico e de uma pergunta a ser respondida: são, de fato, as funções sintáticas que favorecem o uso do artigo, ou a estrutura em que eles se encontram? Dada a independência dos grupos de fatores controlados na análise, tem-se um conjunto de possibilidades estruturais que condicionam, em maior ou menor grau, o uso do artigo antes de nome próprio de pessoas no português brasileiro.

5.4 OS SINTAGMAS ANTROPONÍMICOS ISOLADOS

Conforme exposto na seção 4.2.2.2.13, que apresentou os *sintagmas antroponímicos isolados* como mais um grupo de fatores dentre os demais grupos selecionados para análise nesta pesquisa, algumas vezes o nome próprio aparece isolado na fala do colaborador, como resposta direta a uma pergunta ou no interior do discurso depois de pausa longa, que faz com que o sintagma antroponímico não figure em uma estrutura sentencial, e sim isolado, conforme exemplificado a seguir:

(182) INQ. Você tem quantas filhas?
INF. Tenho duas filhas.
INQ. Qual que é a mais velha?
INF. ***Kátia***.
(Boa Vista-RR, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(183) INQ.: Quem é que trabalha?
INF.: ***Jorge***.
INQ.: Quem é o outro?
INF.: ***Alberto***.
(Aracaju-SE, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(184) INQ. Então me fala assim nomes.
INF. Um mais íntimo (pausa longa, informante pensando): ***Robson, Dona Geiza***.
(Campo Grande-MS, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(185) INQ. Essa é quem?
INF. ***Valdirene***.
(Belo Horizonte-MG, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

(186) INQ. Então a senhora fala mais com...
INF. ***A Roberta***.
(Porto Alegre-RS, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo autor a partir das entrevistas do Projeto ALiB)

Todas as ocorrências de nome próprio de (182) a (186) constituem casos de sintagmas antroponímicos isolados; são nomes próprios enunciados pelos colaboradores, que não figuram em estrutura sentencial e que foram analisados à parte, haja vista suas especificidades no discurso e o fato de não se encaixar em todos os grupos de fatores controlados na análise e especificados no quadro 7, da seção 4.2.2.

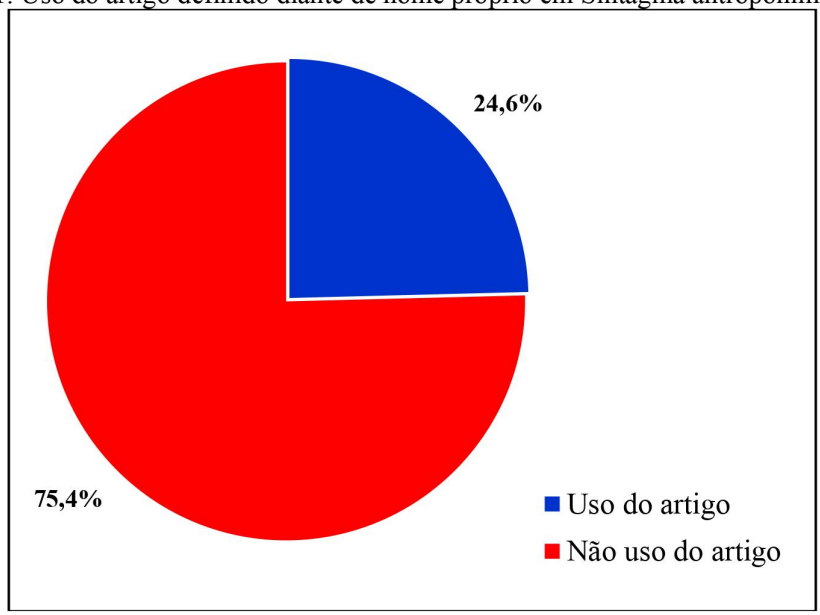
Foram registradas 533 ocorrências de sintagmas antroponímicos isolados, dos quais 402 (75,4%) foram sem artigo anteposto e 131 (24,6%) foram antecedidos de artigo. A Tabela 32 e o Gráfico 11 a seguir ilustram esses resultados.

Tabela 32: Artigo definido diante de nome próprio em Sintagma antroponímico isolado.

	Ocorrência	**%**
Uso do artigo	131	24,6
Não uso do artigo	402	75,4
Total	**533**	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Gráfico 11: Uso do artigo definido diante de nome próprio em Sintagma antroponímico isolado.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao contrário do que acontece quando o nome próprio figura em uma estrutura sentencial, o nome próprio isolado é usado predominantemente sem artigo, como exemplificado anteriormente de (182) a (185). Veja na Tabela 33 a distribuição das ocorrências em cada uma das cinco regiões.

Tabela 33: Uso do artigo definido diante de nome próprio em sintagmas antroponímicos isolados nas cinco regiões brasileiras.

Região	**Apl./Total**	**%**
Norte	29/55	**52,7**
Nordeste	21/215	9,8
Sudeste	29/134	21,6
Sul	34/63	**54**
Centro-Oeste	18/66	27,3
Total	**131/533**	**24,6**

Fonte: Elaborada pelo autor.

Observa-se na Tabela 33 que as regiões Norte e Sul são as únicas que apresentam o número de presença de artigo maior que o de ausência. Foram elas também, vale lembrar, as duas regiões que registraram os maiores índices de uso do artigo, 75,6% e 78,2%, respectivamente, quando se considerou o nome próprio em estrutura sentencial, como já se registrou na Tabela 9 da seção 5.2.1, o que revela tendência parecida das duas regiões mais afastadas uma da outra em ambos os contextos: sintagma antroponímico sentencial e sintagma antroponímico isolado. A Região Nordeste concentra a maior quantidade de ocorrências de

sintagmas antroponímicos isolados (215), seguida da Região Sudeste (134); as demais variam entre 55 e 66 ocorrências.

Esses nomes próprios ditos isolados, não raras vezes, aparecem enumerados na fala do colaborador e podem ou não estar antecedidos de preposição. Os exemplos em (182) a (186) vistos anteriormente correspondem, todos, a nomes próprios sem preposição e em uma não enumeração; a seguir, pode-se observar antropônimos enumerados, com ou sem preposição:

(187) INQ. E os seus amigos, colegas ali de trabalho, com quem você costuma falar mais ali?
INF. ***Com o Davi***, ***com o Ceará*** e ***com o Tubá***.
(Boa Vista-RR, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(188) INQ. Poderia dizer o nome de alguns amigos, vizinhos...
INF. Vizinhos... ***Fernando***, ***o Júnio***, ***o Márcio***.
INQ. Com quem você costuma falar mais?
INF. Amigo... ***Adriano***, ***Emanuel***, ***Cíntia***, ***Silvana***, ***Ana Paula***, ***Ariadne***... ***Edimar***.
(Fortaleza-CE, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(189) INQ. Você tem três filhas, né, você poderia falar delas de novo que naquela hora eu não gravei?
INF. ***Sandra***, ***Leila*** e ***Leni***.
(Cuiabá-MT, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Em (187), ao falar dos colegas de trabalho com quem mais se relaciona, o colaborador enumera três deles e usa a preposição "com" e o artigo em todos três nomes próprios enunciados. Não é comum nomes próprios isolados e enumerados aparecerem antecedido de preposição. Quando o antropônimo aparece precedido de preposição, em geral aparece sozinho e algumas vezes com duas ocorrências, como se vê abaixo:

(190) INQ. O Leandro é o marido...
INF. D***a Andréia***.
(Goiânia-GO, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)

(191) INQ. Tem quantos netos?
INF. Aqui tem quatro.
INQ. Quatro netos? São de qual?
INF. D***a Natália*** e d***a Adriana***.
(Maceió-AL, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

(192) INQ. Com quem tu costuma falar mais?
INF. ***Com o Marcelo***, ***com o Sérgio***.
(Porto Alegre-RS, Homem, Faixa Etária I, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo autor a partir das entrevistas do Projeto ALiB)

Em (188), o colaborador fala dos amigos e vizinhos, pessoas próximas e com quem costuma falar; muitas vezes, antes de falar sobre uma ou outra pessoa específica, o falante enumera essas pessoas para, em seguida, incitado pelo inquiridor, falar um pouco mais de alguns deles. O mesmo acontece em (189), antes de a informante discorrer sobre as filhas, ela enumera o nome delas e depois trata uma por vez.

Os casos de sintagmas antroponímicos isolados e enumerados são mais comuns quando da pergunta 001 e 002 do QMS, em que o inquiridor, ao lançar mão dessas perguntas, faz com que o informante, muitas vezes, dê como resposta os nomes isolados e enumerados. Apesar de essas ocorrências se fazerem presentes a partir das perguntas 001 e 002 do QMS e da problemática dessas perguntas que, muitas vezes, tem como resposta um nome próprio em função denominativa, elas não se enquadram nos casos descritos na seção 4.2.3, que discorreu sobre o contexto de exclusão e restrição dos dados, uma vez que os sintagmas antroponímicos isolados aqui analisados constituem casos de nomes referenciais, usados referencialmente, e não como etiqueta linguística de uma pessoa. Observem-se os exemplos que seguem:

(193) INQ. Agora vou perguntar um pouquinho mais de você; você disse que tem dois filhos, né?
INF. Dois filhos.
INQ. E como é que eles chamam mesmo?
INF. ***Eduardo*** e ***Luís Ricardo***.
(Curitiba-PR, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(194) INQ. Bom, você tem filhos?
INF. Duas filha.
INQ. Duas filhas né? Como se chamam?
INF. ***Cláudia*** e ***Clarice***.
(Florianópolis-SC, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo autor a partir das entrevistas do Projeto ALiB)

Em (193) e (194), têm-se casos de nomes próprios como etiqueta linguística, são nomes próprios em função denominativa, naquilo que Lyons (1977) chamou de *nominação didática*. Essas ocorrências de nome próprio que aparecem nas questões 001 e 002 do QMS não constituem ocorrência válida para análise, uma vez que nessa função o nome próprio não licencia artigo. Embora os colaboradores façam referência aos filhos (os vizinhos, amigos, a depender da forma como o inquiridor formula a pergunta), em um uso, portanto, referencial do nome próprio, o sintagma antroponímico dado como resposta não admite anteposição de artigo. A uma pergunta do tipo "Como se chama o seu filho?" não se tem uma resposta como "O Mário", apenas "Mário". É lícito relembrar que este trabalho não se debruça sobre os nomes próprios de pessoas, mas sobre a variação no uso do artigo antes de nome próprio de pessoa. Logo, se a ocorrência de antropônimo na amostra analisada não admite anteposição de artigo, como em (193) e (194), esses dados não se prestam à análise variacionista.

Como dito e exemplificado anteriormente, algumas vezes o nome próprio aparece enumerado, bem como pode aparecer antecedido de preposição. A Tabela 34 adiante mostra essas ocorrências quando se trata de sintagmas antroponímicos isolados:

Tabela 34: Uso do artigo definido diante de nome próprio em contexto de enumeração, contexto preposicionado e tipo de preposição em sintagmas antroponímicos isolados.

Contexto	**Apl/Total**	**%**
Não enumeração	93/224	41,5
Em enumeração	38/309	12,3
Com preposição antecedente	43/58	74,1
Sem preposição antecedente	88/475	18,5
Preposição "com"	19/25	76
Preposição "de"	24/33	72,7

Fonte: Elaborada pelo autor.

Apesar das poucas ocorrências de uso do artigo quando se trata de sintagmas antroponímicos isolados (24,6%), a presença do artigo diante de antropônimos continua sendo favorecida quando o sintagma antroponímico não constitui uma enumeração, tal como quando

ele integra uma estrutura sentencial; quando o nome próprio isolada figura como item de enumeração, a frequência de artigo cai significativamente.

A enumeração é mencionada na tradição gramatical, mas em um contexto de nomes comuns. Brandão (1963, p. 204) diz que o artigo é omitido "em geral com nomes que entram em uma enumeração". Cunha e Cintra (2013, p. 249) também destacam a omissão do artigo nas enumerações para obtenção de efeitos de acumulação. Neves (2000, p. 447) destaca que "as enumerações obtêm maior efeito de acúmulo quando não se emprega o artigo definido". No entanto, ainda que a orientação para as enumerações seja a de omissão do artigo, não raras vezes elas aparecem articuladas. Mesmo não havendo nenhuma observação a esse respeito com relação aos nomes próprios, em especial os antropônimos, eles parecem seguir a tendência dos nomes comuns, no sentido de que quando enumerados a tendência é de não uso do artigo, quer se trate de sintagma antroponímico isolado, quer se trate de sintagma antroponímico em estrutura sentencial.

Ainda com relação à Tabela 34, observa-se que a presença de artigo antes de nome próprio é altamente favorecida quando o antropônimo está antecedido de uma preposição, tal como acontece com o nome próprio em estrutura sentencial, em que há favorecimento do artigo quando o sintagma antroponímico está inserido em uma estrutura preposicionada. Antropônimos isolados com preposição antecedente tem ocorrência de artigo em 74,1% das vezes, enquanto que quando não tem preposição antecedente o índice de uso do artigo é de apenas 18,5%.

As preposições que antecederam o sintagma antroponímico isolado foram duas: "de", uma preposição aglutinadora, e "com", tida como não aglutinadora. Com ambas as preposições, os nomes próprios isolados apresentaram alto índice de uso do artigo, 72,7% e 76%, respectivamente. Os resultados para antropônimos isolados, no que diz respeito à presença de artigo, não só acompanham os resultados para antropônimo em estrutura sentencial, como também reforçam a importância do contexto preposicionado no favorecimento da aplicação da regra de uso do artigo.

Apesar de o não uso do artigo ser predominante quando se trata de sintagma isolado, quando, nesse contexto, o artigo é usado a tendência desse uso vai na mesma direção dos sintagmas antroponímicos presentes em estrutura sentencial. A grande quantidade de nome próprio isolado desacompanhado do artigo pode ser em razão de esse nome próprio constituir resposta curta e direta a uma pergunta feita pelo inquiridor, como visto nos exemplos dados e reforçados a seguir:

(195) INQ. Quem que é prefeito aqui?
INF. ***João Henrique***, né.
(Macapá-AP, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(196) INQ. Quem que é o último?
INF. ***Jaílson***.
(Campo Grande-MS, Homem, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

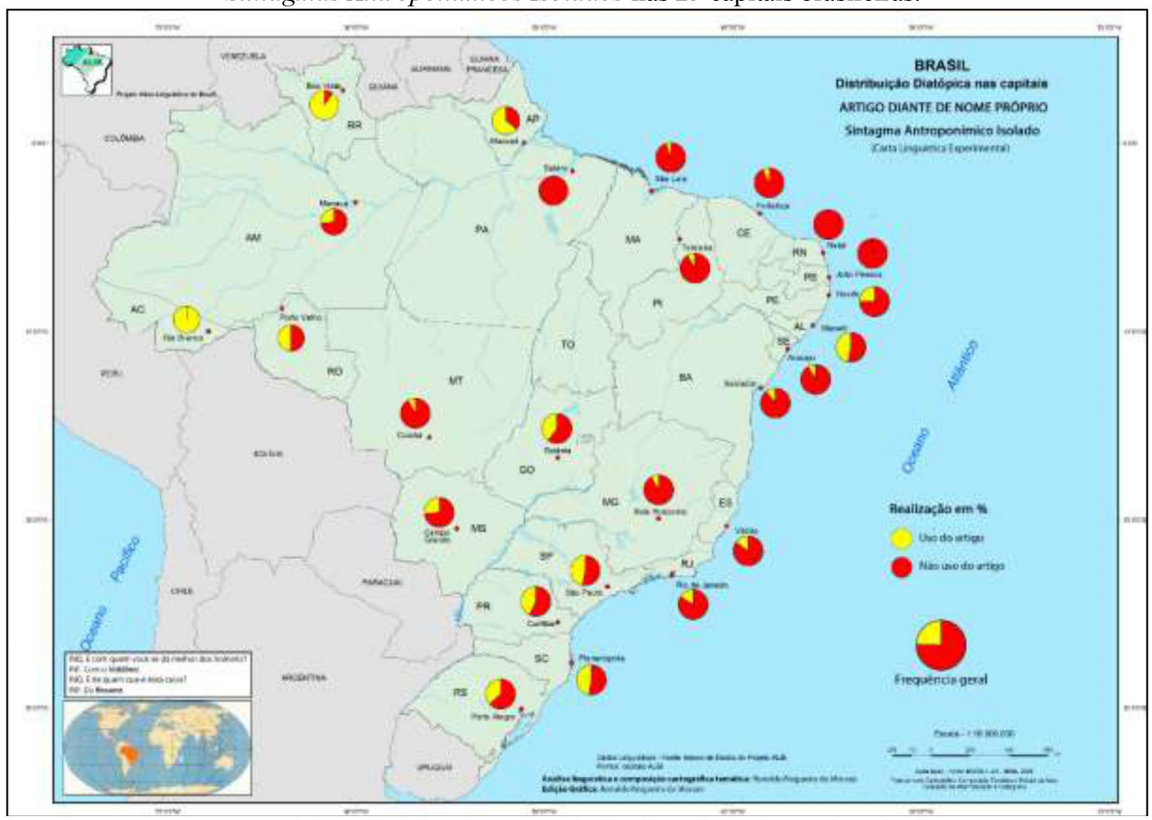
(197) INQ. Por exemplo, quem nasceu por último na casa do senhor?
INF. ***Cláudia Aparecida***.
(Belo Horizonte-MG, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

(198) INQ. Vamos imaginar umas situações aqui agora... O senhor poderia dizer pra mim um amigo do senhor que frequenta a sua casa?
INF. ***Porto***.
(Florianópolis-SC, Homem, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo autor a partir das entrevistas do Projeto ALiB)

A respostas curtas e breves, mesmo que a natureza dessa resposta seja o nome próprio de uma pessoa, a tendência seria a de não antepor nem artigo nem nenhum outro elemento antes do sintagma. Quando, no entanto, há anteposição do artigo ao antropônimo, parece não haver muita diferença de condicionamento entre sintagma antroponímico isolado e em estrutura sentencial.

A Carta Linguística 10 traz a distribuição diatópica do uso do artigo em sintagmas antroponímicos isolados nas 25 capitais brasileiras.

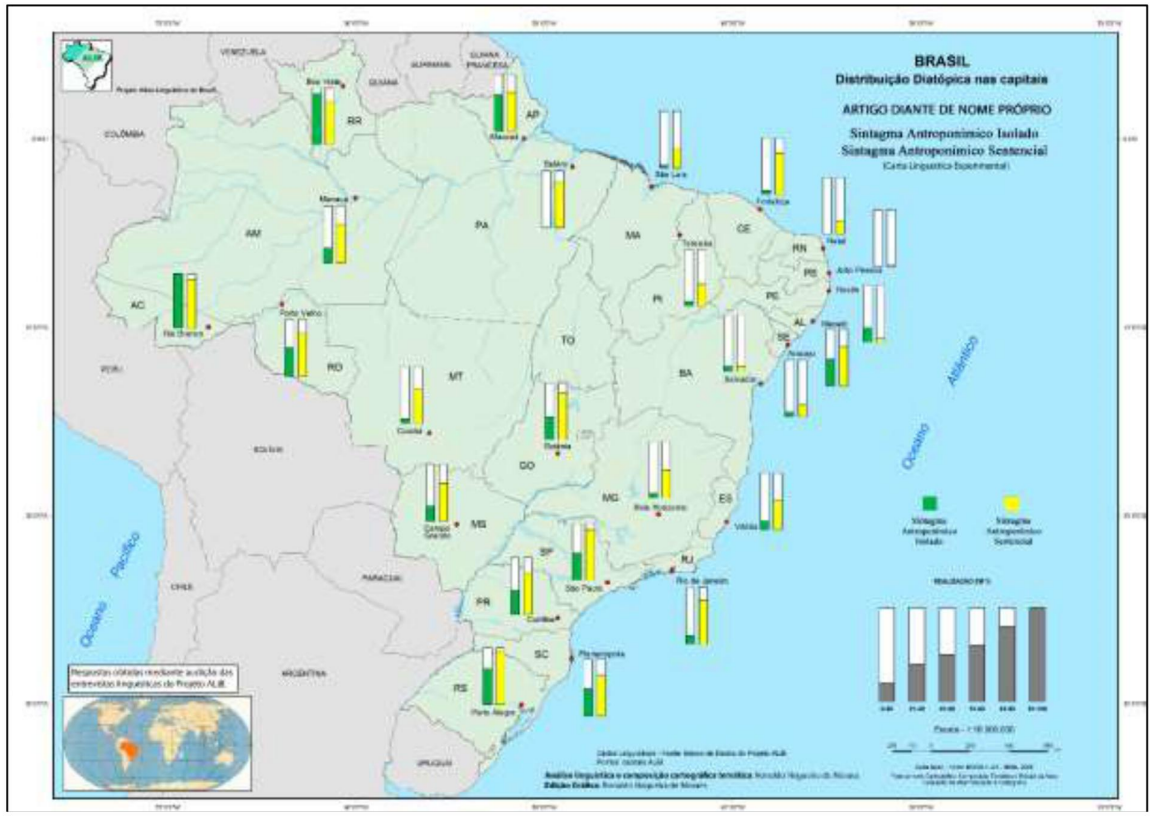
Carta Linguística 10: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas em *Sintagmas Antroponímicos Isolados* nas 25 capitais brasileiras.



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Carta-base do Projeto ALiB.

A partir das informações trazidas pela Carta Linguística 6, apresentada ao final da seção 5.2.1, e pela Carta Linguística 10, observa-se o comportamento, na maioria das vezes, contrário nas capitais quando se considera o nome próprio em estrutura sentencial e quando se considera um SN isolado. Esse comportamento do sintagma antroponímico, em relação às duas estruturas, pode ser melhor observado na Carta Linguística 11.

Carta Linguística 11: Distribuição do artigo definido diante de nome próprio de pessoas em *Sintagmas Antroponímicos Isolados* e em *Sintagmas Antroponímicos Sentenciais* nas 25 capitais brasileiras.



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Carta-base do Projeto ALiB

A Carta Linguística 11, de natureza monodimensional, traz a ocorrência de artigo diante de antropônimo considerando a estrutura em que esses antropônimos aparecem, se isolado ou se na sentença. Verifica-se que, na Região Norte, em Rio Branco, Boa Vista e Macapá, a ocorrência de artigo nos dois contextos considerados é significativamente elevada, o que não acontece nas demais capitais, nas quais a ocorrência de artigo é maior quando o antropônimo figura em uma estrutura sentencial.

5.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE CASOS EXCLUÍDOS DA ANÁLISE QUANTITATIVA

O quadro 7, da seção 4.2.2, traz um resumo das variáveis linguísticas independentes controladas neste estudo: sete grupo de fatores pertencentes às variáveis extralinguísticas e doze grupos de fatores correspondentes às variáveis linguísticas. Já se discorreu sobre todas as variáveis extralinguísticas consideradas neste estudo; no que se refere às variáveis linguísticas, no entanto, tratou-se apenas daquelas selecionadas como significativas pelo programa GoldVarb X. Entende-se que é importante fazer algumas considerações sobre

aqueles grupos de fatores que não foram selecionados pelo programa em nenhuma das rodadas conjuntas, que compreenderam todas as 25 capitais. Assim, discorrer-se-á, nesta seção, brevemente sobre os seguintes grupos de fatores: *gênero textual, antropônimo com título/qualificativo, gênero do antropônimo*, e *posição do antropônimo em relação ao verbo*.

O grupo de fatores *Tipo de preposição* também foi controlado na análise do fenômeno e não foi selecionado em nenhuma rodada do programa GoldVarb X. Esta variável foi apresentada na seção 5.3.5, que discorreu sobre a estrutura do sintagma nominal, e seus resultados foram apresentados na Tabela 31 da referida seção. Por esta razão, este grupo de fatores não será aqui retomado.

5.5.1 Gênero Textual

As entrevistas do Projeto ALiB são riquíssimas e uma fonte profunda de onde é possível extrair um *corpus* robusto para análise dos mais variados fenômenos, até mesmo aqueles para os quais elas não foram necessariamente pensadas. Dentre tanta riqueza, destacam-se os diferentes estilos de fala que podem ser abordados em estudos de diferentes fenômenos. O colaborador é levado a responder determinadas perguntas, é levado a discorrer sobre determinado assunto, bem como, ao final da entrevista, é convidado a ler um texto. Têm-se, assim, em uma única entrevista, diferentes estilos executados pelo colaborador: resposta a questionário, discurso livre e leitura de texto.

É sabido que o falante, ao alternar de um gênero a outro ou de uma modalidade a outra da língua, tende a mudar determinadas formas de uso, conforme se muda o estilo de fala. Assim, no uso do artigo diante de nome próprio de pessoas, considerou-se a fala dos colaboradores em função de dois gêneros textuais orais: "questionário" e "discurso livre". As ocorrências de nome próprio de pessoas estavam ligadas a esses dois gêneros: enunciação do nome próprio decorrente de uma pergunta feita ao colaborador e enunciação de nome próprio na fala espontânea, caracterizada como discurso livre, do colaborador. A estes dois gêneros pode-se estabelecer o traço [± espontâneo; ± casual; ± monitorado].

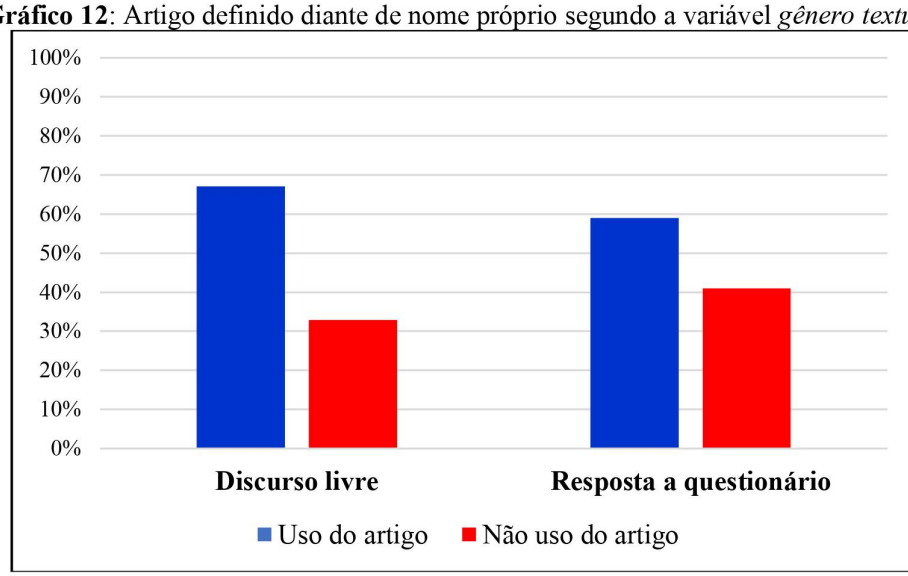
As ocorrências de nomes próprios foram levantadas e organizadas em razão do contexto em que ocorriam, se no "questionário" ou no "discurso livre" do falante. A expectativa era a de que as ocorrências de sintagmas antroponímicos presentes no "discurso livre" do colaborador tenderiam a ter mais artigo anteposto que nas ocorrências em contexto de "resposta a questionário". Os resultados para este grupo de fatores podem ser vistos na Tabela 35 e no Gráfico 12 a seguir:

Tabela 35: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *gênero textual*.

Gênero textual	Apl/Total	%	P.R
Discurso livre	458/683	67,1	0.51
Resposta a questionário	843/1.429	59	0.49
Total	**1.301/2.112**	**61,6**	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Gráfico 12: Artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *gênero textual*.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O peso relativo atribuído aos fatores do grupo pode justificar a sua não relevância para o fenômeno analisado. A expectativa para esta variável foi satisfeita, no sentido de que quando o antropônimo era enunciado no "discurso livre" do falante, não só a frequência de artigo é maior (67,1%), como também o peso relativo, apesar de muito próximo ao ponto de neutralidade, mostra-se levemente favorecedor. O mesmo não se pode dizer de quando o nome próprio aparece como forma de resposta a perguntas dirigidas ao colaborador, que apresenta frequência menor de uso e peso relativo levemente desfavorecedor.

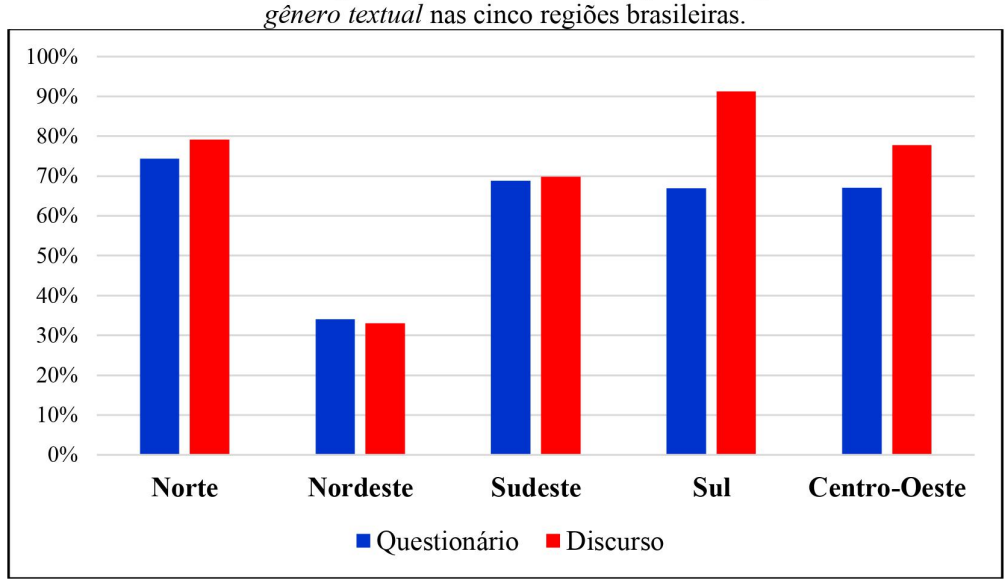
Faz-se, assim, conveniente relembrar os casos de sintagmas antroponímicos isolados, vistos anteriormente. Esses antropônimos isolados ocorrem predominantemente como resposta direta a uma determinada pergunta dirigida ao colaborador e a tendência, nesses casos, é de ausência de artigo em 75,4% dos casos. Embora, aqui, neste grupo de fatores, não estejam inseridos os antropônimos isolados, a ocorrência deles na amostra também é como resposta à pergunta quando se abordavam os diferentes questionários que integram o inquérito do Projeto ALiB. Assim, a ocorrência de artigo no gênero "resposta a questionário" tende a

ser menor que a ocorrência no gênero "discurso livre", que é quando o colaborador está discorrendo sobre algum assunto e, no interior da narrativa, enuncia um nome próprio.

O Gráfico 12, além de mostrar a frequência de presença e ausência nos dois gêneros textuais considerados, também mostra que no "discurso livre" a diferença entre uso e não uso do artigo é maior que a registrada nas "respostas a questionário". Se se considerar o discurso livre como um evento de fala menos tenso e menos formal que a resposta a questionário, poder-se-ia considerar também que o uso maior do artigo estaria ligado a eventos mais informais de fala.

O comportamento do fenômeno aqui analisado também pode ser considerado regionalmente, a fim de que se observe até que ponto as diferentes regiões convergem entre si e/ou seguem o padrão nacional. Veja-se o Gráfico 13:

Gráfico 13: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *gênero textual* nas cinco regiões brasileiras.

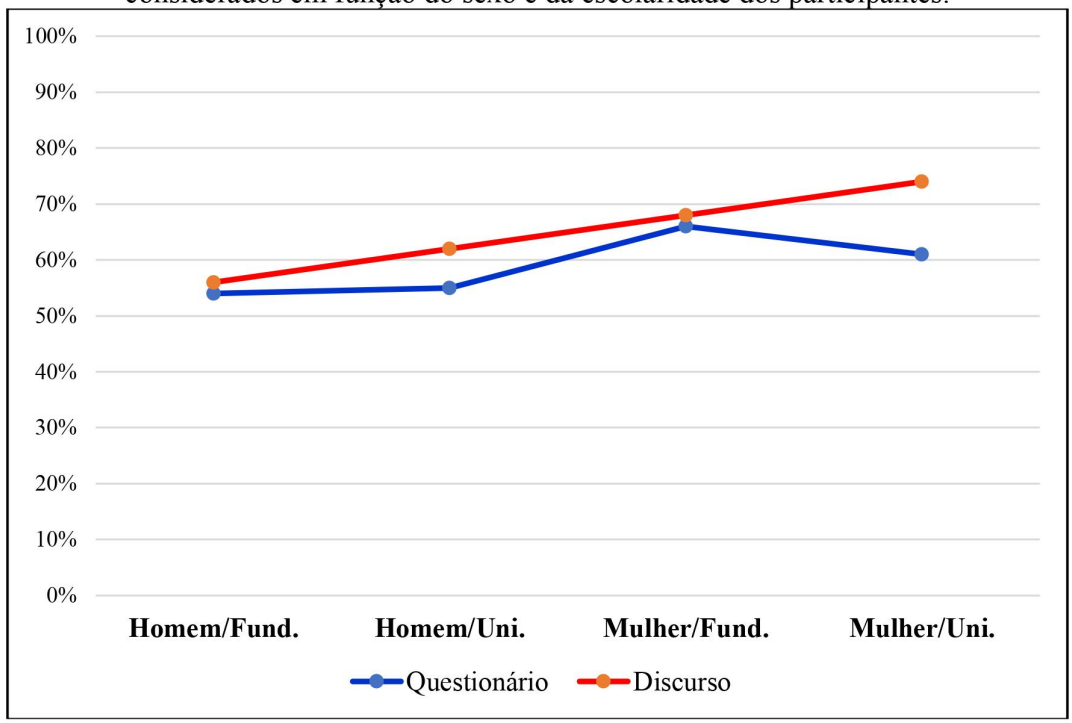


Fonte: Elaborado pelo autor.

Vê-se que, nas regiões Nordeste e Sudeste, a diferença no uso do artigo antes de nome próprio nos dois gêneros considerados é muito pequena. Nas outras regiões, verifica-se uma diferença um pouco mais acentuada, com maior uso do artigo no gênero "discurso livre"; a Região Sul, por exemplo, é onde se verifica tendencia de uma maior de artigo quando o nome próprio figura em uma narrativa. A tendência regional, portanto, acompanha a nacional.

É possível observar, ainda, o desempenho dos falantes nos dois gêneros textuais em função do sexo e da escolaridade. Veja-se o Gráfico 14:

Gráfico 14: Uso do artigo definido diante de nome próprio nos dois gêneros textuais considerados em função do sexo e da escolaridade dos participantes.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O comportamento de homens e mulheres, de ambas as escolaridades, no questionário e no discurso livre, não é equivalente. O uso do artigo é mais linear quando se observa o desempenho dos colaboradores no discurso do que no questionário; vê-se que em ambos os gêneros textuais as mulheres, independentemente da escolaridade, estão à frente dos homens e esse comportamento já foi observado anteriormente, haja vista o sexo do colaborador ter sido a variável extralinguística selecionada como significativa.

O que é interessante destacar é que, nas respostas ao questionário, as mulheres de nível universitário de escolaridade apresentam uma diminuição no uso do artigo em relação às mulheres de nível fundamental que não se observa em nível de discurso livre, em que se vê um aumento desse uso. As mulheres de nível universitário mostram uma diferença maior no uso do artigo nos dois gêneros, o que não acontece com as de nível fundamental, em que se vê uma diferença quase zero.

Já o comportamento dos homens, de ambas as escolaridades em ambos os gêneros textuais, é mais uniforme. No questionário, não há diferença de uso por parte deles em função da escolaridade; já no discurso, há um leve aumento em favor dos homens universitários. Essas diferenças são tão pequenas, no entanto, que não houve chances de essas variáveis mostrarem-se significativas para o fenômeno aqui analisado. Embora se observe que o uso do

artigo seja maior no discurso livre que no questionário, e que o aumento também seja observado em função do sexo e da escolaridade do falante, esses condicionantes não se mostraram fortes o suficiente a ponto de se mostrarem relevantes nem sozinhos nem em cruzamentos de variáveis.

Por fim, o que se pode destacar é que os colaboradores, quando estão em discurso livre, contando algum caso, discorrendo sobre alguma situação, mostram-se mais propensos a antepor o artigo ao nome próprio de pessoas do que quando estão em resposta a questionário ou a alguma outra indagação do inquiridor. Se o gênero "resposta a questionário" puder ser enquadrado no aspecto de fala mais monitorada, em que o falante, de alguma forma, pensa um pouco mais antes de dar uma resposta, pode-se dizer que o uso do artigo é menor em razão do nível mais consciente de fala. Embora o falante ainda esteja em situação de entrevista no momento em que discorre sobre determinado assunto, alternando, assim, para o gênero "discurso livre", ele está mais focado naquilo que está falando, que na forma como fala e, dessa forma, vê-se o uso do artigo no contexto variacional em estudo.

5.5.2 Antropônimo antecedido de título e/ou qualificativo

Algumas vezes o nome próprio aparece antecedido de título ou qualificativo do tipo: senhor/senhora, doutor/doutora, professor/professora, seu, dona, padre, irmão, tio, pastor, deputado, dentre outros. Aventou-se a hipótese de que quando o nome próprio estivesse antecedido de título/qualificativo, o uso do artigo seria desfavorecido em duas frentes: na comparação com nomes próprios sem título/qualificativo, em que o antropônimo desprovido desses elementos apresentaria mais artigo anteposto, e em relação aos próprios antropônimos antecedidos desses elementos, em que a ausência de artigo seria maior que a presença. Os resultados para esse grupo de fatores podem ser vistos na Tabela 36.

Tabela 36: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *presença de título/qualificativo*.

	Apl/Total	**%**	**P.R**
Antropônimo antecedido de título/qualificativo	109/165	66,1	**0.57**
Antropônimo **não** antecedido de título/qualificativo	1.192/1.947	61,2	0.49
Total	**1.301/2.112**	**61,6**	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os resultados apresentados na Tabela 36 para a variável "presença de título/qualificativo" mostram que a hipótese para este grupo de fatores não se confirmou em nenhuma das duas frentes levantadas. Comparando os antropônimos precedidos de título com os não precedidos de títulos, vê-se que os primeiros apresentam uma frequência de uso de artigo maior que os segundos; além disso, o peso relativo atribuído aos fatores do grupo é favorecedor aos antropônimos que estão antecedidos por título/qualificativo. Assim, comparando os nomes próprios com e sem títulos, o favorecimento em termos percentuais e em termos de peso relativo está para os antropônimos que vêm precedidos por esses elementos.

Pode-se, ainda, desconsiderar as 1.947 ocorrências de nome próprio que apareceram sem título/qualificativo anteposto e olhar apenas para as 165 ocorrências que apareceram com esses elementos antepostos. Assim, tem-se uso do artigo em 109 das 165 ocorrências de antropônimo (66,1%) e não uso do artigo em 56/165 (33,9%). Mais da metade dos nomes próprios que apareceram com título/qualificativo anteposto foi antecedida de artigo, o que mostra que a presença desses elementos antes do sintagma antroponímico não inibe o uso do artigo, o que faz com que a estrutura [art. def. + título/qual. + nome próprio] seja bastante frequente. Vejam-se os exemplos:

(199) INQ. E você poderia dizer o nome de alguma amiga sua, vizinho ou vizinha que você conversa... e dizer o nome deles, o que eles fazem...
INF. Tem ***a Dona Graça***, que ela é costureira e o esposo dela é repórter, é câmara né, da TV Gazeta e tem ***a Dona Pedrina*** também que é dona-de-casa, o marido dela trabalha no Deraque, motorista e só.
(Rio Branco-AC, Mulher, Faixa Etária I, Nível Fundamental)

(200) INQ. Aí, conta uma história aí com um cavalo pelo meio... conte aí, dona Isabel.
INF. (...) o rapaz ia tirá o leite na fazenda d***a doutora Hortência***, né?... aí eu ia sempre cum ele no cavalo... maió e ele no menó. Aí ia ele então (inint) só acompanhando ele.
(Salvador-BA, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(201) INF. Então, não lembro. Mas, eu tô, eu tô triste com isso, que tô esquecendo as coisas recentes.
INQ. É, cansaço, né, Dona Elza?
INF. É. ***O Doutor Pedro*** falou que é estress, muito cansaço e... disse que é pra mim fazê bas(?=bastante) mais exercício ainda, que eu vô trêis vezes na academia, vai todos os dias, mas daí eu num agüento. Ele diz que é cansaço; eu saí triste de lá, porque ele não receitô nada.
(Campo Grande-MS, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)

(202) INQ. Com quais vizinhos o senhor se dá melhor, conversa...
INF. Graças a Deus com todos.
INQ. É? Qual é o nome deles?
INF. Ixi... agora pegô. Tem o Ivan, tem a Neide, tem a Vanilda... tem ***o Seu Nelson***... e por aí vai.
(São Paulo-SP, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

(203) INF. (...) E... então nós chegamos então até a meia-noite, no Concorde, no clube Concorde, era um clube fino, né, tinha um... era um pianista e um pistom tocando suavemente assim e a coisa meio, meio assim, né, e a gente só circulando pra vê as companhias, os gatinhos, e... aí à meia-noite, cinco pra meia-noite ou dez pra meia-noite, é... chegô o ministro da aeronáutica, ***o brigadeiro Délio Jardim de Matos***, e... e toda a cúpula né ali da da base aérea, comandos e tudo, e daí chegaram e o meu tio acho que era subcomandante se não me engano, e... ele era autoridade assim né.
(Curitiba-PR, Mulher, Faixa Etária II, Nível Universitário)
(Fonte: Transcrição feita pelo autor a partir das entrevistas do Projeto ALiB)

Nos exemplos de (199) a (203), todos os nomes próprios estão precedidos de título/qualificativo e todos estão com artigo anteposto. São diferentes tipos de antropônimos, em diferentes estruturas e com diferentes funções; todos eles têm em comum o fato de serem precedidos de um título/qualificativo (dona, doutora, doutor, seu, brigadeiro) e antecedidos de artigo, mostrando que o fato de a periferia esquerda do sintagma antroponímico já estar preenchido por um elemento não inviabiliza a presença de outro elemento, no caso o artigo definido.

Apesar de, nesses casos, o artigo ser frequente, a ausência dele também é registrada, até mesmo em estruturas que, em geral, se usa o artigo. Um caso interessante é o exemplo (178) da seção 5.3.5, aqui retomado como (204) a seguir. Outro caso interessante é que um

mesmo falante ora usa o artigo antes de antropônimo com título, ora não usa em um mesmo evento de fala, como se observa em (205):

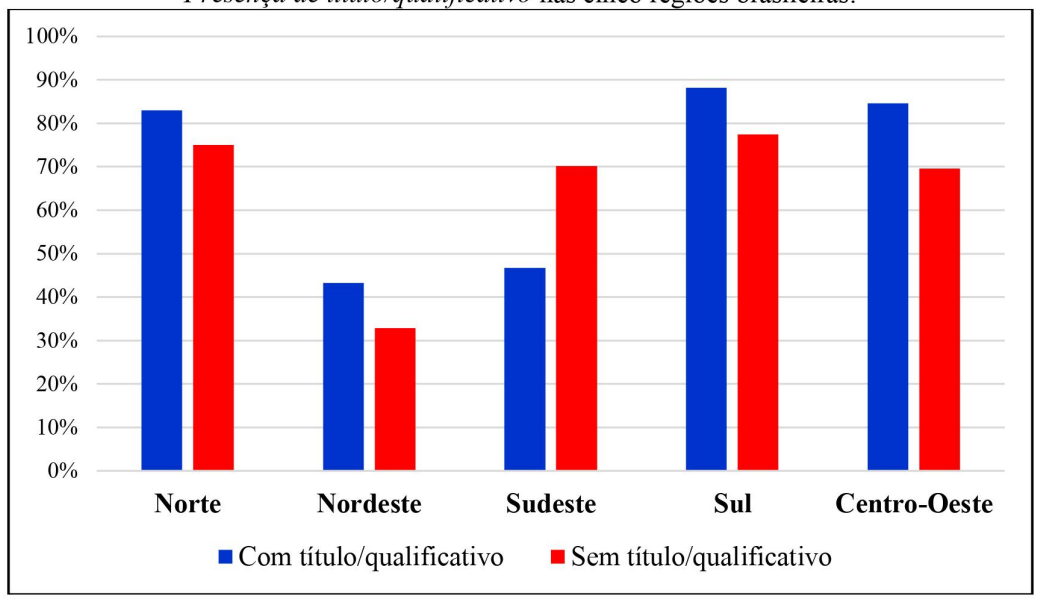
(204) INF. Quando eu recebi meu certificado, essa dita mulher, mãe da minha colega chegou e disse pra ir na casa de ***doutor João Marco***" (...) Aí (eu) fui, cheguei lá tinha uma colega muito boa. Eu disse assim: "Eu vou esperar por ***doutor João Marco***".
(João Pessoa-PB, Mulher, Faixa Etária II, Nível Fundamental)

(205) INF. Tem. Aqui mesmo tem professor que fala... Cê conhece algum professô aqui? Cê conhece? Tem uns dois aqui né. Tem ***professor Piguê***, ele é lá do….
INQ. Português, fala português diferente?
INF. Ele não é do Brasil, ***o professor Piguê***.
INQ. Ah sim, é…
INF. ***Professor Piguê***, ele, a gente fala português ele não fala português, é (faz ruido) (inint) aí eu já sei mais o meno né? Procurando alguém aqui né, mas é só isso.
(Vitória-ES, Homem, Faixa Etária II, Nível Fundamental)
(Fonte: Transcrição feita pelo Projeto ALiB com ajustes e adaptações do autor)

Em (204), o antropônimo é precedido de título e está inserido em uma estrutura altamente favorecedora do artigo, qual seja uma estrutura preposicionada com preposição "de", que se contrai com o artigo; ainda assim, essa ocorrência se deu sem artigo. Em (205), o colaborador faz referência ao professor Olivier Piguet; a primeira menção não tem artigo, a segunda menção é articulada e a terceira aparece sem artigo novamente.

Veja-se como esta variável se comporta em cada uma das cinco regiões brasileiras no Gráfico 15:

Gráfico 15: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Presença de título/qualificativo* nas cinco regiões brasileiras.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se, pelo Gráfico 15, que a Região Sudeste é a única na qual o uso do artigo é maior antes de antropônimo sem título/qualificativo anteposto. Todas as outras regiões seguem a tendência observada na rodada conjunta das 25 capitais, que mostra que o artigo é favorecido quando há presença de título/qualificativo anteposto ao nome próprio, ainda que a diferença entre antropônimo com e sem título não seja tão grande assim.

5.5.3 Gênero do antropônimo

O grupo de fatores *gênero do antropônimo* foi poucas vezes controlado e procura observar a maior ou menor ocorrência de artigo em razão do gênero, masculino e feminino, do nome próprio. Inicialmente, não se especulou que o falante teria tendência maior ou menor em antepor artigo antes de nome próprio em razão de o referente ser homem ou mulher. No entanto, motivado por duas outras pesquisas anteriores que controlaram essa variável, levantou-se a hipótese de que os falantes tenderiam a usar mais artigo antes de nomes próprios femininos. A Tabela 37 mostra os resultados para este grupo de fatores:

Tabela 37: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Gênero do antropônimo*.

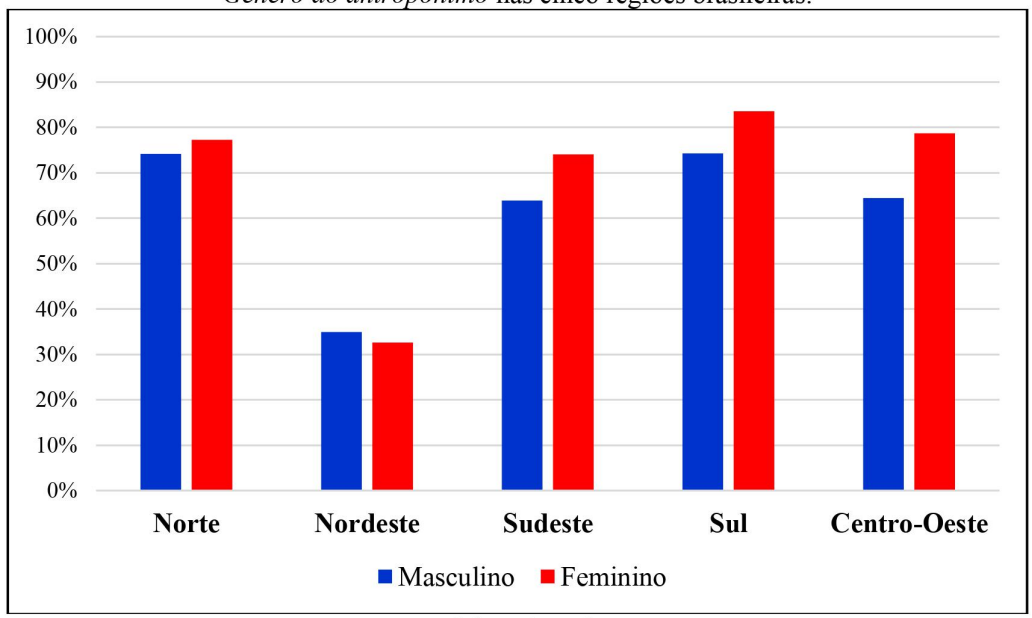
Gênero do antropônimo	Apl/Total	%	P.R
Feminino	627/997	62,9	**0.51**
Masculino	674/1.115	60,4	0.48
Total	**1.301/2.112**	**61,6**	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os resultados para esta variável mostram que não há uma preferência por parte dos falantes em antepor artigo mais ou menos frequente conforme se trate de um referente homem ou mulher. Embora se tenha um percentual um pouco maior para nomes próprios femininos, não chega a se configurar como uma preferência por parte dos falantes. Admitindo o padrão/tendência de uso do PB a variante com artigo, o falante parece não fazer distinção entre nomes próprios masculinos e femininos; trata todos da mesma forma, antepondo o artigo seguindo a tendência da localidade/região. O peso relativo atribuído aos fatores do grupo pode justificar a sua não relevância para o fenômeno em análise.

O gráfico a seguir mostra o comportamento desse grupo de fatores regionalmente:

Gráfico 16: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Gênero do antropônimo* nas cinco regiões brasileiras.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se, pelo Gráfico 16, que o comportamento dessa variável nas regiões é o de leve preferência em antepor artigo antes de nomes femininos. As regiões Norte e Nordeste são as que apresentam a menor diferença de uso frente ao gênero do nome próprio, com nomes femininos levemente acima no Norte e nomes masculinos levemente acima no Nordeste. As

outras regiões têm uma diferença um pouco mais acentuada, mas não tanto a ponto de serem apontadas preferências significativas. Dessa forma, o gênero do antropônimo se mostrou irrelevante, em termos de significância estatística, para o condicionamento de aplicação da regra de uso do artigo antes de nome próprio de pessoas.

5.5.4 Posição do antropônimo em relação ao verbo

Este grupo de fatores pretendeu verificar se a posição do sintagma antroponímico antes ou depois do verbo influenciaria ou não no uso do artigo. Levantou-se a hipótese de que nome próprio posicionado à esquerda do verbo tenderiam a um maior uso do artigo em comparação com os que ocorrem depois do verbo; por ser a posição à esquerda do verbo mais alta na sentença e para qual, em geral, se dá mais destaque, os antropônimos nessa posição poderiam ser antecedidos de artigo com maior frequência em função do destaque que o falante, porventura, poderia dar ao referente nomeado por nome próprio. A Tabela 38 mostra os resultados para este grupo de fatores, que também não foi tido como relevante pelo programa GoldVarb X.

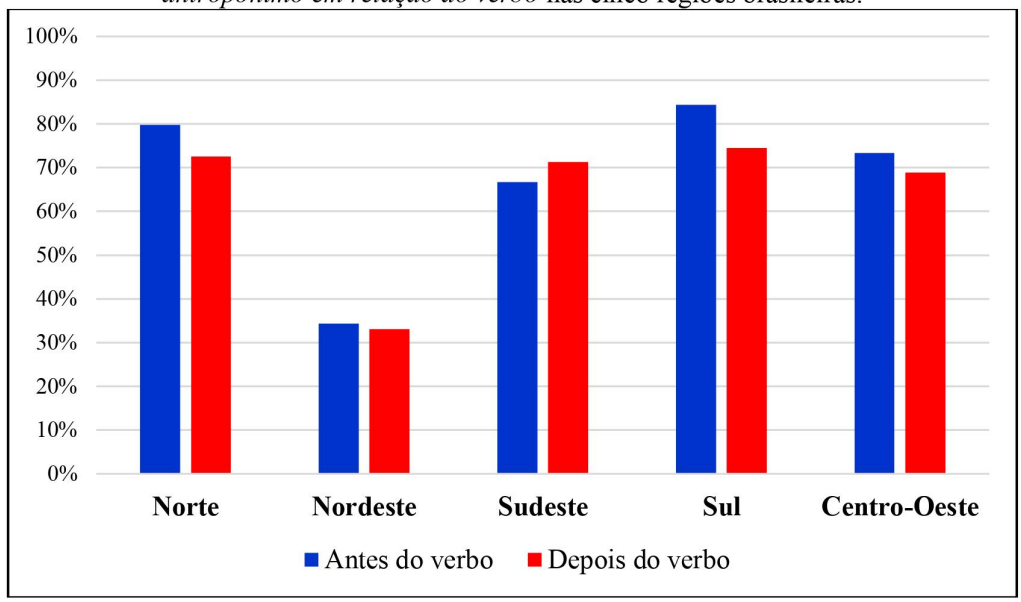
Tabela 38: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Posição do antropônimo em relação ao verbo*.

Posição do antropônimo	Apl/Total	%	P.R
Depois do verbo	716/1.180	60,7	**0.52**
Antes do verbo	585/932	62,8	0.47
Total	**1.301/2.112**	**61,6**	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Veja-se, ainda, o resultado desta variável em cada uma das cinco regiões brasileiras.

Gráfico 17: Uso do artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *Posição do antropônimo em relação ao verbo* nas cinco regiões brasileiras.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados percentuais mostrados na Tabela 38 indicam que não há uma preferência por parte dos falantes em antepor artigo ao antropônimo em função de ele estar antes ou depois do verbo. Embora a posição antes do verbo seja levemente maior que a posição depois do verbo, ela não chega a ser uma preferência. Isso se observa também nos dados regionais trazidos no Gráfico 17; o nome próprio anteposto ao verbo é ligeiramente maior que o posposto, com exceção da Região Sudeste, que apresentou resultado contrário às outras regiões.

O peso relativo atribuído aos fatores do grupo vai na direção contrária ao resultado percentual; apesar de, em termos percentuais, o artigo ser mais frequente ao nome próprio anteposto ao verbo, é a posição posposta a ele que se mostra levemente mais favorável ao uso do artigo, com peso relativo de 0.52.

Os falantes parecem não fazer distinção para o uso do artigo entre a posição anteposta ou posposta do nome próprio ao sintagma verbal, o que mostra que a variação no uso do artigo vai além da questão posicional e que o fato de o nome próprio se localizar na posição mais alta e de destaque na sentença não é o suficiente para que o artigo seja usado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho fez a descrição, a análise e o mapeamento da variação uso/não uso do artigo antes de nome próprio de pessoas, tendo como *corpus* de análise uma amostra de fala do português brasileiro contemporâneo proveniente de 200 inquéritos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil referente às 25 capitais que constituem a rede de pontos do referido Projeto. Trata-se – a amostra analisada nesta tese – de um farto e robusto material linguístico do PB contemporâneo, com aproximadamente 700 horas de gravação de fala contínua, de onde provieram os dados aqui objeto de análise. Apesar de as 25 capitais representarem apenas 10% do total de localidades que formam a rede de pontos do Projeto ALiB, considera-se o material linguístico aqui examinado como representativo do português brasileiro contemporâneo, que aponta indícios do que se pode esperar para as áreas ainda não observadas, as 225 localidades identificadas pelo Projeto como não capitais.

A análise geossociolinguística que se levou a cabo neste trabalho procurou identificar os fatores linguísticos e extralinguísticos que agem sob o fenômeno variável, bem como permitiu verificar que este fenômeno, no PB contemporâneo, (i) apresenta forte traço de variação dialetal, (ii) não sofre, considerando os fatores *escolaridade* e *faixa etária*, pressão social, no sentido de que não constitui fenômeno valorizado ou estigmatizado socialmente, (iii) tem uma tendência de uso no PB contemporâneo, representada pela variante com artigo que se mostra em expansão no território nacional.

À descrição e à análise dos dados, precedeu-se a um rigoroso levantamento e estudo do fenômeno em diversos trabalhos já levados a cabo no português brasileiro, em diferentes áreas e com diferentes amostras de fala, bem como em trabalhos de outra natureza que têm como foco o artigo definido e o nome próprio. De modo geral, observou-se que os resultados obtidos na amostra do Projeto ALiB analisada nesta tese não se distanciam em grandes níveis do que já se registrou em outros trabalhos de natureza predominantemente variacionista. Obviamente, a comparação que se pode fazer entre este e os outros trabalhos é bem limitada, haja vista este ser o primeiro trabalho de natureza global sobre o fenômeno linguístico aqui estudado. Ressalta-se que os estudos pontuais em diferentes cidades, como os trazidos na seção 3.4, com relação a este estudo apenas não apresentaram resultados tão destoantes entre si.

Considerando a natureza única e exclusiva da metodologia de coleta de dados do Projeto ALiB, a robustez da amostra, a amplitude do trabalho – que observou o comportamento da variável no Brasil de Norte a Sul – e o controle sistemático e rigoroso do

fenômeno em função de diversos grupos de fatores, esta tese traz uma valiosa contribuição para o conhecimento e entendimento da variação uso/não uso do artigo antes de nome próprio de pessoas no português brasileiro. O mapeamento da variação trazido nas cartas linguísticas experimentais apresentadas aqui representa outra grande contribuição, uma vez que se pode, de modo simples, rápido e fácil, perceber, em cada uma das 25 capitais, em níveis nacional e regional, não apenas os dados gerais, como também os resultados em função de variáveis sociais utilizadas para a estratificação dos colaboradores.

A frequência geral de uso do artigo a que se chegou neste trabalho foi de 61,6% (0.68), que representa um índice muito significativo de uso. As regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentaram níveis bem elevados de uso do artigo, respectivamente 75,6% (0.66), 71,1% (0.58), 69,1% (0.54) e 78,2% (0.67). Essas quatro regiões, conjuntamente, representam 74% de uso do artigo, o que leva a considerar que a variante com artigo é a majoritária no português brasileiro, bem como é essa variante que tende a se expandir pelo território nacional, seja por uma eventual influência da mídia televisiva, seja pela aquisição da variante com artigo. Já a Região Nordeste registrou apenas 33,7% (0.23) de uso do artigo antes de nome próprio de pessoas, o que mostra o aspecto regional ainda muito forte para esse fenômeno, embora já se tenha registrado 73,3% de uso do artigo em Fortaleza e 68,9% em Maceió, o que coloca essas duas cidades do lado oposto às outras dessa Região. Apesar de ainda baixo, mas acima da média para a Região, o uso do artigo em Teresina (38,2%) está, aparentemente, em crescimento; esta é uma hipótese que apenas uma pesquisa nessa cidade pode confirmar ou não.

Os dados analisados nesta tese mostraram que, no português brasileiro contemporâneo, os nomes próprios de pessoas, quando usados de modo referencial, são normalmente (ou preferencialmente) precedidos de artigo. No entanto, essa porcentagem de ausência de artigo deve ser observada não no conjunto total das ocorrências, mas, pelo menos, em relação aos aspectos regionais e, dentro do âmbito regional, considerando ainda o comportamento de cada localidade que constitui o espaço territorial mais amplo.

Esses dados mostraram, ainda, que o uso do artigo diante de antropônimos se faz produtivo tanto na fala tida como mais controlada, quando se dá resposta a determinada pergunta, quanto na fala mais livre e casual, quando o falante narra diferentes casos. Esse uso significativo do artigo, que pode ser considerado caracterizador do PB, não demarca necessariamente a relação de familiaridade e/ou intimidade entre o falante e a pessoa mencionada, como pretende estabelecer a tradição gramatical, nem mostra uma avaliação depreciativa sobre o referente do nome próprio, como acontece em outras línguas.

Obviamente a questão é mais de norma de uso, e as intenções prescritivas da tradição gramatical não sabem muito bem lidar com a variação de uso.

A análise geossociolinguística levada a cabo nesta tese tem o mérito de oferecer novas linhas e novas perspectivas de investigação, possibilitando a formulação de novas perguntas e incentivando a busca de mais respostas, em desdobramentos futuros. Como já dito, as 25 capitais representam apenas 10% de toda a rede de pontos do Projeto ALiB e embora não se saiba o que guardam as outras 225 localidades do interior a respeito deste fenômeno – e provavelmente ainda se levará tempo significativo para se saber –, o que os dados das capitais revelaram pode e deve ser visto, em razão do volume de dados e da robustez da amostra, como indícios do que poderá vir das entrevistas linguísticas das outras localidades.

O fenômeno linguístico aqui descrito, analisado e mapeado tem implicações outras que extrapolam os limites desta empreitada e que ficam à espera de novos desafiantes que queiram se debruçar sobre a questão. Uma análise do fenômeno sob o viés da pragmática ainda está pendente, bem como uma que aborde o enfoque discursivo do uso do artigo.

A distribuição diatópica do artigo definido diante de nome próprio apresentada nas cartas linguísticas pode – e deve – ser, ainda, analisada na perspectiva dos *agrupamentos* (cf. RAZKY, 2013; RAZKY; GUEDES, 2015; RAZKY; COIMBRA; COSTA, 2017; RAZKY; TELES; COIMBRA, 2019). Os *agrupamentos morfossintáticos* que podem ser traçados no território brasileiro a partir das cartas nacionais, além de não romperem o contínuo variacional existente nas áreas demarcadas, demonstrarão claramente – seja por nanoagrupamento, seja por microagrupamento, seja por macroagrupamento – que uma determinada área geográfica tem maior ou menor tendência na realização de uma variante que outras áreas.

A explicação para os diferentes usos do artigo definido diante de nome próprio de pessoas, nas diferentes localidades, também pode ser dada considerando o aspecto sócio-histórico das capitais e das regiões; a perspectiva sócio-histórica certamente trará contribuições de extrema relevância para um melhor entendimento do fenômeno. Até que ponto as diferenças entre as capitais são devidas a fatores extralinguísticos, tais como formação histórica, área dialetal, proximidade/distanciamento? Até que ponto as diferenças entre os falantes, as cidades e/ou as regiões podem ser conferidas a diferenças de gramáticas? O que a história social das capitais e a história interna da língua têm a dizer sobre esse fenômeno? Essas são perguntas que ainda carecem de respostas e que delas se deve ir atrás.

Por fim, apesar de ainda se ter poucos estudos geolinguísticos de fenômenos morfossintáticos, acredita-se que muitos deles, como o que se analisou nesta tese, podem ser úteis à delimitação de áreas dialetais e, assim, dar mais uma contribuição aos estudos

geolinguísticos do português brasileiro. Não se pode perder de vista que apesar dos muitos estudos sobre o PB, pesquisas como a que se apresentou aqui, que analisou dados empíricos de fala coletados com extremo rigor metodológico e que recobriu todo o território nacional, ainda são muito raros, ainda mais quando se trata de fenômenos morfossintáticos.

Acredita-se, portanto, que esta tese constitua uma contribuição importante para o estudo do artigo definido diante de nome próprio no português brasileiro contemporâneo e represente um avanço nos estudos geossociolinguísticos nacionais, no sentido de que aborda um fenômeno morfossintático e que lida com dados empíricos da fala de brasileiros que vivem nas 25 capitais que são pontos de inquéritos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, V. A. **Atlas lingüístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.

ALLERTON, D. J. The linguistic and sociolinguistic status of proper names. **Journal of pragmatics**, North-Holland, n.11, p.61-92, 1987.

ALMEIDA MENDES, A. **A ausência ou a presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na fala dos moradores da zona rural das cidades de Abre Campo e Matipó – MG.** 2009. 188f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ALMEIDA MENDES, A. **A ausência e/ou presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores das cidades de Abre Campo e Matipó** – um estudo sociolinguístico. 2015. 373f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ALONSO, A. Estilística y gramática del artículo en español. **Estudios Lingüísticos. Temas Españoles**. Madrid: Gredos, 1961, 125-160.

ALVES, A. P. M. **Um estudo sociolinguístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens moradores de Barra Longa/ MG que residem em Belo Horizonte.** 2008. 155 f. Dissertação (Mestrado em estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ALTENHOFEN, C.; KLASSMANN, M. S. **Atlas lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC; Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

AMARAL, E. T. R. **A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais**: Campanha, Minas Novas e Paracatu. 2003. 140f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

AMARAL, E. T. R. **Nomes próprios**: análise de antropônimos do espanhol escrito. 2008. 196f. Tese (Doutorado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

AMARAL, E. T. R. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. **ALFA** Revista de Linguística, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 63-82, 2011.

AMARAL, E. T. R.; SEIDE, M. S. **Nomes próprios de pessoas**: introdução à antroponímia brasileira. São Paulo: Blucher, 2020.

ARAGÃO, M. S. S. Resgatando a História do Atlas Linguístico do Brasil. **ACTA SEMIÓTICA ET LINGVISTICA**, v. 25, 2020, p. 136-150.

AZEREDO, J. C. de. **Fundamentos da Gramática do Português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BAGNO, M. **Dicionário crítico de Sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BARROS, J. de. **Grammatica da lingua portuguesa**. Olyssipone: *apud* Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540. Disponível em: http://purl.pt/12148. Acesso em: 13 janeiro 2021.

BAJO PÉREZ, E. **El nombre propio en español**. Madrid: Arco Libros, 2008.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BESSA, J. R. F. (coord.). **Atlas linguístico do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

BRAGA, M. L. *et al.* Artigo definido. *In:* ILARI, R. (org). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**: palavras de classes fechadas. São Paulo: Contexto, 2015. p. 105-128.

BRAGA, L. M. **Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo na fala da comunidade de Mariana e Uberaba-MG.** 2012. 121f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

BRASIL. **Decreto n. 30.643**, de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, 22 mar. 1952. Seção 1, p. 4665. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30643-20-marco-1952-339719-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 20 de março de 2021.

CALLOU, D.; SILVA, G. M. O. O uso do artigo definido em contextos específicos. *In:* HORA, D. da (org.). **Diversidade Linguística no Brasil.** João Pessoa: Ideia, 1997. p. 11-27.

CALLOU, D. A variação do português no Brasil: uso do artigo definido diante de antropônimos. **Série conferências**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 10, jun. 2000.

CALLOU, D. Quando Dialetologia e Sociolinguística se encontram. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n.41, p.29-48, jan.-jun. 2010. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/estudos/issue/view/1094/showToc. Acesso em 29 de maio de 2019.

CALVET. L. J. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CAMACHO, R. G. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

CAMPOS JÚNIOR, H. da S. **A variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba.** 2011. 110f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

CAMPOS, M. C. El antropónimo precedido de artículo en la historia del español. **Hispania**, Volume 98, Number 1, March 2015, p. 79-93.

CARDOSO, S. A. M. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARDOSO, S. A. M. *et al.* **Documentos 4**: Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Vento Leste, 2013.

CARDOSO, S. A. M. *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Introdução. Londrina: EDUEL, 2014a. v. 1.

CARDOSO, S. A. M. *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Cartas linguísticas 1. Londrina: EDUEL, 2014b. v. 2.

CARDOSO, S. A. M. Dialetologia. *In:* MOLLICA, M. C.; FERRAREZI JÚNIOR, C. **Sociolinguística, sociolinguísticas**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2016, p. 13-22.

CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A. Projeto Atlas Linguístico do Brasil: antecedentes e estágio atual. **ALFA:** REVISTA DE LINGUÍSTICA, v. 56, 2012, p. 855-870.

CARDOSO, S.; RAZKY, A. O Atlas geo-sociolingüístico do Pará: o projeto piloto. **Asas da Palavra**, revista da UNAMA, n. 4, vol. 7, dez. de 1997. p. 97-100.

CARO REINA, J. The definite article with personal names in Romance languages. *In*. CARO REINA, J.; HELMBRECHT, J. (org.). **Proper Names versus Common Nouns**: Morphosyntactic Contrasts in the Languages of the World. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, 2022, pp. 51-92.

CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, A. Os Possessivos em Português Europeu e Português Brasileiro – unidade e diversidade. *In:* **XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**, 2001, Lisboa. Anais do Encontro. Lisboa: APL. 2001. Disponível em: https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/12/2000-48.pdf. Acesso em 20 de abril de 2019.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. **La dialectología**. Madrid: Visor Libros, 1994.

CHAPANSKI, G. **Uma tradução da Tékhne Grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português**. 2003. 217f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of Syntax**, M.I. T. Press, 1965.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas Linguístico do Brasil**: Questionários. Londrina: Ed. UEL, 2001.

COSERIU, E. **La geografía lingüística**. Cuadernos del Instituto Lingüístico Latino-Americano, Montevideo, n. 11, 1965.

COUTINHO, I. L. **Pontos de Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

CROFT, W. **Radical Construction Grammar**. Syntactic Theory in Typological Perspective. Oxford University Press, 2001.

CUBA, M. A. **Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracteristico**. 2v. 2015. 497f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

CUNHA, C. F. da; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DARDANO, M.; TRIFONE, P. **Grammatica italiana com nozioni di lingüística**. Bologna: Zanichelli, 1995.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

ECKERT, P. Age as a Sociolinguistic Variable. *In:* COULMAS, F. (ed). **The Handbook of Sociolinguistics**. Blackwell Publishing, 1998, p. 151-167.

FARIA, G. C. dos S. **Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo na cidade mineira de Ponte Nova:** um estudo sociolinguístico. 2012. 73f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

FERNÁNDEZ LEBORANS, M. J. El nombre propio. *In:* BOSQUE MUÑOZ, I.; DEMONTE BARRETO, V. (dir.). **Gramática descriptiva de la lengua española**. Vol. 1: sintaxis básica de las clases de palabras. Madrid: Espasa Calpe, 1999. p. 77-128.

FERREIRA, C. *et al.* **Atlas Lingüístico de Sergipe**. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Fundação de Cultura de Sergipe, 1987.

FERREIRA, C.; CARDOSO, S. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FLORES, F. **Uma descrição do uso dos *apelidos* em Cláudio**. 2011. 196f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. **Manual para normatização de publicações técnico-científicas**. 8ª ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. *In:* FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: EDUSP, 2009.

GARCÍA MOUTON, P. Dialectología y geografía lingüística. *In:* ALVAR, Manuel (dir.). **Manual de dialectología hispánica:** el español de España. Barcelona: Ariel, 1996.

GARY-PRIEUR, M. N. Le nom propre constitue-t-il une catégorie linguistique? *In:* **Langue française**, n°92, 1991. Syntaxe et sémantique des noms propres. pp. 4-25. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1991_num_92_1_6209. Acesso em 07/03/2020.

GARY-PRIEUR, M. N. **Grammaire du nom propre**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

GILLIÉRON, J. ; EDMONT, E. **Atlas Linguistique de la France**. 35 fasc. Paris: Honoré Champion, 1902-1910, 1915.

GUY, G. Rumos da sociodialetologia da América Latina. *In:* II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIALETOLOGIA E SOCIOLINGUÍSTICA, 2012, Belém. **ANAIS DO II CIDS**. São Luís: EDUFMA, 2012. p. 42-60.

GUY, G.; ZILLES, A. M. **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

IÉ, E. **Um estudo variacionista sobre o uso do artigo definido diante de antropônimos no falar culto de Fortaleza–CE**. 2021. 80f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

JONASSON, K. **Le nom propre**: constructions et interprétations. Louvain-la-Neuve: Duculot, 1994.

KLEIBER, G. **Problèmes de référence:** descriptions définies et noms propres. Paris: Klincksieck, 1981.

KLEIBER, G. Sur la définition des noms propres: une dizaine d.années après. *In:* NOAILLY, M. (ed.). **Nom propre et nomination**: actes du Coloque de Brest 21-24 avril 1994. Paris: Klincksieck, 1995. p. 11-36.

KLEIBER, G. Noms propres et noms communs: un problème de dénomination. **Meta**, XLI, 4, p. 567-589, 1996.

KOCH, W. As aplicações experimentais do questionário morfo-sintático (extrato). *In:* **II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Lingüístico**. Florianópolis, Associação Brasileira de Lingüística, 2000.

KOCH, W.; ALTENHOFEN, C. V.; KLASSMANN, M. S. (org.). **Atlas linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil** – ALERS: cartas fonéticas e morfossintáticas. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

KRIPKE, Saul. **Naming and necessity**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1972.

KURATH, H. *et al.* **Linguistic Atlas New England** (LANE). 3 v. Brown University Press, 1939-1943.

LABOV, W. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *In:* **Language Variation and Change**. USA: Cambridge University, 1990, p. 205-254.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LABOV, W. **Principles of linguistic change**: social factors. Oxford: Blackwell, 2001.

LAUSBERG, H. **Linguística românica**: Morfologia. Madrid: Gredos, 1973.

LAPESA, R. Del Demonstrativo al artículo. **Nueva Revista de Filología Hispánica**. Ano XV, no. 1-2, 1961, p. 23-44.

LEITE DE VASCOLNCELLOS, J. **Antroponímia Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

LEROY, S. **Entre identification et catégorisation**: l'antonomase du nom propre en français. Tese de doutorado, Université Paul Valéry - Montpellier III, 2001. Disponível em: https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00086307/document. Acesso em 25/06/2020.

LIMA, F. S. **Atlas linguístico dos sertões cearenses** – ALSCE. 2019. 333f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

LIMA, A. F. de. **Variação do (r) posvocálico em Cametá-PA**: uma abordagem geo-sociolinguística. 2003. 95 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará: Belém, 2003.

LIMA, A. F.; RAZKY, A.; OLIVEIRA, M. B. A metodologia geossociolinguística. *In:* RAZKY, A.; OLIVEIRA, M. B.; LIMA, A. F. (orgs). **Estudos geossociolinguísticos do português brasileiro**. Vol 2. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 11-47.

LÓPEZ GARCÍA, A. Clases de nombres propios. *In:* WOTJAK, G. (Ed.). **En torno al sustantivo y adjetivo en el español actual**: aspectos cognitivos, semánticos, (morfo)sintácticos y lexicogenéticos. Frankfurt am Maim: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 2000. p.183-189.

LYONS, C. **Definiteness**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LYONS, J. **Semântica**. vol.1. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1977.

MAURER JR., T. H. **Gramática do Latim Vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MEDEIROS, J. C. **Atlas morfossintático de parte da microrregião do Rio Negro-Solimões** – AMPRINES. 2018. 372f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

MEILLET, A. **A evolução das formas gramaticais**. Seleção, tradução e notas: Marcos Bagno. São Paulo, Parábola Editorial, 2020.

MENDES, S. T. do P. O artigo definido numa abordagem diacrônica. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, v. 1, 2015, p. 256-273.

MIGUEL. M; RAPOSO, E. P. Determinantes. *In:* RAPOSO, E. P. *et al.* (Coord.) **Gramática do Português**. Vol 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 819-879.

MILL, J. S. **Sistema de lógica dedutiva e indutiva**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

MOLINO, J. Le nom propre dans la langue. *In:* **Langages**, 16e année, n°66, 1982. Le Nom Propre. pp. 5-20. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1982_num_16_66_1123. Acesso em 20/05/2020.

MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. *In:* MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. (Orgs.). **Documentos 2**. Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006.

MÜLLER, A. L. P.; NEGRÃO, E. O uso do artigo definido antes do nome próprio em Português: uma análise semântica. *In:* **Anais do GEL**, 1989, p. 530-540. Disponível em: http://www.gel.org.br/arquivo/anais/1306157189_61.muller_e_negrao.pdf. Acesso em 30 de abril de 2020.

NASCENTES, A. Études dialectologiques du Brésil. ORBIS - **Bulletin International de Documentation Linguistique**, Louvain, t. 1, n. 1, p. 181-184, 1952.

NASCENTES, A. Études dialectologiques du Brésil. ORBIS – **Bulletin International de Documentation Linguistique**, Louvain, t. 2, n. 2, p. 438-444, 1953.

NASCENTES, A. **Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC; Casa de Rui Barbosa. 1958.

NARO, A. J. O dinamismo das línguas. *In:* BRAGA, M. L.; MOLLICA, M. C. (Org.). **Introdução à Sociolinguística:** o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2008, p. 43-50.

NEVES, M. H. M. **A Gramática do Português Revelada em Textos**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

NEVES, M. H. M. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, D. P. de. **Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul**. 1. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

OLIVEIRA, M. A. S. **Uso variável do artigo definido diante de antropônimos: um estudo sociolinguístico sobre o português falado em Recife**. 2021. 145f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

PEREIRA, D. K. F. **A realização do artigo definido no português falado na região do sertão do Pajeú – PE**. 2017. 206f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

RADTKE, E; THUN, H. Nuevos Caminos de la Geolinguística Románica. Un balance. *In:* RADTKE, Edgar; THUN, Harald. **Neue Wege der Romanischen Geolinguistik**. Kiel: Westensee-Verlag, 1996. p. 25-49.

RAMOS, C. M. A.; BEZERRA, J. R. M.; CARVALHO, A. J. F. Ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos na fala de maranhenses: o que mostram os dados do Atlas Linguístico do Maranhão. *In:* RAZKY, A.; SFAR, I.; SOUTET, O.; MEJRI, S. (Org.). **A variação nas línguas: universais compartilhados e idiomaticidade dinâmica** / De la variation dans les langues : universaux partagés et idiomaticité dynamique. Araraquara: Letraria, 2020, p. 205-217.

RAPOSO, E. P.; NASCIMENTO, M. F. B. Nomes Próprios. In. RAPOSO, E. P. *et al.* (Coord.) **Gramática do Português**. Vol 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 991-1041.

RAZKY, A. O Atlas Geo-sociolinguístico do Pará: abordagem metodológica. *In:* AGUILERA, V. de A. (Org.). **A Geolinguística no Brasil**: caminhos e perspectivas. Londrina: Ed. UEL, 1998. p. 155-164.

RAZKY, A. **Atlas Lingüístico Sonoro do Pará**. Belém: PA/CAPES/UTM, 2004.

RAZKY, A**.** Uma perspectiva geo-sociolinguística para a análise do status da variável /s/ em contexto pós-vocálico no nordeste do estado do Pará. **Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador, n. 41, 2010. p. 169-188. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/estudos/issue/view/1094/showToc. Acesso em 12 de maio de 2019.

RAZKY, A. A dimensão sociodialetal do léxico no projeto Atlas Linguístico do Brasil. **SIGNUM**: Estudos da Linguagem, Londrina, n. 16/2, 2013, p. 247-270.

RAZKY, A.; GUEDES, R. Le continuum des regroupements lexicaux dans l'Atlas Geossociolinguístico do Pará (ALiPA). *In:* CONTINI Michel e LAI Jean-Pierre. **La géographie linguistique au Brésil**. Geolinguistique. Grenoble: ELLUG, 2015, p.149-162.

RAZKY, A.; COIMBRA, D.; COSTA, E. O. Variação léxico-semântica e agrupamento lexical do item cambalhota no Atlas Léxico Sonoro do Pará (ALeSPA). **Língua e Instrumentos Linguísticos**, v.40, 2017, p. 151-169.

RAZKY, A.; TELES, I. M.; COIMBRA, D. Agrupamentos fonéticos da vogal média anterior /e/ em posição pretônica no Atlas Linguístico de Rondônia (ALiRo). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas-SP, 2019, p. 1–19.

RIBEIRO, J. *et al.* **Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1977.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

RODRÍGUEZ, L. On the use of the article with people's proper names in Galician. **Dialectologia**. Special issue, V, 2015, p. 167-190.

ROMANO, V. P.; SEABRA, R. D.; OLIVEIRA, N. [ʃGVCLin] – Software para geração e visualização de cartas linguísticas. **REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS**. v. 22, n. 1.

Belo Horizonte: jan/jun, 2014. p. 119-151. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjUpbKV3arVAhWKjJAKHXTeA8AQFggmMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.periodicos.letras.ufmg.br%2Findex.php%2Frelin%2Farticle%2Fdownload%2F5757%2F5020&usg=AFQjCNFTlLkf-bRKtwgIUa_XTD57hAnktQ>. Acesso em: 27 jul 2020.

ROMANO, V. P. Desdobramentos, desafios e perspectivas da Geolinguística Pluridimensional no Brasil. *In:* MOTA, J. A.; MOREIRA, J. O.; PAIM, M. M. T.; RIBEIRO, S. S. C. (Org.). **Contribuições de estudos geolinguístico para o Português Brasileiro**: uma homenagem a Suzana Cardoso. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2020, v. 1, p. 11-39.

RONA, J. P. The social dimension of dialetology. **International Journal of the Sociology of Language**, n. 9, 1976, p. 7-22.

ROSSI, N. **Atlas Prévio dos Falares Baianos**. Rio de Janeiro: INL, 1963.

RUSSELL, B. **Logic and knowledge**: essays 1901-1950. London: George Allen / Unwin Ltd, 1956. (Ed. por Robert Charles Marsh.).

SAID ALI, M. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1964.

SALLES, R. C. **O legado de Babel**. vol 1. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

SALLES, R. C. **O legado de Babel**. vol 2. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Apresentação de Carlos Faraco. Tradução, notas e posfácio de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2021 [1916].

SEABRA, M. C. T. C. de. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais:** a toponímia da Região do Carmo. 2004. 368f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SEARLE, J. Proper names. **Mind**, vol. LXVII, p. 166-173, 1958.

SEARLE, J. **Speech acts**. An essay in the philosophy of language. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SILVA, G. M. de O. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. *In:* SILVA, G. M. de O.; SCHERRE, M. M. P. (org.). **Padrões sociolingüísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996a. p.119-145.

SILVA, G. M. de O. O emprego do artigo diante de possessivos e de patronímicos: resultados sociais. *In:* SILVA, G. M. de O.; SCHERRE, M. M. P. (org.). **Padrões sociolingüísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996b. p.265-281.

SILVA-CORVALÁN, C. **Sociolingüística**: teoría y analisis. Madrid: Alhambra, 1989.

STRAWSON, P. F. Escritos lógico-linguísticos. *In:* RYLE, G. *et al.* **Ensaios**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

TAGLIAMONTE, S. **Analysing Sociolinguistic Variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

TARALLO, F. **Tempos Linguísticos**: itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.

TARALLO, F.; KATO, M. **Harmonia trans-sistêmica**: variação intra- e inter-linguística. Campinas: Preedição, 1989.

TAVARES; L. S. **Atlas Morfossintático da Microrregião do Madeira**. 2017. 259f. Mestrado (Estudos da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

TELES, A. R. T. F. **Cartografia e Georreferenciamento na Geolinguística**: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes. 2018. 485f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

TELES, A. R. T. F.; RIBEIRO, S. S. C. Apresentando a cartografia aos linguistas. *In:* MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. (Orgs.). **Documentos 2**. Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006. p. 207-226.

TELES, A. R. T. F.; RIBEIRO, S. S. C. A cartografia dos dados. *In:* CARDOSO, S. A. M. *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Introdução. Londrina: EDUEL, 2014a. v. 1. p. 113-123.

THUN, H. Atlas linguistique et variabilité – introduction à la table ronde. *In:* Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, 22., 1998, Bruxelles. *Actes*... Tübingen: Max Niemeyer, 2000. v. III. p.407-409.

VAN LANGENDONCK, W. **Theory and typology of proper names**. Berlin: Walter de Gruyter, 2007.

VAXELAIRE, J.-L. **Les noms propres: une analyse lexicologique et historique**. Paris: Champion, 2005.

VERÍSSIMO, V. M. **A sintaxe dos antropônimos em variedades do português brasileiro**. 2020. 163f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** São Paulo: Parábola Editorial. 2006.

WILMET, M. Pour en finir avec le nom propre? **L'information grammaticale**, Paris, v.65, p.3-11, 1995.

ZÁGARI, M. Os falares mineiros: esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais. *In:* AGUILERA, V. de A. (org.) **A Geolingüística no Brasil**: caminhos e perspectivas. Londrina: UEL, 1998. p.31-54.